

Junho de 2017

Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

**DW CEDOC**

Centro de Documentação e Informação  
Development Workshop  
Luanda - Angola



## DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governação descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Migração](#)
12. [Exploração Mineira](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, O PAÍS, Novo Jornal, Expansão, Economia e Finanças, A República, O Crime, Manchete, Liberdade, Continente, Grandes Notícias e Visão
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

### Redação

Sobriano César Capitão

### Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos  
e Massomba Dominique

### Editado por

Development Workshop Angola

### Endereço

Rua Rei Katyavala 113,  
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email [cedoc.dwang@angonet.org](mailto:cedoc.dwang@angonet.org)

### Com apoio de

Development Workshop  
OXFAM Novib  
Fundação Bill & Melinda Gates  
International Development Research Centre  
Civil Society Challenge Fund  
Norwegian & The Netherlands Embassies  
European Union

### Disclaimer

#### 1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

#### 2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

#### 3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

# INDÍCE

<b>I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA</b>	<b>7</b>
1.1 Um milhão de casas, e um milhão de empregos, lembra-se?	7
1.2 Angola deve manter défices orçamentais	7
1.3 Salário mínimo a 20.415 kz em vez de 16. 503,3 Kz	8
1.4 Salários mínimos aumentam 10% já este mes, com excepções	8
1.5 Executivo reforça poder das famílias vulneráveis	9
1.6 Luanda volta a ser a cidade mais cara do mundo para trabalhadores expatriados	10
1.7 Católica alerta sobre riscos da economia	10
1.8 Serviços já representam mais de metade do BIP	11
1.9 Angola passa a ser país de rendimento médio até 2022	12
1.10 Milhares de hectares prontos presente época agrícola	12
1.11 Paulo Sérgio, enviado ao Negage	13
1.12 A redistribuição do rendimento como modelo de acumulação alternativo	14
1.13 Consumidores de Luanda enfrentam preços proibitivos	16
1.14 Quando os números não coincidem	16
<b>2. MICROFINANÇAS</b>	<b>18</b>
2.1 BUE adverte devedores	18
2.2 BCI concede crédito a 25 mulheres	18
2.3 Banco no telemóvel está em expansão	19
2.4 Projecto dá esperança a jovens	19
2.5 Xikila Money do Banco Postal já tem 20 mil clientes	20
2.6 Bane sol aposta no desenvolvimento das comunidades	21
2.7 «O nosso objectivo é promover fortemente a inclusão financeira»	22
2.8 Banco Sol e Cofre da Providência enganam professores	23
2.9 Desvantagens do crédito	24
2.10 Banco Postal quer abertura de 100 postos	25
2.11 O bom e o mau crédito	25
2.12 Sol aquece microcrédito	26
2.13 BFA abre uma linha de crédito de 35 biliões de kwanzas	27
<b>3. MERCADO INFORMAL</b>	<b>28</b>
3.1 Mulheres vendem ginguba para sustentar família e outros gasta 500.000! para ver horas	28
3.2 Pontes pedonais transformadas em praças	28
3.3 Realizadora angolana apresenta filme sobre o dia-a-dia das Zungueiras	29
3.4 Expulsá-los das paragens não é a solução	30
3.5 “lotadores” de táxi amedrontam nas paragens	30
3.6 'Lotamos para não roubar'	31
3.7 Grupos de lotadores de táxi 'substituem' cobradores e recebem 60 mil kz por dia	32
3.8 Vendedores ambulantes continuam preferir a rua no Golf II	33
3.9 Crise força aumento de trabalho infantil	33
9.10 MPLA quer menos mulheres na economia informal	34
3.11 Agentes da fiscalização usurpam bens das vendedoras	35
3.12 Futuro do país foi atirado para a zunga	36
3.13 As arrojadas vendedoras do Mercado do 30	37
3.14 O negócio tem muita procura e é bastante lucrativo	38
3.15 Os transtornos para conseguir o sustento	38

<b>4.</b>	<b>OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA</b>	<b>39</b>
4.1	Monitoria social dos orçamentos públicos	39
<b>5.</b>	<b>GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA</b>	<b>40</b>
5.1	Corte Real desmente sucessão do Rei do povo Lunda	40
5.2	Administrações e as novas centralidades	40
5.3	“Ausência de regulamento criou anomalias nos nomes dos bairros”	40
5.4	Limites territoriais	41
5.5	Nova configuração político-administrativa	42
5.6	Restituição do Kilamba Kiaxi	42
5.7	Lei da Divisão Político-Administrativa	43
5.8	O ressurgimento de nove municípios	43
5.9	Mais um passo para a implementação das autarquias locais	43
<b>6.</b>	<b>URBANISMO E HABITAÇÃO</b>	<b>45</b>
6.1	Mbanza Kongo com centralidade em 12 meses	45
6.2	“Kubikuz” incentiva construção de residências	45
6.3	'Os preços praticados nas centralidades não são para o bolso do angolano'	46
6.4	Um milhão de casas, e um milhão de empregos, lembra-se?	47
6.5	Empresas chinesas prometem continuar a investir	47
6.6	Imposto predial aguarda por inquilinos	48
6.7	China perdoa dívida parcial de Angola	48
6.8	Condições de habitabilidade melhoradas na região	50
6.9	Portal para candidaturas é lançado hoje	50
6.10	Imogestin abre portal de inscrições	51
6.11	Como comprar e onde comprar	52
6.12	Demolições retiram votos ao MPLA	52
6.13	Governo chinês perdoa dívida de Angola e abre nova linha de crédito a projectos	54
6.14	Perdão da dívida chinesa compensada 'com banco	54
6.15	Plataforma confere credibilidade ao processo	55
6.16	Portal para candidatura a casas nas centralidades já está no ar mas ainda é experimental	56
6.17	Prestações mensais vão desde 27.619 Kz no 'Capari' até 129 mil Kz cobrados no 'Zango 0'	56
6.18	Projectos do Estado sem arrendamento em Luanda	57
6.19	Sistema tributário	58
6.20	A CIF investiu USD 694 milhões em dois projectos imobiliários	59
6.21	Administrações e as novas centralidades	60
6.22	População já pode adquirir residência na centralidade	60
6.23	Projecto imobiliário chinês consegue benefícios fiscais	60
6.24	14 Mil cidadãos vão habitar na centralidade do Sumbe	61
6.25	Chineses investiram 620 milhões de euro para construir milhares de moradias em Luanda	62
6.26	Centralidade em construção	62
6.27	Mais de 700 casas na Centralidade da Quilemba prontas ainda este ano	63
6.28	Privados constataam regime de venda ao público dirigido	64
6.29	Indemnizações e realojamentos travam projectos	65
6.30	O cidadão é obrigado a honrar o acordo firmado	65
6.31	Os desafios de Luanda são fáceis de identificar	66
6.32	Risco de despejo nas centralidades	70
6.33	Velhos clientes têm prioridade	70
6.34	Vendas no final do mês	71
6.35	Jovens são a prioridade no acesso às habitações	71
6.36	Novo mercado artesanato anima escultores mas as vendas estão aquém do esperado	72
6.37	Angolanos com 40 anos estão proibidos de sonhar em ter casa própria	73



6.38	Centralidade do Kilamba sem transportes públicos	73
6.39	Estamos na fase em que não há fundos para fazer tudo	74
6.40	“Existem empresários que pensam que não devem pagar impostos”	74
6.41	Falta de licença Do INACOM força Imogestin a adiar candidatura online	76
6.42	Imobiliária altera condições de venda no regime dirigido	77
6.43	Retirados moradores de edifícios inseguros	77
6.44	Zaire terá duas centralidades	78
6.45	Cabinda melhora gestão de terrenos urbanizados	79

## 7. TERRA

80

7.1	"General Wala protege assassinos"	80
7.2	A palavra de ordem é "demolir"	81
7.3	Demolições retiram votos ao MPLA	81
7.4	MP acusa Rafael Marques e o jornal 'O Crime' por injúrias e ultraje após queixa do PGR	83
7.5	PGR acusa Rafael Marques de crimes de injúrias e ultraje a órgão de soberania	83
7.6	"Tarde ou cedo, são eles que acabarão na cadeia"	84
7.7	Cabinda melhora gestão de terrenos urbanizados	85
7.8	Indemnizações e realojamentos travam projectos	86
7.9	Moradores de Talatona acusam coordenador de ter vendido a sede da comissão	86
7.10	Os desafios de Luanda são fáceis de identificar	87
7.11	Administração municipal desapropria lotes de terreno	91

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS

92

8.1	Vala de drenagem a céu-aberto preocupa moradores	92
8.2	Registado mais de duzentos casos de cólera em Cabinda	92
8.3	Injustiça	93
8.4	A torneira do amor	93
8.5	Município da Jamba com mais água potável	93
8.6	Sector de Água regista saldo positivo a nível nacional	95
8.7	Activistas em liberdade após 45 dias de prisão	95
8.8	EPAL-EP corta água em Luanda	96
8.9	Restrições no fornecimento em alguns bairros da capital	96
8.10	Escassez de água ameaça o mundo	97
8.11	Desenvolvimento do sector das Águas recebe financiamento de USD 350 milhões	99
8.12	Luanda melhora qualidade da água potável	99
8.13	“Água para Todos”, atinge bons resultados	100
8.14	EPAL controla qualidade	101
8.15	Água e energia eléctrica chegam aos bairros	102
8.16	Centro de tratamento de água é inaugurado no Sumbe	102
8.17	Dezenas de novos pontos de água em Caluquembe	103
8.18	Empresas das águas mais controladas	104
8.19	Bairros de Belas voltam a ter água	105
8.20	Bairros periféricos com mais água potável	105
8.21	Ganhos estão à vista	106
8.22	Quando a EPAL vai meter água na Fubu e no Soba Kapassa?	106
8.23	Rede de distribuição com obras avançadas	107
8.24	Água no Cazenga: Centro é inaugurado	107
8.25	Elisal promete melhorar os serviços	107
8.26	Muito dinheiro no pagamento do lixo	108
8.27	Precisamos arrecadar mais receitas para melhorar a gestão	109
8.28	ENDE arrecada em média 2 milhões kz/dia com taxa de lixo	110
8.29	ELISAL acusada de efectuar despedimentos injustos	111
8.30	ENDE exige pagamento da taxa do lixo	112
8.31	A tarifa do lixo e da energia estão a dificultar a nossa vida	113

8.32	Cacuaco com saneamento básico a bom rumo	113
8.33	Municípios do Rangel agastados com a administração local	114
8.34	ENDE procura resgatar dívida junto de clientes	115

## 9. GÉNERO E VIOLENCIA 116

9.1	Marginais aterrorizam bairro Ramiros	116
9.2	Ministro do Interior decreta combate contra especulações	116
9.3	Mais de 10 mil armas de fogo recolhidas na Huíla transformadas em enxadas	117
9.4	Marginais patrulham Cacuaco enquanto a Polícia dorme	117
9.5	Medo e clima de insegurança dominam bairro da pedreira	118
9.6	Assaltos causam insegurança aos moradores de Viana	119

## 10. AMBIENTE 121

10.1	Administradora do Milunga devasta florestas	121
10.2	População de zonas costeiras aumenta o nível de poluição	121
10.3	Administração põe fim ao abate anárquico	122
10.4	Alterações climáticas são sentidas no país	123
10.5	Desertificação custa milhões de kwanzas	125
10.6	FAO apoia inventário 'florestal	126
10.7	Milhões de cidadão sensibilizados	127
10.8	Mais de um milhão afeitados pela seca	129
10.9	Seca afecta mais de 1 milhão de pessoas	130
10.10	Prevenir efeitos da seca	130
10.11	Ministro propõe 29 de Junho como Dia Nacional das Florestas	131
10.12	Seca provocou prejuízos acima dos 700 milhões USD em cinco anos	132

## 11. MIGRAÇÃO 133

## 12. EXPLORAÇÃO MINEIRA 133

12.1	Catoca contribuiu em 2016 com 86% da produção diamantífera nacional	133
12.2	Pólo de Desenvolvimento Mineiro vai reduzir as assimetrias regionais	134
12.3	Produção diamantífera supera as expectativas	135
12.4	Rochas ornamentais aumentam receitas fiscais na ordem dos 65,08%	136
12.5	Parceira russa nas minas	136
12.6	Cooperativas exploram diamantes	137
12.7	Venda de diamantes rende mais de USD 250 milhões a Angola	138
12.8	Produção de Diamantes em Março resulta em USD 90 milhões	139
12.9	Comissão multisectorial analisa reassentamento	139
12.10	Endiama e Alrosa assinam contrato para investimento na mina do Luaxe	140

# I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

## I.1 Um milhão de casas, e um milhão de empregos, lembra-se?

*Jornal Visão*  
2 De Junho de 2017

Caro candidato do Governo da crise, ser o primeiro a apresentar a lista de candidatos a deputados no TC não significa absolutamente nada, para os angolanos que morrem por falta de medicamentos, todos os dias, nos hospitais de Angola.

Por Emanuel Malaquias Ser o primeiro partido a apresentar o manifesto eleitoral também não tem significado nenhum, muito menos quando o seu Partido ainda não explicou aos angolanos o que é que andou a fazer durante os 42 anos de uma governação desastrosa.

No Huambo o senhor tentou outra vez ludibriar as pessoas, tentando fazer passar a mensagem de que quem ainda não apresentou o seu programa de governo não merece governar.

Acontece que os senhores já apresentaram dezenas de programas, que pura e simplesmente não surtiram efeito positivo nenhum na vida dos angolanos.

Portanto, o senhor não está numa posição muito confortável para falar em programas de governo. Até porque o seu partido ainda não cumpriu nem com a décima parte das promessas feitas em 2012...

Um milhão de casas, e um milhão de empregos, lembra-se?

E já agora, passe a levar cábula... Porque essa sua tentativa de querer parecer um bom tribuno tem sido desastrosa... !

## I.2 Angola deve manter défices orçamentais

*Jornal de Angola*  
9 De Junho de 2017

O défice orçamental de Angola deve manter-se elevado nos anos mais próximos, prevendo-se que depois de 7,3 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) previsto para este ano, inicie uma trajectória

descendente para chegar a 2021 com 6,1 por cento do PIB, indica o mais recente relatório da Economist Intelligence Unit (EIU).

O mesmo documento adianta que a previsão de défices orçamentais elevados fica-se a dever ao facto de os preços do petróleo, que representam 97 por cento do total das exportações angolanas continuarem de uma forma persistente em baixa e acrescenta que a trajectória descendente do défice fiscal deve ficar a dever-se ao alargamento da base tributária.

A Economist Intelligence Unit escreve no documento a que a agência MacaHub teve acesso, que caso a Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (Sonangol) volte a falhar este ano a sua contribuição para os cofres públicos, à semelhança do ocorrido em 2016, o défice orçamental pode ser mais elevado.

Atendendo aos fracos resultados do processo de diversificação do tecido económico, o crescimento da economia deve ficar de novo a depender da evolução dos preços do petróleo, prevendo a da Economist Intelligence Unit um crescimento médio do PIB de 2,5 por cento no período 2017/2021, taxa comparada aos 4,7 por cento em 2011/2015.

A inflação deve manter-se elevada, embora mais baixa do que relativamente ao pico registado em 2016, rondando 30 por cento este ano, para iniciar uma tendência de descida até se situar à volta de 8,6 por cento em 2021.

A taxa de desvalorização do kwanza deve também registar uma tendência de abrandamento, relativamente à registada em 2015/-2016, mas a ausência continuada de dólares no sistema bancário pode fazer com que o valor oficial do dólar continue a registar um desnível acentuado, relativamente ao praticado no mercado paralelo.

O objectivo principal do Banco Nacional de Angola (BNA), em termos de política monetária, será o de conter o aumento dos preços, tendo entre Janeiro de 2015 e Junho de 2016 aumentado a taxa básica de juro em 700 pontos base, para 16 por cento. Embora a taxa se mantêm inalterada desde essa data, a da Economist Intelligence Unit antecipa novos aumentos da Taxa BNA na primeira metade do período em análise, atendendo ao impacto sobre a inflação da fraqueza da moeda nacional, face as principais divisas. A Economist Intelligence Unit voltou a referir que, atendendo ao facto de o Executivo ter uma palavra final na condução das políticas monetária e fiscal, é legítimo supor que o banco central venha a ser alvo de pressões políticas,

no sentido de adoptar uma política monetária mais tolerante, caso a economia não volte a crescer à taxa esperada, quando os preços do petróleo começarem a subir moderadamente em 2017/2018.

### I.3 Salário mínimo a 20.415 kz em vez de 16. 503,3 Kz

*Jornal Expansão*  
9 De Junho de 2017

Está decidido e publicado em Diário da República: os salários mínimos nacionais aumentam 10% já em Junho. O salário mínimo único garantido e o salário mínimo na agricultura passam de 15.003 Kz para 16.503,3 Kz, o salário mínimo para transportes serviços e indústria transformadora avança de 18.754 Kz para 20.629,13 Kz e o salário mínimo do comércio e indústria extractiva sobe de 22.504,5 para 24.754,95 Kz.

Mas nem todos os que ganham o salário mínimo têm garantido os aumentos definidos pelo Governo. As empresas que não tenham capacidade para aplicar os novos salários mínimos podem praticar valores diferentes desde que comprovem a incapacidade económica e financeira temporária.

Entre Julho de 2014 e Abril de 2017, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) da Província de Luanda que servia de referência para aumento do custo de vida em Angola aumentou 83,2%. Fazendo as contas, considerando o acréscimo de 10% previsto para este mês, os trabalhadores que auferem o salário mínimo viram o seu poder de compra cair 40% no mesmo período. Ou seja, com o novo salário mínimo só se compram 60% das coisas que se compravam em Julho de 2014, quando foi fixado o actual salário mínimo.

Uma quebra de 40% do poder de compra é uma enormidade, qualquer que seja o salário. Imagine-se a ginástica de quem ganha salário mínimo.

A questão é se seria possível fazer melhor. A UNITA diz que sim e propõe um salário mínimo equivalente em Kz a 500 USD, o que dá cerca de 82.950 Kz. A UNITA não diz mas vou admitir que é o salário mínimo único garantido.

Não acredito que fosse possível chegar tão longe como propõe a UNITA mas acredito que é possível aumentar os salários mínimos acima, diria mesmo muito acima, dos 10% definidos pelo Governo.

E não estou sequer a falar em repor o poder de compra. Para repor a totalidade do poder de compra ao nível de Julho de 2014, os salários mínimos

garantidos tinham de ter um aumento igual ao do aumento do custo de vida essa altura até agora, os referidos 83,2%, que colocaria o salário mínimo único garantido em 27.487,95 Kz.

A minha proposta alternativa não vai tão longe. Defendo que o salário mínimo único garantido devia subir 36,1% para "apenas" 20.415 Kz. E porquê este valor e não outro? O racional desta proposta é que seria o aumento necessário para compensar o aumento da classe alimentação e bebidas não alcoólicas, que consome entre 40 e 50% do orçamento das famílias angolanas - eu fiz as contas com 45%.

### I.4 Salários mínimos aumentam 10% já este mes, com excepções

*Jornal Expansão*  
9 De Junho de 2017  
Texto: José Cassanda

Os salários da função pública, as pensões e os salários mínimos nacionais vão aumentar pelo menos 10% já este mês, mas o Executivo admite excepções às empresas que não tenham capacidade para actualizar as folhas salariais, mediante apresentação de justificativos da situação económica e financeira, comprovando essa incapacidade temporária.

De acordo com o despacho presidencial n. 91/17 de 7 de Junho, artigo 1º o Presidente da República fixou para 16.503,30 Kz o salário mínimo garantido único, traduzindo-se num aumento de 10% sobre os 15 mil Kz da última actualização, que decorreu em 2014.

O salário mínimo para os agrupamentos do comércio e indústria extractiva passa de 22.500 Kz para 24.754 Kz, enquanto nos sectores dos transportes, dos serviços e da indústria transformadora passa de 18.800 Kz para 20.629 Kz. Os trabalhadores do sector da agricultura passam também a receber o mínimo de 16.503,30 Kz.

De acordo com a publicação, fica previsto que, "para manter o nível de emprego", as empresas que "não tenham capacidade" para pagar estes valores mínimos podem solicitar autorização para "aplicação de salários diferentes", mediante apresentação de justificativos da situação económica e financeira, comprovando essa incapacidade temporária.

Segundo adiantou fonte do Ministério das Finanças ao Expansão, os trabalhadores do sector privado já vão ver reflectidos estes aumentos nas folhas salariais deste mês, o mesmo acontecendo com os pensionistas.



Segundo o despacho presidencial n. 93/17 de 7 de Junho, a pensão mínima de reforma por velhice será ajustada para 21.380,78 Kz, representando, de acordo com cálculos do Expansão, um aumento de 13% face aos 18.922 Kz pagos anteriormente. As pensões de reforma por velhice, com valores superiores aos 21.380 Kz, recebem um aumento de 10%, enquanto as de maior valor recebem apenas 5% de aumento.

#### Aumentos nas pensões sociais

A pensão mínima de sobrevivência tem um aumento de 10% e passa a ser de 16,503,30 Kz, equivalente ao salário mínimo nacional garantido único, precisamente o mesmo valor estipulado agora para as prestações de carácter assistencial assumidas pelo nível de protecção social obrigatória, nomeadamente o abono de velhice e a pensão de invalidez.

De acordo com os despachos, as alterações entram em vigor na data da sua publicação em Diário da República, ou seja, a partir de 5 de Junho, o que, de acordo com a fonte do Ministério das Finanças, significa que os aumentos serão para ser reflectidos já no salário deste mês, precisamente dois meses antes das eleições, agendadas para 23 de Agosto.

## 1.5 Executivo reforça poder das famílias vulneráveis

*Jornal de Angola*

*17 De Junho de 2017*

*Texto: José Bule*

O novo paradigma da acção social assenta na diminuição progressiva do assistencialismo através do reforço do poder dos indivíduos e famílias vulneráveis, informou, no Uíge, o ministro da Assistência e Reinserção Social.

Gonçalves Muandumba falava na abertura da Conferência Provincial da Acção Social, e disse que a província do Uíge tem todas as condições para ser um exemplo piloto da municipalização da acção social.

"A província tem responsabilidades acrescidas para mostrar os pontos fortes e fracos do novo paradigma", afirmou o ministro que explicou que o processo de implementação da "municipalização da acção social" depende do trabalho que está a ser desenvolvido por uma equipa de técnicos do projecto de Apoio à Protecção Social, em colaboração com as equipas locais, nomeadamente o diagnóstico provincial e a capacitação institucional, porque cada uma das províncias tem as suas fragilidades, potencialidades e particularidades.

Gonçalves Muandumba disse que a realização das Conferências de Acção Social têm como principal objectivo reflectir e analisar as principais problemáticas sociais que afectam as pessoas em situação de vulnerabilidade e, através da reflexão conjunta, encontrar as melhores soluções locais para garantir seu apoio e protecção.

"Somos diariamente confrontados com situações de abandono de recém-nascidos, de fuga à paternidade, crianças negligenciadas e afastadas do meio social por preconceitos como o albinismo, deficiências como o autismo, bem como o abuso sexual de crianças, sem esquecer o rapto e tráfico de menores", referiu Gonçalves Muandumba que acrescentou que para que as crianças cresçam de forma equilibrada, a acção do Governo deve incidir-se na prevenção, combatendo as causas dos maus tratos que lhes são infringidas pelos adultos.

Gonçalves Muandumba destacou a proposta de Decreto Presidencial que cria o sistema de Alerta e Rapto de Menores, que já foi submetida à aprovação final da Assembleia Nacional. "É um instrumento que define os mecanismos a adoptar em situações de desaparecimento de um menor, nomeadamente a articulação com as forças de segurança, as autoridades locais, os meios de comunicação social, a Internet e os telemóveis". O ministro reconheceu que muitas vezes os direitos das pessoas com deficiência não são respeitados, e preconizou a aplicação rigorosa da Lei das Acessibilidades. Para o ministro da Assistência e Reinserção Social, é urgente cumprir a reserva de vagas de postos de trabalho para as pessoas com deficiência nos serviços públicos e privados, e que se construam rampas de acesso nas distintas repartições do Estado.'

"Não sou justo se não afirmar que foram feitos avanços apreciáveis e que estão em curso outras diligências, como a integração da língua gestual nos órgãos de comunicação social, procedimento que concorre para a defesa do direito à informação das pessoas com deficiência, e que já vem acontecendo em alguns programas da Televisão Pública de Angola", disse Gonçalves Muandumba, que prometeu respostas adequadas para melhorar a condição de vida dos idosos.

## 1.6 Luanda volta a ser a cidade mais cara do mundo para trabalhadores expatriados

*Jornal Expansão*

*23 De Junho de 2017*

*Texto: Teima Van-Dúnem*

A capital do País volta a ocupar o primeiro lugar da lista das cidades mais caras do mundo para trabalhadores expatriados, ultrapassando Hong Kong, segundo o estudo da Global Mercer sobre o custo de vida em 2017, publicado esta semana.

De acordo com o ranking, a seguir de Luanda estão as cidades de Hong Kong, Tóquio, Zurique e Singapura. África, Ásia e Europa são os continentes que "dominam a lista das localizações mais caras para emigrantes, de acordo com informações recolhidas do 23.º estudo Global Mercer.

O estudo conclui ainda que "algumas cidades africanas continuam a ocupar um lugar de destaque" no levantamento publicado em 2017, o que para a consultora Mercer "reflete os altos custos de vida e preços dos bens para trabalhadores expatriados".

A capital angolana, assim como todas as províncias do País enfrenta desde finais de 2014 uma crise financeira, económica e cambial que resulta da quebradas receitas da exportação de petróleo e, só entre Janeiro e Dezembro de 2016, viu a inflação ultrapassar os 40%, segundo números do Instituto Nacional de Estatística (INE).

O estudo da Mercer analisa dados de 209 cidades mundiais e tem em conta o preço de mais de 200 produtos e serviços, nomeadamente alojamento, comida, vestuário, transportes, lazer ou telecomunicações.

Arrendamentos chegam a custar mais de 2,2 milhões Kz. A consultora refere exemplos de preços praticados em Luanda que colocam a capital do País no topo da lista das mais caras para expatriados. Um café pode custar 368 Kz, equivalente a dois euros, o pão de forma 3.320 Kz (18 euros) e o aluguer de um apartamento com três quartos pode ultrapassar os 2.244.730 Kz (12.200 euros) mensais.

Segundo a Mercer, este estudo anual sobre o custo de vida nas maiores cidades e capitais mundiais fornece, entre outra informação, elementos-chave para as empresas estabelecerem "subsídios justos de custo de vida" a trabalhadores expatriados.

"Salários justos e competitivos, bem como oportunidades de promoção estão no topo das

prioridades dos colaboradores este ano uma conclusão que decorre do actual clima de incerteza e de mudança", menciona o comunicado divulgado pela empresa.

A Mercer é responsável por desenvolver "estudos individuais referentes ao custo de vida e ao custo de arrendamento para cada uma das cidades analisadas", que no 23.º estudo anual revela "factores como a instabilidade dos mercados imobiliários e a inflação de bens e serviços" como uma contribuição para o valor global das "expatriações no actual ambiente".

Em 2016, Hong Kong encabeçou a lista das cidades mais caras do mundo, empurrando Luanda para a segunda posição.

## 1.7 Católica alerta sobre riscos da economia

*Jornal Folha8*

*24 De Junho de 2017*

Universidade Católica não tem deixado por mãos alheias o seu papel enquanto centro de formação académica e através do Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) tem se destacado em estudos multiformes sobre o estado da economia nacional nos últimos anos, com apurada científicidade rigor.

No 22 de Junho, durante a apresentação do Relatório Económico de Angola 2016, alertou para a necessidade do regime empreender reformas estruturais urgentes no país, capaz, de contornar a "desaceleração estrutural" provocada pela crise da baixa do petróleo na economia nacional.

Na opinião do director do CEIC, Manuel Alves da Rocha, "as dificuldades do país tem se vindo acentuar desde 2014", quando se deu início a crise, assistindo-se acto contínuo a quebra nas receitas petrolíferas, provocando; "redução anual da capacidade de crescimento da economia angolana".

E dentro deste quadro complicado que navega o país com acentuada "dificuldade de financiamento da própria economia e das empresas", logo exigindo-se urgentes e merecidas "reformas estruturais" visando a retomada do crescimento cujos efeitos poderão começar ser sentidos, a partir de 2020,

"Há reforma estruturais que têm que ser feitas, há matérias que têm atacadas que se não foram minimizadas ou dirimidas não haverá essa capacidade de se reverter essa tendência de desaceleração da economia argumentou, tal como alude o documento, na análise do Produto Interno Bruto que aponta um

decréscimo da economia em 2016, na ordem dos 3,6%.

E porquê?

O economista Alvos da Rocha não escolheu muito as palavras e focou as origens na “burocracia e corrupção” com os grandes cancros do crescimento: “A burocracia conduz a corrupção. O investimento privado é fundamental, alias, a economia de Angola tem que ser entregue ao sector privado competente e inovador e não dependentes de favores do Orçamento Gelar do Estado (OGE), “afirmou manifestando-se descrente” na ladainha sobre um novo MPLA, que governa Angola nos últimos 42 anos. "Será que vamos assistir ao surgimento de um novo MPLA? Com uma nova mentalidade e postura relativamente a resolução desses problemas? Eu tenho dúvidas. E se calhar é por isso que agências internacionais de classificação de riscos dos países afirmam que do seu ponto de vista as eleições não vão alterar a actual situação do país". o desemprego galopante, u ma das obras primas das más políticas económicas do MPLA, continuam a ser uma grande preocupação pelos riscos de potenciais convulsões sociais, num futuro próximo se nada ror rei to, como defende o relatório, pese o regime, como sempre, andar em sentido contrário, como apontar alto crescimento da indústria transformadora. "Essa indústria apresenta dados que criou 50.000 postos de trabalho quando a sua taxa de crescimento foi negativa. Como é que isto é possível, um sector de actividade decrescer e vê o emprego aumentar? Portanto, isto não compreendemos e a única explicação que encontramos é a inconsistência dos dados", defende Alves da Rocha.

Quanto a propalada diversificação da economia, o Relatório Económico de Angola achando ser uma brincadeira de' meninos grandes, decidiu excluir do estudo por não haver nada mais do que verbo, ao invés de projectos e programas consistentes e coerentes, capazes de apontarem verdadeiras reformas e visões de revitalização da economia Se isso tivesse acontecido o CEIC apontaria os respectivos avanços, não havendo a omissão é o melhor caminho, segundo o homem forte do CEIC.

## 1.8 Serviços já representam mais de metade do BIP

*Jornal O PAÍS*

*26 De Junho de 2017*

*Texto: Luís Faria*

Se o sector petrolífero perdeu peso no conjunto do produto interno bruto (PIE), o dos serviços

reforçaram a sua importância, correspondendo a 55% da riqueza produzida no país em 2016, revela o Relatório Económico de Angola respeitante ao último ano do Centro de Estudos e Investigação científica (CEIC) da Universidade Católica.

Em 2002, o sector 'petróleo e gás' representava 44% do PIE, recuando para 38% em 2013 e 30% em 2015, retomando embora uma maior expressão em 2016 (38%), de acordo com os números do Instituto Nacional de Estatística (INE) relativos à composição do produto interno no IV trimestre de 2016, um valor que é questionado pelo CEIC.

Não é de agora a supremacia do sector dos serviços na economia angolana (já em 2013 assumiam-se como principal sector de actividade), mas é de salientar o reforço continuado do seu peso relativo no PIE, conseguindo, no último ano, passar a representar mais de metade da riqueza produzida anualmente em Angola.

Em contraste, a agricultura, pecuária e florestas, a indústria transformadora e a construção não têm visto melhorar significativamente os respectivos contributos para o PIE total. O relatório do CEIC assinala que 'os dois mais importantes sectores para a diversificação - a agricultura (com pecuária e florestas) e a indústria transformadora - mantêm praticamente inalterados o seu peso relativo no PIE (uma média de 4,7% entre 2002 e 2016, para qualquer deles), ilustrativo das dificuldades em se promover o seu arranque em direcção a uma estrutura produtiva mais alargada e diversificada'.

Ainda de acordo com o documento do CEIC a contribuição da indústria transformadora tem vindo tendencialmente a reduzir-se desde 2004, sendo mesmo negativa em 2015 e 2016 - decaiu até 2008, recuperando ligeiramente em 2010/2012 para voltar a declinar nos anos consequentes. Já a agricultura, pecuária e florestas consegue a sua maior contribuição em 2014 (1,12 pontos percentuais do 'score' de crescimento registado), regredindo em 2015 e tendo sido nulo o seu contributo parcelar para o crescimento em 2016.

No seu conjunto, o sector não petrolífero da economia, ainda que apresentando um ritmo médio de evolução que supera sempre a taxa média de crescimento do produto interno (PIE), cresce duas vezes e meia menos no período compreendido entre 2009 e 2016 que entre 2002 e 2008 e menos 2,1 pontos percentuais que entre 1998 e 2001. 'A quebra de crescimento do sector não petrolífero é dramática, com uma diminuição de 8 pontos percentuais na

respectiva taxa média anual, de 2002/2008 para 2009/2016', lê-se no texto do relatório.

O documento do CEIC reproduz as medidas e iniciativas empreendidas no sentido da diversificação da economia enumeradas no 'Relatório de Balanço das Actividades do Governo 2013-2016', considerando que se trata de 'um leque impressionante de realizações entre 2013 e 2016, a maior parte administrativas e burocráticas (ou seja, e correctamente, tendentes a desanuviar o ambiente de negócios para os investimentos privados), mas sem a indicação de efeitos e impactos sobre a diversificação (... ) e sobre o ciclo económico'.

## 1.9 Angola passa a ser país de rendimento médio até 2022

*Jornal O PAÍS*

*27 De Junho de 2017*

*Texto: Brenda Sambo*

No âmbito do novo ciclo de planeamento há necessidade de assegurar o pleno funcionamento de um sistema informático integrado sobre a evolução da realidade socioeconómica e territorial do país, das metas físicas e financeiras dos instrumentos de planeamento nacional, sublinhou o governante, que discursava ontem durante a abertura do IV Conselho Consultivo do Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial.

Segundo Bornito de Sousa, para o período 2018/2022, a preparação dos instrumentos de planeamento deverá ter em atenção o processo de revisão da estratégia de longo prazo "Angola 2025" e a sua extensão para o horizonte 2050.

Acrescentou, por outro lado, que este levará em conta a convergência com os compromissos internacionais da agenda global e com os objectivos de desenvolvimento sustentável 2030 e da agenda africana 2063, que está a ser implementada actualmente através do "Plano Decenal 2013/2023".

Nesta senda, os instrumentos de planeamento para o ciclo político 2018/2022 e os respectivos planos de desenvolvimento sectoriais e provinciais, deverão procurar harmonizar os objectivos globais de desenvolvimento "Angola 2025" revistos, com o programa de governação 2017/2022 e os compromissos internacionais.

Por outro lado, referiu que em Angola, como nos demais países, a vida faz-se nos municípios e é desta forma que a municipalização, descentralização e

criação das autarquias locais, se encontram na linha de prioridades da programação para 2018/2022.

"Assim, pensar estrategicamente sobre os problemas do desenvolvimento económico exige privilegiar o nível municipal como fundamental para promoção do crescimento económico e a elevação dos índices de desenvolvimento humano, especialmente nas zonas rurais, bem como para maximizar o potencial específico de cada município", concluiu.

Importância do plano para o desenvolvimento do país

Ainda no decorrer do seu discurso, o responsável, e candidato a vice-presidente da República, disse que o planeamento económico está associado aos esforços governamentais de coordenação e articulação da actuação dos sectores público e privado, através de um mecanismo estruturado de afectação de recursos aos objectivos indicados.

Segundo Bornito de Souza a evidência empírica da experiência do processo de planeamento do país e da análise comparada com a realidade de outros países, mostra que a implementação de instrumentos de planeamento, com objectivos bem definidos e devidamente articulados, é condição necessária para o alcance do desenvolvimento sustentável.

"Ou seja, o planeamento económico tem um papel preponderante no desenvolvimento das economias dos países, desde que as estratégias a serem concebidas sejam coerentes, pragmáticas e exequíveis" explicou.

Por sua vez, o ministro do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, Job Graça, informou que o conselho, que é realizado de 5 a 5 anos, visa, entre outros aspectos, receber contribuições para a melhoria dos instrumentos do plano estratégico.

## 1.10 Milhares de hectares prontos presente época agrícola

*Jornal de Angola*

*29 De Junho de 2017*

*Texto: Weza Pascoal*

Mais de 100 mil hectares de terra estão a ser preparados na província do Cuando Cubango, para a produção de cereais, tubérculos e leguminosas, entre outros produtos, no âmbito do ano agrícola 2017/2018, informou terça - feira, na cidade de Menongue, o director provincial da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas.



Manuel Mateus Alexandre acrescentou que, para o êxito da presente campanha, estão mobilizadas 57.687 famílias camponesas, das quais 14.700 no quadro do programa de extensão e desenvolvimento rural e 38.300 no programa de fomento agrícola.

Segundo o director, para a campanha agrícola, é necessária a aquisição de 250 toneladas de sementes de milho, 150 de sementes de feijão manteiga, 100 de sementes de massango, 100 de sementes de massambala, 200 de ureia e 180 de adubo orgânico.

Sem avançar quantidades, Manuel Mateus Alexandre acrescentou que a Direcção Provincial da Agricultura, Desenvolvimento Rural e sementes diversas que restaram da campanha passada e 500 charruas de tracção animal.

Pescas conta neste momento com sementes diversas, que restaram da campanha passada, e 500 charruas de tracção animal, que se encontram nos armazéns de Menongue.

Manuel Alexandre disse que, para que haja boa produção que possa dar resposta às necessidades da província, é necessário que os camponeses sejam beneficiados com crédito agrícola de campanha e outros apoios, para se dinamizar o sector.

"Temos em abundância recursos hídricos e terras aráveis para a prática de uma agricultura em grande escala, mas o que nos falta é o apoio aos agricultores, que passa, fundamentalmente, pela concepção de crédito agrícola de campanha", disse. O director provincial da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas disse que a instituição tem ainda como meta, para o presente ano agrícola, o projecto de fomento da actividade apícola e de produção de sabão, no âmbito do programa de apoio à mulher rural.

Constam igualmente das prioridades o seguimento ao projecto gizado pelo Executivo, ligado ao desenvolvimento da cadeia de pecuária o sustento das suas famílias.

Manuel Mateus Alexandre apelou ao governo local no sentido de fazer a aquisição e distribuição de equipamentos para melhorar a prática da aquicultura, com o objectivo de fomentar a pesca, devido ao grande potencial hidrográfico que a província tem.

No âmbito do projecto da aquicultura a nível da província, disse, existem 32 cooperativas de pescadores, assim como algumas famílias que habitam ao redor dos rios Cuito, Cuanavale, Cubango, Cuando e Cuchi, que se dedicam à pesca sazonal, para o seu sustento.

De acordo com o responsável da Agricultura, a nível da província do Cuando Cubango, o rio Cuito é o que tem maior potencial em termos de captura de peixe e, por esta razão, é lá onde se encontra o maior número de pescadores, que apenas fazem pesca de subsistência.

## I.11 Paulo Sérgio, enviado ao Negage

*Jornal O PAÍS*

*29 De Junho de 2017*

Nos últimos dez anos, o município do Negage cresceu a passos largos', considerou a jovem Helena Octávio Filipe, natural e residente nesta circunscrição da província do Uíge, em entrevista concedida ao jornal O PAÍS, na manhã de Quarta - feira. Para dissipar eventuais dúvidas que a sua afirmação venha a suscitar, a jovem detalhou que durante esse período se registou significativo aumento na oferta de serviços sociais e de emprego, com a entrada em funcionamento de algumas fábricas e fazendas. Embora considere que ainda não sejam suficientes.

Como o município possui uma ampla rede de escolas do ensino de base e três instituições do ensino médio, designadamente, um Instituto Médio Agrário, uma Escola de Formação de Professores e um Centro Pré-universitário, a população clama por um instituto Superior.

Helena Octávio defende que o projecto de expansão do sistema escolar deve ser acompanhado pela melhoria da sua qualidade. "Se os empresários virarem as suas atenções para aqui, com certeza terão retomo do capital. O Negage é uma zona com inúmeras potencialidades, mas falta capital financeiro e humano para explorá-las", frisou.

Em seu entender, se forem feitos mais investimentos, poder-se-á manter os jovens no município e muitos daqueles que se deslocaram a Luanda por motivos de emprego, poderão regressar.

O senhor Júlio Tuliango, residente neste município há sete anos, realçou por seu turno que apesar dos sinais de evolução descritos pela sua antecessora, o Negage ainda não atingiu os níveis de crescimento e de desenvolvimento esperados.

Recordou que este município era equiparado, a nível nacional, com o Lobito, em Benguela. "Estamos a começar tudo do zero. A guerra retardou o desenvolvimento deste município. Até porque a região norte do país foi das mais afectadas", reiterou.



Citou que entre os vários empreendimentos que eram fundamentais ao crescimento do sector agrícola destruído pela guerra, estão as estações experimentais agrícolas que nos anos 80 eram geridas por técnicos alemães.

Júlio Tuliango considera que, caso se efective o plano de repovoamento do planalto de Camabatela (abarca as províncias de Uíge, Malanje e Cuanza Norte), dar-se-á um maior impulso ao sector.

O programa de repovoamento da região prevê importar, ainda este ano, oito mil cabeças de gado bovino para confinamento e duas mil e 500 para reprodução, num total de dez mil e 500 animais.

O jovem Bartolomeu André, que também falou a O PAÍS, disse que as pessoas que se deslocarem ao Negage em turismo, poderão desfrutar das belezas das grutas do Kissarie contemplar as misteriosas e enigmáticas pinturas rupestres das enormes pedras das matas de Cassadi. Na sede do município existem algumas unidades hoteleiras, entre as quais um hotel de três estrelas e diversos restaurantes.

Luanda trocada pelo Negage

Ao concluir o ensino médio, há oito anos, a jovem Pata Morena Pedro emigrou da capital do país para o Uíge em busca do apoio dos seus parentes, residentes nesta província' com o propósito de fazer a formação superior.

O facto de os seus parentes residirem no Negage, a 30 quilómetros da Universidade Kimpa Vita e do ISCED/Uíge, instituições em que pretende estudar, não a inibiu de se instalar na cidade vizinha (Negage) por se ter encantado com a acalmia da urbe.

A jovem confessou não ter sido fácil adaptar-se porque, contrariamente ao clima quente de Luanda, o do Negage é húmido, com mais incidência nos últimos quatro meses da época chuvosa (de Fevereiro a Maio).

Durante essa fase, Pata Morena ficou diversas vezes doente, razão pela qual não conseguiu fazer o teste de admissão nas supracitadas instituições de ensino pública, nas datas previstas.

"Em todos os lugares há situações que agradam e outras que nem por isso. E aqui no Negage, não é diferente. Dá para viver. A comida é muito boa e o convívio com os vizinhos tem sido bastante salutar", frisou.

Apesar de não ter concretizado o sonho, disse sentir-se feliz por ter conseguido o seu primeiro emprego

(na função pública, em regime de contrato) e o privilégio de se tornar mãe.

A nossa interlocutora, que carrega no ventre o terceiro filho, afirmou que não pensa mudar-se do Negage tão cedo, salvo se por razões alheias à sua vontade.

Pata Morena contou que o facto de os munícipes da sede terem à sua disposição várias escolas públicas poupou-lhe dificuldades para matricular os seus dois filhos.

Os cerca de 140 mil habitantes deste município e arredores têm à sua disposição uma unidade hospitalar de referência que beneficiou de obras de ampliação e modernização, tendo sido, nas duas sedes comunais, recentemente inaugurados um Centro Ortopédico e centros de saúde diversos.

## I.12 A redistribuição do rendimento como modelo de acumulação alternativo

*Jornal Expansão*  
30 De Junho de 2017

As eleições estão a chegar e as forças políticas que disputam o pleito eleitoral ainda não explicaram, nos seus programas de governação ou nos seus comícios, qual vai ser o modelo e o processo de redistribuição do rendimento.

O índice de Gini em Angola está estimado entre 0,55 e 0,60, valor característico de um desigual acesso ao rendimento nacional, compaginável com as altas taxas de pobreza e os elevados coeficientes de desaproveitamento da força de trabalho, revelados pelas taxas de desemprego. Já no artigo anterior mostrei a relativa irrelevância da correlação entre emprego-crescimento-pobreza. Evidentemente que mais emprego pode significar mais rendimento disponível para a força de trabalho, dependendo a validade desta relação do tipo de emprego (qualificado ou não qualificado) e do valor da remuneração média.

Kalecki demonstrou, há muitas dezenas de anos (1), que o crescimento económico pode dar-se à custa dos pobres (2), se for acompanhado de inflação nos bens de primeira necessidade (uma das características da inflação angolana sendo, por isso, correctas algumas medidas oficiais visando controlar a sua subida). Para se descobrir se o crescimento beneficia os pobres (ou não) é fundamental ter-se em devida linha de atenção a produção (sua

composição, em linguagem marxista, a composição orgânica do capital), a acumulação (como se repartem os ganhos de produtividade e as condições do trabalho assalariado.

Sendo o MPLA o partido político que tem um Comité de Especialidade de Economistas pergunto se estas matérias tem estado a ser objecto de estudo sério e profundo ou se limita a apresentar um arrolamento de intenções para as próximas eleições. Continuo a pensar que os problemas de redistribuição do rendimento são importantíssimos e delicadíssimos, talvez mais do que a diversificação da economia, porque se a riqueza e o rendimento permanecerem concentrados nas mãos dos (poucos) agentes políticos e económicos ligados ao MPLA, a diversificação não terá massa crítica para se realizar.

Uma política económica de redistribuição apresenta uma série de vantagens:

- a) É desejável seja em que contexto for.
- b) Engendra um duplo dividendo: reduz a pobreza de hoje, potenciando a sua diminuição no futuro. É o fenómeno contrário ao da histeria da pobreza: quanto mais alta for no presente mais alta será no futuro.
- c) Pode conciliar eficácia com equidade. Este "trade off" é dos mais importantes da Ciência Económica.
- d) É um instrumento de legitimidade política, nas situações em que os Estados - por serem autoritários ou ditatoriais ou não democráticos não dispõem de reconhecimento dos cidadãos.

O debate sobre esta matéria centra-se, na maior parte das vezes, sobre a escolha entre redistribuição de activos e redistribuição monetária, sob a forma de subvenções, subsídios, preços administrados, protecção social, seguros-saúde (ou reforço dos sistemas nacionais de saúde), subsídio de desemprego (considerado como um dos estabilizadores automáticos da política orçamental), com o objectivo de se corrigirem as falhas de mercado. Este tipo de transferência de rendimento não provoca alterações nem

profundas, nem consolidadas e muito menos sustentáveis, bastando, nas economias dependentes das receitas de exportação (fiscais e para a economia), a ocorrência de abalos nos preços e nos mercados de "commodities" para que esse tipo de redistribuição seja posto em causa. Daí que a redistribuição de activos seja a melhor modalidade para reduzir sustentadamente a pobreza (retirando da armadilha da pobreza o maior número possível de cidadãos) e aumentar as capacidades da população (necessárias

para encontrar emprego e conseguir salários elevados).

Nesta segunda modalidade assume destaque o fornecimento de educação de qualidade pelo Estado, o crédito em condições economicamente suportáveis (microcrédito pode ser uma modalidade para se democratizar os empréstimos, em particular junto das populações mais pobres) e a redistribuição da terra. Em Angola, este factor de produção parece estar em pleno emprego, dado que todas as terras férteis estão ocupadas (pelos agentes políticos ligados ao poder e ao MPLA), mas de uma forma improdutivo (3). Em termos de propriedade e de apropriação, o factor terra está em pleno emprego, mas do ponto de vista económico (da eficiência) a subutilização e o sub-emprego são evidentes.

Quatro modalidades de redistribuição de activos são possíveis:

- a) A do crescimento qualitativo ligado à sua difusão pelos sectores mais intensivos em trabalho e em criação de rendimento, e, portanto, os mais potencialmente aptos a reduzir a pobreza. Pensa-se, aqui, no apoio ao sector informal urbano das economias (e à sua reconversão) e às políticas e medidas de desenvolvimento rural. Incluem-se, também, as infraestruturas de apoio às populações rurais (irrigação, estradas, circuitos de comercialização campo-cidade e cidade-campo) e a outras categorias de pobres.
- b) As centradas no reforço do capital humano através do acesso generalizado aos serviços sociais (cuidados primários de saúde - o fornecimento de saúde em Angola está, na verdade, numa situação de calamidade pública, pelos relatos diários, desde 2015, sobre o atendimento e a falta generalizada de medicamentos e outras utilidades nos hospitais - vacinação generalizada, educação alargada, alfabetização), assim como intervenções sobre a melhoria do ambiente de negócios (acesso ao crédito, acesso à propriedade fundiária, acesso às tecnologias apropriadas).
- c) As que visam permitir uma expressão mais livre e mais directa às populações quanto às suas necessidades e aos meios de se organizarem e de exercerem um direito de acompanhamento e controlo dos programas públicos.
- d) As que se centrem em instrumentos e políticas bem focadas.

### I.13 Consumidores de Luanda enfrentam preços proibitivos

*Jornal A República*

30 De Junho de 2017

Fonte: *Lusa*

os cidadãos de Luanda consideram que a capital angolana "não é apenas a cidade mais cara do mundo para expatriados" mas "também para os próprios nativos", pelo custo de vida, altos preços e limitações na aquisição de bens e serviços.

Os luandenses ouvidos pela *Lusa* manifestaram-se descontentes com o actual nível de vida marcado por contenção de gastos. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística angolano citados pela *Lusa*, a inflação registada em 2016 foi de quase 42%.

Augusto Cassua, desempregado, diariamente circula pela cidade à procura de qualquer trabalho para poder adquirir algo para comer num cenário de "preços assustadores": "Tento fazer alguma coisa, mas não consigo porque aqui tudo é dinheiro e nem sequer tenho alguém que me apoie. Hoje em dia o emprego continua difícil e os preços, sobretudo da alimentação, estão cada vez mais puxados": contou à *Lusa* o luandense de 34 anos.

Denise Jorge questionou o título atribuído à cidade, considerando ser "uma autêntica brincadeira" o facto de Luanda "nem sequer ter saneamento básico" e ser considerada a mais cara do mundo. A estudante de 29 anos acrescentou que os preços em Luanda "custam os olhos da cara" e lamentou ainda a falta de oportunidades de emprego para jovens.

Os preços dos bens de primeira necessidade em Luanda também deixam estupefacta a estudante Etelvina Capita que disse estar triste com a classificação da cidade face "ao elevado nível de pobreza num país que tem muitos recursos": "É triste. Tudo está muito caro, começando com os frescos, antigamente com 10.000 kwanzas conseguia comprar frango, costeletas, entrecosto, febras e agora com esse valor apenas compramos uma caixa de frango e mais nada", lamentou. Esta luandense deixou de comprar legumes, por exemplo, porque "agora é impossível devido aos preços":

Por seu lado, o psicólogo Josué de Oliveira conta que deixou de adquirir leite para os filhos porque os preços de bens e serviços na cidade de Luanda "dispararam": lamentando a carência de muitos cidadãos em Luanda. "Mas é muito triste porque há pessoas que passam muito mal para ter pelo menos uma pequena refeição": observou.

Angola enfrenta desde finais de 2014 uma profunda crise financeira, económica e cambial decorrente da quebra nas receitas com a exportação de petróleo e só entre Janeiro e Dezembro de 2016 viu a inflação ultrapassar os 40 por cento, segundo números do Instituto Nacional de Estatística.

### I.14 Quando os números não coincidem

*Novo Jornal*

30 De Junho de 2017

Texto: *Luís Bernardino*

Fica uma última, mas muito importante questão: a fiabilidade dos números tratados até agora pelas instâncias internacionais, e que serviram desde o início do século, para monitorizar as taxas de mortalidade em crianças, e dar uma base factual aos grandes esforços dos países e da comunidade internacional para se tentar atingir em 2015 os "Objectivos do Milénio". Esta será posta em causa se, nomeadamente o UNICEF, não fizer um apuramento da metodologia deste estudo e dos que até agora têm sido feitos em Angola e publicar as suas conclusões. Não tenho conhecimento que o tenha feito. .

Um método que faz projecções de taxas de doença e mortalidade baseado em determinados parâmetros tem sido utilizado pelo IHME (Institute of Health Metrics and Evaluation) e publicado como "O peso Global da Doença em 2015", como pródromo de um instrumento de monitorização do programa pós - "Objectivos do Milénio" - o SDG (Sustainable Development Goals - Metas Sustentáveis de Desenvolvimento).

Os números de 2015 publicados para Angola - e que provavelmente entram em linha de conta com a informação do INE (The Lancet, 388, Number 10053, October, 8-14, 2016) - são:

Nados mortos: 26.91

Mortalidade neonatal: 23.48

Mortalidade Pós-Neonatal: 29.97

Mortalidade menos de 5 anos: 78.70

Sendo uma projecção, o valor de 78.79 para a MIJ pode variar nos limites de 60.29 e 100.90.

A título de comparação, o valor da MIJ encontrado nesta estatística para Moçambique é de 77.93 e o de

Cabo verde é de 28.16. Note-se que, contrariamente aos números de Angola, estes números de Moçambique e Guiné estão muito próximos dos publicados pelo UNICEF para 2015: respectivamente, 79 e 25.

Aguardemos o Relatório do UNICEF de 2017.

## 2. MICROFINANÇAS

### 2.1 BUE adverte devedores

*Jornal Economia e Finanças*  
2 De Junho de 2017

O Balcão Único do Empreendedor (BUE), na província do Huambo, concedeu uma moratória aos seus devedores, para evitar responsabilizá-los civil e criminalmente, uma vez que o prazo de cinco anos para o cumprimento da obrigação terminou.

A informação é da coordenadora local do BUE, Maria da Conceição Katuvala. Em declarações à Angop, a gestora disse que, apesar de haver incumprimento dos micro-empresários beneficiados pelo financiamento, o BUE vai continuar, por um tempo indeterminado, a efectuar cobranças.

Informou que na província do Huambo, no período de 2012/2013, foram cedidos 98Z milhões 735 mil 122 kwanzas, a 1.680 micro-empresários. Deste valor, apenas seis milhões 681 mil 86 kwanzas foram reembolsados até o I trimestre do ano em curso.

Maria da Conceição Katuvala lamentou, todavia, a falta de honestidade dos beneficiados, porque a situação tem dificultado a planificação de novas acções de financiamento das empresas que estão a ser constituídas no BUE.

O Balcão Único do Empreendedor, criado nos termos do Decreto Presidencial ao/12, de 13 de Março, é um mecanismo que o Estado encontrou para facilitar a constituição de empresas, pelo facto de existirem muitos cidadãos no mercado informal a exercerem trabalhos de prestação de serviço sem prévia legalização.

Na província do Huambo funcionam u balcões que, desde Novembro de 2014, criaram 510 pequenas empresas cujo arranque da actividade está dependente do reembolso dos que se beneficiaram nos anos anteriores.

Desde a abertura do primeiro balcão, em 2012, foram já constituídas, nesta região, 2.190 micro-empresas dedicadas no ramo do comércio, prestação de serviços, hotelaria e turismo.

### 2.2 BCI concede crédito a 25 mulheres

*Jornal de Angola*  
4 De Junho de 2017  
Texto: Casimiro José

Vinte e cinco mulheres, que se dedicam ao processamento de pescado nos municípios do Sumbe e Porto Amboim, na província do Cuanza Sul, receberam sexta-feira micro-crédito para potenciarem o seu negócio e maximizarem a produção de pescado, em acto presidido pelo director-geral do Instituto de Pesca Artesanal (IPA) do Ministério das Pescas.

O micro-crédito é um financiamento do Banco de Comércio e Indústria (BCI), na base de um acordo assinado com o Ministério das Pescas, através do Instituto de Pesca Artesanal e vai conceder crédito de 500 mil kwanzas para cada beneficiária, reembolsável por um período de 12 meses, com um período de graça de dois meses.

A directora de Particulares e micro-crédito do Banco de Comércio e Indústria, Isabel Santos, disse que a escolha das 25 beneficiárias deveu-se dessas mulheres terem honrado os compromissos assumidos durante a primeira fase do projecto, que decorreu em 2014, através do Fundo de Apoio à Pesca (Fadepa). "As 25 mulheres foram seleccionadas tendo em conta a sua pontualidade no reembolso do micro-crédito que receberam do Fadepa, mostrando a sua capacidade de gestão e honra dos compromissos assumidos", disse.

Isabel Santos disse acreditar que com o aumento da tranche do micro-crédito as beneficiárias vão maximizar a actividade de processamento do pescado nos municípios do Sumbe e de Porto Amboim.

"Estamos optimistas quanto ao êxito que possa resultar deste micro-crédito, porque essas mulheres demonstraram a sua veia empreendedora. Na medida que forem reembolsando, vai abrir-se a oportunidade para outras mulheres que queiram aderir ao projecto", frisou a directora de Particulares e micro-crédito do BCI. Acrescentou que potenciar as mulheres com micro-crédito vai beneficiar também as famílias, por serem elas o garante da sustentabilidade de muitos lares.



O director-geral do Instituto de Pesca Artesanal (IPA), NsokiLuyeye, fez saber que o fomento de actividades geradoras de rendimento passa pela sua potenciação com recursos financeiros, salientando que a beneficiação com micro-crédito alinha-se nesse sentido.

Nsoki Luyeye disse que o micro-crédito está inserido no programa do Executivo de combate à fome e redução da pobreza, adiantando que o mesmo se vai estender a outras franjas da sociedade, entre jovens e mais velhos, que queiram aderir ao projecto.

No encerramento do acto, que decorreu no Centro de Processamento de Pescado da Mulher Empreendedora de Porto Amboim, o director provincial das Pescas, Adão da Silva Pereira, considerou o projecto como mais um apêndice dos esforços que se juntam ao programa do Executivo de diversificação da economia. "Este acto que testemunhamos está na direcção certa, de potenciar as famílias, mas também maximizar a produção", disse.

## 2.3 Banco no telemóvel está em expansão

*Jornal de Angola*  
13 De Junho de 2017  
Texto: Madalena José

O Xikila Money, uma instituição financeira angolana que baseia as operações no telemóvel, registou, dois meses depois do início das actividades, a abertura de mais de 20 mil contas, 75 por cento das quais de clientes transaccionais, de que 20 por cento são utilizadores desses aparelhos.

A informação foi dada ontem, em Luanda, pelo o director de Departamento de Marketing do banco, Dalmo Silva, numa conferência de imprensa dedicada à abertura e ao funcionamento do Xikila Money.

A instituição oferece, a partir de um telemóvel, serviços como depósitos a ordem, transferências interbancárias, envio de remessas nacionais, pagamento de serviços de telecomunicações, televisão, energia e em estabelecimentos comerciais, levantamentos, consultas de saldo e movimentos e alteração do código secreto.

O banco quer trazer para o sistema financeiro pessoas que não tenham conta bancária e optem por um banco próximo e fácil de contactar, sem longas filas.

A médio e longo prazo, o Xikila Money projecta desmaterializar o dinheiro físico e passar para o dinheiro digital, como acontece em alguns países do mundo de acordo com o director de departamento de Marketing.

Xikila Money tem três agências e 90 quiosques em Luanda, uma agência e 30 quiosques no Huambo, projectando elevar e instalar outros 110 destes últimos pontos de atendimento para 110, dos quais 90 na capital e 20 na cidade do planalto central.

À semelhança do que já acontece em muitos países africanos, o Xikila Money vai promover a inclusão financeira através da proximidade dos quiosques de rua e outros postos de atendimento caracterizados pela extrema facilidade e rapidez no processo gratuito de abertura de conta, que passa pela recolha de dados biométricos e fotografia dos clientes. No Xikila Money o cliente pode fazer depósitos de até 80 mil kwanzas por dia. São accionistas do banco Xikila Money a empresa dos Correios de Angola com 20 por cento, a Empresa de Seguros de Angola (ENSA) com dez por cento e o restante por capital privado.

Xikila é um modelo de banco com sistema financeiro mais simples e acessível, muito difundido no continente africano, onde, em 2016, instituições do género superaram a cifra de 277 milhões de contas. Em todo o mundo existem 500 milhões de contas registadas.

Mais de 40 por cento de adultos em países como o Quênia, Tanzânia, Zimbábwe, Gana, Uganda, Gabão e Namíbia são utilizadores activos.

## 2.4 Projecto dá esperança a jovens

*Jornal de Angola*  
14 De Junho de 2017  
Texto: Edivaldo Cristóvão

O programa "Empreendedorismo na Comunidade" formou, desde 2013, um total de 78.579 jovens e concedeu microcrédito "Sol Amigo" a 9.221 jovens, disse ontem em Luanda o ministro da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social.

Pitra Neto explicou que o montante para aquisição do crédito vai de mil ao equivalente a cinco mil dólares. "O retorno dos créditos tem sido satisfatório, numa ordem dos 88 por cento e a maior partes dos jovens que recebem o crédito fazem a devolução ao Banco Sol."

O ministro referiu que o programa sobre o "Empreendedorismo na Comunidade", que engloba o microcrédito "Sol Amigo" e "Avanço", surgiu na década de 1990, por orientação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, atendendo ao fluxo migratório de muitas famílias que saíram das suas zonas de origem devido à guerra, que deu origem a uma taxa elevada do desemprego.

Pitra Neto explicou que houve necessidade de criar programas que fomentem o auto-emprego, virado para o sector da economia informal. O programa estava inicialmente direccionado para atender as pessoas que antes trabalhavam e, em consequência da guerra deixaram de trabalhar, mas tinham uma profissão.

O programa "Empreendedorismo na Comunidade" consistia na capacitação rápida e breve, onde o cidadão recebia um "kit" para exercer a sua actividade laboral. "Felizmente, com a conquista da Paz o país começou a conhecer sinais de estabilidade macro-económico, político militar e reconciliação entre os seus filhos dando maior avanço a esses projectos", disse o ministro.

O programa "Avanço", lançado em 2013, tem como objectivo identificar, na comunidade, profissionais que fazem a reparação de parabólicas e de moto táxis.

O programa já capacitou em cursos de gestão de pequenos negócios 548 mil jovens nas áreas de barbearia, montagem e reparação de antenas parabólicas, de geradores de pequeno porte, de telemóveis, desenho gráfico, fotografia e digitalização.

O Sistema Nacional de Formação Profissional tem tirado muitos jovens do desemprego. Até ao momento foram criados um total de 595 centros de formação, registados mais de 234.744 formandos e, destes, 196.884 terminaram os cursos com sucesso nas 111 especialidades ministradas. Por cada jovem formado o Estado gasta mais de 800 mil kwanzas.

O presidente do conselho de administração do Banco Sol disse que a banca angolana é parceira do Executivo na concretização das políticas de fomento, promoção e consolidação empresarial.

Coutinho Nobre Miguel referiu que a banca tem estado presente para a contribuição da transformação da vida real das famílias angolanas.

## 2.5 Xikila Money do Banco Postal já tem 20 mil clientes

*Jornal O PAÍS*

*14 De Junho de 2017*

*Texto: Branda Sambo*

Desde Março, 20 mil pessoas já aderiram ao serviço Xikila Money, um dos segmentos de negócio do Banco Postal e que permite transacções bancárias através de um terminal móvel.

O director de marketing da Xikila Money, Paulo Silva, adiantou ontem, no acto de lançamento da operação do novo serviço, que este propõe a inclusão financeira das pessoas, permitindo que "muito facilmente qualquer cidadão maior de idade possa abrir uma conta bancária!". Os testes operacionais da unidade de negócios do Banco Postal tiveram início em Março, com a abertura de quatro agências, três na província de Luanda, capital do país, uma no Huambo, e 90 quiosques ou postos bancários, 60 dos quais instalados em Luanda e os restantes no Huambo.

"Por vezes, a barreira para a bancarização é a falta de documentação exigida pela banca convencional, nós temos uma solução que permite mesmo com a apresentação de menos documentos, sem a apresentação do número de identificação fiscal ou de um comprovativo de morada, nós facilitamos a abertura de contas das pessoas", sublinhou.

Paulo Silva avançou que actualmente já é possível, através de uma mensagem de telemóvel, fazer-se, por exemplo, um carregamento de saldo para um telemóvel.

"Já temos uma oferta mais alargada, já é possível pagar energia, serviços de televisão, o telemóvel passa a ser o instrumento fundamental para a vida das pessoas para transaccionar as suas necessidades de serviços financeiros", frisou.

O responsável referiu ainda que cerca de 60 estabelecimentos comerciais já aderiram à solução, destacando a "boa adesão" ao serviço.

Neste período inicial, os depósitos e o pagamento de bens e serviços foram as principais transacções financeiras registadas, sendo que das 20 mil contas abertas 75% são clientes transaccionais e 20% utilizadores de 'smartphone'.

A conta de depósitos à ordem Xikila Money, destinada a particulares, pode ser aberta com um mínimo de Kz 100, permitindo, através de um telemóvel, ao cliente fazer depósitos e levantamentos, e também pagar as compras do dia-a-dia, pagar as contas da energia, água, televisão, Internet e fazer transferências. Está isenta da cobrança de comissões respeitantes à manutenção de conta. O titular da conta tem de ser maior de 18 anos, ou menor, desde que aberta pelos pais, tutores ou representantes legais, residente em Angola, e possuir um telemóvel.

Possibilita ainda a realização de transferências, que podem ser feitas entre contas Xikila, ou para outras contas bancárias, bem como o envio de dinheiro para quem não tem conta bancária. No primeiro caso, transferências entre contas Xikila, estas são efectuadas a partir de um telemóvel, por SMS ou através da aplicação Xikila Money, recebendo o cliente uma mensagem no telemóvel a confirmar a transferência efectuada. Também podem ser realizadas transferências para outras instituições, através do telemóvel ou numa agência ou quiosque Xikila Money.

Também, apenas com o recurso ao telemóvel, podem ser efectuados pagamentos na Rede Paga Aqui, que reúne os comerciantes aderentes aos Terminais de Pagamento Automáticos (TPAs) do Xikila Money. Através da App Xikila ou por SMS, na Web ou numa agência ou quiosque Xikila Money pode carregar-se o saldo do telemóvel e pagar o serviço de televisão, Internet, as contas de energia e água. Uma SMS confirma sempre o pagamento realizado. Os pagamentos efectuados no Xikila Money não têm custos adicionais.

Podem ainda ser efectuados levantamentos, consultas de saldo e movimentos e alteração do código secreto.

Mais de 100 postos bancários Mais de 100 "quiosques" serão instalados nas províncias de Luanda (90) e Huambo (20).

A instituição bancária tem como accionistas entidades empresariais nacionais públicas e privadas, entre as quais se destacam a Empresa Nacional de Correios e Telégrafos de Angola, E.P., a ENSA Seguros de Angola, S.A., o Grupo ENSA - Participações e Investimentos, S.A., a EGM Capital e a C8 Capital.

(. com agências)

## 2.6 Bane sol aposta no desenvolvimento das comunidades

*Jornal Visão*

*16 De Junho de 2017*

*Texto: N'goma Pedro João*

Para direcção do banco, o micro-crédito possibilita o auto-emprego e consequentemente o aumento do capital individual, o que, em muitos casos, se traduz na restituição da cidadania e acima de tudo da dignidade.

Esta opção estratégica pelo microcrédito surgiu com base na falha que havia no mercado em termos de acesso a serviços bancários pelas camadas mais pobres. O objectivo era precisamente o de minimizar esta situação e com o nosso exemplo, influenciar outras instituições financeiras a entrar para este mercado.

Existe ainda muita relutância sobre o sucesso que se pode atingir ao apostar no microcrédito. "No entanto, acreditamos que ao impulsionar o crescimento económico da classe mais pobre através do recurso ao Crédito Bancário, funcionamos como um catalisador à promoção de micro-empresas e esta é uma estratégia de negócio rentável, embora a longo prazo"; refere.

Cada vez mais, em todo mundo, o microcrédito é visto como uma ferramenta de desenvolvimento altamente reprodutiva. O Banco sol acredita que colaborar com a expansão de micro-empresas é, sem dúvidas, uma forma eficaz de combate à pobreza e consequentemente crescimento económico e social do país.

Segundo o Ministro do MAPTSS, António Pitra Neto, "o projecto micro-crédito surgiu em 2005, depois do alcance da paz em 2002. O senhor presidente da República, José Eduardo dos Santos, na altura tinha orientado o MAPTSS na criação de condições condignas para os jovens que auguravam uma reintegração social aceitável após o fim do conflito armado, para assegurar um desenvolvimento sustentável no seio das comunidades angolanas.

O ministro informa ainda que este projecto é financiado pelo Instituto Nacional de Formação Profissional INEFOP, que estabeleceu com os dois Bancos Comerciais BCI e o BAI para junto destas duas instituições bancárias criar um programa de apoio ao empreendedorismo nas famílias, programa esse que não foi concretizado, tendo sido estes dois bancos ficado pela caminhada da carruagem. Desta feita, também foram implementadas certas medidas para que o MAPTSS encetasse contactos através destas duas instituições na implementação de várias medidas que visassem beneficiar a juventude.

O MAPTSS escolheu por orientação superior do presidente da República, José Eduardo dos Santos, o público alvo, os jovens empreendedores de ambos os sexos e com uma abrangência nacional desde de 2011, o Banco Sol pela sua experiência no sector de microcrédito lhe foi adjudicado a responsabilidade de gestão e atribuição deste microcrédito e o projecto tem vindo a conhecer progressos assinaláveis.

O valor global do projecto é de um bilhão 585 milhões de kwanzas, que já beneficiou cerca de 8.703 jovens em todo o território nacional.

De acordo com a fonte que estamos a citar adiantou as províncias têm uma taxa bonificado na ordem de 3%, é o Sol que tem sido o operador dos fundos disponibilizados pelo INEFOP, e a taxa de retorno destes fundos está na ordem 93%, o que demonstra a capacidade de gestão rigorosa do Sol.

Segundo fez saber o senhor ministro Pitra Neto, este programa tem uma particularidade porque os jovens recebem a formação técnico - profissional sobre como devem gerir o micro-crédito e fazem a coabitação com o negócio o lhes confere uma outra dignidade diferente e com uma outra dinâmica em prol do desenvolvimento.

A formação técnico-profissional na gestão do microcrédito para os jovens tem permitido aos jovens a aplicabilidade dos conhecimentos desta formação, e o que tem garantido o sucesso de cada jovem deles.

Este programa de empreendedorismo nas comunidades é de carácter peculiar e possui características próprios com uma mão sabia do senhor presidente da República José Eduardo dos Santos e os resultados são claramente visíveis, segundo Pitra Neto.

Este programa sempre confere as comunidades uma dignidade, cidadania e desenvolvimento sustentável, e com um sistema financeiro que assegura o bem-estar social das famílias e a rentabilidade económica das empresas, também são assinaláveis.

Com este programa sai a ganhar o país e o banco Sol, que é a mola impulsadora deste amplo projecto. O MAPTSS, exerce um papel preponderante na aplicabilidade dos fundos, aqui o Sol mostra-se capaz na gestão da coisa pública. Parabéns Sol, pela sapiência.

## 2.7 «O nosso objectivo é promover fortemente a inclusão financeira»

*Novo Jornal*

*16 De Junho de 2017*

*Texto: Hortêncio Sebastião*

Como aparece a Xikila Money e porquê esta denominação e não outra?

A Xikila Money é uma unidade de negócios do Banco Postal que está mais voltada para os clientes particulares, o foco muito grande na inclusão financeira e na bancarização das pessoas. O nosso público são clientes particulares de médio, médio-baixo e baixo rendimentos. E é nossa intenção trazer as pessoas que estão à margem do sistema financeiro, ajudar na bancarização das populações. A marca xikila Money, a Xikila, deriva do termo "kixikila", que é um conceito amplamente conhecido pelas populações. Daí nós utilizarmos este diminutivo de Kixikila, por causa da proximidade e do fácil entendimento, porque as pessoas depois conseguem relacionar um conceito que tem a ver com o dinheiro e com os serviços financeiros, ainda que de uma forma informal. Depois o "money", que é um estrangeirismo, mas amplamente reconhecido como dinheiro ou recursos financeiros. Essa é a conjugação que determinou a marca.

Que produtos a instituição oferece ao grande público?

Neste momento, o Xikila Money tem os serviços normais da banca, como depósitos à ordem, levantamentos, transferências interbancárias, para outros bancos e de outros bancos para a conta Xikila, procedemos pagamentos de serviços nos nossos diferentes canais, nas agências, nos quiosques, mas também através do telemóvel, pelo canal SMS, através da nossa aplicação no nosso website. Temos pagamentos em estabelecimentos comerciais, onde temos uma rede bastante alargada à nossa solução de pagamento com o telemóvel. Dispomos de cerca de 300 estabelecimentos comerciais que já aceitam pagamentos com telemóvel na nossa rede Paga Aqui, e estamos a desenhar produtos de micro-empréstimos que vamos introduzir no mercado.



Há três no mercado nacional que balanço se pode fazer?

O balanço é bastante positivo. Nós estivemos no mercado de um modo mais experimental, sem qualquer comunicação abrimos as portas, as nossas agências e quiosques. Estamos em Luanda e no Huambo, temos mais de 20 mil clientes com contas abertas, dos quais cerca de 75% são clientes que já fazem transacções através do Xikila nos diferentes canais. O volume de depósitos tem vindo a aumentar diariamente, talo número de transacções, achamos que o balanço é bastante positivo nesta altura.

O Xikila Money é um banco como uma estrutura "bastante simples, mas o facto de utilizarem o telemóvel nas transacções num país em que o nível de escolaridade ainda é baixo não quebra as vossas expectativas?

Achamos que não. Temos um desafio neste momento, que é ensinar o Xikila Money às pessoas, os benefícios e vantagens de ter uma conta no nosso banco. Achamos que o telemóvel é uma vantagem, basta ver os níveis de utilização, que são cerca 60%, dados de 2015. E dos 14 milhões de utilizadores de telemóvel cerca de 30 a 40% usam smartphones. Por isso, achamos que o telemóvel não será uma barreira, mas vai facilitar, porque as pessoas fazem chamadas, enviam mensagens e é só isso que é necessário para transaccionar no Xikila. A nossa solução tem ainda a vantagem de poder ser utilizada tanto por telemóveis mais básicos, como o vulgar laranjinha, assim como por telefones mais sofisticados.

Quais são as vossas expectativas quanto à cobertura nacional e clientes?

No que diz respeito à cobertura, pretendemos alargá-la a todo o país. Quanto aos números e clientes, deixava o desafio para vocês, jornalistas, até onde poderemos chegar. Com apenas três meses de operação, sem qualquer tipo de comunicação, já temos 20 mil clientes. Agora que começamos a comunicar, também já sentimos que o nível de adesão aumentou substancialmente. Cremos que em termos de clientes vamos atingir números bastante significativos até ao final do ano. Neste ano, ainda não temos uma estimativa.

A Xikila Money está actualmente em duas províncias, nomeadamente Luanda e Huambo. Para quando a sua expansão noutras regiões?

O que pretendemos é consolidar a nossa presença em Luanda e no Huambo. Queremos para já finalizar o nosso plano inicial de instalação de 200 quiosques, 150 em na capital e mais 50 no Planalto Central. Consolidar a operação nessas duas zonas geográficas,

e já estamos a trabalhar nisso. É através do nosso canal de agentes que nos iremos expandir mais rapidamente para as restantes províncias.

Como é que está distribuída a estrutura accionista do Bancó Postal?

O Banco Postal tem uma estrutura accionista mista, com capital privado e capital público. Da parte do capital público os accionistas são os Correios de Angola e a ENSA, da parte privada os accionistas são a EGM Capital e o C8 Capital. O nosso objectivo é promover fortemente a inclusão financeira.

## 2.8 Banco Sol e Cofre da Providência enganam professores

*Jornal Liberdade*

*30 De Junho de 2017*

*Texto: Ana Mendes*

Segundo os defensores dos direitos dos professores, os acordos assinados em Setembro de 2016, em as duas instituições com o objectivo de conceder créditos aos professores, as verbas estavam avaliadas em cerca de dois biliões e quinhentos milhões de Kwanzas (2.500.000.000.00 Kwanzas), e até agora em todo o país nenhum professor recebeu tal crédito, disse o Secretário-geral do SINP- TENU Zacarias Alberto.

O sindicalista descreveu ainda que, vários professores em Luanda, fizeram inscrições no ano passado nas dependências do Banco Sol, para beneficiarem de crédito, que os dirigentes máximos do Banco Sol e do Cofre de Providência para professores (CPP), haviam tornado público, "mas infelizmente até agora nada se concretizou", afirmou Zacarias Alberto. Por outro lado a professora Madalena Domingos Bondo, lembrou que estava presente no dia das assinaturas dos acordos e, na mesma ocasião, segundo recorda a professora, o presidente do conselho de administração do Banco Sol, Coutinho Miguel, teria explicado que a construção de uma sociedade equitativa e inclusiva requer o desenvolvimento do capital humano, como elemento fundamental para todas as mudanças.

Na altura, disse o PCA do Banco Sol, o sector da educação desempenha um papel importante na qualificação, formação e diferenciação técnico-científico dos recursos humanos que são os agentes de mudança, para quem vai contribuir para a melhoria de vida daqueles que têm a responsabilidade de formar o homem.



"Os professores, que antes já tinham acesso ao crédito bancário, a partir desta data terão de forma diferenciada, sem avalista, pois o Cofre da Providência assumirá o papel de garantia aos seus associados" disse na ocasião Coutinho Nobre Miguel.

Por seu turno Alberto Domingos, avançou que até o presidente da direcção do CPP, Miguel Flávio Bongo, havia referenciado que o acordo vai servir para manter diálogo constante, ao mesmo tempo que terá uma incidência real e efectiva na transformação da vida dos professores e as suas respectivas famílias.

Assinaram o contrato pelo Banco Sol, o presidente do conselho de administração e a administradora executiva, Coutinho Miguel e Carla Van-Dúnem, enquanto pelo Cofre da Providência de Professores (CPP) assinou Miguel Flávio Bongo, respectivamente, rematou.

Os nossos interlocutores disseram ainda que tais situações têm sido constantes quando se aproximam as eleições, determinadas instituições criam projectos para enganar ou distraírem uma determinada franja da sociedade para tirarem lucros eleitorais. Tentamos o contacto com o Presidente do Conselho de Administração do Banco Sol,

Coutinho Nobre Miguel, não fomos bem-sucedidos e muito menos retomou as chamadas e mensagens por si enviadas. Pelo que, prometemos trazer outros desenvolvimentos nas próximas ocasiões.

## 2.9 Desvantagens do crédito

*Jornal Economia e Finanças*  
9 De Junho de 2017

As desvantagens de um crédito bancário podem ser prejudiciais aos clientes de um determinado estabelecimento pelo desafio económico que um crédito possa possibilitar, este conduz ao endividamento, o que pode ser nefasto para o usuário, à família e, por conseguinte para a empresa.

Os custos de um crédito são demasiado elevados. É bom ter o dinheiro, ninguém diz o contrário, mas o pagamento dos juros, comissões e outras taxas existentes nos bancos tornam o pagamento do mesmo pesado financeiramente e caso o cliente pretenda efectuar o pagamento da dívida com antecedência terá que pagar uma percentagem.

Se não for a maior, a burocracia é uma das maiores desvantagens na obtenção de um crédito bancário. Os bancos são extremamente cautelosos na selecção dos clientes a quem irão conceder os créditos, por vezes esta cautela excessiva desmotiva o cliente,

forçando-o mesmo a recorrer a empresas privadas que concedem créditos imediatos.

O prazo de pagamento de um empréstimo é geralmente curto e difícil de cumprir, o que obriga a pessoa a um rigoroso esforço financeiro e quiçá recorrer ao banco a fim de negociar um alargamento do mesmo.

Existe uma diversa gama de créditos tudo depende da finalidade do usuário, e eles são o crédito à habitação, ao consumo, ao investimento, automóvel, a estudantes e pessoal. Os produtos variam de instituição para instituição.

Independentemente da finalidade do crédito cedido, este deverá obedecer a determinados critérios de pagamento. Os pagamentos a curto prazo deverão ser efectuados até 12 meses, o de médio prazo no período de 1 a 5 anos e o pagamento com duração de longo prazo efectua-se no período superior a cinco anos.

O banco pode fazer um crédito sem garantias (baseado somente no contrato) ou exigir ao cliente garantias reais ou pessoais.

Como qualquer contrato firmado entre dois agentes, o crédito financeiro também tem os seus riscos, entre os quais a possibilidade involuntária de perda do valor solicitado. Podemos considerar dois tipos de risco: os estratégicos que são riscos assumidos voluntariamente e o involuntariamente. O elevado rigor na exposição destes riscos é fundamental para o sucesso das actividades comerciais. Por outro lado, os riscos não estratégicos são os não controláveis e não condicionam o factor estratégico.

As instituições financeiras têm como objectivo principal gerenciar activamente os riscos financeiros assumindo, intermediando e oferecendo recomendações. O gerenciamento do risco neste sentido fornece protecção parcial contra essas fontes de risco.

Portanto, antes de solicitar um crédito bancário verifique as vantagens e desvantagens do mesmo e se tem capacidade financeira e psicológica para vivenciar o desgaste da devolução do mesmo e o pagamento das taxas de juro e ainda avalie as instituições que melhor satisfazem as suas necessidades e o beneficiem.

## 2.10 Banco Postal quer abertura de 100 postos

*Jornal Economia e Finanças*  
16 De Junho de 2017

Mais de cem postos bancários "quiosques" serão instalados nas províncias de Luanda (90) e Huambo (20), numa iniciativa do Banco Postal, anunciou, esta semana, o director-adjunto de Marketing do banco, Dalmo Silva.

Conforme o responsável, nesta altura, tem quatro agências, sendo três em Luanda e uma no Huambo, com 90 quiosques (postos bancários) instalados, dos quais 60 em Luanda e 30 no Huambo, assumindo um carácter inovador na forma como pretende chegar às populações.

Disse ainda que foram abertas mais de 20 mil contas, dos quais 75 por cento são clientes que fazem movimentos nos quiosques e 20 são utilizadores de smartphone.

Por outro lado, disse que abertura da conta "Xikila Mony" está a transformar sector financeiro angolano, pela forma simples e prática com que se executam todas transacções bancárias a partir de um telemóvel.

A conta Xikila Money, um produto do "Banco Postal", foi constituído com o objectivo de promover a criação sustentável de emprego e a dinamização da economia nacional, através do fomento da inclusão financeira e da formalização de actividades comerciais.

## 2.11 O bom e o mau crédito

*Jornal Economia e Finanças*  
16 De Junho de 2017

Tal como tudo na vida financeira, o crédito é um bem ou um produto transacionável, que é desenhado, produzido, vendido e posteriormente consumido e os bens com tais características são de vária ordem qualitativa, há bons, menos bons, maus e muito maus, então o que será um crédito bom ou mau, ou para quem ele é efectivamente bom ou mau?

O crédito corresponde a ponta do iceberg, pois lá em baixo existe ou deve existir uma base que se quer sólida e que define a qualidade do produto, como todo bem final, a sua utilidade (aquí a utilidade delimita à qualidade) depende dos imputes utilizados.

O bom crédito é sempre aquele que dá origem a outros bons créditos, pois são cumpridos os requisitos de base e o risco é perfeitamente

"assumível" pelo promotor e financiador, pois aqui os projectos de investimento são realistas e ajustado às reais projecções económicas.

Neste contexto, para a economia gerar cada vez melhores créditos é necessário que haja um bem sucedido financiamento inicial (que também pode ter origem num crédito), que dê origem a um investimento, este deve ter viabilidade (que com as vendas possa pagar custos e também devolver o capital e juros).

Para tal, é essencial que aquele investimento se transforme em uma ou várias unidades de negócio que gerem empregos e paguem salários condignos e os seus fornecedores a tempo, que arquem com as suas responsabilidades para com o Estado e, por fim, gerem lucro para quem arriscou na sua criação e juros para quem emprestou o dinheiro, pois de outra forma não valeria apenas investir.

Quando são criados empregos dignos, haverá bons salários que são aqueles que cifram-se sempre acima do consumo, pois apenas desta forma é possível haver poupança. Por outro lado, só com os lucros da unidade de negócio é possível haver reinvestimento naquelas unidades, acumulação de riqueza e mais poupança.

Por outro lado, quando se geram mais, melhores empregos e salários, as pessoas consomem mais, as unidades de negócio facturam mais e a dinâmica económica é mais acentuada e voltada para o crescimento.

Desta forma, o Estado arrecada mais e investe cada vez mais e melhor na economia, aumentando a "dimensão" da capacidade de contratação pública e de forma directa, deverá potenciar a utilização de mais recursos pelo sistema financeiro acrescentando desta forma o caudal de capital para ser emprestado.

É o mesmo que dizer que a poupança das unidades de negócio, das famílias e do próprio Estado, constituem tudo o que nós conhecemos como "fundos emprestáveis" pelos bancos ou por outros financiadores. Para tal, é necessário que exista uma diferença positiva entre o rendimento e o consumo para que se consiga poupar e posteriormente voltar a emprestar aos que estão mais atrás na fila da obtenção do crédito.

Educadamente, respondendo a outra parte da pergunta: poderemos afirmar que estaremos em presença de um crédito mau, quando a dívida a ser contraída não é sustentável ou quando não se cumprem os requisitos básicos para se emprestar o

dinheiro, quando a sombra do risco é tão intensa que cobre o clima ensolarado do retorno?

Não é bom crédito quando é concedido sem a "mínima garantia" (pois nunca é 100 por cento garantido) de retorno, o que vai impactar, por exemplo, na capacidade do investimento, gerar um negócio com cabeça tronco e membros, pois a capacidade produtiva nunca será alcançada, os compromissos com os clientes, trabalhadores, fornecedores e com o Estado jamais serão honrados.

Num cenário de muitos maus créditos, o efeito bola de neve é indubitável, pois se não se entrega a mercadoria ao cliente este não produz (não vende e não paga os seus custos), se não se pagar aos fornecedores deixam de fornecer às várias empresas (deixam de vender e pagar os seus custos).

Se não se pagam os trabalhadores estes deixam de ter condições para trabalhar (deixam de poder sustentar as suas famílias), e por fim, quando não se paga ao Estado, este deixa de prover as infra-estruturas básicas para a vida do cidadão, bem como para o funcionamento do próprio sistema económico.

Neste contexto, para haver crédito e bom crédito é preciso que as instituições sejam fortes e isentas para fazerem cumprir os critérios e que os projectos sejam realistas e versáteis (para acomodarem os processos de ajustamento) e por fim gerem riqueza e dignidade para quem arrisca (investidor), para quem emprega (mão-de-obra) ou quem ele transacciona (fornecedores e clientes), de outra forma não passará de um cocktail envenenado demasiado perigoso para quem empresta, bem como para quem o solicita.

## 2.12 Sol aquece microcrédito

*Jornal Economia e Finanças*  
16 De Junho de 2017

O Banco Sol anunciou, esta semana, em Luanda, ter já disponibilizado, só neste semestre de 2017, um valor global de 150 milhões de kwanzas para apoiar os programas de micro- crédito dirigidos aos jovens empreendedores nacionais.

Na visão do presidente da Comissão Executiva, Coutinho Nobre Miguel, o banco que dirige está empenhado em participar dos esforços do Executivo em garantir formação ao homem, sobretudo jovem, maximizando o potencial e as oportunidades que o mercado dispõe aos criadores de ideias inovadoras.

"O homem é o principal recurso em Angola", disse.

Ao intervir no encerramento de um curso sobre empreendedorismo e entrega de micro crédito a jovens, no Centro de Reabilitação Profissional, em Viana, Coutinho Nobre Miguel lembrou que o Executivo elegeu como uma das prioridades fundamentais o desenvolvimento de programas de sustentabilidade.

"Angola precisa de uma economia que promova a igualdade, a justiça, a solidariedade, a amizade, a inclusão social e o resgate da cidadania", lembrou.

Para ele, a cidadania e o desenvolvimento sustentável, referiu, passa necessariamente pela criação das condições que asseguram a saúde reprodutiva das famílias, e que permitam estas encontrarem meios de sustento próprio.

Por outro lado, agradeceu ao Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social e o Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP) pela iniciativa, que se enquadra na estratégia do Executivo angolano da redução significativa da pobreza, combate à fome e ao desemprego.

"Nós Banco Sol temos afirmado que a banca é o catalisador do crescimento e do desenvolvimento de qualquer país. Somos um parceiro do Executivo na estratégia de promoção do fomento e crescimento empresarial, e tendo em conta o nosso objecto social, elegemos como matriz fundadora e pilar do nosso banco, o micro crédito", referiu.

Disse, por outro lado, que com o micro crédito pretende-se financiar todas as iniciativas, todos os pequenos negócios de toda a população, que por razões diversas não se encontram efectivamente enquadradas na banca clássica.

"Através das parcerias efectivas, sólidas, consistentes e visionárias temos um protocolo, temos uma convenção financeira com o Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional representada por Sua Excelência o Sr ministro e os seus directores" esclareceu.

Aos jovens empreendedores, fez o apelo recordando-os de que os créditos que têm sido concedidos não se tratam de dádivas, de uma liberalidade, tão menos de um recurso de fundo perdido, mas sim de um negócio que tem sustentabilidade.

A cerimónia de Viana foi testemunhada pelos ministros da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, António Pitra Neto; da Saúde, Luís Gomes Sambo; da Família e da Promoção da Mulher, Filomena Delgado; a administradora adjunta para a

Área Social de Viana, autoridades tradicionais, directores do banco e várias outras entidades.

### **2.13 BFA abre uma linha de crédito de 35 biliões de kwanzas**

*Jornal A República*  
*30 De Junho de 2017*

Trinta e cinco biliões de kwanzas é o valor da linha de crédito aberta pelo Banco de Fomento de Angola (BFA) a favor do Estado angolano.

A referida linha de crédito, aprovado em Decreto Presidencial, publicado em Diário da República de 21 de Junho, será usada na implementação de projectos integrados públicos, de acordo a política de investimento para o desenvolvimento económico e social do país.

Com base no Decreto, o ministro das Finanças, em representação da República de Angola é autorizado com poderes de subdelegar, a proceder à assinatura do referido contrato de abertura da linha de crédito, bem como toda a documentação relacionada com o mesmo.

Assim, o Ministério das Finanças deve utilizar os fundos oriundos deste contrato, para aplicação em vários projectos do Programa de Investimento Público (PIP).

## 3. MERCADO INFORMAL

### 3.1 Mulheres vendem ginguba para sustentar família e outros gasta 500.000': para ver horas

*Jornal Visão*  
02 De Junho de 2017

Mandioca - A terceira fonte mais importante de calorias nos países em desenvolvimento contém substâncias tóxicas. Quando mal processadas, as raízes e folhas da mandioca libertam cianeto de hidrogénio. O alimento tem de ser preparado com cuidado e existem diversas maneiras de retirar o veneno: desde o cozinhado, à fermentação da mandioca. Se nada for feito, pode causar intoxicação, vômitos, choque anafilático e, em alguns casos, morte.

A venda ambulante, informal, de mandioca e amendoim, sobretudo ao longo das filas de trânsito, não para de crescer pelas ruas de Luanda, onde os automobilistas são os grandes compradores, especialmente os homens.

"Todo mundo compra a mandioca e a ginguba. As mulheres compram para comer porque aumenta o leite materno. Já os homens compram para aumentar o líquido [espermatóides] e reforça muito bem", contou à Lusa Matondo Isabel, vendedora há um ano e que se baseia na crença popular para fazer a venda ambulante.

Estas mulheres chegam a levar para casa, diariamente, entre 3.000 a 4.000 kwanzas (16 a 21 euros) com a mandioca e a ginguba que compram antes, em grandes quantidades, nos mercados nos arredores de Luanda.

"Só vendemos mandioca e ginguba doce de qualidade. A fonte é o Mercado dos Kwanzas, lá o quilo de ginguba com casca custa 150 e 200 kwanzas [menos de um euro] enquanto já descascado custa 400 ou 500 kwanzas [cerca de 2,50 euros]. A mandioca compramos 2 ou 3 a 100 kwanzas [53 cêntimos de euro], depende do tamanho"; explicou Maria Bumba.

De acordo com a vendedora, de 24 anos, diariamente gasta até 1.500 kwanzas (oito euros) para comprar o negócio, conseguindo depois um rendimento de mais do dobro, mas em nove horas de venda pelo meio do trânsito quase parado nas ruas de Luanda.

"Estamos aqui na rua apenas à procura do sustento das crianças é aqui onde sai o dinheiro para o jantar e mata-bicho [pequeno almoço], porque se nós esperarmos pelo fim do mês, dos dias 1 a 31 as crianças vão morrer de fome!": disse ainda.

"Mulher também pode comer para aumentar leite no peito, sobretudo aquelas que estiverem a amamentar mas têm pouco leite nos procuram sempre!": acrescentou.

Manuela Panzo dedica-se à mesma venda ambulante em Luanda há dois anos e conta que é crescente o número de compradores, sobretudo do sexo masculino.

"Os nossos clientes são na maioria homem, mas também algumas mulheres compram porque gostam. Os senhores estão sempre a nos chamar para comprar, reclamam um pouco a quantidade dos pedaços que colocamos nos saquinhos, mas acabam por comprar!": precisou.

Manuela revela que vender mandioca e amendoim é a forma que encontrou para sustentar a família e diz que "apesar do sacrifício" é uma tarefa que "faz com muito orgulho".

"Sim, não posso ter vergonha de estar aqui na rua porque esse negócio é o meu ganha-pão. Quanto ao efeito da mandioca é verdade aumenta [espermatóides], é por isso que eles gostam", apontou.

A vendedora garantiu ser rentável o negócio que faz e que dificilmente sobra alguma ginguba para levar para casa.

"O negócio não estraga. Quando resta alguma coisa: se estiver descascado, comemos. Agora se não estiver, então guardamos para vender no dia seguinte!": concluiu.

### 3.2 Pontes pedonais transformadas em praças

*Novo Jornal*  
2 De Junho de 2017  
Texto: Dulcineia Lufua

Vendedoras ambulantes em Luanda transformam pontes pedonais em verdadeiros mercados informais. Esta é uma situação que para muitos está a deitar por terra o programa de combate à venda ambulante decretada pelo governo.

O Novo Jornal circulou por alguns pontos da cidade de Luanda onde constatou a situação a que estão



votadas as pontes pedonais: as passagens áreas do mercado dos Congolezes, Vila do Gamek e a Ponte Amarela de Viana são algumas das que visitámos.

Naqueles espaços, as vendas são feitas em períodos alternados, manhã, tarde e noite, sendo este último o que tem maior adesão por parte das vendedoras ambulantes, cujo número aumenta "assustadoramente".

Nas pedonais são comercializados diversos produtos desde roupas, materiais de higiene, escolares, frutas, legumes e outros. Os produtos ficam expostos no chão, pendurados nos ferros das pedonais e ainda na cabeça das vendedoras. Os baixos preços dos produtos, segundo apurámos, são o chamariz para os clientes, que têm a ponte como local de passagem e oportunidade para a compra de produtos.

Na pedonal dos Congolenses, a equipa do NJ constatou que a actividade das vendedoras é feita de forma intermitente. De um lado, os fiscais, que procuram combater a venda ambulante, correndo com as comerciantes informais, e do outro as próprias zungueiras, que apesar das corridas não arrendam o pé do local. O vai-e-volta é uma constante, o que deixava enfurecidos os homens da fiscalização do Governo Provincial, tal como constatou a nossa reportagem durante o período que permaneceu no local, isto é, entre as 10 e as 12 horas de terça-feira, 30 de Junho.

"As corridas aqui são o prato do dia. Se não tentarmos encontrar um local para vender, como é que vamos sustentar as famílias?", desabafou uma vendedora que não se quis identificar.

A mulher, que carregava à cabeça uma tampa de ventilador onde se encontravam arrumados os seus produtos, lápis e lapiseiras, encontrou nas escadas da pedonal o ponto para a comercialização dos seus produtos. A comerciante explicou que as vendas naquele local são feitas em períodos distantes diferentes mas quase sempre disputados com as colegas.

"Vendemos aqui a estas horas e um grupo começa a vender mais tarde. Ninguém aqui tem um local fixo para as vendas. Quem chega primeiro é que vende. Quando as corridas são demais, procuramos vender dentro do mercado e no período da tarde regressamos", contou a comerciante que, enquanto conversava connosco, se mostrava preocupada com uma possível interpelação dos fiscais.

Já Engrácia Mabiala, outra comerciante, disse que prefere vender naquele local pelo facto de as vendas serem mais rápidas, devido à avalanche de populares

que circulam pela ponte pedonal. "Escolhemos vender na ponta por causa do número de pessoas que passam por aqui, principalmente trabalhadores e estudantes ", detalhou a vendedora de brincos e de peças de roupa de fardo, que também reconheceu ser ilegal e arriscada a venda naquele local. "Mas o que fazer?", questionou a cidadã.

Na Ponte Amarela de Viana, o cenário era relativamente calmo. As vendas eram feitas de forma tímida, não obstante as barreiras impostas pelos fiscais, para desencorajar a actividade comercial naquele espaço a quem ousava desafiar as autoridades procurando sempre um espaço para vender os seus produtos.

#### Atitude condenada

O funcionário público André Victor, que diariamente usa a ponte para fazer a travessia, reprovou a atitude dos vendedores. "Não sou contra quem tenta conseguir ganhar dinheiro honestamente, mas também temos que ver o local para o fazermos. As pessoas invadem a ponte com as mercadorias e assim fica mal porque nem conseguimos atravessar a ponte de maneira segura e tranquila", reclamou o cidadão.

Nas pontes por nós visitadas, para além da movimentação de vendedores, fiscais e transeuntes, também era visível, em cada ponto da pedonal, a presença de pedintes, que fazem daquele espaço o seu local de sobrevivência. Uns sentados, outros em cadeiras de rodas, procuravam amealhar dos transeuntes o mínimo possível para o sustento.

### 3.3 Realizadora angolana apresenta filme sobre o dia-a-dia das Zungueiras

*Journal O PAÍS*  
6 De Junho de 2017

O filme retrata o quotidiano de vendedoras ambulantes (zungueiras) provenientes de várias regiões do país em busca de uma vida melhor na capital do país.

A película reflecte também a forma como estas mulheres conseguem o sustento para as suas famílias, mesmo que para tal seja necessária expôr-se ao perigo das estradas, bem como a repressão das forças da ordem.

Mulheres batalhadoras que fazem da "tripa coração", sacrificando as próprias vidas para proporcionar um futuro risonho aos seus filhos, que ficam, muitas vezes, próximas do limiar da dignidade. Foi na

tentativa de reflectir um pouco sobre essa dignidade que Marisol Kadiegi produziu o referido documentário onde relata histórias destas incansáveis senhoras.

A documentarista, natural da província do Cuanza-Norte, é licenciada em Comunicação Social, na especialidade de Jornalismo, pelo Instituto Educacional Superior de Brasília, no Brasil, pós-graduada em História Cultural, Identidade, Tradição e Fronteiras, pela Faculdade de História da Universidade de Brasília. Realizadora na Televisão Pública de Angola (TPA), Marisolé, também, docente universitária na Universidade Independente de Angola.

"Carnaval- 30 anos de Liberdade", "Zungueira - a força que nunca cansa", Xinguilamento a força dos ancestrais", "Entre o rosto e o rasto na alma dos khoísans do Cunene", "Valeu", "Nós somos - trajectória de uma nação" "A vida no planeta", "7MNA (7 maravilhas Naturais de Angola)" e "Angola hoje", são alguns dos trabalhos realizados e corealizados por Marisol Kadiegi produzidos e exibidos pela Televisão Pública de Angola.

### 3.4 Expulsá-los das paragens não é a solução

*Jornal O PAÍS*

*7 De Junho de 2017*

Associação Nova Aliança dos Taxistas (ANATA) também está preocupada com a questão dos "lotadores" de táxis, que várias são as vezes que tiveram de lidar com casos graves de agressão a taxistas e cobradores, alguns dos quais resultaram em mortes.

De acordo com o presidente da associação, Geraldo Wanga, a Polícia Nacional tem estado a receber a comunicação daquela instituição sobre este problema.

A ANATA tem identificado as paragens que chama de 'pontos negros' e faz chegar à Polícia as situações registadas.

No entender de Geraldo Wanga, tem havido pouca vontade em resolver este problema, mesmo depois dos constantes registos de agressões graves e mortes. "Tivemos casos de esfaqueamento, de morte, de vidros de carros partidos, bem como de roubo de dinheiro do cobrador por se negar a pagar 100Kz", aponta. Têm um caso crónico, no mercado do Kikolo, onde os taxistas são obrigados a pagar 300Kz como taxa para carregar e a ANATA

tomou conhecimento que nem sequer a administração sabe que tal taxa é paga. "Há um grupo denominado 'Caenches' que cobra de forma arbitrária e em frente à Polícia", denunciou.

Nesta zona, as reclamações dos associados tem vindo a aumentar e muitos dos taxistas dizem que se a situação continuar, partirão para a resposta às ameaças que sofrem. A principal vítima tem sido o cobrador por ser o indivíduo que fica com o dinheiro. Assim, mostrar resistência a pagar o dinheiro da lotação e parque é pôr em risco a vida de quem cobra, bem como o dinheiro feito durante o dia.

Wanga acredita que há necessidade de se incluir estes jovens lotadores no negócio do táxi, de forma coordenada, orientada, acompanhada e fiscalizada pela Polícia.

Pelo facto de muitos deles buscarem o sustento nesta profissão, é importante não acabar com a prática. "Expulsá-los das paragens" não é a solução. Assim estaríamos a resolver um problema e a criar outro: desemprego e delinquência. A solução consiste em dialogar com estes jovens e mostrar até que ponto devem cobrar. É importante que a Polícia e a administração cadastre estes jovens e caso haja assalto ou confusão ficaria mais fácil identificar quem fez", sugeriu. Para o nosso interlocutor, ao retirar os jovens das paragens estes poderão cometer crimes no interior dos bairros. "As pessoas vivem com medo, porque eles instauram medo nas paragens", sublinhou, tendo acrescentado que há interesse da ANATA em resolver este problema e já manifestou junto da Polícia e das administrações, mas estas duas instituições não têm mostrado vontade. A Polícia não tem efectivos suficientes para estar em todo lugar. Segundo Geraldo Wanga se os jovens estiverem cadastrados, estes poderão colaborar com a associação no sentido de identificar os que assaltam nas paragens.

### 3.5 “lotadores” de táxi amedrontam nas paragens

*Jornal O PAÍS*

*7 De Junho de 2017*

*Texto: Romão Brandão*

Normalmente, os "lotadores" ficam aglomerados nas paragens com muito movimento, sobretudo as localizadas próximas de mercados informais, que têm quase sempre grandes enchentes. A sua função consiste em chamar e angariar passageiros até que se lote o táxi, actividade que antes era apenas exercida pelo cobrador. A função devia ser vista como uma

ajuda e, por consenso entre cobrador e lotador, seria possível uma recompensa, todavia, virou obrigação pagar-se ao lotador o valor que este estipular.

Por mais que o cobrador esteja em condições de chamar os passageiros e lotar o seu carro, em muitas paragens não lhe é permitido exercer tal função, pelo que é obrigado a deixar que seja o "lotador" a fazê-lo, sob pena de ser agredido e em casos extremos, perder "o dinheiro do dia".

Cobrador há cinco anos, Alberto Miguel, de 27 anos, mostrou-se preocupado com os lotadores da paragem de São Pedro da Barra, no Sambizanga, pelo facto de já ter visto o ano passado um dos seus colegas ser morto à pancada, por se recusar que fossem outros a lotarem o seu táxi.

Refere que a figura do lotador, nas paragens de Luanda, hoje é vista como ameaça para os taxistas e cobradores, bem como para os passageiros. Segundo o nosso entrevistado, a procura do lucro fácil leva a estes novos integrantes do sistema de táxis não só a obrigar que lhes seja pago um certo montante por cada veículo carregado, mas também por aquilo que chamam de "parque", mesmo não tendo qualquer direito de cobrar aquela taxa que, a existir, deveria ser da competência de uma entidade administrativa.

"Eles sabem que a lotação custa 150 Kwanzas, mas naquela paragem nós somos obrigados a pagar 500 Kz, já com o dinheiro do parque. A polícia de lá só vai à busca do dinheiro dos lotadores e depois deixam-nos em paz. Quando morreu o colega, a polícia tinha dito que acabaria com a função do lotador naquela área, mas ainda assim continua", conta.

Uma semana antes de conversar com a equipa de reportagem de O PAÍS, o interlocutor já tinha sido agredido por um grupo de lotadores, por ter parado o carro para levar um cliente na referida paragem.

'Não devia haver lotadores'

O diálogo entre lotadores e cobradores nem sempre tem sido bom, muitas vezes não facilitado pelos primeiros, segundo Manuel Pires, cobrador.

Os lotadores reclamam para si a função de facilitar o trabalho do cobrador, todavia o nosso interlocutor não os vê desta forma, mas sim como "uns autênticos confusionistas".

Alberto Miguel é dos que não concordam com o valor que obrigatoriamente tem de ser pago, muito menos com a existência da figura do lotador. "Se for para chamar, nós conseguimos chamar, não sei como é que apareceu o lotador. Mesmo quando já

encontram o carro cheio, obrigam-nos a pagar. Para não voltar com ferida em casa, evitamos a confusão", rematou.

A lista de preocupações passa não apenas pelo facto de sentir a sua integridade física ameaçada, mas também porque alguns dos lotadores roubam pertences que encontram no carro.

Para além da integridade física do cobrador e do condutor, preocupa também a segurança dos passageiros, porque não faz sentido nem se pode permitir que o cliente seja roubado dentro do carro' argumentou Alberto Miguel, um dos muitos cobradores de táxi revoltados com a presença incomodados lotadores, em Luanda.

### 3.6 'Lotamos para não roubar'

*Jornal O PAÍS*

*7 De Junho de 2017*

Há quatro anos que, Carlinhos, lota na conhecida 'placa' do mercado do São Paulo, e apesar do que tem ouvido sobre os lotadores, considera os taxistas e cobradores como "seus irmãos", uma vez que, do pouco que ganham, partilham com o pessoal da sua classe.

Reconhece que existem alguns lotadores que se comportam de forma errada, em muitas paragens, situação que reprova. "Não vou te mentir, há aqui pessoas que vêm para roubar e estragam o nosso trabalho. A polícia quando chega às vezes leva pessoas inocentes. Nós estamos aqui para não roubar, mas tem muitos maldosos que se misturam", denunciou.

Muitos dos que roubam na paragem do S. Paulo, segundo o entrevistado, ficam camuflados nas vestes de lotadores sob efeito de drogas. A paragem já não é segura e isso deve-se a estes falsos lotadores, disse a O PAÍS.

No São Paulo, a lotação é paga a 300Kz, estando incluído o valor do parque. Muitos taxistas não vêm a utilidade dos lotadores nas zonas de parqueamento.

Os lotadores estão concentrados em muitas das principais paragens da cidade capital, como o Aeroporto, Catinton, Vila de Viana, mercado da Avó Kumbi, Benfica, Vila de Cucuaco, Kikolo, mercado Asa Branca, mercado do S. Paulo, São Pedro da Barra, Zamba II, Cuca, Sonéf, Gamek de Viana, mercado das Bananeiras e Seis Cajueiros.

Polícia e fiscais chamados a intervir

Para o taxista Isidoro da Silva, de 31 anos, é preferível que houvesse algum fiscal da administração de cada município a organizar o trabalho dos lotadores e, se estes não colaborassem, que fossem expulsos de uma vez por todas. Também, "não há nenhuma razão de termos lotadores se eles não chamam e querem ser pagos".

Em tempos, Isidoro deixou o telefone na porta do motorista e ausentou-se do carro por 5 minutos para comprar o pequeno-almoço, quando regressou já não encontrou. Culpa o lotador pelo desaparecimento do seu telemóvel, porque defende que estes, para além de lotar, também "controlam os movimentos de cada um e procuram a melhor altura para roubar alguma coisa".

"Nós, os motoristas, quando eles roubam os passageiros, não podemos falar nada, porque seremos agredidos e amanhã já não pisas os pés aqui", explicou, acrescentado que os lotadores chegam a fumar liamba diante dos passageiros e estes não podem reclamar, de contrário, são agredidos. Quanto à Polícia, esta só intervém junto dos motoristas, queixou-se.

Outro taxista que corrobora da mesma opinião é Ladislau Baptista, que exerce esta profissão há 18 anos. Reconhece que há muitos bons lotadores, mas existem muitos que vêm as paragens com lugares para as suas malandrices. "A partir das 17h, não vale a pena: bolsa, telefone e dinheiro, tudo é potencialmente motivo de ser assaltado. A esta hora já não há lotador, e sim gatuno", denunciou.

Pede a intervenção da Polícia porque a situação está insustentável. Contam que registam casos de cobradores que são gravemente feridos com caco de garrafa ou espeto para grelhar pincho. "Esses miúdos fazem filme aqui. Quando estão a agredir, sob efeito da liamba, vale a pena até ficar na guerra!", comentou Ladislau Baptista, impotente.

### 3.7 Grupos de lotadores de táxi 'substituem' cobradores e recebem 60 mil kz por dia

*Jornal Expansão*

*9 De Junho de 2017*

*Texto: Fernando Calueto*

São na sua maioria jovens sem qualificações profissionais que actuam em grupos de 10 pessoas e chegam a angariar diariamente 60 mil Kz a arrumar táxis junto às paragens. São cada vez mais os arrumadores de táxi, mais conhecidos por lotadores,

que rivalizam com os cobradores e há até relatos de casos de violência que preocupam as autoridades.

Os lotadores concentram-se nas principais paragens da cidade de Luanda. Se há alguns anos, eram em menor número, hoje multiplicam-se pela capital do país os jovens que, assim, encontraram uma solução de empregabilidade, apesar de informal, para dar a volta à crise. A sua actividade contempla a organização dos clientes dos táxis, informando-os e encaminhando-os para as viaturas que se deslocam para o seu local de destino. Desta forma, a sua actividade interfere com o trabalho dos cobradores que colaboram com os taxistas.

No mercado dos kwanzas, os jovens dividem-se em dois grupos que trabalham ali, semana sim, semana não. Cada grupo chega a arrecadar por dia entre 45 e 60 mil kz, e a divisão dos valores arrecadados é feita diariamente a dois elementos do grupo. No final da semana, todos os elementos do grupo conseguem receber um salário.

O modus operandi é igual noutros pontos da capital. Hélder Maxoxi, lotador no Benfica, disse ao Expansão que, por dia, cada lotador consegue "encher entre 15 a 20" viaturas, recebendo, em troca, entre 200 a 300 kz. Contas feitas, cada jovem recebe para o grupo entre 3000 kz a 6000 kz. Por semana, cada lotador consegue levar para casa cerca de 20 mil kz, o que é "pouco" e obriga a encontrar alternativas para suprir as necessidades do mês. É aí que chega a aposta na famosa "kixiquila", que na prática é um fundo comum entre grupos, em que, uma vez por mês, uma pessoa recebe dinheiro de todos e no mês seguinte já será outra pessoa a receber.

João Fernandes, lotador no mercado do S. Paulo há quatro anos, admitiu ao Expansão ter optado por esta actividade por não ter emprego: "Prefiro ficar aqui a ganhar algum dinheiro para o meu sustento".

Os lotadores recebem dos taxis tas entre 150 a 300 kz pelo serviço prestado, e se o motorista ou cobrador se negar a pagar este valor, por vezes, é agredido, disseram alguns taxistas ao Expansão. Pedro Manuel, taxista, afirma que muito desses lotadores "são marginais", e confessou ter sido agredido duas vezes por se recusar a pagar. "Já pago a taxa de circulação, e os impostos exigidos pelo Estado. Tenho de trabalhar para o patrão e pagar o cobrador, ainda pago por cada lotação? E como fica o pão dos meus filhos?", lamentou Pedro, de 37 anos.

O lotador André Jamba, ("Mam Scura") reconhece algumas agressões, mas, no entanto, justifica que só acontecem quando os taxistas se recusam a pagar



depois de terem as viaturas com clientes. "Muitos chamam-nos delinquentes, mas, na verdade, nós só fazemos confusão quando o taxista se nega a pagar, depois de enchermos o carro", explica o lotador do Rocha Pinto. O Expansão solicitou esclarecimentos ao Governo Provincial, mas não obteve qualquer resposta.

### 3.8 Vendedores ambulantes continuam preferir a rua no Golf II

*Jornal Manchete*

*9 De Junho de 2017*

*Texto: Mário Cassanda*

A maioria dos vendedores ambulantes que em Fevereiro do corrente ano foi alojado na feira comunitária do Golf II, no distrito urbano do Kilamba Kiaxi, com o propósito de desenvolver as suas actividades com mais segurança e sem perseguição dos fiscais, regressou novamente à rua.

Segundo apurou o Manchete, são poucos os comerciantes que permanecem no recinto da feira. enquanto a maioria voltou a instalar-se ao longo da Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem Loy e arredores. Nesta zona, os vendedores se aglomeram com as suas mercadorias ao longo da berma da estrada, aos passeios, bem como à entrada da pedonal, criando sério transtornos à circulação rodoviária e aos transeuntes. Quando os elementos da fiscalização surgem no local, os mesmos fogem dispersamente para o outro lado da estrada, forçando os automobilistas abrandarem a marcha ou pararem, para evitarem atropelamentos.

Delfina Catembo, vendedora ambulante na zona do Golf II há mais de três anos, está entre as pessoas que foram alojadas na referida feira comunitária. Mas, a ansiedade em ver o seu negocio vender rapidamente, fez com que não hesitasse em permanecer na rua, apesar de reconhecer estar a transgredir as leis administrativas.

"Lá dentro o negócio não anda nada e ainda temos de pagar uma taxa diária no valor de 500 kwanzas", justificou.

Já Maria Paulo, outra vendedora, tem um conceito diferente. A comerciante de calçados que permanece no recinto da feira julga ser benéfico e reprova a atitude de algumas colegas que insistem em comercializar na rua. "Muita gente conseguiu uma bancada mas preferiram voltar para rua, o que tem feito com que os clientes não entrem no estabelecimento" disse Maria Paulo, rejeitando que o

valor da taxa cobrado pela instituição em causa, seja um dos motivos que leva a maioria das feirantes a abandonarem os seus lugares.

Entretanto, o gestor do recinto, Paulo Afonso, explicou por ocasião da inauguração do empreendimento, que o dinheiro a ser arrecadado dos pagamentos da taxa diária servirão para custear as despesas de manutenção do espaço, nomeadamente a limpeza das casas de banho, do espaço de venda, do serviço de segurança privada, apesar de contarem também com o apoio da Polícia Nacional, em termos de asseguramento.

A feira comunitária do Golf II conta com uma capacidade para albergar cerca de 350 vendedores, estando a ser gerida pela empresa Tendinha e Irmãos. A estrutura foi concebida para acolher além dos comerciantes que se perfilavam ao longo da Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem Loy, os dos outros pontos da cidade.

A sua criação visa essencialmente proporcionar-lhes um local melhor para exercerem as suas actividades comerciais. Na feira as comerciantes vendem roupa nova e usada, calçado, bijutarias, telefones, diversos artigos para casa, excepto bens alimentares.

### 3.9 Crise força aumento de trabalho infantil

*Jornal O PAÍS*

*12 De Junho de 2017*

*Texto: Domingos Bento*

Nos últimos três anos, o país tem vindo a registar um aumento de casos de trabalho infantil que tem arrastado, para o mercado de emprego, centenas de menores, segundo disse ontem a OPAÍS Avelino Miguel, presidente da Central Geral de Sindicatos Independentes e Livres de Angola (CGSILA).

De acordo com o sindicalista, este aumento deve-se à crise económica e financeira que o país vem enfrentando desde 2014, cujo impacto tem-se reflectido no empobrecimento de muitas famílias, que diariamente vêem os seus rendimentos reduzidos.

Avelino Miguel, que falava por ocasião do Dia Mundial do Trabalho Infantil que se assinala hoje, fez saber que, com a instauração da crise, muitos chefes de família acabaram por perder os seus empregos. Com isso, de forma a manter o sustento em casa, muitos menores, com a orientação dos próprios pais, são obrigados a desenvolver, precocemente, alguma actividade rentável.



O sector informal, segundo o presidente da CGSILA, apresenta-se como o principal centro de exploração do trabalho infantil, onde se pode ver crianças a desenvolverem actividades inadequadas à sua idade. São, conforme explicou, menores abaixo dos 14 anos que deambulam pelos grandes mercados e feiras, vendendo e carregando cargas pesadas com o objectivo de conseguirem algum trocado e levar o sustento para casa.

Estas crianças, de acordo ainda com Avelino Miguel, são obrigadas a largar tudo para se dedicarem a uma vida economicamente activa, que lhes rouba o tempo que deviam dedicar à escola e outras tarefas compatíveis.

Para o responsável, o aumento de casos de trabalho infantil que o país vai somando constitui uma grande preocupação nacional e precisa de medidas urgentes de forma a ser desincentivado, tendo em conta que este mal se apresenta como um verdadeiro atentado ao desenvolvimento harmonioso da criança. Para o efeito, conforme deu a conhecer, foi já criada uma comissão nacional tripartida (que inclui as centrais sindicais, o Governo e a Organização Mundial do Trabalho) que tem vindo a trabalhar para pôr fim ou diminuir os elevados casos de trabalho infantil.

"Do nosso ponto de vista, temos vindo a solicitar que as estruturas governamentais sejam mais interventivas sobretudo na fiscalização. O país dispõe de uma inspecção de trabalho que tem apresentado alguns resultados positivos, mas há outras estruturas que carecem de maior dinamismo assim como o próprio INAC e a Polícia Nacional porque nós, os sindicatos, temos feito muitas denúncias. Agora, é preciso que as autoridades actuem e sejam mais pragmáticas", frisou.

#### Potencializar as famílias

Avelino Miguel defende ainda que os programas públicos de combate à pobreza tenham maior abrangência de forma a reduzir as dificuldades familiares e assim evitar a presença de menores no mercado de trabalho. No seu entender, quanto mais capacidade económica os familiares tiverem, maior será a redução de menores na rua.

"Quando a família não tem poder económico, maior é o descontrolo dos seus membros. Portanto, é preciso programas específicos que ajudem as nossas famílias a ultrapassar as dificuldades económicas. O país já dispõe do programa de combate à pobreza. É preciso que haja outras iniciativas pontuais", atestou.

Por outro lado, já no sector formal, o sindicalista disse ser necessário que as estruturas sindicais nas empresas tenham cada vez mais espaço para poderem

denunciar os casos de contratação de menores por parte das entidades empregadoras. "Precisamos fazer muito mais. O trabalho infantil é um fenómeno que só poderemos controlar ou reduzir por via de programas específicos".

#### Trabalho infantil: o que é?

O trabalho infantil é toda a forma de trabalho exercido por crianças e adolescentes abaixo da idade mínima legal permitida para o trabalho. O trabalho infantil é proibido por lei. De forma a combater o mal, em 2015, o governo, juntamente com a Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), lançou a campanha denominada 'Cata-Vento', símbolo adoptado para sensibilizar as autoridades no combate ao trabalho infantil.

## 9.10 MPLA quer menos mulheres na economia informal

*Jornal O PAÍS*

*15 De Junho de 2017*

*Texto: Rila Berta*

O candidato do MPLA a Presidente da República, João Lourenço elogiou ontem, em Luanda, o papel das mulheres na economia e prometeu trabalhar em programas que visam reduzir a economia informal, com a constituição de micro e pequenas empresas com perspectivas de crescer e gerar empregos.

João Lourenço teceu estas considerações durante um encontro com representantes de diferentes organizações femininas.

Na ocasião, referiu que o MPLA defende o fortalecimento do papel da mulher angolana na vida política, económica e social, de modo a eliminar, ou reduzir, as desigualdades de oportunidades que reconheceu ainda existirem entre homens e mulheres.

Para João Lourenço, a mulher angolana já deu provas de ser lutadora e vencedora em praticamente todos os domínios da vida. Reconheceu o seu mérito na educação dos filhos. Contudo, disse haver a pretensão do partido em ver maior participação das mulheres na economia.

Reconheceu que a economia familiar nas áreas rurais assenta sobretudo na força de trabalho feminino, além de referir que o mercado informal nos grandes centros urbanos é igualmente dominado pela mulher. "Mas não as queremos ver eternamente na informalidade", disse.

Disse também que quer vê-las envolvidas nos grandes negócios como accionistas, proprietárias ou, pelo menos, gestoras de médias e grandes empresas privadas em todos os ramos da economia. Defendeu o desenvolvimento de iniciativas de capacitação e inserção da mulher na vida económica.

O vice-presidente do MPLA reiterou o compromisso do seu partido em garantir o desenvolvimento económico (( social por via do investimento privado nacional e estrangeiro. Com efeito, referiu, será possível alcançar várias metas como o aumento de ofertas de bens e serviços, a redução das importações e, com isso, a poupança de divisas e o aumento de oferta de emprego para os angolanos.

"Para vencermos, a batalha da fome, da miséria e do desemprego, o MPLA conta com a mulher e, para isso, vai promover a participação maior da mulher na economia encorajando a mulher empresária, com programas de crédito e aconselhamento empresarial", disse o candidato do MPLA.

Defendeu continuidade no combate ao analfabetismo, principalmente, no seio feminino porque, referiu, investir na educação da mulher é dotá-la de ferramentas para enfrentar e vencer todo o tipo de discriminação e contribuir para a sua emancipação.

Referiu também que o MPLA conta com o apoio das organizações femininas na luta pelo resgate e promoção dos valores morais e culturais, na educação do jovens para respeitarem os mais velhos e o antigo combatente, o amor à pátria e o respeito pelos seus símbolos nacionais e a prestarem auxílio às grávidas e deficientes físicos, caso necessitem. João Lourenço disse contar também com as mulheres na luta contra o alcoolismo e a prostituição, bem como no combate ao tráfico e consumo de drogas e o uso de jovens como escravas sexuais.

O candidato do MPLA a Presidente da República prometeu um Executivo bem representado do ponto de vista do género, com mulheres capazes e competentes, caso vença as eleições, "Que vão orgulhar, porque vão ajudar a construir uma Angola melhor", disse.

Referiu que votar no número 4, posição do partido no boletim de voto, é votar no compromisso de "melhorar o que está bem e corrigir o que está mal" para que haja maior oferta de emprego, água, energia, serviços médicos qualidade de ensino e de habitação para os angolanos.

Na ocasião, Teresa Quiminha, representante das mulheres rurais, declarou a prontidão e

disponibilidade para a massiva participação das mulheres rurais em todos os actos que forem realizados pelo MPLA. Manifestou gratidão ao Presidente da República, José Eduardo dos Santos, pela realização do Fórum Nacional de Auscultação à Mulher Rural. Reconheceu que deste encontro saíram importantes recomendações, todavia, referiu, alguns aspectos ainda precisam de ser melhorados. Nomeadamente, apoio de equipas para actividades agrícolas e piscatórias, o sistema de atribuição de crédito para agricultura e aumento de meios rurais, bem como maior facilidade de atribuição de títulos de terra na prática agrícola.

Odete Tavares, representante da Associação Angolana da Mulher no Desporto, referiu que entre as principais preocupações dos atletas, e que' gostariam de ver melhoradas no próximo governo, constam a revisão do pagamento da segurança social aos atletas, bem como uma maior fiscalização aos clubes, no sentido de reverem a questão dos contratos e subsídios aos atletas.

A profetiza Suzete Francisco João, representante das mulheres religiosas, falou da crise económica e das suas consequências, como o elevado índice de prostituição.

Disse ser necessário dar atenção ao número de crianças fora do sistema de ensino e de homens desempregados, que, na sua opinião, provoca consequentemente o aumento de violência na família e fora dela.

### 3.1.1 Agentes da fiscalização usurpam bens das vendedoras

*Jornal A República*

*23 De Junho de 2017*

*Texto: Kimbi Lombongo*

Nesta primeira quinzena do mês de Junho, em que se aproximam as eleições gerais em Angola, é frequente ver as vendedoras a correrem com os seus bens, fugindo dos polícias para não lhes serem recebidos o que consigo carregam, estando aí a satisfação de algo ganharem para atender as suas famílias. Mas, muitas das vezes são surpreendidas e acabam por ficar sem os seus bens e artigos, às vezes, muito valiosos para pôr as famílias sempre de pé, alimentando-as e cobrindo os detalhes educativos a que estão devidamente sujeitas. No entanto, face a vários episódios que se passam nos arredores daquele mercado, o Jornal A República ouviu algumas intervenientes que falaram à nossa reportagem completamente agastadas com a pesada situação que as desanima. João Francisca, de 41 anos de idade, vendedora de frescos, teceu as seguintes

considerações: " os lugares, dentro da praça, são escassos, e eu como preciso de vender os meus produtos para alimentar a família, não tenho outro remédio senão fazê-lo fora. Às vezes, vendo bastante, mesmo com esta situação de corre-corre. Mas, algumas vezes, a polícia leva os produtos deixando-me muito triste. Mas vou arranjando outras formas de vender, para que os polícias não consigam apanhar-me com o negócio. É difícil viver em Angola sem fazer negócios. O que o meu marido ganha não chega para nada; só dá para uma semana de alimentação Lamentou.

Bernarda Baião, de 36 anos de idade, vendedora de peixe' avançou o seguinte: "esses polícias não acompanham ou desprezam o sofrimento que nos atinge. Levam os produtos das vendedoras para, depois, venderem por aonde vão. Não respeitam ninguém, quando sabem que se não vendermos passamos fome. Mesmo assim, procuro sempre vender; há dias que vendo muito; a minha filha, em casa, também vende, porque muitos clientes já conhecem a minha casa. Pois vendo desde mil novecentos e noventa. Antes, vendia na praça do Roque. Acabou e tive que vir para aqui. As eleições estão a chegar e vou votar diferente, porque não quero ficar sempre a imaginar o que os outros não vão me dar. Não vou deixar de vender, pois os meus filhos esperam muito de mim. O pai (marido) anda desempregado há mais de três anos vivendo, apenas, de biscates. Esses polícias deviam se preocupar com outros assuntos, e não estarem permanentemente interessados em prender e levar os bens das vendedoras para destinos inconfessos. Infelizmente, em Angola, ainda é assim. São mesmo essas autoridades que vão nos dar vida melhor? Não acredito! Sentenciou muito agastada. O Jornal A República vai também em outras praças para saber como andam as vendedoras, relativamente as perdas dos seus produtos quando surge os polícias pretendendo tomar atitudes musculadas em torno da questão.

### 3.12 Futuro do país foi atirado para a zunga

*Jornal Liberdade*

*23 De Junho de 2017*

*Texto: António João*

Fazendo uma reflexão sobre o assunto em questão, o Jornal Liberdade saiu à rua para conhecer os motivos reais que levam os petizes a irem muito cedo às ruas.

Marinela dos Santos, de 9 anos de idade, é zungueira no mercado do Golf, na praça dos Correios. A pequena vende água fresca em embalagens e vive

com a sua tia no bairro do Golf, concretamente no Avô Kumbi. "Moro no Avô Kumbi com a tia Maria, ela zunga peixe e eu agua, não estudo, porque não tenho cédula, na nossa casa ninguém estuda, paro de vender a tarde e não estudo na explicação, a tia não tem dinheiro para pagar': lamentou.

A pequena disse ainda que antes de sair de casa deixa sempre tudo arrumado e, diariamente e chega mesmo a vender duas banheiras de água fresca. A mesma sonha um dia ser advoga da.

Ângelo José Maurício de 11 anos de idade, está nas ruas de Luanda há dois anos como engraxador, isto desde 2015. O garoto disse que tem sido difícil engraxar sapatos e depois ser assaltado e perder o pouco que ganha. "Já estou aqui há dois anos, engraxo para ajudar a minha avó, ela vende petróleo, a minha mãe já morreu e não conheço o meu pai': declarou pesaroso. "Às vezes, quando engraxo, recebem-me o dinheiro nos meninos de rua. Outras vezes, quando engraxo, não me pagam, até mesmo os polícias': denunciou.

O menino, fez referiu que pensa sair das ruas porque a vida de engraxador não tem sido fácil, sabendo dos perigos que vive nas ruas de Luanda. "Quero deixar de engraxar e ir para a escola, no futuro quero trabalhar com os computadores, porque gosto muito deles, quando me oferecem dinheiro tenho ido sempre ao Cyber, gosto de ficar lá, jogar um pouco, gosto muito de missão, gosto muito de computadores': exclamou.

O menino sabe que para ser alguém na vida tem que estudar muito, mas as necessidades obrigam-no a ir parar as ruas para ajudar no sustento de casa.

No mercado do "Trinta" encontramos várias crianças e adolescente a exercerem a prática de ambulantes. Os mesmos disseram que a falta de condições está na base desta prática. Segundo Maria Meneses, adolescente de 15 anos de idade, parou na 8º classe em 2016. A menina salienta que depois de perder os pais teve que ir para a rua para sustentar os irmãos pequenos. "Desde que perdemos os pais tive que sair para vender, não apenas eu, mas também o meu irmão de 13 anos que lava carros em Viana. Somos quatro, eu sou a mais velha e única menina entre os quattos, o terceiro tem 10 anos e o cassule tem 8 anos, os dois estão a estudar, nós paramos para lhes dar de comer': descreveu.

Segundo Luísa Cavile, psicóloga, algumas razões que têm contribuído para que uma criança se torne vendedor ambulante são várias. "Há razões que têm contribuído para que uma criança se torne vendedor ambulante, a situação da família e outros motivos

exteriores a ela, a pobreza e a falta de perspectivas dadas pela escola são outros factores", sublinhou.

A psicologista disse ainda que, "infelizmente, esse número tende a aumentar e traz consigo impactos muito negativos, compromete a sociedade, porque estas crianças estão fora do ensino e são mais vulneráveis correndo o risco de entrar para o crime, serem usuários de drogas e prostituição": advertiu.

A mesma aponta soluções para a resolução deste dilema que atinge a sociedade angolana. "Deve-se criar mais escolas, centros de formação profissional, criar fábricas para gerar empregos e, com isso, os pais não obrigarem a trabalhar": apontou.

Luísa Cavile disse ainda que os assistentes sociais, psicólogos, antropólogos, sociólogos, devem trabalhar nas comunidades, com o objectivo de educar e informar a população. É neste mês (Junho), que é considerado mês das Crianças, que teve a génese no pós-guerra, num mundo flagelado, em termos sociais e humanitários, que quis defender as crianças dessa destruição. Por iniciativa da Federação Democrática Internacional das Mulheres, nasce a celebração. Porém, mais de meio século depois, há princípios por cumprir.

"A criança deve ser protegida contra as práticas que possam fomentar a discriminação racial, religiosa, ou de qualquer outra índole. Deve ser educada dentro de um espírito de compreensão, tolerância, amizade entre os povos, paz e fraternidade universais e com plena consciência de que deve consagrar suas energias e aptidões ao serviço de seus semelhantes":

São princípios estabelecidos na Declaração dos Direitos da Criança, proclamada por Resolução da Assembleia Geral de 20 de Novembro de 1959 da Unicef. E uma das provas de que a Declaração Universal continua por cumprir, mais de 50 anos depois de ter sido criada.

### 3.13 As arrojadas vendedoras do Mercado do 30

*Jornal de Angola*  
26 De Junho de 2017  
Texto: Cristina da Silva

Acordam cedo, vendem em mercados e em esquinas da cidade, respirando a poeira e impregnando-se de sol. Sobre bancadas feitas de estrado de madeira, ferros ou por cima de sacos de rafia estendidos no chão, homens e mulheres procuram dar o melhor de si em negócios prontos a vender e que lhes permite manter o fogão aceso.

O trabalho é árduo e cansativo, dominado, maioritariamente, por mulheres dos mais distintos estratos sociais. Na pequena bancada ou no chão, os produtos variam do peixe à carne, do arroz à fuba e até a velas e dragão, expostos em carros de mão, agora usados como bancada comercial improvisada.

A idade dos vendedores varia. Mas têm todos o mesmo objectivo: garantir o sustento para os filhos e ajudar na formação deles. Para chegarem a esta meta, homens e mulheres passam por várias etapas: acordam cedo, procuram produtos acessíveis para revenda.

Além disso, é preciso lutar pela melhor colocação no mercado e suportar empurrões e perseguições de fiscais.

O improvisado vale por mil para estes heróis e heroínas que procuram expor e despachar os produtos em tempo recorde. Na bancada, no carro de mão ou no chão, o negócio dificilmente resta. Há ainda aqueles que vendem os produtos por cima de carrinhas.

Os vendedores não se limitam a apregoar. Em papelões escrevem preços e, com a ajuda de auto-falantes, gravam mensagens a divulgar os produtos à venda: "aqui tem tudo.

Tem vela, fósforo, dragão, lamina, lanterna, pilhas e corda para roupa". São as formas mais modernas, utilizadas por comerciantes, para chamar a atenção de potenciais compradores.

A maioria dos vendedores gosta de improvisar. Com músicas ou gritaria capaz de prender quem passa: "compra o melhor caldo, que dá gosto, mesmo sem saber cozinhar", ouve-se num dos maiores mercados de Luanda, no KM 30.

#### Estrada do negócio

No mercado do Km 30, município de Viana, salta à vista, no interior do espaço que separa os sectores, na estrada principal, o aglomerado de vendedores.

No chão, sobre um carro de mão ou até sobre o papelão posto por cima de um balde, os vendedores procuram despachar o negócio do dia, no meio da estrada.

Os poucos automobilistas que tentam passar a "barra" de segurança imposta pelos vendedores, com as suas bancadas, são forçados a pedir licença e levar alguns safanões.

Muitas das vendedoras preferem abandonar os lugares distribuídos pela Administração do Mercado, para vender no meio da estrada, principalmente, na

via que liga as áreas dos produtos de maior procura, como as hortofrutícolas.

### 3.14 O negócio tem muita procura e é bastante lucrativo

*Jornal De Angola*  
26 De Junho de 2017

"Todo o negócio é lucrativo", dizem as senhoras dos mercados. Apesar de trabalhoso, o comércio continua a ser a melhor garantia de rentabilidade para quem escolheu este ofício. Até às 10 horas do dia em que visitamos o KM 30, dona Arminda Jamba já tinha despachado parte dos dois porcos adquirido naquele mesmo dia. O facto de se sentar no início da fila coloca-a, segundo contou, em posição privilegiada, permitindo que o seu negócio seja despachado rapidamente.

Explicou que nunca fica com o produto por vender, mesmo nos dias em que resolve "aventura-se" em comprar três ou quatro porcos. "O negócio nunca sobra. Felizmente, consigo sempre despachar tudo e até às 14 horas, no máximo já me encontro livre", frisou a senhora de 53 anos.

### 3.15 Os transtornos para conseguir o sustento

*Jornal de Angola*  
26 De Junho de 2017

No meio de gritaria e correria, há quem não dá pelo fiscal, que apenas aparece para cobrar pelo lugar da bancada. São 200 Kwanzas que cada vendedor paga pelo lugar, diariamente. Júlia Jaime tem 23 anos e vende limão. De chinelos e com o bebé de cinco meses ao colo, garante que o sol não constitui qualquer problema para a criança.

Natural de Malange, ela está em Luanda desde 2006, altura em que enveredou pelo comércio. O sorriso nos lábios não esconde a vontade da jovem mulher de garantir o melhor para os quatro filhos. "Sou órfão. Tenho de vender mesmo aqui para não voltar a casa de mãos vazias", conta Júlia Jaime. O pano que amarra à cintura, além de ajudar a levar a bebé, também é usado para tapar o negócio que estendeu no chão e que impede a passagem dos automobilistas.

Assim como outras mulheres interpeladas pela nossa reportagem, Júlia confessa que tem lugar no mercado, mas aproveita o período da manhã para despachar o negócio. Também dela ficámos a saber que a estrada

em referência é um lugar permitido, mas só a partir das 16 horas.

"Nós não temos bancada fixa no mercado, mas pagamos pelo lugar onde só nos é permitido vender a partir das 16 horas, período que não há muita circulação de carros", explicou.



## 4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

### 4.1 Monitoria social dos orçamentos públicos

*Novo Jornal*  
*9 De Junho de 2017*

A gestão das finanças públicas é parte importante da governação de qualquer país, é um bom indicador de capacidade dos Estado para gerir recursos públicos e prestar serviços de qualidade de forma eficiente e eficaz.

A sua qualidade e o seu bom funcionamento constituem importantes pré-requisitos para a Implementação das promessas políticas que nos são feitas durante o período eleitoral.

Embora os esforços de muitos governos africanos e seus parceiros internacionais para promover as reformas da Gestão Financeira Pública se tenham focado principalmente no fortalecimento dos sistemas e capacidades dos ministérios responsáveis pelas Finanças e Plano, há toda necessidade de uma abordagem mais abrangente que reconheça o papel a ser desempenhado pelos diferentes actores que intervêm no processo do orçamento.

Nesta abordagem holística, um destes actores são as instituições da sociedade civil e do sector privado, que em diferentes países africanos procuram, através das suas acções de advocacia e lobby, influenciar as instituições do Estado no sentido de haver cada vez mais transparência e responsabilização.

Na maior parte dos países, a responsabilização do Executivo em relação a"o uso de recursos públicos assumiu duas formas principais: "responsabilização vertical", por meio de eleições periódicas, e "responsabilização horizontal", por meio da supervisão de órgãos independentes, como os Parlamentos e Tribunais de Contas.

Contudo, este modelo tem enfrentado desafios crescentes na maior parte dos países africanos, uma vez que os mecanismos e instituições de fiscalização, auditoria e responsabilização têm sido um tanto frágeis e muitas vezes ineficazes.

Daí que, em muitos países, os cidadãos, através das organizações da sociedade civil, reivindicam um papel mais activo no processo de prestação de contas.

Facto que nem sempre tem sido bem compreendido pelos diferentes governos do continente onde as instituições estatais não têm sido capazes de procurar, apesar dos seus mandatos constitucionais, estabelecer mecanismos de intercâmbio e sinergias com os actores da sociedade civil.

Felizmente, ainda que poucas por enquanto, existem experiências positivas relacionadas com a colaboração entre grupos da sociedade civil, governos, parlamentos e tribunais no continente. No caso de Angola, quando é que poderemos ver concretizadas tais experiências?

Algumas instituições da sociedade civil, por exemplo, poderiam localmente ajudar na criação de uma maior consciência cívica em relação à gestão do orçamento público, formar membros da comunidade e ajudar na introdução e implementação de mudanças na forma como os orçamentos públicos são geridos.

Assim, não seria muito difícil reunir contribuições em relação ao financiamento público através do Orçamento Geral do Estado em áreas que precisam de maior atenção, ou aumentar o interesse dos cidadãos em participar dos processos de monitoria e seguimento dos gastos públicos.

A nível dos municípios, as práticas ligadas à prestação de Contas poderiam conhecer alguns progressos caso as informações sobre o orçamento local estivessem disponíveis e acessíveis para os cidadãos que vivem no local.

Muitas vezes, as instituições públicas não desempenham eficazmente as suas funções de fiscalização, e alguns projectos financiados não são efectivamente acompanhados nem pelo parlamento, tribunal de contas nem pelo poder executivo, deixando impunes os casos flagrantes de corrupção, negligência e gestão danosa das instituições. Tudo isto pode ser melhorado se as instituições públicas estimulassem e aproveitassem da melhor forma a contribuição das forças da sociedade civil.

## 5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

### 5.1 Corte Real desmente sucessão do Rei do povo Lunda

*Jornal O PAÍS*  
8 De Junho de 2017

As informações postas a circular nesta Terça-feira pela TPA ilustravam imagens de empossamento de um novo rei, em substituição do actual, que neste momento se encontra fora da província.

"O rei do povo Lunda Tchokwe é apenas um, o actual chama-se Ndumba Alberto "Mwatxissengue Watembo", por isso todas as actividades relacionadas com o poder real só são realizadas com a sua anuência, não como temos registado nos últimos tempos o uso frequente e indevido da expressão corte real por parte de indivíduos que não integram este órgão de consulta de sua majestade em documentos ou actos ilícitos", lê-se na nota.

No documento, lê-se ainda que reino Cokwe, desde Mwaku-a-Kesse, Mwakushinuka, Maliya, Lutongo, até ao reinado de José Satambi, nunca teve uma corte constituída por elementos estranhos ao poder real.

"Não é agora, no reinado de Ndumba Alberto, que se vai criar uma corte real de forma ilícita", destaca. "Sua majestade Mwene Mwatxissengue Wa-Tembo é a autoridade tradicional máxima em todo o território Lunda, cujo poder é exercido em coordenação com os demais chefes de linhagens, por:" tanto as informações postas a circular da sua sucessão são falsas", refere o documento.

O poder real de Mwatxissengue Wa-Tembo é exercido por um titular escolhido no seio da família real, cujos critérios são observados durante a fase da preparação da sucessão e a sua governação é exercida com apoio de estruturas auxiliares integradas por membros da família e chefes de linhagens.

### 5.2 Administrações e as novas centralidades

*Jornal O PAÍS*  
12 De Junho de 2017  
Texto: Santos Abreu

Bom dia estimado director do jornal OPAÍS.

Foi com algum agrado que tomei conhecimento por via dos meios de comunicação social, assim como das redes sociais do lançamento do site da Imogestim (empresa gestoras das habitações do Estado), pelo qual os candidatos interessados poderão inscrever -se a fim de habilitarem-se a uma residência nas novas centralidades um pouco por todo o país. Todavia, e por ser morador de uma centralidade em Luanda (Sequele), não gostava de ver a mesma desorganização por que passamos nesta localidade, pelo que o meu apelo vem pelo seguinte: da mesma forma que os candidatos se estão a preparar, os órgãos da administração do Estado também deviam preparar -se no sentido de serem nomeados já os futuros responsáveis por essas urbanizações.

Não é de bom grado que a administração encontre os moradores. Ou seja, vá primeiro à administração, estabeleça as suas regras de organização e não o contrário.

Se isso não vier a acontecer, com os nossos maus hábitos depois enraizados fica bastante difícil contrapor juízos. Refiro-me às cantinas dentro dos apartamentos, creches, janelas abertas, salões de cabeleiro, enfim, uma serie de comércios que em nada dignificam o espaço que devia servir apenas para habitação, sendo que esses serviços, por sinal indispensáveis, devam ter os devidos locais para a sua comercialização.

A par desse aspecto, penso ser importante que haja uma fiscalização rigorosa no que concerne as alterações de plantas nos apartamentos que podem pôr em causa não só o tempo de vida útil do edifício, bem como a segurança dos demais moradores. Falo isso por experiência própria.

Era só isso. Continuação de urna óptima semana laboral.

### 5.3 “Ausência de regulamento criou anomalias nos nomes dos bairros”

*Jornal de Angola*  
26 De Junho de 2017  
Texto: Fula Martins

Jornal Metropolitano de Luanda (JML) - Em termos gerais, o que é a Toponímia?

Laurinda Prazeres Cardoso (LPC) - A Toponímia pode ser entendida como o estudo histórico e linguística da origem e evolução dos nomes próprios dos lugares ou a designação das localidades pelos respectivos nomes. Recentemente, foi publicado, isto é, em Setembro do ano passado, a Lei 14/16- Lei de

Base da Toponímia, que estabelece as bases para a definição e disciplina da toponímia ao nível nacional e local, bem como as regras e procedimentos para efeitos de atribuição de números de polícia. Estou ciente da estranheza da questão. Para que serve este documento? Eu mesma demorei algum tempo a acostumar-me. Em termos gerais, a toponímia visa orientar e informar os cidadãos dos arruamentos e outros espaços públicos e privados, facilitar a circulação de pessoas, assim como a gestão integrada do espaço municipal e os seus serviços de base, manter vivo e perpetuar aspectos culturais de honorabilidade, valorizar os elementos geográficos locais da fauna, flora, do relevo e seus acidentes geográficos, perpetuar nomes de personalidades nacionais e internacionais e de edifícios históricos e também a valorização da cultura nacional e internacional. Temos o exemplo recente da "Via Expressa Comandante Fidel de Castro".

JML - Em termos práticos, que benefícios esta lei trará à vida do cidadão?

LPC - Até a entrada em vigor da Lei de Base da Toponímia, não havia outro diploma de igual valor e conteúdo que estabelecesse regras e princípios na atribuição de nomes às ruas, praças, largos, avenidas, aldeias, povoações, bairros, vilas, cidades, distritos urbanos, comunas, municípios e províncias do país. Doravante, as regras definidas na atribuição dos topónimos permitirão uma melhor designação e identificação das unidades territoriais urbanas e aglomerados territoriais, para orientação dos cidadãos, bem como na valorização do património histórico, paisagístico e cultural de Angola.

JML - Pode explicar melhor?

LPC - Questões em torno de como atribuir um nome a uma rua, quem deve atribuir e como devem os cidadãos participar neste processo, entre outros, estarão mais facilitadas. De igual forma, estão lançadas as bases para que os órgãos da Administração Local do Estado possam trabalhar, visando a eliminação de dizeres, como por exemplo, "casa s/n," e "rua s/n".

JML - Com a entrada em vigor da Lei da Toponímia vai se pôr fim aos nomes de localidades e bairros, como Bagdad, Fubú, M'bondo Chapéu ou Fofoca, que foram atribuídos pelo senso comum?

LPC - Os vários e "sui generis" topónimos que mencionou foram atribuídos pela própria população, com recurso aos vários e diferentes elementos sociais e culturais. Aliás, alguns deles demonstram alto nível de imaginação e criatividade

dos angolanos. Todavia, esta questão está acautelada na Lei de Base da Toponímia.

JML - De que forma?

LPC - As designações toponímicas existentes à data da entrada em vigor da lei mantêm-se, sendo que as alterações ficam sujeitas ao disposto na lei. Assim, é permitida a alteração de topónimos existentes, sempre que estiver em causa a reconversão urbanística; existência de topónimos considerados inoportunos, iguais ou semelhantes, com reflexos negativos nos serviços públicos; topónimos cujo uso e/ ou utilização se conclua serem eticamente incorrectos ou que ofendam a moral pública. Portanto, os topónimos não oficiais existentes à data da entrada em vigor da Lei 14/16 podem ser objecto de apreciação e confirmação pelos órgãos competentes, desde que tenham aceitação no seio da comunidade e respeitem as regras e princípios estabelecidos na lei.

## 5.4 Limites territoriais

*Jornal de Angola*

*26 De Junho de 2017*

De acordo com dados oficiais, os limites territoriais da então Província de Angola, ou seja, de Angola enquanto Colónia de Portugal, foram confirmados pela Portaria 18.137-A, de 13 de Dezembro de 1971. A primeira alteração ocorreu em 1980, com a divisão da província de Luanda em duas: Luanda e Bengo. Em 1981, estabeleceram-se os limites geográficos da província de Luanda e respectivas subdivisões, através do Decreto 36/81. Em 2011, criou-se o município de Belas. Na mesma época, Icolo e Bengo e Quiçama foram anexados, como municípios, à província de Luanda. No conjunto de alterações efectuadas neste mesmo ano, lembrou Laurinda Prazeres Cardoso, enquanto município, o Kilamba Kiaxi havia cedido o lugar ao surgimento do município de Belas. Com efeito, a Lei 18/16, Lei da Divisão Político-Administrativa revoga, em termos gerais, todos os diplomas que parcialmente estabeleciam a divisão político-administrativa de algumas províncias. Considerou que a reformulação ou redefinição que a província de Luanda sofreu teve a ver com o trabalho global que estava a ser feito a nível do país.

"Todas essas alterações foram feitas do ponto de vista técnico, no que diz respeito à circunscrição da província", disse. A responsável ressalta ainda que as transformações resultam das inovações introduzidas na organização e gestão do território, das alterações legislativas sobre as unidades territoriais, bem como

da sua melhor adequação à nova ordem constitucional. " Qualquer lei pode sofrer alterações. Logo, não há objecções a futuras e eventuais alterações à divisão político-administrativa", concluiu.

## 5.5 Nova configuração político-administrativa

*Jornal DE Angola*  
26 De Junho de 2017

Município de Luanda Distritos Urbanos:

Sambizanga, Range, Maianga, Ingombota, Samba. Neves Bendinha e N'gola Kiluanje.

Município de Icolo e Bengo

Distritos Urbanos:

Catete  
e Bela Vista

Comunas:

Cassoneca, Cabíri Bom Jesus. Caculo Cahango e Quiminha.

Município da Quiçama

Comunas:

Muxima, Demba Chio, Quixinge, Mumbondo e Cabo Ledo.

Município de Cacuaco

Distritos Urbanos:

Kikolo, Cacuaco, Mulenvos de Baixo e Sequele.

Comuna:

Funda.

Município do Cazenga

Distritos Urbanos:

Cazenga, Hoji-ya-Henda, 11 de Novembro. Kima Kieza, Tala-Hady e Kalawenda.

Município de Viana

Distritos Urbanos:

Viana, Estalagem, Baia, Kikuxi, Zango e Vila Flor.

Comuna:

Calumbo

Município de Belas Distritos Urbanos:

Quenguela, Morro dos Veados, Ramiros, Vila Verde, Cabolombo e Cidade do Kilamba.

Comuna:

Barra do Kuanza

Município do Kilamba Kiaxi

Distrito Urbanos:

Golfe, Sapú. Palanca e Nova Vida.

Município do Talatona Distritos Urbanos:

Benfica, Futungo de Belas, Lar do Patriota. Talatona, Cama ma e Cidade

Universitária.

Comuna:

Mussulo.

## 5.6 Restituição do Kilamba Kiaxi

*Jornal de Angola*  
26 De Junho de 2017

Em 2011, a região de Icolo e Bengo foi anexa como município da província de Luanda. Laurinda Prazeres, directora do Gabinete Jurídico do MAT, justificou a redefinição deste limite territorial como consequência do projecto do novo Aeroporto Internacional de Luanda, cuja implementação abarca Icolo e Bengo e Viana.

"Por uma questão de organização e para evitar eventuais conflitos negativos ou positivos, entre diferentes circunscrições, fez-se então a redefinição destes limites", esclareceu.

Laurinda Prazeres considerou que, quando se pretende efectuar alterações, são sempre ouvidos os membros dos conselhos de auscultação e concertação social da circunscrição.

"Foi assim que ficou deliberada a restituição do município do Kilamba Kiaxi, com novos limites geográficos e a criação do município do Talatona, que sequer era distrito urbano", disse.

Em relação às unidades territoriais do Kilamba e Sequele, a directora do Gabinete Jurídico do MAT disse que foram estabelecidos os respectivos limites territoriais e classificados como distritos urbanos, para efeitos da divisão político-administrativa do território.

"A cidade do Kilamba está integrada no distrito urbano do Kilamba, assim como a cidade de Luanda está no município de Luanda. Em ambos os casos, coincide com os limites territoriais dos respectivos municípios". Acrescentou que o município é a unidade de subdivisão territorial e administrativa da província.

Para efeitos político-administrativo, referiu que o território do município pode subdividir-se em comunas e/ou distritos urbanos. No caso do distrito urbano, é a circunscrição territorial e administrativa em que se pode estruturar o município, constituído por um ou mais núcleos populacionais. FH

## 5.7 Lei da Divisão Político-Administrativa

*Jornal de Angola*  
26 De Junho de 2017

Lei 18/16, Lei da Divisão Político-Administrativa, revoga, em termos gerais, todos os diplomas que, parcialmente, estabeleciam a divisão político-administrativa de algumas províncias, afirmou Laurinda Prazeres. A jurista considerou que a reformulação ou redefinição que a província de Luanda sofreu teve a ver com o trabalho global que estava a ser feito a nível do país.

"Todas essas alterações foram feitas do ponto de vista técnico, no que diz respeito à circunscrição da província", disse. A responsável ressalta ainda que as transformações resultam das inovações introduzidas na organização e gestão do território, das alterações legislativas sobre as unidades territoriais, bem como da sua melhor adequação à nova ordem constitucional. "Qualquer lei pode, a todo o tempo, sofrer alterações. Logo, não há objecções às futuras e eventuais alterações à divisão político-administrativa. Ou seja, a lei não é estática", conclui. FM

## 5.8 O ressurgimento de nove municípios

*Jornal de Angola*  
26 De Junho de 2017  
Texto: Fula Martins

Cinco anos depois de ter passado por uma reforma na sua divisão político-administrativa, que, ao tempo, definiu sete municípios, Luanda volta a registar alterações na delimitação territorial. Em Outubro de 2016, por força da Lei 18/16, Lei da Divisão Político-Administrativa, foram redefinidas as coordenadas dos

limites geográficos de algumas circunscrições territoriais.

A entrada em vigor da Lei 18/16, de 17 de Outubro, Lei da Divisão Político-Administrativa, resultou, para a província de Luanda, na criação de mais dois municípios: Talatona e Kilamba Kiaxi. De forma alargada, a capital do país tem agora um total de nove municípios (Icolo e Bengo, Viana, Luanda, Quiçama, Cazenga, Cacuaco, Kilamba Kiaxi, Belas e Talatona), 41 distritos urbanos e 14 comunas.

Em entrevista ao Luanda Jornal Metropolitano, a directora do Gabinete Jurídico do Ministério da Administração do Território (MAT), Laurinda Prazeres Cardoso, explicou que os processos de criação, modificação e extinção das unidades territoriais e aglomerados populacionais obedecem a critérios, como o índice demográfico, quantidade de serviços públicos existentes, nível de desenvolvimento económico, capacidade de geração de receitas locais ou aproximação dos serviços aos cidadãos. Em função da sua especificidade, disse, os limites geográficos de Luanda foram substancialmente alterados pela lei.

"Se olharmos para o recém-criado município de Talatona, que integra os distritos urbanos do Benfica, Futungo de Belas, Lar do Patriota, Camama, Cidade Universitária e Talatona, a sua elevação à categoria de município obedeceu a esses critérios", explicou.

Laurinda Prazeres Cardoso realçou que a ideia da divisão político-administrativa configura, exactamente, a delimitação do território, espaço e limites das fronteiras entre uma circunscrição.

## 5.9 Mais um passo para a implementação das autarquias locais

*Jornal Expansão*  
30 De Junho de 2017  
Texto: Félix Abias

A Assembleia Nacional deu mais um passo rumo à realização de eleições autárquicas, ao ter, aprovado esta semana o Projecto de Lei Orgânica Sobre as Bases do Sistema de Funcionamento do Poder Local, aprovada por unanimidade pelos deputados. A lei é uma fusão da proposta da UNITA e do Executivo.

Satisfeita com a aprovação, a deputada da UNITA Miahela Webba disse ao Expansão ter que a institucionalização do poder local é uma das "bandeiras do seu partido.



Também satisfeito com o consenso que houve sobre a mesma lei ficou o presidente do Grupo Parlamentar da UNITA, Adalberto da Costa Júnior, O deputado considerou que é fácil haver consensos quando em causa está interesse nacional.

"A busca de consensos não é uma tarefa fácil e exige alguma coragem e seguramente clareza de propósitos", reforçou.

"Fazer pontes", é como o presidente do Grupo Parlamentar do MPLA, Virgílio de Fontes Pereira, qualificou o acto que aconteceu com esta aprovação, na qual os deputados dos dois principais partidos optaram pelo consenso. "Penso que estamos aqui para marcar uma posição que tem a ver com o futuro do País, a estabilidade, o desenvolvimento da nossa democracia participativa, que no fundo é isto que representa o poder local", disse Virgílio de Fontes Pereira.

Desde 1992 que estava prevista a elaboração de legislação sobre as autarquias, interrompido com sucessivos adiamentos.

Porém, com a aprovação desta lei, para a implementação das eleições autárquicas, faltam ainda definir as leis orgânica sobre as autarquias locais, a lei sobre a tutela administrativa das autarquias locais, a lei do financiamento local, a lei sobre o estatuto dos eleitos locais e a lei orgânica sobre as eleições autárquicas.

Vice-presidente da República, Manuel Vicente, afirmou no ano passado que as eleições autárquicas estavam previstas para 2021. Já o Plano Nacional da Administração do Território (PLANEAT), do Ministério da Administração do Território (MAT) estabelece 2021 como o fim do mapeamento do País para a implementação das eleições autárquicas.

## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO

### 6.1 Mbanza Kongo com centralidade em 12 meses

*Jornal de Angola*  
01 De Junho de 2017  
Texto: João Mavinga

A cidade de Mbanza Kongo, capital da província do Zaire, vai ter em doze meses uma centralidade com mil apartamentos de quatro pisos tipologia T3, a ser construída na antiga pista da aviação municipal, no bairro 11 de Novembro.

"Dentro de doze meses entregaremos a obra ao Governo" garantiu ontem o Presidente do Conselho da Administração da Imogestim, Rui Cruz, durante o acto de consignação e lançamento da primeira pedra do projecto, muito aplaudido pela juventude local. A primeira fase, iniciada com o lançamento da primeira pedra, prevê a construção de 200 fogos habitacionais. Rui Cruz afirmou na presença do governador da província, Joanes André, que a centralidade de MbanzaKongoestáorçadaem5,4mil milhões de kwanzas. De acordo com o PCA da Imogestim, a concretização do projecto foi possível graças ao empenho e esforço do Executivo, numa altura difícil em que escasseiam os recursos financeiros.

A zona de intervenção da centralidade de Mbanza Kongo ocupa numa primeira fase 3,5 hectares dos 26 do traçado global da área projectada. Cada e difícil vai ocupar uma área de 100 metros quadrados. Oitenta e uma unidades comerciais, das quais oito lojas vão povoar a centralidade, enquanto a zona viária para estacionamento de viaturas é de 34.612 metros quadrados. Para que o saneamento básico corresponda aos padrões exigidos internacionalmente, a Imogestim garante à centralidade a colocação de 53 contentores, destinados à recolha de lixo no recinto circundante, numa extensão que contempla arruamentos, passeios, sinalização, paisagismo, rede eléctrica e de abastecimento de água canalizada para consumo e outra para drenagem de águas residuais e pluviais.

### 6.2 "Kubikuz" incentiva construção de residências

*Jornal Economia e Finanças*  
2 De Junho de 2017

A imobiliária Imogestim lançou, na passada quarta-feira, 31, em Luanda, a 11 edição prémio "Kubikuz", iniciativa que visa incentivar a criação de projectos de habitação social urbana e rural, acessíveis a maior parte da população.

Criado com o objectivo de incentivar e promover a inovação e a criatividade na concepção de projectos de habitação social rural e urbana no país, que incorpore de forma significativa os recursos locais, o prémio está aberto partir de hoje aos arquitectos e engenheiros, independentemente da nacionalidade.

Segundo os regulamentos do prémio, pretende-se que no final da construção do projecto que o preço de referência máximo para habitação social urbana do prémio "Kubikuz" seja o equivalente em moeda nacional a 400 dólares norte-americanos por metro quadrado de área útil, enquanto o de habitação social rural seja de 300/m<sup>2</sup> de área útil.

O administrador para área de projectos e construção da Imogestim, Amarildo Van-Dúnern, explicou que os projectos a serem recebidos estarão disponíveis no mercado, nas empresas e universidades.

O júri do prémio, Manuel Resende de Oliveira, convidou os profissionais da área a trabalhar para encontrarem soluções e pediu aos empresários para que invistam na produção de materiais locais de modo a evitar as importações.

A primeira edição do prémio "Kubikuz" aconteceu em 2015 e contou com 12 projectos. Destes, seis estiveram virados para habitação social urbana e os restantes para habitação social rural.

### 6.3 'Os preços praticados nas centralidades não são para o bolso do angolano'

*Jornal Visão*

*2 De Junho de 2017*

*Texto: Caxala Neto e Gode Sebastião*

Como nasceu o projecto Jeosat Angola?

O projecto Jeosat Angola nasceu no ano 2000, portanto, foi um projecto vocacionado para investigação, desenvolvimento e comercialização de novas tecnologias, sempre numa vertente de criar soluções do mundo desenvolvido para o mundo menos desenvolvido. Soluções de baixo custo, grande qualidade e que não necessitem de mão-de-obra especializada. Portanto, nós sempre estivemos virados para investigação, desenvolvimento e comercialização de novas tecnologias.

O processo de investigação para a construções de habitações sociais, a baixo custo, está concluído ou ainda está por executar?

Está concluído, portanto, já temos instalado em Angola duas indústrias de tecnologias de ponta para a construção de habitação social. Uma que consiste em 'steel framing, estruturas metálicas montadas de forma automatizada e a outra de painéis de poliestireno e malha sol com reboque projectado.

As indústrias estão situadas na Viana, no Pólo Industrial e dentro do projecto Kussanguluka afecto aos antigos combatentes e veteranos da Pátria.

Para a sua execução, como é que começou este projecto?

Dentro da nova vertente de investigação, fomos acompanhando o crescimento desta tecnologia em países com as características como as de Angola, como é o caso da Nova Zelândia e outros países que usaram esta tecnologia para a construção de habitação social em grande escala e para a acomodação do contingente militar em tempo de paz.

E assim que a tecnologia ia dando provas reais da sua capacidade, nós continuamos a desenvolver, adquirimos a tecnologia, a representação da mesma e implementamos em Angola.

Do ponto de vista da habitação, o país carece ainda de estruturas próprias para as pessoas viverem, cuja construção obedece a critérios internacionais com a inclusão dos mais variados serviços sociais básicos. Como é que está a ser feito o projecto Kussanguluka

e outros projectos que a Jeosat está a executar neste momento?

Nós temos tido sempre em conta estas necessidades. Todas as nossas centralidades são feitas com habitação normal, serviços de apoio, espaços verdes, espaços de lazer, áreas para as instituições e prestação de serviços para que, as comunidades assim que se instalem, não sintam falta de serviços e de espaços de lazer. Portanto, não tenham que se deslocar para zonas distantes para ter acesso a estes serviços. Por este facto, nós fizemos sempre projectos completos, já tendo em conta estas necessidades para que não se cometam erros que têm sido cometidos no país.

Angola tem dado passos largos e únicos, a nível da construção de habitação social, mas O nosso défice habitacional ainda continua muito alto e a Jeosat está a dar o seu contributo para o país.

Como tem sido o processo de financiamento para a construção de edifícios, de condomínios e habitações sociais? A Jeosat, tem recebido financiamentos da parte do Estado ou de parceiros internacionais e nacionais para a aquisição de matérias-primas?

Nos primeiros projectos usamos financiamentos de instituições bancárias locais. Para a instalação da nossa estrutura, no primeiro arranque, o projecto dos antigos combatentes foi todo suportado por nós, portanto, financiado. Mas agora, como estamos a desenvolver e a materializar um projecto maior, que é um projecto mais amplo, vamos dizer assim, estamos a usar parceiros e financiadores internacionais, especificamente de Abu Dabi e alguns parceiros financeiros da Europa.

Do projecto maior já lá vamos. Mas vamos nos ater ainda naquilo que é génese da Jeosat e as necessidades de Angola, numa altura que, além da mão de obra local, o país precisa também da expatriada.

Qual é a mão de obra que a Jeosat usa nos mais variados projectos?

AChO que esta é uma das melhores vertentes da nossa tecnologia porque não necessita de uma mão de obra especializada. É um sistema automatizado, chamado 'litho-proof' que pode ser operado por mão de obra não especializada que é o que Angola tem em maior quantidade. Portanto, com esta tecnologia, nós temos a capacidade de absorver muita mão-de-obra não especializada que se encontra parada no país e, usamos cerca de 10 a 15 por cento, sempre de mão de obra expatriada.

Geralmente, só trouxe-mos os técnicos para vir dar formação aos nossos quadros e operar na fase de

transição. Mas, rapidamente, a tecnologia passou ou está a ser já operada por quadros angolanos. Ou seja, é uma das vertentes mais fortes desta tecnologia.

## 6.4 Um milhão de casas, e um milhão de empregos, lembra-se?

*Jornal Visão*

*2 De Junho de 2017*

Caro candidato do Governo da crise, ser o primeiro a apresentar a lista de candidatos a deputados no TC não significa absolutamente nada, para os angolanos que morrem por falta de medicamentos, todos os dias, nos hospitais de Angola.

Por Emanuel Malaquias Ser o primeiro partido a apresentar o manifesto eleitoral também não tem significado nenhum, muito menos quando o seu Partido ainda não explicou aos angolanos o que é que andou a fazer durante os 42 anos de uma governação desastrosa.

No Huambo o senhor tentou outra vez ludibriar as pessoas, tentando fazer passar a mensagem de que quem ainda não apresentou o seu programa de governo não merece governar.

Acontece que os senhores já apresentaram dezenas de programas, que pura e simplesmente não surtiram efeito positivo nenhum na vida dos angolanos.

Portanto, o senhor não está numa posição muito confortável para falar em programas de governo. Até porque o seu partido ainda não cumpriu nem com a décima parte das promessas feitas em 2012...

Um milhão de casas, e um milhão de empregos, lembra-se?

E já agora, passe a levar cábula... Porque essa sua tentativa de querer parecer um bom tribuno tem sido desastrosa... !

## 6.5 Empresas chinesas prometem continuar a investir

*Jornal de Angola*

*3 De Junho de 2017*

*Texto: Madalena José e Gotos Clemente*

As empresas chinesas Citic Construções e H&S vão continuar a investir em projectos imobiliários em Angola, apesar da situação económica que o país atravessa, garantiu na quinta-feira, em Luanda, o vice-presidente da divisão regional África da companhia.

Hu Ping, que falava depois de visitas realizadas por representantes da Câmara de Comércio Angola-China às obras da Citic Construções, disse que além dos projectos imobiliários, a empresa investe nos sectores de agricultura, minas e indústria.

O vice-presidente da divisão regional África e os representantes da Câmara visitaram as obras de requalificação do Eutungo de Belas, onde, desde Junho de 2011, são construídas infra-estruturas numa área de 158 hectares, por um valor de 150 milhões de dólares norte-americanos (25 mil milhões de kwanzas). A empreitada está concluída em 82 por cento.

A segunda fase compreende a construção de residências de luxo para 39 mil habitantes, um hotel de cinco estrelas, espaços para entretenimento, cultura e centro de negócios. As visitas incluíram a Urbanização Nova Vida, um projecto com a primeira fase concluída pela H&S e que compreende a construção de edifícios com habitações T3 e T4, 30 de quatro pisos e 35 de seis.

O lançamento da segunda fase foi aprovado em 2009 para uma área de 400 hectares, onde foram executadas infra-estruturas como vias de drenagem pluviais e residuais, zonas verdes e redes de abastecimento de água e energia. O arquitecto do projecto Nova Vida, Zola Macaia, informou que a segunda fase custou 130 milhões de dólares, equivalentes a 21,6 mil milhões de kwanzas.

A delegação da Câmara de Comércio Angola-China também visitou as obras do Zango 8000, que abarca uma área de 416 hectares, onde são construídos oito mil apartamentos e vivendas do tipo T3.

No Zango 8000 estão disponíveis cinco centros e jardins de infância, quatro escolas primárias e três escolas secundárias. As obras começaram em 2012 e terminaram em 2015, mas a entrega das residências à Imogestim só está prevista para Julho. As obras criaram oito mil postos de trabalho. As visitas estenderam-se à Vila Kuditembo, Lar do Patriota e Cidade do Kilamba, esta última entregue ao Governo em 2012 com um total de 20.002 habitações, além de infra-estruturas.

A Cidade do Kilamba tem mais de 400 quilómetros de vias construídas numa área total de 8,8 quilómetros quadrados, 24 jardins de infância, nove escolas primárias, oito escolas secundárias e 246 espaços comerciais.

A Citic Construções é ainda responsável pela construção do projecto KK 5000" com igual número

de habitações sociais, também dotado de infra-estruturas."

O presidente de Conselho de Administração da Câmara de Comércio Angola-China, Arnaldo Calado, disse, no final da visita, que as obras são um testemunho de que as parcerias que incluem capital e empresas chinesas estão a solucionar problemas fundamentais do mercado angolano.

"O momento é de oportunidade para o angolano criar parcerias, porque o empresário chinês encontra em Angola um ambiente favorável para investir", referiu.

A visita foi acompanhada pela directora adjunta da Unidade Técnica de Investimento Privado (UTIP), Cláudia Pedro, e pelo administrador da Agência para a Promoção de Investimento Estrangeiro (APIEX), Marco Almeida.

## 6.6 Imposto predial aguarda por inquilinos

*Jornal de Angola*

*5 De Junho de 2017*

O trabalho de inscrição e pagamento do Imposto Predial Urbano (IPU) e Sisa, nas centralidades da província do Namibe, ainda não começou, pelo facto de as respectivas residências não estarem ainda habitadas, disseram ontem em comunicado os serviços regionais tributários locais. O comunicado da quinta Região Tributária diz que a nova urbanização da Huíla também o registo foi retardado para o terceiro trimestre do ano, por se verificar alguma morosidade na comercialização dos imóveis localizados na "Centralidade Eíwa".

Enquanto isso, o Programa Regional Educação Fiscal (PREF) já atingiu, na 5.ª Região Tributária, 30 por cento da população alvo, entre Janeiro e Maio do ano em curso, com foco para o esclarecimento do Imposto Predial Urbano nas vertentes renda e património.

Pela experiência e alcance, a quinta Região Tributária recomendou a institucionalização do Programa Regional Educação Fiscal por todos os serviços regionais tributários e a institucionalização de um diploma de mérito para as instituições públicas e privadas que, incondicionalmente, apoiam o programa, incluindo um outro diploma para reconhecimento dos contribuintes que, ao longo de um ano fiscal, se mostram integralmente cumpridores das Suas obrigações.

Na quinta Região Tributária já foram realizadas, entre Fevereiro e Maio deste ano, 478 acções de sensibilização, sendo 314 na província da Huíla e 164 no Namibe. O Programa Regional Educação Fiscal já atingiu um total de 3.004 cidadãos, dos quais 869 na Huíla, do total de 10 mil pessoas por sensibilizar durante todo o ano.

A população alvo prevista enquadra a massa estudantil, os professores e funcionários públicos, fiéis de igrejas, membros do Governo, assim como funcionários da Administração Geral Tributária (AGT) e das delegações das Finanças do Namibe e Huíla.

Durante as sessões de esclarecimento, a quinta Região Tributária constatou que, na maioria dos municípios, a população mostra-se desimpedida em pagar o imposto devido, mas a distância que os separa das Repartições continua a ser um dos principais constrangimentos que desencoraja muitos a cumprir com as obrigações fiscais. Até 26 de Maio, foi já possível na quinta Região Tributária celebrar acordos de cooperação com as Igrejas Universal do Reino de Deus e Pentecostal do Reino de Deus do Maculusso, que prontamente assumiram-se como parceiros na veiculação da informação tributária e na facilitação das actividades da AGT junto das suas comunidades.

Durante o período em balanço foi possível construir ainda uma relação dinâmica, transparente e harmoniosa com os contribuintes e desenvolver uma cultura de excelência técnica e meritocracia junto dos técnicos da AGT e das delegações das Finanças envolvidas.

A quinta Região Tributária conclui que a massificação da cultura de impostos junto da sociedade das províncias da Huíla e Namibe ainda não acompanha a dinâmica de implantação das estruturas tributárias nos locais em que os mesmos serviços são imprescindíveis.

## 6.7 China perdoa dívida parcial de Angola

*Jornal de Angola*

*6 De Junho de 2017*

*Texto: Rodrigues Cambala e Josina De Carvalho*

Angola viu ontem perdoada de forma parcial a dívida, avaliada em 97 milhões e 370 mil yuans (14.306.429,00 dólares) para com a China, após a assinatura de um protocolo que dispensa a



amortização do empréstimo estipulado em dois acordos de cooperação económica e técnica.

O acordo, que prevê o perdão parcial da dívida, foi assinado pela secretária de Estado para Cooperação, do Ministério Relações Exteriores, Angela Bragança, e pelo embaixador da China, Cui Aimin. A delegação do Governo de Angola, chefiada pelo ministro de Estado e Chefe da Casa de Segurança, Hélder Vieira Dias, reuniu-se durante uma hora com a delegação chinesa, dirigida pelo conselheiro de Estado do Conselho da República Popular da China, Wang Yong. Relativamente à regularização de contas para o perdão da dívida foram feitos procedimentos específicos do Banco de Desenvolvimento da China, Banco Nacional de Angola e Ministério das Finanças.

A dívida perdoada é estipulada em dois acordos de cooperação, assinados em Maio de 2001, e Dezembro de 2002, que já estavam num período de reembolso, até Dezembro de 2015. Hélder Vieira Dias disse que o encontro é uma oportunidade para aprofundar as relações que assentam na cooperação entre os dois países.

Ao avaliar que a cooperação é excelente entre Angola e a China, lembrou que a visitado Presidente da República, realizada em 2015, aprofundou as relações do ponto de vista político e económico. A reunião analisou a execução de diferentes projectos em curso e diferentes instrumentos jurídicos referentes ao reforço da cooperação. Ainda na manhã de ontem, o Vice-Presidente da República, Manuel Vicente, recebeu o conselheiro de Estado do Conselho da República Popular da China, Wang Yong, com quem tratou assuntos ligados à parceria económica.

Angola e China rubricaram um acordo de cooperação na área de formação profissional, presenciado pelo ministro do Trabalho, Emprego e Segurança Social, Pitra Neto.

A China concorda em efectuar um estudo de viabilidade do Centro Integrado de Formação Tecnológica (CINFOTEC). Para a concretização do projecto, a parte chinesa vai enviar um grupo de especialistas a Angola para realizar uma investigação ao projecto. As despesas decorrentes do estudo de viabilidade vão ser suportadas no âmbito da doação estabelecida ao abrigo do acordo de Cooperação Técnica e Económica entre os Governos da China e de Angola.

Banco da China:

A sucursal do Banco da China em Luanda foi inaugurada ontem, num acto assistido pelo ministro

de Estado e Chefe da Casa de Segurança do Presidente da República' Hélder Vieira Dias, o conselheiro de Estado chinês, Wang Yong, e os governadores do Banco Nacional de Angola (BNA), Walter Filipe, e da China, Chen Siqing. A instituição, que começa a funcionar hoje, vai facilitar os pagamentos entre Angola e a China e evitar a utilização de outros bancos correspondentes intermediários, segundo o ministro das Finanças, Archer Mangureira.

Ao discursar na cerimónia de inauguração, Archer Mangureira disse que a instituição bancária, além de apoiar a comunidade chinesa residente em Angola, vai impulsionar os negócios, facilitar a operacionalização de linhas de crédito e agilizar os pagamentos entre empresas e outras instituições dos dois países. "A cooperação entre o Banco da China e o nosso país começou com um financiamento de quatro projectos para o sector das telecomunicações, num montante global de 109,76 milhões de dólares. Estes projectos estão concluídos e totalmente desembolsados desde Outubro de 2012", disse o ministro, para acrescentar que a carteira actual de operações com o Banco da China compreende três projectos, perfazendo um financiamento na ordem dos 381 milhões de dólares.

Os três projectos vão ser financiados com a cobertura da agência de crédito à exportação da China. "Apelo ao Banco da China para que seja um verdadeiro correspondente para os bancos angolanos, não só para pagamentos para a China, mas também para pagamentos a todo o mundo", disse o ministro das Finanças, que quer ver mais investimento directo das empresas chinesas em Angola, além do financiamento da construção de infra-estruturas nacionais por parte de empresas chinesas.

O governador do BNA, Walter Filipe, considerou a presença do Banco da China uma mais valia para todo o sistema financeiro angolano, uma vez que com os demais bancos comerciais existentes no mercado, vai facilitar as trocas comerciais entre Angola e a Ásia, particularmente com a China, que atingiram, em 2015, mais de 19 mil milhões de dólares. O governador do Banco da China, Chen Siqing, disse que a abertura da sucursal representa um passo para melhoria da rede de serviço em África e a manifestação do reforço da cooperação entre Angola e a China.

## 6.8 Condições de habitabilidade melhoradas na região

*Jornal de Angola*

*7 De Junho de 2014*

*Texto: Arão Martins*

Mais de 11 mil pessoas, que viviam em zonas consideradas de risco, têm actualmente melhores condições de habitabilidade no bairro Muvale, como resultado dos programas de reassentamento realizados pelo Governo, através da Administração Municipal da Matala, a 200 quilómetros da cidade do Lubango.

O coordenador do bairro Muvale, João Kundi, referiu que os programas permitiram a construção de quatro sistemas de água potável com painéis solares, uma escola do ensino primário e do I ciclo do ensino secundário, com 14 salas de aula e área administrativa.

A construção de um centro infantil e jango comunitários, centro médico, posto policial, ponteco, instalação da corrente eléctrica e de mais bens de iniciativa privada são outras acções que contribuem positivamente para a melhoria da qualidade de vida da população.

O coordenador do bairro destacou ainda a instalação do Colégio Kautindo, que ministra aulas do ensino primário, do I e I~ ciclos do ensino secundário, com vários cursos técnicos de saúde.

"Com estes ganhos, estamos esperançados de que a continuidade do programa do governo da província vai permitir melhorar cada vez mais a qualidade de vida da população local", antevê João Kundi. O bairro Muvale surgiu aquando do processo de retirada da população que vivia numa zona considerada de risco, como nas proximidades da linhas férrea e de alta tensão, no dia 28 de Julho de 2010.

Nesta altura, a Administração da Matala controlava um total de 1.566 pessoas, dos quais 184 homens, 213 mulheres, 269 jovens e 900 crianças, referiu João Kundi.

Actualmente, estão controlados 11.370 moradores, sendo 2.200 homens, 2.500 mulheres, três mil jovens, 3.500 crianças, 150 idosos. Estão também 20 antigos combatentes. O coordenador apresentou a situação do bairro, durante a visita que o governador provincial da Huíla, João Marcelino Tyipinge, fez segunda-feira àquela localidade.

O administrador municipal da Matala, Manuel Vicente, explicou que, a par do reassentamento da população que vivia em zonas consideradas de risco, foram também requalificados os bairros 11 de Novembro, Comandante Cow-Boy, com 31 mil habitantes, e Caulutue, com 15 mil pessoas. Manuel Vicente informou que dados preliminares do Censo Geral da População e Habitação apontam que a sede municipal da Matala tem 120 mil habitantes, o que obriga as autoridades administrativas a trabalharem cada vez mais, para proporcionarem melhor qualidade de vida à população.

O administrador municipal salientou que está a ser reforçada a execução de programas que visam o abastecimento de água potável, energia eléctrica, a abertura e a reabilitação das ruas e vias de acesso.

Outro ganho referido pelo administrador Manuel Vicente tem a ver com a questão do programa de auto construção dirigida, que permitiu proporcionar habitação a milhares de famílias na sede do município.

### Desenvolvimento do município

O governador provincial da Huíla, João Marcelino Tyipinge, disse que as autoridades estão comprometidas em promover a construção e a reabilitação das infra-estruturas necessárias ao processo de desenvolvimento das comunas, municípios, províncias e do país.

João Marcelino Tyipinge assegurou que se deve continuar com o programa de construção de equipamentos sociais e edifícios públicos, estradas e abastecimento de água potável, acções que continuam a merecer toda a atenção do Executivo angolano, do governo provincial e das administração municipal e comunais.

## 6.9 Portal para candidaturas é lançado hoje

*Jornal de Angola*

*7 De Junho de 2017*

*Texto: Manuela Gomes*

A imobiliária Imogestín apresenta hoje, em Luanda, numa conferência de imprensa, o portal que deverá ser usado pelas pessoas interessadas em inscrever-se para a aquisição de moradias nos projectos habitacionais do Estado.

O portal, de acordo com uma nota informativa da Imogestín, publicada na sua página online, vai estar inicialmente disponível apenas para consulta de

informações relacionadas com as vendas, para o acesso, ao formulário de apresentação de candidaturas e ao simulador de cálculo do valor das prestações do imóvel escolhido.

As inscrições, por meio da apresentação de candidaturas no portal, vão começar a partir da última semana deste mês, devendo a Imogestin pôr à disposição do público, em todo o país, de forma faseada, 26.716 habitações de várias tipologias.

O processo de venda de habitações pela Imogestin vai começar com a comercialização de 1.984 moradias da urbanização Quilómetro 44, no município de Icolo e Bengo, província de Luanda e depois são comercializadas 3.504 casas localizadas no Capari, província do Bengo.

No terceiro trimestre, a Imogestin procede à venda de 854 imóveis da cidade do Lubango, província Huíla, duas mil na Praia Amélia, duas mil na urbanização 5 de Abril, província do Namibe, três mil no Lobito, duas mil no Luhongo e mil na Baía Farta, província de Benguela.

Também a partir do terceiro trimestre, está reservada a comercialização de 2.464 casas nas centralidades Zango O e Zango 8 Mil, província de Luanda. A venda das casas dos projectos habitacionais de Benguela, Namibe e do Zango 8 Mil está condicionada à conclusão das infra-estruturas externas, sob a responsabilidade do Ministério do Urbanismo e Habitação.

Prazo de entrega reduzido

Diferente do verificado há quatro anos, quando o processo de venda era gerido pela Sonip e pela Delta Imobiliária, o prazo máximo de entrega das habitações desta vez vai ser de 10 dias. Para a compra de uma habitação numa das centralidades, o interessado deve ter nacionalidade angolana, ser maior de idade, ser trabalhador, proceder a descontos para a Segurança Social e não ter antes comprado ou arrendado casa ao Estado. Nas outras províncias, a venda ao público livre, além da venda via Internet, reserva uma parte das habitações para arrendamento directo por via de inscrições em locais identificados, através da entrega de documentos.

Os preços das habitações são fixados em kwanzas, tendo como referência o seu valor inicial equivalente em dólares, com base na taxa de câmbio do Banco Nacional de Angola (BNA). A Imogestin é uma empresa dedicada ao negócio da promoção, mediação e gestão de empreendimentos imobiliários, comprometida com a sustentabilidade dos projectos e a forma como estes impactam a vida dos clientes e

das comunidades onde a empresa trabalha. No domínio dos serviços de mediação imobiliária, a Imogestin, por intermédio do Fundo de Activos para o Desenvolvimento Habitacional (FADEH), está envolvida nos projectos habitacionais do Estado ma Promoção, a Mediação e a Gestão Imobiliária.

## 8.10 Imogestin abre portal de inscrições

*Jornal de Angola*

*8 De Junho de 2017*

*Texto: Katia Ramos e Ana Paulo*

A imobiliária Imogestin procedeu ontem à abertura pública do portal de candidaturas para aquisição de casas nos projectos habitacionais do Estado. Numa primeira fase, o portal ([www.imocandidaturas.co.ao](http://www.imocandidaturas.co.ao)) vai estar disponível apenas para consulta das modalidades de acesso às centralidades.

De acordo com Mário Guerra, porta-voz da Imogestin, que falava em conferência de imprensa, as vendas começam na última semana deste mês de Junho e estão direccionadas a três grupo de clientes elegíveis, nomeadamente, o trabalhador comum, a função pública e a venda livre a grandes empresas.

O responsável da Imogestin assegurou que o portal está disponível 24 horas ao dia e dispõe já de informações relacionadas com as vendas, do formulário de apresentação de candidaturas, simulador de cálculo do valor das prestações do imóvel escolhido e a modalidade de pagamento, que corresponde a 240 prestações num prazo de 20 anos.

Mário Guerra garantiu que numa primeira fase a Imogestin vai pôr à disposição do público um total de 26.716 habitações da tipologia T3, sendo 1984 moradias na Central idade do Quilómetro 44 e 3504 na centralidade do Kapari, na província do Bengo.

No terceiro trimestre, a Imogestin vai proceder à venda de 2000 casas na Praia Amélia, outros 2000 na Urbanização 5 de Abril, na província do Namibe, três mil no Lobito, Benguela, 2000 no Lubango e mil na Baía Farta. Estão disponíveis na centralidade do Zango 1.464 habitações. A venda de oito mil casas dos projectos habitacionais de Benguela, Namibe e do Zango está condicionada à conclusão das infra-estruturas externas, obras da responsabilidade do Ministério do Urbanismo e Habitação.

Para ter acesso à habitação, já não é exigido no acto de inscrição pagar um capital inicial, apenas a prestação mensal. "O indivíduo depois de assinar o



contrato da casa de tipologia T3 pagará uma prestação mensal de 27 mil kwanzas", frisou.

Mário Guerra explicou que não há um tempo determinado de candidaturas. Desde que o candidato cumpra os requisitos será imediatamente admitido. As habitações não vão estar disponíveis para os cidadãos que já adquiriram casa própria ao Estado.

Mário Guerra informou ainda que no regime de venda livre, em algumas províncias do país, excepto Luanda, vai estar disponível a modalidade de arrendamento, porque o poder de compra da população dessas regiões é significativamente mais baixo do que da capital do país.

### 6.11 Como comprar e onde comprar

*Jornal Expansão  
9 De Julho de 2017*

NOME DO PROJECTO	LOCALIZAÇÃO	TIPOLOGIA	LOJAS	QUANTIDADE PREVISTA	QUANTIDADE CONCLUÍDA	ÁREA DE IMPLEMENTAÇÃO POR M2	GRAU DE EXECUÇÃO
Centralidade de Alameda	Mitica/Luanda	T3/T3+14	343	20.002	20.002	1.000	100%
Centralidade de Caparí	Caparí/Luanda	T3/T3+14	179	10.581	10.581	21,94	100%
Centralidade de Zango O	Zango Mitica/Luanda	T3 + T4	---	2.484	2.484	22	100%
UR 1.000 - Centralidade de Alameda	Mitica/Luanda	T3	---	5.000	5.000	76,28	100%
Urbanização VNIH	Mitica, Viana/Luanda	T3	---	2.348	1.984	21,4	85%
Zango 8.000	Zango 3, Viana/Luanda	VT3/VT3g/VT3e	---	8.000	8.000	408	100%
Urbanização do Caparí	Monção, Caparí/Bengo	T3	---	4.000	3.504	8	88%
Centralidade de Bemba	Benba, Uije do Norte	De T3 a T5+1	---	5.004	5.004	15	100%
Urbanização 8 de Abril	Cabinda	T3 + T4C	---	1.002	1.002	127	100%
Centralidade de Lubilo	Lubilo, M'pungu	VT3/VT3e	---	3.000	3.000	294	100%
Urbanização do Lubilo/Catumbela	M'pungu	VT3/VT3g/VT3e	---	2.000	2.000	242	100%
Urbanização de Baía Farta	Baía Farta, M'pungu	VT3/VT3e	---	1.000	1.000	89	100%
Urbanização Praia Amélia	M'pungu	VT3/VT3g/VT3e	---	2.000	2.000	208	100%
Urbanização 5 de Abril	Mitica	VT3/VT3g/VT3e	---	2.000	2.000	217	100%
Centralidade da Gulumbwa	Mitica	VT3/VT3g/VT3e	---	8.000	8.000	1.000	100%



TIPOLOGIA E PREÇO DAS HABITAÇÕES					
RENDA RESOLÚVEL SEM CAPITAL INICIAL					
NOME DO PROJECTO	VALOR DA RESIDÊNCIA KZ	PRESTAÇÃO MENSAL KZ	REQUERIMENTO MÍNIMO FAMILIAR REQUERIDO	NÚMERO DE PRESTAÇÕES MENSAIS	PRAZO DE PAGAMENTO (ANOS)
<b>Zango O</b>					
T3	18.260.000	101.270	253.175	240	20
T4	23.240.000	128.888	322.220	240	20
<b>Urbanização Km 44</b>					
T3	5.810.000	32.222	80.555	240	20
<b>Urbanização do Caparí</b>					
T3	4.980.000	27.619	69.048	240	20
<b>Zango 8.000</b>					
VT3	11.620.000	64.444	161.110	240	20
VT3g	10.790.000	59.841	149.603	240	20
VT3e	9.300.000	46.032	115.080	240	20
<b>Centralidade do Lubilo</b>					
VT3	11.620.000	64.444	161.110	240	20
VT3e	9.960.000	55.238	138.095	240	20
<b>Urbanização do Lubilo-Catumbela</b>					
VT3	10.790.000	59.841	149.603	240	20
VT3g	9.960.000	55.238	138.095	240	20
VT3e	9.130.999	50.635	126.588	240	20
<b>Urbanização Praia Amélia</b>					
VT3	11.620.000	64.444	161.110	240	20
VT3g	10.790.000	59.841	149.603	240	20
VT3e	9.130.999	50.635	126.588	240	20
<b>Urbanização 5 de Abril</b>					
VT3	11.620.000	64.444	161.110	240	20
VT3g	10.790.000	59.841	149.603	240	20
VT3e	9.130.999	50.635	126.588	240	20
<b>Centralidade da Gulumbwa</b>					
VT3	13.280.000	73.651	184.128	240	20
VT3g	11.620.000	64.444	161.110	240	20
VT3e	9.960.999	55.238	138.095	240	20

  

RENDA RESOLÚVEL SEM CAPITAL INICIAL			
Centralidade do Dundo	VALOR DA RESIDÊNCIA KZ	NÚMERO DE PRESTAÇÃO MENSAL	PRAZO DE PAGAMENTO (ANOS)
T3	10.075.000	240	20
T3+1	10.075.000	240	20
T4	17.050.000	240	20
T4+1A	18.600.000	240	20
T4+1B	19.375.000	240	20
T4+1C	20.150.000	240	20
T5	19.375.000	240	20
T5+1	21.700.000	240	20

  

RENDA RESOLÚVEL SEM CAPITAL INICIAL			
Urbanização 4 de Abril	VALOR DA RESIDÊNCIA KZ	NÚMERO DE PRESTAÇÃO MENSAL	PRAZO DE PAGAMENTO (ANOS)
T3	11.620.000	240	20
T4 A	13.280.000	240	20
T4 B	13.280.000	240	20
T4 C	13.280.000	240	20

### 6.12 Demolições retiram votos ao MPLA

*Jornal Grandes Noticias  
9 De Junho de 2017  
Texto: Jasper Kanambwa*

Os indivíduos agem, principalmente, durante a noite e vão passando a mensagem de que os cidadãos devem abandonar as suas residências o mais rápido possível, porque as mesmas serão demolidas brevemente, porque encontram-se num perímetro pertencente à Zona Económica Especial (ZEE). Para fazer jus às ameaças, vão descarregando junto das casas dos populares, alguns colectores e manilhas, fazendo crer que obras de grande vulto estarão para começar naquela área.

Os moradores, amedrontados, têm recorrido à administração local, municipal e ao Governo Provincial de Luanda, mas nada lhes tem sido dito. Muitos daqueles cidadãos já vivem ali há mais de 30 anos, eram terras de camponeses, que tiravam o seu sustento e o das suas famílias, das suas lavras.

Com a implementação do projecto Zango, que numa primeira fase serviu para albergar populações que viviam em condições de risco em vários pontos de Luanda, como a Boavista, muitos desses camponeses ficaram sem as suas terras. Alguns, em contrapartida, receberam casas e outros, ficaram eternamente a

viver em tendas que, depois de apodreci das, deram lugar à casebres de lata.

Com o passar do tempo, porque era insuportável continuar a viver-se naquela situação miserável, já que as promessas nunca foram cumpridas para favorecer interesses escusos dos dirigentes que se encontravam à frente do projecto, entre outros, foi cedido espaços legalizados pela administração e, cada morador, foi construindo a sua casa consoante as suas possibilidades.

Alguns anos depois, começaram a surgir alegações de que aqueles terrenos foram ocupados ilegalmente porque eram "reserva fundiária do Estado". De seguida, os terrenos já pertenciam ao perímetro do novo aeroporto de Luanda, em Bom Jesus.

Assim sendo, sem pré-aviso ou qualquer concertação com os moradores, na calada da madrugada, as pessoas ainda dormindo, eram surpreendidos por máquinas demolidoras devidamente escoltadas por elementos da Polícia e das Forças Armadas, fortemente armados, como se estivessem a tomar de assalto um quartel inimigo belicamente defendido. Em minutos, o que eram habitações, passavam a ser escombros, entre os gritos de aflição, choros e consternação dos proprietários.

As acções levadas a cabo em Viana, naquelas áreas dos Zangos, tiveram o seu auge em 2016 e, depois de alegadas mortes de bebés que terão morrido, diz-se que com o crânio esmagado, nos escombros das residências demolidas, dia 6 de Agosto, ocorreu a morte do Rufino, quando o adolescente de 14 anos, foi baleado pelos militares, que temiam a revolta da população que assistiam as suas casas a serem demolidas ilegalmente.

Esta situação, que fez correr rios de tinta a nível nacional e internacional, desvendando o verdadeiro carácter dos governantes angolanos que, sem dó nem piedade, atentam contra a vida do seu próprio povo, ainda não teve desfecho, pois espera-se pelo pronunciamento dos tribunais.

Neste momento, em que se aproximam as eleições gerais, previstas para o dia 23 de Agosto próximo, eis que aquelas pacatas gentes estão novamente na mira do "Kamartelo demolidor e assassino", a mando de quem se julga dono de tudo e de todos neste país. Depois de ter sido "reserva fundiária do Estado": "perímetro do novo aeroporto": agora já é a moribunda ZEE que diz que os terrenos lhe pertencem e os cidadãos, que estão legalizados pela administração, é que são os invasores.

Enquanto o MPLA espera revalidar os resultados dos pleitos anteriores, é bem verdade que, por causa de dirigentes seus e governantes gananciosos e mal-intencionados, autênticos lesa - Pátria, vai perder muitos dos seus eleitores.

Não se está a ver, um cidadão que tudo tem dado em prol do país e do partido que o governa, a ver a sua casa demolida sem razões palpáveis, a sua família ferida e morta, e continuar a nutrir simpatia pelo seu algoz e, ainda por cima, a votar nele.

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos e o sucessor escolhido por si, João Manuel Lourenço, devem tomar medidas drásticas imediatas contra esses "abutres governantes" que, com as suas acções macabras, estão a manchar todo um processo.

Nesta ordem de ideias, José Eduardo dos Santos pode acabar por sair pela "porta pequena" e bastante manchado e, o seu sucessor, caso o MPLA ganhe as eleições, vai herdar toda essa sujidade que poderá ser muito difícil limpar.

#### Trajectória das demolições

A história das demolições e usurpação de terrenos das populações já data de alguns anos. Primeiro foram as lavras e pequenos aglomerados habitacionais como aldeias. Desde logo, os cidadãos condenaram os actos ilegais praticados pelos governantes angolanos contra os camponeses que consideraram violação à letra da Constituição da República, assim como uma violação aos direitos humanos.

Na altura, os camponeses foram unânimes nas suas declarações e apelaram para a reposição da legalidade das suas terras. A sociedade em geral, também manifestou o seu profundo descontentamento e inconformismo político, pelo facto dos governantes angolanos persistirem no abuso desmedido dos saques e extorsão das terras dos camponeses para satisfazerem os seus interesses pessoais e familiares em detrimento dos angolanos.

Os cidadãos afirmam não ser justo um pequeno grupo de governantes usarem o poder para sacrificar a vida de milhares de pessoas, sobretudo deslocados de guerra, antigos combatentes, veteranos da pátria, viúvas e órfãos de guerra, que sobreviviam do fruto que o solo lhes oferecia para o sustento das suas famílias.

Os governantes angolanos continuam a cometer abusos e desrespeito à Constituição da República, assim como violam os direitos humanos de forma cruel e desumana.



Por causa do abuso do poder e da autoridade, arrogância e ambição desmedida dos governantes, pessoas continuam a pagar com as suas próprias vidas em defesa das suas terras e dos seus lares.

Segundo o artigo 14º da Constituição Angolana, "o Estado respeita e protege a propriedade privada das pessoas singulares ou colectivas e a livre iniciativa económica e empresarial exercida nos termos da Constituição e da lei". E assegura o reconhecimento das comunidades locais o acesso e o uso das terras, nos termos da lei, princípio plasmado no artigo 15º, ponto 2, da Constituição da República.

É uma autêntica violação dos direitos humanos o episódio criminoso que os angolanos e a comunidade internacional assistem em Angola. É preciso repor a legalidade a favor dos que mais sofrem e nada têm. As eleições estão à porta e os políticos já correm atrás do voto do povo. Depois de eleito, a usufruir todas benesses de deputado, governante ou outro dirigente, o povo já não serve, acaba por ser considerado como lixo. Por isso, os angolanos não devem dar o seu voto por dar, a toa, haja consciência e vote-se como tal.

### 6.13 Governo chinês perdoa dívida de Angola e abre nova linha de crédito a projectos

*Jornal Economia e Finanças*

*9 De Junho de 2017*

*Texto: Vânia Inácio*

Governo da China perdoou quase sete milhões de dólares de um total de 14 milhões, fruto da dívida acumulada pelo não reembolso de dois empréstimos financeiros concedidos a Angola até 2015.

O referido memorando de entendimento foi assinado, recentemente, em Luanda, entre a secretária de Estado da Cooperação Ângela Bragança e o embaixador da China, Cui Aimin.

O montante, parcialmente, perdoado representa 50 por cento do total da dívida destinado a vários projectos do país e deveria ter sido amortizado até 2015. No entanto, este tipo de financiamento é amortizado por Angola com a entrega de petróleo bruto, sendo a China o principal cliente do crude angolano.

Na ocasião, o ministro das Finanças, Archer Manguera, realçou a importância do contributo do governo chinês para o desenvolvimento de Angola em variados ramos, mediante financiamentos e investimento em diferentes projectos, no quadro da cooperação estabelecida entre os dois países.

"A China é actualmente o maior parceiro comercial de Angola, e este gesto sinaliza o interesse mútuo de aprofundar a cooperação económica existente entre os dois países", declarou.

#### Carteira de crédito

Ainda no âmbito dos acordos assinados pela comissão da China a Angola, O Banco da China (BOC) concedeu um crédito operacional equivalente a 381 milhões de dólares norte-americanos. O referido crédito, segundo o ministro das Finanças de Angola, Archer Manguera, destina-se a implementação de três projectos que na altura não foram especificados.

#### Novo banco chinês

O Banco da China Limitada Sucursal em Luanda tem como objectivo facilitar os pagamentos entre Angola e a China e evitar a utilização de outros bancos correspondentes intermediários, segundo o ministro das Finanças, Archer Manguera.

Ao discursar na cerimónia de inauguração, do banco, Archer Manguera disse que a instituição bancária, além de apoiar a comunidade chinesa residente em Angola, vai impulsionar os negócios, facilitar a operacionalização de linhas de crédito e agilizar os pagamentos entre empresas e outras instituições dos dois países.

"A cooperação entre o banco da China e o nosso país começou com um financiamento de quatro projectos para o sector das telecomunicações, num montante global de 109,76 milhões de dólares. Estes projectos estão concluídos e totalmente desembolsados desde Outubro de 2012", disse o ministro.

### 6.14 Perdão da dívida chinesa compensada 'com banco

*Novo Jornal*

*9 De Junho de 2017*

*Texto: Hortêncio Sebastião*

A República Popular da China enviou esta semana a Luanda altas entidades para, entre outros objectivos, renovar a sua posição estratégica com Angola, de que resultou no perdão parcial da dívida angolana, no valor de 50 milhões de renminbi, o equivalente a cerca de 6,3 milhões de dólares. Em contrapartida, as autoridades chinesas procederam à inauguração da primeira sucursal do Banco da China na capital angolana.

Numa cerimónia com pompa e circunstância, que decorreu num dos hotéis de Luanda, pontificaram as presenças do ministro de Estado e chefe da Casa de Segurança do Presidente da República, Hélder Vieira Dias "Kopelipa", e o ministro conselheiro de Estado do Governo da China, Wang Yong, entre outras figuras. O descerrar da placa da segunda maior instituição bancária da China pautou-se pela assunção do incentivo ao financiamento de empresas chinesas em Angola e na concessão de créditos ao empresário angolano.

O Banco da China (BOC) detém uma carteira actual de operações em Angola que compreende um conjunto de três projectos, perfazendo um montante global de financiamento na ordem dos 381 milhões de dólares, segundo declarou em Luanda o ministro das Finanças angolano, Archer Manguera.

Segundo avançou o governante, estes projectos serão financiados com a cobertura da carteira de crédito à exportação chinesa.

Archer Manguera, que discursava nesta segunda-feira na cerimónia de inauguração da sucursal em Luanda do Banco da China, sublinhou que a cooperação entre a instituição bancária chinesa e Angola iniciou com o financiamento de quatro projectos, já concluídos, e desembolsados desde Outubro de 2012 para o sector de telecomunicações, num montante global de 109,76 milhões de dólares.

O ministério das Finanças tem em sua posse dados de um relatório divulgado por uma consultora em Maio deste ano, no qual se salienta que entre 2005 e 2016 a China financiou em África 293 projectos, num montante total de 66,4 mil milhões de dólares. Esses projectos, de acordo com o ministro, permitiram criar 130 mil 750 empregos, sendo que Angola e a China mantêm relações económicas intensas.

"Em 2016 as exportações angolanas para a China cifraram-se em cerca de 14 mil milhões de dólares e as exportações chinesas para Angola situaram-se em cerca de 1,8 mil milhões de dólares", disse Manguera, para quem o Banco da China tem sido uma das instituições financeiras chinesas que tem financiado projectos integrados nas linhas de crédito que a China tem concedido a Angola.

Na sua intervenção, o ministro das Finanças deplorou o facto de tardar o reconhecimento desse esforço e o reatamento das relações com os bancos correspondentes internacionais, não obstante os esforços envidados pelas autoridades angolanas em matéria de cumprimento das regras de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo.

Em face disso, solicitou aos responsáveis do BOC para que este seja "um verdadeiro banco correspondente para os bancos angolanos. Não só e apenas para pagamento para a china, mas para os pagamentos para todo o mundo". Angola atravessa desde 2014 uma crise económica e financeira que decorre da queda abrupta do preço do petróleo no mercado mundial, sendo este o principal produto de exportação e fonte de entrada de divisas para o país.

Para o governador do Banco da China, Chen Siqing, a instituição irá desenvolver serviços transfronteiriços, fornecer consultoria, correspondência de clientes; promoção dos negócios, apoio financeiro e a prevenção de riscos.

## 6.15 Plataforma confere credibilidade ao processo

*Jornal Expansão*  
9 De Junho de 2017

A plataforma de venda das habitações confere credibilidade ao processo de candidatura?

A plataforma é um elemento que confere credibilidade ao processo, ao permitir que seja o sistema a gerir as candidaturas. Confere credibilidade, porque aí há uma redução do risco do factor humano intervir. Quando as pessoas submeterem as suas candidaturas, receberão uma mensagem no telefone ou por e-mail, dizendo que a candidatura foi recebida e que está sujeita a validação, sendo que a validação é feita em função do que está no portal.

Quando é que o sistema" vai deixar de receber candidaturas?

"O sistema vai deixar de receber candidaturas depois de receber o dobro das candidaturas disponíveis por projecto. O sistema vai suspender automaticamente mais candidaturas, isso para não iludir os candidatos, no sentido de evitar que as pessoas enviem as suas candidaturas quando, na verdade, já não terão hipóteses. Isso não significa que, depois, não voltaremos a reabrir. Poderemos reabrir, sobretudo se averiguarmos que a maior parte das candidaturas não preenche os requisitos.

O portal vai funcionar durante quanto tempo, durante o dia?

O portal está a funcionar durante 24 horas por dia. A recomendação que deixo às pessoas é que, antes de fazerem as candidaturas ou fazerem as simulações, devem ir para o separador de informações do site para perceberem muito bem como o site vai funcionar.

## 6.16 Portal para candidatura a casas nas centralidades já está no ar mas ainda é experimental

*Jornal Expansão*  
9 De Junho de 2017

A Imogestin lançou, na última quarta-feira, o portal [www.imocandidaturas.co.ao](http://www.imocandidaturas.co.ao), site destinado às inscrições para a comercialização das residências nas novas centralidades do País. A página ainda não funciona para a inscrição nem comercialização das casas nas urbanizações, mas sim para consultas relacionadas com a forma de submissão das candidaturas e outras informações sobre o processo de comercialização dos Projectos Habitacionais do Estado.

O porta-voz da Imogestin, Mário Guerra, garantiu que a plataforma arranca este mês, sendo que, numa primeira fase, vai atender os candidatos do regime de vendas ao público livre, destinado aos cidadãos nacionais que sejam elegíveis no quadro dos critérios indicados pela empresa gestora dos projectos imobiliários do Estado.

De acordo com o responsável, a venda das residências dos Projectos Habitacionais do Estado processar-se-á de forma faseada, à medida que forem sendo concluídas as infra-estruturas externas.

"O portal já está inicialmente disponível apenas para consultas relacionadas com a forma de submissão das candidaturas e demais informação sobre a comercialização dos Projectos Habitacionais do Estado e não exactamente, pelo menos por agora, para as inscrições e comercialização das casas", esclareceu o porta-voz da empresa.

Sobre as regras de acesso à candidatura, o portal, que neste momento funciona como simulador, exige que o candidato preencha um conjunto de requisitos para verificar se o mesmo é elegível ou não. Ter a nacionalidade angolana, ser maior de idade, ser trabalhador, com comprovativo de descontos à segurança social são alguns desses requisitos. A candidatura deve ser única (em caso de regime de casamento).

Guerra explica que não são elegíveis para estes 10 projectos habitacionais do Estado aquelas pessoas que não possuam rendimentos suficientes para a compra da habitação a que se candidatam, tal como pessoas que submetam na plataforma documentos falsos e prestem falsas declarações.

"Com excepção de Luanda, nas outras Províncias serão criados locais devidamente identificados, onde

se fará a entrega da documentação exigida, para o arrendamento, tendo sido aprovada uma reserva de 20% das habitações para este regime", avançou o homem da comunicação da Imogestin.

Na plataforma há um conjunto de informações disponíveis, desde a tipologia dos projectos, informações gerais, critérios gerais, bem como as respostas de perguntas frequentes. Mário Guerra avançou que as informações sobre os projectos disponíveis no site de candidatura permitem que o candidato seleccione o projecto que pretende adquirir, em função do poder económico que possui.

O economista Precioso Domingos espera que as novas centralidades e urbanizações não sejam simples dormitórios, mas sim locais onde os moradores possam sentir-se confortáveis para desenvolverem actividades como em qualquer outra cidade. Defendeu que os preços não devem ser proibitivos, tendo em conta a desvalorização do Kz, que muito tem afectado a vida da população. Espera, por outro lado, que esta plataforma elimine fraudes nas candidaturas.

## 6.17 Prestações mensais vão desde 27.619 Kz no 'Capari' até 129 mil Kz cobrados no 'Zango 0'

*Jornal Expansão*  
9 De Junho de 2017  
Texto: Maurício Vieira Dias

A venda de habitações em 10 Projectos Habitacionais do Estado (PHE), sob gestão da Imogestin em cinco províncias, arranca na última semana de Junho. Para a primeira fase, estarão disponíveis residências nas urbanizações de Capari (Bengo) e Km 44 (Luanda), com os preços por apartamento avaliados em 3,504 milhões Kz e 5,810 milhões Kz, respectivamente.

A imobiliária determina que a taxa de esforço dos requerentes que se candidatem à aquisição de residências em projectos habitacionais do Estado esteja avaliada em 40% do ordenado mensal do candidato.

Na urbanização de Capari, por exemplo, onde um apartamento T3 está avaliado em 3,504 milhões Kz, só poderão candidatar-se cidadãos com rendimento mensal mínimo avaliado em 69.048 mil Kz, permitindo uma dedução salarial mensal de 27.619 Kz para a liquidação do imobiliário durante 20 anos, cenário que garante, deste modo, que a taxa de esforço não ultrapasse os 40% do salário.

De acordo com a Imogestin, as urbanizações de Capari e Km 44, localizadas nas províncias do Bengo e Luanda, têm disponíveis 5.488 casas para comercialização. A primeira conta com 3.504 apartamentos, ao passo que a segunda possui 1.984 residências, todas da tipologia T3.

O porta-voz da Imogestin, Mário Guerra, explicou que os imóveis podem ser pagos com capitais próprios ou com recurso a crédito bancário. E alerta que o pagamento integral das residências tem um período máximo de 20 anos, através de 240 prestações mensais, com o valor mensal avaliado em 32.200 Kz, no caso do Km44. O mesmo procedimento deverá ocorrer na urbanização de Capari. Aí, a prestação mensal será de 27.619 Kz.

O director financeiro da Imogestin, Pacílio Lucambani, explicou, por sua vez, que um comprador que pagar apenas uma parte da totalidade das prestações e que não conseguir pagar as restantes, vê as que pagou serem convertidas em renda.

Apesar de estarem definidos três regimes de vendas, nomeadamente para a 'função pública', 'venda pública dirigida' e 'venda pública livre', Mário Guerra esclareceu que, nos dois projectos referidos, os interessados apenas poderão candidatar-se ao regime de venda pública livre.

#### Casas em cinco províncias

A Imogestin tem disponíveis 33.916 residências em cinco províncias para comercializar este ano, menos 17% do que as 40.718 previstas inicialmente em sete regiões do País, calculou a Expansão com dados da empresa (ver infografia),

A urbanização do 'Zango O' é a que tem os preços das residências mais altos. Um apartamento T4 está avaliado em 23,2 milhões Kz, com prestação mensal de 129 mil Kz, enquanto um T3 na urbanização de Capari, com o preço mais baixo de todos, está avaliado em 4,9 milhões Kz e a renda mensal é de 27,6 mil Kz.

Mário Guerra garantiu que no terceiro trimestre do ano a Imogestin vai avançar como processo de venda de residências em outros projectos habitacionais, localizados em Luanda, Benguela, Huíla e Namibe.

Os dados da Imogestin apontam que, na capital do País, estarão disponíveis, até ao terceiro trimestre de 2017, 12.412 residências em três projectos habitacionais, correspondente a 37% do total. Segue-se a província da Huíla, com 8.000 apartamentos, que corresponde a 24%.

Já Benguela vai contar com 6.000 apartamentos distribuídos por três centralidades, equivalente a 18%, e o Namibe vai contar com 4.000 habitações, correspondentes a 12%. O Bengo, finalmente, terá disponíveis 3.504 casas, representando 9%.

Assim que as candidaturas estiverem disponíveis na base de dados da Imogestin (ver texto ao lado), o promitente comprador, depois de se candidatar, irá receber "um e-mail ou mensagem telefónica com a confirmação de que foi recebida a candidatura e que a mesma está sujeita a avaliação, obedecendo a um conjunto de procedimentos para sua validação", explicou Mário Guerra.

Ao contrário do que aconteceu em 2012, neste novo processo de comercialização, a função pública terá uma quota de 40%, a venda livre 30% e a venda pública livre outros 30%.

Nas duas modalidades (função pública e empresas públicas), o processo para candidatos serão conduzidos pelas suas próprias instituições, que farão o contacto directo com a Imogestin, tendo os funcionários de estar devidamente identificados e discriminados. No regime de venda ao público dirigido, destinada aos trabalhadores de grandes empresas públicas e privadas, o processo será semelhante ao da função pública.

"Ao contrário do processo anterior, não será exigido capital inicial nem o pagamento de várias prestações à entrada. Apenas será exigida a prestação mensal", garantiu o director financeiro da imobiliária, Pacílio Lucambani.

Quanto às quotas, os funcionários públicos vão pagar, no regime de propriedade resolúvel, num prazo de 20 anos. Os que estarão inseridos no regime de venda ao público dirigido aos trabalhadores das grandes empresas públicas e privadas, deverão ser pagos num prazo até cinco anos, com uma entrada inicial equivalente a 50% do valor do imóvel como condição para acesso ou entrega provisória do imóvel, informa a Imogestin.

## 6.18 Projectos do Estado sem arrendamento em Luanda

*Novo Jornal*

*9 De Junho de 2017*

*Texto: Faustino Diogo*

O processo de venda das habitações do Estado em Luanda, com início previsto para a última semana deste mês, não contempla a modalidade de arrendamento, diferente da informação



disponibilizada em Março último, no site da Imogestín, no qual se lia que "nas vendas futuras dos projectos habitacionais uma quota de 20% seria destinada a arrendamento, permitindo o acesso às habitações a pessoas com rendimentos que não permitam a sua compra, particularmente para as camadas mais jovens".

Segundo Mário Guerra, que falava em conferência de imprensa, realizada esta semana, para apresentação do portal de candidaturas, o arrendamento não é uma possibilidade na capital, apenas existirá nas restantes províncias do país.

"Não haverá arrendamentos em Luanda, só vendas. Nas restantes províncias teremos o arrendamento devido ao baixo poder de compra dos cidadãos", explicou Mário Guerra, que se socorreu do exemplo da centralidade do Dundo, na província da Lunda-Norte, para justificar o porquê da necessidade dos arrendamentos fora de Luanda.

"Mesmo com preços considerados baixos, os cidadãos na Lunda-Norte não têm capacidade de compra, e acreditamos que o mesmo se vai passar nas outras províncias, por isso o arrendamento é uma boa saída", calculou.

Excluída que está a possibilidade de renda em Luanda, os interessados nas habitações dos projectos Habitacionais do Estado terão de somente optar pela compra.

De acordo com a Imogestín, o processo de vendas, que começa no final do mês de Junho, com as habitações da centralidade do KM 44, vai contemplar a modalidade da renda resolúvel, nos 30% de disponibilidade prevista na venda directa aos cidadãos.

Quarenta por cento da disponibilidade será para os funcionários públicos e os restantes 30% para a venda dirigida às grandes empresas. Formato, aliás, que será aplicado nas restantes centralidades da capital.

Segundo as informações da imobiliária responsável pela comercialização dos Projectos Habitacionais do Estado, as candidaturas para a compra das habitações poderão ser feitas na página [www.imocandidaturas.co.ao](http://www.imocandidaturas.co.ao). a partir do momento que anunciar a abertura do processo, entretanto já é possível os cidadãos testarem o site.

## 6.19 Sistema tributário

*Jornal Economia e Finanças*  
*9 De Junho de 2017*

Cabe ao sistema tributário conferir um ambiente favorável, de tal sorte que, além de engordar as iniciativas empresariais, os passivos fiscais possam se sentir atraídos e obrigados a contribuir, estabelecendo deste modo, adimplência à sua relação com os activos fiscais,

Prosseguindo, por regra, o sistema tributário, que é em bom rigor, o principal financiador dos Estados é tida como "favorável à economia" quando obedece aos princípios, nomeadamente de integridade, justiça, de simplicidade e de exequibilidade. Daí que precisa de correcções ou reajustes sempre que o estágio económico imperar. No meu entender, esta tendência já tem ganhado corpo no nosso sistema, como são os casos do Programa Executivo para a Reforma Tributária "PERT" criado em 2010, a criação das sete regiões tributárias e da Repartição Fiscal para os Grandes Contribuintes "RFGC", o surgimento da Administração Geral Tributária (AGT), a recente proposta de revisão da pauta aduaneira, etc. Apesar disso, do outro lado, ainda é notável no nosso mercado uma elevada injustiça comercial concorrência desleal, fruto essencialmente da informalidade económica - é obvio que aquele que dá tributos terá dificuldades de competir com os demais que não o fazem, devido à diferença de custos de produção e dos preços de venda-o Paralelamente a isso, precisamos de levantar a riqueza percapita dos angolanos, que, diga se de passagem, esfriou, fruto da crise.

Por culpa do limitado espaço jornalístico, à presente peça, importa apenas falar de um elemento que compõe ou faz acontecer o sistema ou política tributária do nosso país, refiro-me concretamente a Administração Geral Tributária (AGT) criada pelo Decreto Presidencial nº 324114, de 15 de Dezembro e resultante da fusão entre a Direcção Nacional de Impostos (DNI), Serviço Nacional das Alfândegas (SNA) e o Projecto Executivo para a Reforma Tributária (PERT). A AGT é um órgão que goza de personalidade e capacidade jurídica e munido de autonomia administrativa, regulamentar, patrimonial e financeira.



A missão institucional da AGT é propor e executar a política tributária do nosso país, ou seja, estudar, promover, coordenar, executar e avaliar os programas e acções de políticas tributárias relativas à organização, gestão e aperfeiçoamento do sistema tributário.

Cabe de igual modo a ela, o controlo da fronteira externa do país e do território aduaneiro nacional, para fins fiscais, económicos e de protecção da sociedade, de acordo com as políticas alistadas pelo Executivo. O seu valor é caracterizado pela integridade, justiça, valorização do capital humano, respeito pelo contribuinte, transparência, eficiência, assim como pela eficácia. No que se refere à visão institucional, é a de ser reconhecida como uma administração de excelência e responsável na optimização da receita tributária.

Desde logo, não é de mais aplaudir a mais recente proposta da Administração Geral Tributária, de revisão da Pauta Aduaneira de Angola ainda este ano, que tem como "pano de fundo", incentivar

a produção interna nos mais diversos ramos de actividade económica e ajudar a enxugar a nossa inflação: ela propõe, a isenção a importação de um pacote de insumos -matérias-primas e subsidiárias - à produção e para o sector agrícola e taxar a importação de viaturas de acordo com a cilindrada. A proposta destaca igualmente que os recursos minerais sem transformação -minério em bruto serão sujeitos ao pagamento de direitos aduaneiros na exportação e de emolumentos gerais aduaneiros calculados às taxas de 5 por cento e 0,1 por cento, respectivamente, sobre o valor aduaneiro da mercadoria. Em relação à exportação de mercadorias importadas, a excepção dos bens alimentares cuja exportação é proibida, diz o documento, fica sujeita a taxa de 20 por cento (Direitos Aduaneiros) e 1 por cento (Emolumentos Gerais). Prosseguindo, o dossier elenca também várias mercadorias com regime especial de importação, como é o caso do cimento hidráulico que apenas deve ser importado mediante autorização do ministério de tutela, ao passo que os bens culturais classificados pelo nosso Ministério da Cultura são segundo a proposta, mercadorias com regime especial de exportação, sendo que a madeira em toros não transformada é considerada mercadoria de exportação expressamente proibida.

## 6.20 A CIF investiu USD 694 milhões em dois projectos imobiliários

*Jornal O PAÍS*

*12 De Junho de 2017*

Os chineses do CIF (China International Fund) investiram mais de USD 694 milhões em apenas dois projectos imobiliários nos arredores de Luanda, que garantiram milhares de moradias, segundo um documento governamental autorizando incentivos fiscais, citado pela Lusa.

Em causa está um contrato de investimento aprovado por despacho presidencial de final de Maio, que regulariza o investimento realizado pela CIF, o maior grupo chinês instalado em Angola e com interesses em vários sectores de actividade.

O projecto imobiliário da CIF consistiu na implementação do condomínio residencial Vila Pacífica, em Viana, e de 5.800 moradias no denominado projecto KK, junto à centralidade do Kilamba. Só esta última urbanização estende-se por 76 hectares e tem capacidade para uma população estimada em 30.000 habitantes.

Os dois projectos representam um investimento chinês de USD 694 milhões, com o despacho presidencial a aprovar, através do contrato entre a CIF a Unidade Técnica para o Investimento Privado (UTIP), a atribuição de incentivos fiscais.

No âmbito deste projecto imobiliário da CIF, que permitiu criar 70 postos de trabalho após a construção, o grupo chinês vai beneficiar de uma redução ao longo de seis anos, de 42,5% no pagamento de impostos Industrial, sobre a Aplicação de Capitais e de Sisa.

## 6.21 Administrações e as novas centralidades

*Jornal O PAÍS*

*12 De Junho de 2017*

*Texto: Santos Abreu*

Bom dia estimado director do jornal OPAÍS.

Foi com algum agrado que tomei conhecimento por via dos meios de comunicação social, assim como das redes sociais do lançamento do site da Imogestim (empresa gestoras das habitações do Estado), pelo qual os candidatos interessados poderão inscrever -se a fim de habilitarem-se a uma residência nas novas centralidades um pouco por todo o país. Todavia, e por ser morador de uma centralidade em Luanda (Sequele), não gostava de ver a mesma desorganização por que passamos nesta localidade, pelo que o meu apelo vem pelo seguinte: da mesma forma que os candidatos se estão a preparar, os órgãos da administração do Estado também deviam preparar -se no sentido de serem nomeados já os futuros responsáveis por essas urbanizações.

Não é de bom grado que a administração encontre os moradores. Ou seja, vá primeiro à administração, estabeleça as suas regras de organização e não o contrário.

Se isso não vier a acontecer, com os nossos maus hábitos depois enraizados fica bastante difícil contrapor juízos. Refiro-me às cantinas dentro dos apartamentos, creches, janelas abertas, salões de cabeleiro, enfim, uma serie de comércios que em nada dignificam o espaço que devia servir apenas para habitação, sendo que esses serviços, por sinal indispensáveis, devam ter os devidos locais para a sua comercialização.

A par desse aspecto, penso ser importante que haja uma fiscalização rigorosa no que concerne as alterações de plantas nos apartamentos que podem pôr em causa não só o tempo de vida útil do edifício, bem como a segurança dos demais moradores. Falo isso por experiência própria.

Era só isso. Continuação de urna óptima semana laboral.

## 6.22 População já pode adquirir residência na centralidade

*Jornal de Angola*

*14 De Junho de 2017*

*Texto: Matias Da Costa*

Milhares de habitantes da província do Bié testemunharam segunda-feira, na cidade do Cuito, a formalização oficial da entrega de processos que dão acesso a uma moradia no projecto horizonte "Kora Angola". O projecto, que tem disponíveis 2.800 habitações, das seis mil programadas, entre vivendas, moradias de um piso e edifício com 4º andares, todas T3, reuniu a sociedade no geral, entre representantes de partidos políticos, de organizações estrangeiras, igrejas, autoridades tradicionais e altas patentes das forças de defesa e segurança nacional.

Anilton Fortes, beneficiário de uma moradia, considerou a centralidade um projecto ambicioso e audacioso do Governo angolano.

O governador do Bié, Boavida Neto, na sua intervenção, deu nota positiva pela dimensão do projecto, que representa um bem há muito imaginado pela população.

Para Boavida Neto, o objectivo desta acção é criar obras que reflectem as necessidades das populações, com destaque para a camada mais jovem.

O governador provincial sublinhou que a centralidade do Cuito transmite uma perspectiva do bem viver e expressou sentimento de gratidão pela visão, iniciativa e resolução dos problemas de habitação.

## 6.23 Projecto imobiliário chinês consegue benefícios fiscais

*Jornal de Angola*

*14 De Junho de 2017*

O China International Fund (CIF) investiu 694 milhões de dólares norte-americanos em dois projectos imobiliários nos arredores de Luanda, que permitiram a construção de milhares de habitações e que lhe dão excelentes benefícios fiscais, noticiou a

agência chinesa Macaclub. Os dois projectos imobiliários em que o CIF investiu são o condomínio residencial Vila Pacífica' em Viana, e 5.800 moradias no denominado projecto KK, junto à urbanização do Kilamba, também nos arredores de Luanda. .

Ao abrigo de um despacho presidencial que aprova o contracto entre o CIF e a Unidade Técnica para o Investimento Privado (UTIP), o grupo chinês vai beneficiar de uma redução, ao longo de seis anos, de 42,5 por cento no pagamento do Imposto Industrial, do Imposto sobre a Aplicação de Capitais e da Sisa.

O China International Fund é um grupo detido por investidores de Hong Kong que descreve os negócios em que se envolve como "projectos de grande dimensão de reconstrução nacional e de construção de infra-estruturas em países em desenvolvimento".

O despacho presidencial de final de Maio regulariza o investimento realizado pelo China International Fund, o maior grupo chinês instalado em Angola e com interesses em vários sectores de actividade.

## 6.24 14 Mil cidadãos vão habitar na centralidade do Sumbe

*Jornal O PAÍS*

*15 De Junho de 2017*

*Texto: Paulo Sérgio*

14 Mil cidadãos vão habitar nos 2010 imóveis erguidos na centralidade "Horizonte", há cerca de 10 quilómetros da cidade o Sumbe, província do Cuanza-Sul, pela empresa Kora Angola em parceria com o Governo, revelou ontem, a OPAÍS, o coordenador Comercial e de Marketing da imobiliária, Crispin Costa. As habitações, do tipo T3, e as 156 lojas que compõem a centralidade já estão concluídas e, neste momento, a beneficiar de uma análise e reparação de fissuras que possam existir, em consequência do tempo que se encontram fechadas.

A mesma é constituída por imóveis erguidos em três formatos diferentes, designadamente, moradias de um piso, de dois e apartamentos em edifício de três andares.

"Os nossos projectos só são habitados quando se consegue reunir os serviços de água, de energia eléctrica, de esgoto e os acessos viários. No caso desta, só quando estas valências estiverem prontas e a funcionar é que arrancaremos com as vendas", frisou.

Explicou que as obras de construção da estrada de cerca de três quilómetros que liga a centralidade à

Estrada Nacional 100 já tiveram início e estarão concluídas dentro de aproximadamente dez meses.

Segundo Crispin Costa, a implementação dos sistemas de macro-drenagem, de fornecimento de água e energia eléctrica à centralidade estão para breve, fruto da parceria existente entre a sua empresa e o governo provincial do Cuanza-Sul.

A água sairá de um Centro de Captação, Tratamento e Distribuição que será erguido nas margens do rio Cambongo, que dista 18 quilómetros da centralidade. Já a energia eléctrica, sairá de uma subestação para outra que será erguida neste projecto habitacional. Indagado sobre o prazo estimado para o arranque do processo de vendados imóveis, tendo em conta o tempo que levarão para estas infra-estruturas estarem concluídas' Crispin Costa estimou entre 16 e 18 meses.

"Assim que recebemos do empreiteiro garantias da conclusão das obras, procederemos o arranque da comercialização", frisou.

Quanto aos preços a serem praticados pelos imóveis e estabelecimentos comerciais, esclareceu que serão definidos pelo Ministério do Urbanismo e Habitação, pelo facto de os projectos habitacionais sob gestão da Kora Angola pode variar em função da necessidade específica de cada província", frisou.

Assim que abrirem as candidaturas' o governo da província do Cuanza-Sul enviará uma relação nominal dos seus funcionários, de diversos sectores, que se irão candidatar nessa qualidade, ao passo que o público em geral candidatar-se-á por via de um sítio na Internet a ser criado para o efeito, em obediência às orientações do ministério da tutela.

Os futuros habitantes da Centralidade Horizonte terão à sua disposição várias infra-estruturas sociais, como creches e escolas para que as crianças não precisem de se deslocar à cidade do Sumbe à procura destes serviços.

"Temos um jardim-de-infância, dois centros infantis, duas escolas primárias e uma escola secundária, além de um posto de saúde que terá capacidade de atender as necessidades imediatas dos 14 mil habitantes da centralidade", detalhou.

Além do Cuanza -Sul, a Kora Angola tem sob gestão as urbanizações e centralidades erguidas nas províncias do Moxico, Uíge, Huambo (municípios do Huambo, Caála e Bailundo) e Bié (Kuito e Andulo).

## 6.25 Chineses investiram 620 milhões de euro para construir milhares de moradias em Luanda

*Jornal A República*

16 De Junho de 2017

Fonte: Lusa

Os chineses da CIF investiram mais de 620 milhões de euros em apenas dois projetos imobiliários nos arredores de Luanda, que garantiram milhares de moradias, segundo um documento governamental autorizando incentivos fiscais, a que a Lusa teve acesso.

Em causa está um contrato de investimento aprovado por despacho presidencial de final de Maio, que regulariza o investimento realizado pela China International Fund (CIF), o maior grupo chinês instalado em Angola e com interesses em vários sectores de actividade.

O projeto imobiliário da CIF consistiu na implementação do condomínio residencial Vila Pacífica, em Viana, e de 5.800 moradias no denominado projeto KK, junto à centralidade do Kilamba, também nos arredores de Luanda. Só esta última urbanização estende-se por 76 hectares e tem capacidade para uma população estimada em 30.000 habitantes.

Os dois projetos representaram um investimento chinês, agora conhecido, de 694 milhões de dólares (mais de 620 milhões de euros), com o Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, a aprovar, através do contrato entre a CIF a Unidade Técnica para o Investimento Privado (UTIP), a atribuição de incentivos fiscais. No âmbito deste projeto imobiliário da CIF, que permitiu criar 70 postos de trabalho após a construção, o grupo chinês vai beneficiar de uma redução, ao longo de seis anos, de 42,5% no pagamento de impostos Industrial, sobre a Aplicação de Capitais e de Sisa.

## 6.26 Centralidade em construção

*Jornal de Angola*

17 De Junho de 2017

No prazo de 12 meses, a cidade de Mbanza Kongo, sede capital da província do Zaire, vai contar com uma centralidade com 1.000 apartamentos. O projecto global da centralidade, um dos mais modernos do país, está orçado no valor de 5,4 mil milhões de kwanzas. Cada edifício vai ter quatro pisos de tipologia T3 e ser construído na antiga pista

da aviação municipal de Mbanza Kongo, no bairro 11 de Novembro.

Na primeira fase que começa agora, a projecto prevê a construção de 200 fogos habitacionais, tal como assegurou em Mbanza Kongo a presidente do Conselho de Administração da Imogestim, Rui Cruz, durante a acta de consignação e a lançamento da primeira pedra da projecta, muito aclamada pela juventude da província,

Na sua recente deslocação à sede capital da província do Zaire, Mbanza Kongo, a candidato da MPLA às eleições de 23 de Agosto próxima, João Manuel Gonçalves Lourenço, garantiu durante o comício de massas que a Executiva já trabalha, arduamente, para que a cidade de Mbanza Kongo, seja adequada à dimensão valorativa da história da antiga reina da Kongo.

Citou alguns exemplos que espelham a vontade política da partida no poder de ver modificado a actual postal da cidade com o novo aeroporto, cujo projecto foi aprovada pela Executiva, e sublinhou, com muita agrada, a grande central do ciclo, combinado da Soyo, além de aferir outras acções estruturantes em curso no domínio da água, estradas, hospitais e escalas.

João Lourenço, no seu programa de visitas, vincou muita satisfação em relação ao processo de asfaltagem de oito quilómetros das vias urbanas da casca da cidade e "casa vença as eleições de 23 de Agosto, a seu Executiva inclinará especial atenção. à província do Zaire, para que o desenvolvimento esperado, no domínio socioeconómico da região, seja inevitável."

O presidente do Conselho de Administração da Imogestim, Rui Cruz, que partilhou a cerimónia do lançamento da primeira pedra da centralidade de Mbanza Kongo com o governador provincial do Zaire, Joanes André, foi peremptória em dizer que o projecto global dos mil apartamentos da centralidade de Mbanza Kongo vai ter um consumo energético na ordem de 4 mw dos 32 disponíveis actualmente na região.

Rui Cruz, ao lançar a pedra fundamental da centralidade do Zaire, disse que a acção marca a arranque do projecto habitacional de Mbanza Kongo, para responder e honrar a linha de pensamento do Chefe de Estado angolano, que, nesta fase, cria motivação à juventude e não só, para o bem-estar social da população, ávida por este bem.

A centralidade, a ser construída numa zona onde decorrem obras de construção de um edifício de 10

andares, para a prestação de serviços públicos, só foi possível devido ao esforço do Executivo, numa altura difícil, em que escasseiam os recursos financeiros, e mobiliza responsáveis dos sindicatos bancários, liderados pelo banco BAI, para um Financiamento. “Dentro de doze meses, vamos entregar esta obra ao Governo Provincial do Zaire”, assumiu Rui Cruz.

Cada prédio vai ocupar uma área coberta de 1 00 metros quadrados. A zona de intervenção da centralidade de Mbanza Kongo ocupa, numa primeira fase, 3,5 hectares dos 26 que representam o traçado global da área projectada. A centralidade vai ter 81 unidades comerciais, das quais oito lojas e uma área destinada a infra-estrutura verde com 2.612 metros quadrados, ao passo que a zona viária para estacionamento de automóvel é de 34.612 metros quadrados.

Saneamento básico

A população da cidade de Mbanza Kongo aplaudiu a iniciativa e prova disso, um munícipe, Ngongo Pedro, pediu que a obra fosse realizada com toda a cautela possível, tendo em conta a presença de dezenas de residências próximo ao terreno circundante da centralidade.

Para que o saneamento básico corresponda aos padrões exigidos internacionalmente, a Imogestin garante à centralidade a colocação de 53 contentores, destinados para a recolha de lixo no recinto circundante, numa extensão que contempla armamentos, passeios, sinalização, paisagismo, rede eléctrica e de abastecimento de água canalizada e outra para drenagem de águas residuais e pluviais.

Muitos são os elogios ao projecto, que contempla a construção de 13 edifícios na fase inicial, assim como uma estação de tratamento de águas residuais. Para Rui Cruz, o Decreto Presidencial n0329/14 de 29 de Dezembro designa a Imogestin como entidade gestora dos projectos habitacionais.

O Plano Urbanístico de Mbanza Kongo prevê a construção de 1.000 unidades habitacionais, enquadradas nas 26 acções cedidas pelo governo provincial na antiga pista da aviação, no bairro 11 de Novembro. O projecto, qualificado como um dos melhores do país, congrega outros equipamentos sociais como creches, escola primária e secundária, um centro comunitário e de saúde, posto policial e de bombeiros e um edifício administrativo.

Na apresentação do projecto, que contou com a participação de vários jovens, a Imogestin, na pessoa do assessor para a comunicação e imagem, Mário Guerra, explicou que a centralidade do Zaire vai ter

um conjunto de lotes, especificamente para o apoio às iniciativas privadas.

Em Cabinda, por exemplo, disse, foi construída uma centralidade antes de o despoletar da crise financeira, também com mil fogos habitacionais, quantidades iguais às de Mbanza Kongo.

Mário Guerra justificou que a situação financeira e económica que o país vive levou a Imogestin a reformular os planos de construção habitacionais, não iniciados.

Acrescentou que todas as províncias sem projectos habitacionais até ao momento vão ser contempladas. Para ele, falar do Zaire nestes moldes, pressupõe citar províncias como o Cuanza Norte, Malanje, Bengo, Lunda Sul, Cunene e Cuando Cubango, em termos de índice demo gráfico, contempladas para ter o mesmo número de apartamentos.

Governo aplaudido

O governador provincial Joanes André era um homem feliz e muito aplaudido pela juventude, por ter, segundo ele, honrado e concretizado aquilo a que convencionou apelidar de “dívida” contraída à juventude do Zaire, que muito solicitou a centralidade.

“Estamos a cumprir aquilo que foi orientado pelo camarada Presidente da República”, disse, acrescentando que foi necessário um exercício para o Governo Provincial do Zaire, que se traduz num orgulho e satisfação.

O Governo Provincial do Zaire pede compreensão aos eventuais moradores residentes próximo da nova centralidade, cujas casas vão ser demolidas, para acautelar uma interferência à centralidade.

## 6.27 Mais de 700 casas na Centralidade da Quilemba prontas ainda este ano

*Jornal O PAÍS*

*22 De Junho de 2017*

*Texto: João Katombela*

A informação foi prestada a este Jornal, pela ministra do Urbanismo e Construção, Branca do Espírito Santo, durante a cerimónia de lançamento da primeira pedra do Projecto de Construção de infra-estruturas do Lubango, decorrida na capital huilana.

Branca do Espírito Santo, revelou que para a entrega das moradias, já está em curso o processo



organizativo dos mecanismos para o acesso às mesmas.

"Vão estar disponíveis, para serem ocupadas, cerca de 800 habitações e, a todo o momento, a EMOGESTIN iniciará as inscrições, aliás esta empresa já fez uma conferência de imprensa na semana passada, através da qual informa as modalidades de acesso, bem como a plataforma informática que se desenvolveu para a comercialização das habitações", declarou.

Branca do Espírito Santo revelou que as habitações foram construídas no âmbito do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, sob execução do Governo de Angola, que beneficiará, prioritariamente, jovens e funcionários públicos.

A ministra revelou que a demora na entrega das moradias que já se encontram construídas há cerca de 10 anos, deveu-se à inexistência de algumas infra-estruturas externas, para uma habitação mais digna.

"A Centralidade da Quilemba, à semelhança das outras centralidades que estão a ser construídas em todo o país, aguardavam e continuam a aguardar pela conclusão das infra-estruturas externas. Felizmente, os financiamentos já estão disponibilizados e as obras seguem o seu rumo normal", revelou.

Estas infra-estruturas externas, consubstanciam-se na instalação de sistemas de drenagem, redes técnicas, iluminação pública, bem como um sistema de distribuição de água.

Na centralidade da Quilemba, que se localiza na comuna com o mesmo nome, município do Lubango, serão construídas um universo de 11 mil residências, entre unifamiliares e apartamentos.

A execução deste projecto habitacional ocupa uma área de 5 mil hectares.

## 6.28 Privados constataam regime de venda ao público dirigido

*Jornal Expansão*

*23 De Junho de 2017*

*Texto: Maurício Vieira Dias*

Trabalhadores de empresas privadas contestam as obrigações impostas na modalidade de venda ao público dirigido' das casas das centralidades sob gestão da Imogestin, alegando que o processo é discriminatório em benefício do regime de venda livre e venda à função pública.

Em causa está o facto da 'venda ao público dirigido', que corresponde a 30% da cota das casas disponíveis, ser praticamente destinada somente a trabalhadores de empresas com mais de 1000 trabalhadores que consideram ser discriminados face aos outros regimes de venda. Nas outras modalidades, as casas podem ser pagas em 20 anos, quando para o 'público dirigido' a liquidação do imóvel é feito até cinco anos, com uma entrada inicial equivalente a 50% do valor global da casa como condição para acesso ou entrega provisória do imóvel.

De acordo com a Imogestin, as empresas públicas e privadas para poderem candidatar os seus trabalhadores, neste grupo, deverão ter, no mínimo, mil ou mais trabalhadores a nível nacional ou 250 funcionários na província de Luanda, ou no mínimo cem empregados nas províncias. É ainda exigido aos promitentes-compradores deste grupo, procederem ao pagamento da respectiva habitação, com a taxa de remuneração de capital de 3% ao ano, no prazo de sete anos.

Lourenço da Silva, de 33 anos, trabalhador do sector petrolífero, entende que as modalidades de comercialização de casas no regime 'público dirigido' é discriminatório, principalmente para os funcionários das grandes empresas do sector privado que estão com problemas de liquidez.

"Não consigo imaginar o tipo de política e cálculos que as empresas do sector privado vão utilizar para suavizar a ansiedade dos funcionários que pretendem candidatar-se nas centralidades por via das empresas onde trabalham, numa altura em que os bancos não estão a conceder crédito", desabafou Lourenço da Silva.

Hélder Cuvula, funcionário do sector das telecomunicações, por sua vez, encara a 'venda ao público dirigido' como "chantagista", pois a empresa para a qual trabalha, se tiver que entrar no processo, será como intermediária do negócio.

"Aonde é que as empresas vão obter recursos financeiros para pagar casas em tempo de crise?", questionou Hélder. "A ginástica financeira será enorme e inglória pelo número de trabalhadores exigidos, pelos preços e pela falta de recursos financeiros", adiantou.

O economista Precioso Domingos disse ao Expansão ser contra o regime de 'venda a público dirigido' pela sua "especificidade discriminatória", porque demonstra que "uns são privilegiados e outros discriminados", indicando que a melhor opção, para o processo, seria a de igualdade de oportunidade para todos os candidatos.

"Nota-se que há discriminação a partir do momento que se cria grupos", admitiu, sugerindo uma revisão ao processo.

"Acho que também é justo que o acesso às casas seja feito de acordo com critérios iguais, não de critérios de privilégios entre certos grupos comparativamente a outros, porque isso é completamente desproporcional. Apesar do Estado ser o maior empregador, ele não totaliza os 100%. Não acredito que o Estado tenha sequer 50%. Já houve quem tivesse privilégios nos outros projectos", declarou o economista.

O porta-voz da Imogestin, Mário Guerra, justificou a expansão que as modalidades de venda das casas nas centralidades foram aprovadas pela Comissão Económica do Conselho de Ministros, em 2016, e não pela Imogestin, realçando que a imobiliária é apenas gestora dos projectos e os comercializa.

Além do regime de 'venda ao público dirigido', existe a modalidade de 'venda ao público livre', em que os candidatos, individualmente, se poderão inscrever no portal [www.imocandidaturas.co.ao](http://www.imocandidaturas.co.ao), com a possibilidade de pagar a residência em 20 anos.

Há também a 'venda à função pública', para os candidatos que trabalham nos organismos do Estado, em todas as províncias e igualmente nos órgãos centrais, que deverão ser seleccionados e propostos à Imogestin para validação das suas candidaturas.

A imobiliária tem disponíveis 33.916 residências em cinco províncias para comercializar este ano, com preços mensais a rondar entre 27.619 Kz e 129 mil Kz, sendo que numa primeira fase, na última semana de Junho, estarão à venda habitações na urbanização Capari (Bengo) e Km 44 (Luanda).

## 6.29 Indemnizações e realojamentos travam projectos

*Jornal de Angola*  
26 De Junho de 2017

A crise financeira que abala o País obrigou a paralisação de obras em Luanda. Porém, de acordo com o Governador Provincial, estão a ser viabilizados os recursos para garantir a conclusão das mesmas.

Há, todavia, outros males.

"Um dos grandes problemas é o realojamento.

Há muitas indemnizações a fazer; bastante gente para realojar".

Ainda assim, Higinio Carneiro não desarma: estas obras têm mesmo de ser concluídas.

Algumas delas fazem parte dos grandes eixos e servirão de suporte para o volume de tráfego a ser canalizado para o novo Aeroporto.

## 6.30 O cidadão é obrigado a honrar o acordo firmado

*Jornal de Angola*  
26 De Junho de 2017

Moradores cama a irmã de Domingas da Graça nunca se tornarão proprietárias das residências adquiridas pela via descrita e, "quando chegar a altura própria, acabarão por ser despejadas pelas entidades judiciais". Na mesma direcção alinham-se os arrendamentos, que também representam uma violação ao contrato. "A sanção para este tipo de violação é a resolução (rescisão) do contrato. Resolvendo a contrate a pessoa deixa de ter direito a casa", explica. Par ara, a Imogestim limita-se a fazer um trabalho pedagógico, na sentida da sensibilização.

"Não queremos tomar medidas, à partida; queremos que as pessoas respeitem as regras e os contratos que de livre e espontânea vontade assinaram".

Muitos moradores foram já despejados de apartamentos, por as terem ocupado ilegalmente. Mais pessoas arriscam-se, entretanto, a seguir a mesma caminho, por razões semelhantes ou por terem aderido ao projecto com recurso à falsificação de documentas.

"Estamos em fase de identificação e vamos remeter estes processos às autoridades judiciais. Vai haver um momento em que os envolvidos serão despejados. Estamos a falar do acto que tem a ver com a ocupação das casas e também de pessoas que apresentaram documentos falsos. Elas cometeram crime de falsificação de documentos e podem também ser responsabilizadas por este", disse Mário Guerra. Os casos acima referem-se a pessoas que, não tendo um salário que as habilitasse a candidatar-se à compra de um apartamento, forjaram de declarações. Nestas, as vaias expressas são superiores aos que, na realidade, auferem. No mesmo grupo, incluem-se desempregadas e trabalhadores informais cuja adesão, só foi possível graças à entrega de documentos forjados. Muitos destes clientes vêem-se agora em dificuldades para honrar o contrato.

Diversos factores concorrem entretanto para o incumprimento do contrato. A Imogestin prefere não

generalizar. Mário Guerra dá, como exemplo, pessoas que não têm como pagar, porque o salário perdeu a poder de aquisição ou ficaram desempregadas. Também há as que entendem não a fazer, porque o ano de 2015 não deve ser cobrado. A estas, a imobiliária apresentou uma proposta para pagar 2015 num prazo de cinco anos. "Têm 60 meses para liquidar as prestações do referido ano, É pacífica e as pessoas estão. a aderir".

O que mais interessa à Imogestin é que as obrigações do contrato sejam cumpridas, como a confirma Mário Guerra. "Se a comprador estiver a pagar regularmente, em princípio, estamos satisfeitos. Haverá, eventualmente, aqueles casas que são evidentes, que vamos interpelar e cujas contratas vamos rescindir na altura própria".

O grau de cumprimento dos contratos, no Kilamba, situa-se acima dos 62 por cento que, entretanto podem já ter subido, uma vez que este inventário. é trimestral. No Sequele, a taxa é 33 por cento. Eis a explicação para a diferença: "o poder de compra no Kilamba, é superior. Por outro lado, como a situação desta centralidade era muito mais complicada, é onde concentrámos a nossa acção. Nas próximas tempos, vamos virarmos mais para o Sequele. Temos a certeza de que esta taxa de cumprimento vai subir", garantiu.

Mário. Guerra acredita que a maioria dos ocupantes estão em situação legal Muitos casos aparentemente ilegais não são. Acontece que falhou a registada na base de dados da Sonip, da qual foram transferidos. "Estas pessoas conseguem comprovar que ocupam legalmente as residências e que fizeram a pagamento ao banco. Conseguimos provar a informação. Os funcionários que tinham a obrigação de fazer a preenchimento da base de dada podem ter-se esquecida. A medida que vamos identificando estas situações, vamos corrigindo os problemas. Neste momento não temos condições para avançar uma percentagem de ilegais, por causa do conjunto de situações que descrevi". CJ

### 6.31 Os desafios de Luanda são fáceis de identificar

*Jornal de Angola*

*26 De Junho de 2017*

*Texto: Caetano Júnior*

O Governador da Província de Luanda, Higinio Lopes Carneiro, completou, este mês de Junho, um ano e cinco meses no cargo, para o qual foi nomeado em Janeiro de 2016. É, como o assume, mais um desafio, entre muitos que enfrentou, enquanto militar ou político. Também se vê como um "cumpridor de

missões", embora reconheça não ser fácil gerir a capital. Em entrevista ao Jornal Metropolitano Luanda, o governante responde, de frente e sem evasivas, a questões que vão dos critérios para a distribuição orçamental à falta de escolas e hospitais, de energia e água, de iluminação pública e até de espaços verdes. Também aponta causas para a paralisação de obras e de outros projectos, ao mesmo tempo que reconhece não terem feito tudo a que se propuseram, ele e sua equipa. No discurso, Higinio Lopes Carneiro revela sensibilidade para com as reclamações dos luandenses, as quais considera legítimas, e garante que tudo está a ser feito para reduzir os constrangimentos nos diferentes domínios. E se alguém pensou que lhe condicionaria a acção, o facto de ser, ao mesmo tempo, o mais alto responsável do MPLA em Luanda, pode desenganar-se: "É uma questão de conciliação".

Pergunta - Costuma dizer-se que Luanda é um desafio perante o qual muitos governadores claudicaram. Alguma vez ocorreu-lhe que podia fracassar, quando aceitou a empreitada? O que o terá impellido a abraçar a missão? O que pensou, logo à partida?

Resposta - Na verdade, nunca me neguei a enfrentar desafios. Luanda foi mais um dos muitos que, ao longo da minha vida militar e política, enfrentei. Reconheço, sem vaidade alguma, ser um cumpridor de missões. O Senhor Presidente da República convidou-me a assumir mais este cargo, em Dezembro de 2015, e, em Janeiro de 2016, estava a ser nomeado e a cumprir, com zelo e dedicação, as funções para as quais havia sido nomeado. É um cargo difícil de desempenhar. Luanda é a capital do nosso país; é, por excelência, o território mais povoado de Angola, apesar da sua pequenez territorial. Compreendendo os desafios que se me colocavam, tratei de avaliar a situação, definir prioridades e constituir uma equipa que estivesse à altura dos desafios. Foi o que fiz e, como não podia deixar de ser, obtive o conforto que esperava do Senhor Presidente José Eduardo dos Santos.

P - Um ano e cinco meses depois de ser investido e de tomar contacto com a realidade de Luanda (afinal, é um homem de jornadas de campo), o que tem a dizer, em jeito de balanço?

R - O balanço é positivo. Não teremos, como poderéis compreender, feito tudo o que nos propusemos realizar. Confesso que não tem sido fácil. Mas estão aí os cidadãos para julgar e avaliar o nosso trabalho. Trabalhamos em equipa e assim continuaremos, se for o desejo do Titular do Poder Executivo.

P - Senhor Governador, da fatia do orçamento para Luanda, o que cabe a cada município e de que critério depende a distribuição desse valor?

R - O Orçamento da Província de Luanda é público. E consta do OGE-2017, aprovado pela Assembleia Nacional para o ano corrente. Nele, constam as despesas de funcionamento, de pessoal e as de investimento público.

Contudo, é importante destacar que o orçamento das Administrações Municipais é independente do Governo Provincial de Luanda. De igual modo, já acontece com os orçamentos das Administrações dos Distritos Urbanos. Os valores não são por aí além, mas são, na realidade, os possíveis.

Os critérios de atribuição orçamental dependem de diferentes factores: grandeza da circunscrição, população, desenvolvimento urbanístico, projectos aprovados e as receitas prováveis com que os próprios Municípios ou Distritos Urbanos contribuem para o Orçamento Geral do Estado. Hoje, com o acordo feito entre o GPL e o Ministério das Finanças, relativamente à retenção na fonte da receita comunitária, os Municípios e os Distritos Urbanos terão mais recursos fiscalizáveis e passarão, seguramente, a responder melhor pelas suas obrigações. Quando for resolvida a atribuição da receita consignada, melhor será ainda para as Administrações e para o próprio Governo Provincial.

P- Da cabimentação destinada à província, até que percentagem dos projectos é possível realizar?

R - O orçamento aprovado para a Província corresponde aos valores dos projectos inscritos para o ano de 2017. Teremos sempre presente o percentual de depreciação do kwanza. Ora, tendo em conta que o orçamento é uma previsão, as dotações estarão sempre dependentes das disponibilidades do tesouro. A avaliação a fazer só poderá ter lugar no final do exercício económico.

P - Pode avançar-nos os principais projectos ou os projectos estruturantes de Luanda; dizer-nos em quanto tempo seriam consumados e quanto custariam?

R- Em Luanda, há inúmeros projectos em curso, de responsabilidade sectorial ou nacional, provincial e das próprias administrações. Os estruturantes são de nível nacional. Os seus custos e a própria complexidade dos mesmos transcendem, em muitos casos, as capacidades da Província. Os custos destes projectos são elevados e a competência da sua aprovação é do Titular do Poder Executivo. Dou alguns exemplos: o novo Aeroporto, as novas centralidades, a requalificação do Sambizanga e do

Cazenga, as vias estruturantes do Cazenga, a Via Expressa Fidel Castro ou ainda a estrada Luanda - novo Aeroporto. Todos estes projectos têm custos elevados e levarão tempo a concluí-los. Os seus custos podem ser encontrados no OGE- 2017. Mas era preciso iniciá-los. Nos de nível local, os valores aprovados não são superiores a 32 mil milhões de Kwanzas. Os projectos inscritos para este ano devem ser concluídos durante o exercício económico, se não houver dificuldades de tesouraria.

Mas é importante destacar que tudo está a ser feito para resolver os problemas de saneamento básico, assegurar e melhorar a mobilidade urbana, possibilitar que os cidadãos desprovidos de habitação a obtenham, que haja oferta de emprego, que se promova o desenvolvimento urbanístico das cidades de Luanda, através da sua requalificação, para que estas se modernizem e se tornem referências positivas no nosso País.

P - Senhor Governador, quais são, na sua perspectiva, os principais problemas da província e que estratégia deve ser seguida para resolvê-los?

R - Os principais desafios para a Província são fáceis de identificar, mas superáveis a curto, médio e longo prazos. Os que à vista de toda a gente se destacam são: o abastecimento domiciliário da água potável, a energia eléctrica, o saneamento básico e as infra-estruturas rodoviárias, a mobilidade urbana e o combate à criminalidade. Muito se está a fazer nestes domínios. Os recursos disponíveis não resolvem tudo de uma vez. Os programas devem obedecer às disponibilidades. A estratégia está aprovada. Consta do PDN- Angola 2025, desdobrado em PDN -2013-2017, bem como no próprio PDP Luanda e também no Plano Director Geral Metropolitano de Luanda. Agora só temos de implementar.

P- Por onde passa o projecto para melhorar as condições de habitabilidade nos lugares mais inóspitos da província?

R- As condições de habitabilidade nos locais mais inóspitos da Província só serão superados, em primeiro lugar, com a construção das vias rodoviárias. É condição "sine qua non" para tudo.

P - Os luandenses queixam-se de inúmeros problemas. Da falta de água e luz ao deficiente saneamento básico. Haverá um horizonte temporal para o fim - ou eventual redução - de constrangimentos como estes?

R - As queixas são legítimas Mas tudo está a ser feito para reduzir as deficiências nestes domínios. Presentemente, está em execução o grande projecto



de 700.000 ligações domiciliárias de água potável e de mais de 400.000 ligações domiciliárias de energia eléctrica. Tudo isto leva tempo e custa muito dinheiro. Dinheiro esse que o Tesouro Nacional disponibiliza em função da receita obtida. Luanda, por exemplo, necessita hoje mais de 1.3 Mgwts de energia. A oferta até agora rondará os 850 Mgwts. Estamos todos a acompanhar os esforços que foram e estão a ser realizados, com o aumento das capacidades energéticas da Barragem de Cambambe, da construção do Ciclo Combinado do Soyo e da construção da Barragem de Laúca. Tudo isso a funcionar resolverá as necessidades energéticas da Província. O passo posterior, e que já vem sendo dado, é o da electrificação e da ligação domiciliária. Por isso, é uma questão de tempo. Este ano ainda teremos mais energia e mais água potável.

P - Por exemplo, a questão das paragens fixas para táxis (Candongueiros) é outro problema. Estão a ser criadas algumas, fora do centro da cidade. Mas os taxistas querem-nas também na zona urbana. O que tem a dizer sobre o assunto? Afinal, é uma das razões para a ameaça de paralisação feita há meses, como forma de pressão?

R - Realmente, as reivindicações dos taxistas têm sentido. Começou-se a tratar das paragens na periferia, porquanto, no casco principal urbano, deviam circular os autocarros, cujas paragens existem. Com a escassez de autocarros, os táxis vêm-se obrigados a vir para os centros urbanos e nestas urbanizações não existem paragens para tantos táxis. Os táxis devem funcionar nas áreas a si atribuídas. O que não acontece. Ainda assim, o Governo Provincial, através do seu Gabinete Provincial de Transportes, Tráfego e Mobilidade Urbana, e o Comando da Polícia Nacional estão já a tratar de implementar a construção de novas paragens, para aliviar a pressão que existe e evitar ao máximo que haja desconforto entre os operadores de táxis e os próprios passageiros.

P- A falta de transportes públicos é outro contratempo... Que iniciativas existem para a revitalização deste elemento do sector?

R - É um facto. Os que existem são manifestamente insuficientes. Para além da TCUL, que é estatal, existem mais cinco outras, que auxiliam Luanda. Luanda, como Província, cresceu demograficamente e, por este facto, o que hoje é colocado, como oferta, não responde à demanda. Auxiliam e até quase cumprem a missão fundamental os táxis azulinhos e axadrezados. Estão hoje licenciados mais de seis mil táxis, mas, na verdade, circula, seguramente, o triplo deste número. Fazem um trabalho extraordinário. Um trabalho de merecido reconhecimento.

Precisamos, sim, de ordená-los, de modo a que não existam atropelos aos parâmetros e critérios de funcionamento estabelecidos. Ainda assim, é importante adiantar que estarão a chegar ao país mais autocarros. Precisamos de concluir o estudo, para ver se ainda é possível criarem-se linhas dedicadas ao transporte público, de maneira a viabilizar a sua circulação, evitando os engarrafamentos e assegurando, a quem os utilize, a chegada rápida ao local de trabalho ou a casa.

P - Senhor Governador, escolas e hospitais continuam distantes de muitos cidadãos. Há zonas que sobrevivem com escolas e hospitais privados, sem as mínimas condições. Mortes e ensino deficiente são algumas das consequências. Que projectos tem o Governo da Província para contornar o problema?

R - É verdade o que pergunta. Contudo, devo dizer-lhe que a província conta, presentemente, com 869 Escolas Públicas, 1.250 Escolas participadas e 960 colégios privados. As Escolas públicas albergam 2.000.000 de alunos e as privadas 750.000 alunos. A província de Luanda possui 171 unidades hospitalares de diferentes níveis. As maiores carências, principalmente no domínio da saúde e da assistência médica e medicamentosa, estão mesmo no meio rural e nas áreas peri-urbanas. A área urbana está melhor coberta. Mas também vale a pena dizer que deve ser hoje a menos populosa. Temos, na actualidade, muitas escolas em construção e até hospitais e centros de saúde. Tão logo estes estejam concluídos e apetrechados, pô-les-emos à disposição dos cidadãos. Luanda, como cidade antiga, é onde se concentra o maior volume de equipamentos sociais da saúde. Daí que, quando surgem epidemias, observamos uma grande pressão sobre os hospitais. Os níveis primário e secundária são ainda insuficientes e o resultado foi o que se viveu no começo do ano de 2016. Esta situação está já a mudar. Queremos mais estruturas de saúde e mais escolas. O OGE/2017 contempla recursos para continuar a construção das mesmas, sendo certo que pretendemos, até 2019, acabar com a existência de crianças fora do sistema de ensino por falta de escolas e aumentar, substancialmente, o atendimento médico e medicamentoso nas áreas mais deficientes.

P - O sector privado tem se revelado de grande ajuda... ?

R - O sector privado tem, de facto, prestado um grande serviço no domínio da Educação, incluindo as igrejas, que têm até, em alguns casos, colocado os seus templos ao serviço do ensino/educação.



P- Muitas obras foram interrompidas, devido à crise financeira. Algumas delas são, por exemplo, a 5ª, 6ª e 7ª Avenidas (Cazenga) ou a Ngola Kiluanje, fundamentais para a mobilidade nas respectivas áreas. Há perspectivas para a retoma dos trabalhos, pelo menos para breve?

R - Quanto a estas obras, por serem projectos estruturantes, são da responsabilidade do Ministério da Construção. Estão a ser viabilizados os recursos para garantir a sua conclusão. Um dos grandes problemas é o realojamento. Há muitas indemnizações a fazer, bastante gente para realojar. Tudo isso representa custos. Eles têm de existir para que as obras tenham, de facto, a sua conclusão. O mais importante a afirmar aqui é que estas obras têm mesmo de ser concluídas, porque fazem parte dos grandes eixos recomendados pelo PDGML e servirão de suporte para o volume de tráfego que será canalizado para o novo Aeroporto Internacional e vice-versa.

P- A ideia do trânsito irreversível na Deolinda Rodrigues mantém-se? Até que ponto vai tornar a circulação fluida na zona, uma vez que depende da funcionalidade das estradas secundárias e terciárias?

R - Esta ideia não foi abandonada. Há trabalhos que estão a ser feitos, para acomodar o trânsito, que será desviado em determinado período. Talvez não haja a necessidade de se definirem troços muito extensos. Ordenei que se fizessem experiências, em troços mais pequenos e naqueles pontos cujo estrangulamento seja mais acentuado. Nas avenidas, 21 de Janeiro e na Samba. Há pontos críticos que podem ser cuidados desde já. Apenas está ser organizada a logística para se poder promover a experiência desejada.

P - Luanda regista muitas mortes nas estradas, sendo uma das causas a fraca iluminação e sinalização e outra a existência de buracos. De que depende a colocação de postos de iluminação e de iluminação nas zonas onde já existem postes e a reparação e limpeza das estradas? A via expresso, por exemplo, já esteve bem iluminada...

R - A iluminação pública constitui uma das principais preocupações do GPL. O "tapa buracos" é outro dos muitos casos. Há obras em curso na cidade. Ruas ficarão iluminadas com passeios e drenagem das águas pluviais. Já foram feitas mais 100 intervenções nas ruas e esse processo continua. Não vai parar, até que as intervenções passem a ser rotineiras. Um dos grandes problemas para a sua conclusão é o realojamento. Como já disse, há muitas indemnizações a fazer, bastante gente para realojar. O mais importante é que estas obras têm mesmo de ser concluídas. A via Fidel de Castro esteve, de facto,

bem iluminada. Mas os meliantes, ladrões de cabos, fizeram com que hoje estejamos a viver esta falta de iluminação. Está a ser reposta. Estaremos mais vigilantes para evitar que se danifique o que com muito sacrifício se construiu e se colocou ao serviço dos cidadãos.

P - O deficiente serviço de recolha do lixo é outro problema, como o pudemos provar há alguns meses. Nesta altura, há bairros que não beneficiam deste serviço. Por outro lado, parece haver também carência de varredores. Que comentários pode fazer?

R - A recolha do lixo ainda é deficiente, mas o quadro de limpeza não é igual ao período que se viveu, quando o sistema antes implantado colapsou. O novo sistema é novo mesmo. Está a ser implantado de modo sustentado e gradual, de modo a que este seja mesmo abrangente. À medida que a situação do país se vai normalizando, novos serviços também deverão ser postos à disposição dos munícipes. A taxa do lixo é um destes casos. Pretendemos que haja participação de quem promove o surgimento do lixo. Até agora, o Governo vai assumindo, mas é chegado o momento dos munícipes contribuírem também. O processo começou e há já alguma contribuição. Não é ainda a esperada, mas haveremos de lá chegar.

P- Há fontes de arrecadação de receitas que o Governo nunca reclamou. De repente, o cidadão vê-se confrontado com o pagamento de taxas, como a do lixo. Por quê só agora?

R - O quadro económico e financeiro do país é outro. Se, até aqui, o Governo tudo quase assumiu, é chegada a hora de colocarmos ponto final.

P- Com o pagamento da taxa sobre a recolha do lixo, em quanto tempo o cidadão verá melhorado este serviço e terá a cidade livre dos amontoados?

R - Essa melhoria já é observada. Há muitas deficiências que resultam da falta de equipamentos para a recolha, varredura, lavagem e para depósito dos próprios resíduos. O país ainda não os possui e devem ser adquiridos no exterior, processo que está em curso. Até pneus não existem em quantidade para as viaturas. É preciso importar. Todo o lixo passivo já foi recolhido. Existem alguns aglomerados, mas que também estão a merecer tratamento pelas concessionárias.

P- Escasseiam zonas verdes. Mesmo na Marginal, a fatura verde que existia está a desaparecer, sem falar da zona verde do Alvalade, um projecto que, ao que parece, estagnou...

R - É verdade. Há muita falta de zonas verdes na Província. Mesmo as que existiam enfrentam

dificuldades. Precisamos de muito mais zonas verdes, mas também precisamos de água para o efeito. Se não oferecermos água potável suficiente para os cidadãos, precisamos de ter presente como transportar a água bruta para os jardins. Desde Fevereiro, a Marginal passou a estar sob controlo do GPL. Estamos a trabalhar afincadamente para reverter o quadro e mantê-la como o cartão-de-visita da cidade capital - Luanda.

A zona verde do Alvalade está a ser intervencionada. É provável que a primeira área possa abrir ao público em breve. Mas é uma preocupação que está a ser acompanhada directamente pela Comissão Administrativa da Cidade de Luanda.

P- A situação da segurança parece ter melhorado, sobretudo nas áreas urbanas. Para quando um mais insistente relacionamento de proximidade entre a polícia e o cidadão?

R - É bom ouvir de vocês esta apreciação do desempenho da Polícia. Eles fazem o seu melhor. A sua função é mesmo a de garantir protecção e segurança às pessoas e aos seus bens. Estão realmente a desdobrar melhor os seus efectivos, de maneira a que possam estar mais próximos e presentes nas comunidades. Para além disto implicar efectivos, é preciso que haja o mínimo de infra-estruturas para acomodar as forças policiais. É preciso que haja também recursos para este fim. Há postos policiais em construção. À medida que eles forem sendo concluídos, teremos presença policial nestes locais, sem dúvida alguma. Assim, os cidadãos poderão facilmente recorrer à Polícia, quando dela necessitarem.

P- Senhor Governador, há prestadores de serviços que reclamam de facturas atrasadas, de gestões anteriores. Para quando a solução destes casos?

R - É verdade o que coloca. Mas o Ministério das Finanças tornou público que vai cuidar destes atrasados. Tudo o que sejam dívidas e que resultem de serviços prestados e que estavam cabimentados, o Ministério das Finanças apreciará e tomará decisões em conformidade.

### 6.32 Risco de despejo nas centralidades

*Jornal de Angola*

*26 De Junho de 2017*

*Texto: Caetano Júnior*

Domingas da Graça (nome fictício) pretendia desfazer-se do apartamento que adquiriu na Centralidade do Kilamba. A ideia era vendê-lo e

investir o dinheiro na conclusão da obra para a construção da "casa dos sonhos", que iniciou há mais de três anos, mas não tinha como terminá-la. Ela não publicou um anúncio no jornal, a dar conta da oferta, como muita gente faz, nestas circunstâncias. Preferiu passar a mensagem entre pessoas das suas relações.

Em sentido contrário ao de Domingas da Graça, corria Pedro Manuel Dias (nome fictício), que procurava uma casa na mesma urbanização. Os destinos de ambos cruzaram-se, uma vez que ele ficou a saber, por intermédio de alguém próximo aos dois, da intenção daquela de trespassar as chaves do apartamento. Mas o negócio não se efectivou. A senhora acabou por vender a casa a uma irmã, que há meses lhe suplicava que o fizesse.

Entretanto, o que, para Pedro Manuel Dias, constituiu, inicialmente, uma frustração, acabou, na verdade, por ser "um mal que veio para bem". Se tivesse concretizado o negócio, seria despojado do apartamento e sofreria, muito provavelmente, outras consequências. A Imogestín, empresa que gere as centralidades pelo país, afirma ter evidências que permitem concluir que moradores estão a vender as habitações e alerta para os perigos. "A venda ou trespasso é proibida, nos termos dos contratos. Quem vende está a violar um contrato e quem adquire não o devia fazer", afirma Mário Guerra, assessor para Comunicação e Imagem da Imogestín.

### 6.33 Velhos clientes têm prioridade

*Jornal de Angola*

*26 De Junho de 2017*

Os clientes que pagaram apartamentos da tipologia T 4 e T5, na centralidade do Kilamba, mas que não os receberam serão contemplados no Zango Zero antes do início da nova comercialização, previsto para o final deste mês.

Segundo o assessor para Comunicação e Imagem a Imogestín procura resolver o problema destes clientes, antes do início das vendas do Zango Zero. "Estamos a depender de que haja água e energia, pelo menos para os edifícios suficientes para instalar estas pessoas que já pagaram há muito tempo".

Do grupo dos não contemplados no Kilamba muitos pagaram apartamentos do tipo T3. Depois de chegar a acordo com a imobiliária acabaram por beneficiar no projecto KK 5000, onde, terminado o atendimento das reclamações, ainda restavam habitações vagas. Mas estas não estão incluídas, nas novas vendas.

"No KK 5000, sobraram muito poucas casas, depois do processo de atendimento das reclamações. Como eram muito poucas não fazia sentido realizar vendas porque a procura seria muito superior", confirmou Mário Guerra. Entretanto, um conjunto de empresas manifestou interesse em comprar residências para os seus trabalhadores. Estando, deste modo, a Imogestim num processo de vendas dirigidas, que está quase a encerrar. "São poucas casas e estamos a atribuir poucas dezenas para cada uma das empresas; para repartir o mal pelas aldeias". Na centralidade do Kilamba, foram erguidas, igualmente. Vivendas. Que, ao contrário do que muita gente acredita, não fazem parte do conjunto transferido para a Imogestim de acordo com Mário Guerra. "A própria Sonip diz que não integravam os seus activos".

Contrariamente ao processo anterior, marcado por longas filas e denúncias de ilegalidades as vendas serão feitas sobretudo via-Internet e serão adopta dos mecanismos que garantam segurança. "É evidente que não há sistemas totalmente impenetráveis, porque o factor humano é fundamental. Mas os sistemas de controlo das vendas vão ter um conjunto de mecanismos para impedir que haja burlas" assegurou. CJ

### 6.34 Vendas no final do mês

*Jornal de Angola*  
26 De Junho de 2017

As inscrições para a aquisição de casa nas centralidades da Estada têm início na última semana deste mês, através da Portal ([www.imocandidaturas.co.ao](http://www.imocandidaturas.co.ao)), anunciou Mário Guerra, porta-voz da Imogestim, empresa que gere as empreendimentos pela país.

Numa conferência de imprensa, realizada no passado dia oito, o responsável informou que a portal já se encontrava disponível embora apenas para consulta das modalidades de acesso às centralidades.

O portal vai estar disponíveis 24 horas ao dia e dispõe já de informações sobre as vendas, as formularias de apresentação de candidaturas, a simulador de cálculo do valor das prestações da imóvel escolhida e a modalidade de pagamento que é de 240 prestações em 20 anos.

Os preços das habitações são fixadas em Kwanzas, tenda cama referência a seu vaiar inicial equivalente em dólares.com base na taxa de câmbio da Banca Nacional de Angola. A data do término das inscrições está par anunciar.

### 6.35 Jovens são a prioridade no acesso às habitações

*Jornal de Angola*  
27 De Junho de 2017  
Texto: Manuela Gomes

As habitações que vão ser postas à venda pela imobiliária Imogestim são destinadas fundamentalmente a pessoas até aos 40 anos, informou, no domingo, à Rádio Nacional de Angola, o director comercial da empresa. Gilberto Monteiro mencionou os critérios de selecção de candidatos a moradias dos projectos habitacionais do Estado, sob gestão da imobiliária Imogestim e referiu que o Executivo aprovou três regimes de venda de habitações: "E em cada regime 30 por cento dos candidatos seleccionados têm de ser pessoas com menos de 40 anos."

Um dos três regimes de acesso à compra de moradias é destinado às grandes empresas públicas e privadas. Os outros regimes são a "venda dirigida aos funcionários públicos" e a venda livre, sendo esta última também destinada a pessoas que trabalham por conta própria.

O director comercial da Imogestim esclareceu que, para as habitações que estão na província de Luanda, 40 por cento são para funcionários públicos, 30 por cento para as grandes empresas públicas e privadas e 30 por cento para a venda livre.

Gilberto Monteiro avisou que a Imogestim não vai admitir a dupla inscrição, que é quando um funcionário faz individualmente uma inscrição, mesmo sabendo que a sua empresa incluiu o seu nome numa lista enviada para a Imogestim para a compra de casas para os seus trabalhadores.

As empresas interessadas em resolver o problema habitacional dos seus funcionários podem enviar uma relação com mil nomes de candidatos, cem por cada província, com excepção de Luanda, que pode inscrever 250 trabalhadores. "Nós vamos verificar se realmente essas empresas têm os trabalhadores" cujos nomes estão na relação nominal, disse Gilberto Monteiro, que acrescentou que as empresas devem fazer prova de que descontam para a Segurança Social. "Quando enviarem os documentos para a Imogestim, as empresas passam a ter uma relação directa com a Imogestim, o que quer dizer que os trabalhadores dessas grandes empresas não necessitam de candidatar-se individualmente, sob pena de a Imogestim anular a candidatura por dupla inscrição", avisou o director comercial da Imogestim.

Gilberto Monteiro disse que, para compra de moradias, os candidatos só são aceites se respeitarem determinados requisitos, um dos quais é terem um salário compatível com a prestação que vão pagar ao longo dos anos. "Falamos sempre em prestação e não em renda, porque ninguém paga renda. Ninguém vive de arrendamento nessas centralidades, pelo menos na província de Luanda", adiantou Gilberto Monteiro, que explicou que, no processo de comercialização de moradias, estão excluídos os que já tenham comprado casas ao Estado.

A Imogestin lançou o portal [www.imocandidatura.co.ao](http://www.imocandidatura.co.ao), no qual os interessados podem obter as informações sobre o acesso às habitações e devem também utilizar a mesma via para fazer a inscrição, cujo processo ainda não começou.

Quando as pessoas enviarem as suas candidaturas, recebem automaticamente uma resposta de que a candidatura foi enviada com sucesso, devendo cada candidato ter um número de envio, com o qual os candidatos vão ser chamados de forma sequencial. "Quem enviar primeiro é chamado e atendido primeiro", prometeu o director comercial, que disse haver um número limite de casas disponíveis.

### 6.36 Novo mercado artesanato anima escultores mas as vendas estão aquém do esperado

*Jornal Economia e Finanças*

*23 De Junho de 2017*

*Texto: Ismael Botelho*

As máscaras, o eterno pensador, a palanca negra e o ritmo frenético e intenso dos escultores continuam a preencher um espaço dominado pelas esculturas. No novo mercado do artesanato, apesar de novas condições, os seus utentes queixam-se da falta de clientes e da distância do local. O espaço foi transferido, há mais de seis meses, para o Museu da Escravatura, onde os rasgos de pincéis, tecidos, madeiras, golpes de formão e as mãos dos homens tentam a todo custo garantir o ganha-pão diário.

Para muitos vendedores do agora denominado "Centro de Artesanato", situado à direita da estrada nacional número 100, a oito quilómetros a sul de Luanda, o actual lugar não "enterra" a eterna saudade pelo antigo mercado, onde a facturação diária superava as expectativas nas vendas, permitindo, em situações normais, vendas superiores a 200 mil kwanzas/mês.

Uma situação que deixa, por exemplo, Augusto Sipa, 52 anos, pai de cinco filhos, natural do Uíge,

residente no bairro Hoji-Ya-Henda, sem alternativas para sustentar a família. No passado, Sipa, que se dedica a essa actividade há mais de 20 anos, levava cerca de 50 mil kwanzas/dia para casa.

O artesão afirma que hoje é quase impossível ver esses rendimentos. Para ele, que sustenta a família com essa actividade, a deslocação dos clientes para o mercado fez baixar significativamente as vendas. "No outro mercado havia uma estrutura mais organizada. É preciso criar um mercado com melhores condições. Precisamos de cobertura", disse.

Homens e mulheres que dão vida àquele espaço lamentam a falta de sombra e as condições de saneamento, mas não desanimam e produzem cada vez mais peças, procuradas principalmente por turistas que frequentam o local.

#### Estrutura do espaço

A actual estrutura tem uma capacidade para albergar 275 artesãos e está dividida em três sessões, nomeadamente a dos quadros e cestos, que fica do lado de fora do recinto, quase na berma da estrada, apenas separada por enormes pedras que fazem a vedação. No interior encontra-se a área de vendas dos trajes típicos africanos, colocados em barracas improvisadas. Já na parte de cima estão as várias estátuas, que confirmam a sua hegemonia numérica em relação aos demais utensílios no local.

De acordo com dados avançados " no local, são expostas todos os dias cerca de 10 mil peças. As suas portas imaginárias abrem de terça-feira a domingo, logo de manhã cedo, por volta das seis horas, quando os vendedores começam a montar as suas bancadas. Aliás é assim desde a sua criação em 1993

#### Obras de referências

Uma das peças mais requisitada entre os nacionais e estrangeiros é o famoso Pensador, estatueta de madeira, de origem lunda-tchokwe que simboliza a sabedoria dos mais velhos. Das terras do nordeste do país vem a Mwana Pwo, máscara que idealiza os valores femininos, e um dos artigos mais procurados. Os seus preços variam de 15 a 150 mil kwanzas, só o tamanho determina o valor.

A criatividade daquela gente está patente na madeira talhada, nos elefantes, leões, figuras e máscaras esculpidas ali todos os dias de todas as expressões e feitios possíveis. As pinturas são quase sempre de mulheres, reis, sobas e de circuncisão, que dão ao mercado, quando se entrelaçam com a cor do céu, um colorido especial. Os quadros sem moldura são aos milhares. Encontra-se ainda colares e pulseiras de missangas, cestaria, objectos feitos de esteira, de pau



ferro, pau preto, rosa ou cinza, materiais importantes que vêm do Cuanza Sul, Zaire e Uíge. Apesar da crise, os valores mantêm-se, em função da actual conjuntura económica do país, variando de cinco a 500 mil kwanzas, de acordo com o tamanho e a qualidade da obra.

#### Adaptação

Os artesãos do novo mercado ressentem ainda da mudança. Para eles, o antigo recinto era o melhor lugar e são tomados todos pela saudade das vendas naquele local.

Hoje nota-se um frear na afluência de visitantes e conquentemente nas vendas. A distância é apontada como uma das causas prováveis da falta de clientes. Daniel Viegas, jovem artesão de 26 anos, que vende no mercado desde 2014 e reside no Camama, afirma que está difícil continuar a pagar a sua renda de casa. Ele é natural da província do Zaire, município do Tomboco e veio para Luanda à procura de melhores condições de vida. "O sol aqui é o verdadeiro inimigo. Aléin de dar cabo das obras é prejudicial para a saúde e afugenta a clientela. É preciso uma cobertura", afirma.

### 6.37 Angolanos com 40 anos estão proibidos de sonhar em ter casa própria

*Jornal Visão*

*30 De Junho de 2017*

Estou proibido de ter casa própria por ser maior de idade e com mais de 40 anos de vida.

O angolano que tem 40 anos é mais velho daquele que tem 77 anos e continua a ter "bué" de casas e dinheiro para os seus netos e bisnetos. Parece que estamos condenados irmãos e, por isso, é melhor ter 70 do que 40 anos de idade porque estamos condenados a não ter casa própria, pelo menos, nos moldes aprovados agora para que os angolanos possam beneficiar de uma casa nestas centralidades espalhadas um pouco pelo país.

O jovem que ainda não tem 40 anos deve preocupar-se já em ter a casa própria, pois o MPLA não vai dar casa, mesmo por empréstimo. Ao que tudo indica, caso tenhas 40 anos, já não estás em condições de pagar o "kubiku" do Kilamba e do Sequele, denotando assim, uma clara violação ao direito a habitação e também ao Constituição da República de Angola, cujo artigo diz que somos todos iguais perante a lei. E mais: denota, sim, uma grande injustiça e discriminação aos cidadãos que tenham

completado 40 anos e, por várias situações da vida não conseguiram ter a sua própria casa.

Verdade seja dita, em 2013 alguns cidadãos receberam mais de quatro apartamentos no Kilamba e no Sequele, muitos deles, ligados a partidos políticos. Isso não é novidade para ninguém e deixa triste muitos angolanos, fazendo alusão a uma obra do sociólogo Paulo de Carvalho, intitulada "exclusão social" que narra vários tipos de exclusão a que os deficientes físicos em Luanda passam, com maior destaque ao da habitação.

Gilberto Monteiro mencionou os critérios de selecção de candidatos às moradias dos projectos habitacionais do Estado, sob gestão da imobiliária Imogestin e referiu que o Executivo aprovou três regimes de venda de habitações:

"E em cada regime 30 por cento dos candidatos seleccionados têm de ser pessoas com menos de 40 anos'.

Um dos três regimes de acesso à compra de moradias é destinado às grandes empresas públicas e privadas. Os outros regimes são a "venda dirigida aos funcionários públicos" e a venda livre, sendo esta última também destinada a pessoas que trabalham por conta própria.

### 6.38 Centralidade do Kilamba sem transportes públicos

*Jornal Visão*

*30 De Junho de 2017*

*Texto: Joaquim Paulo*

As constantes enchentes nas diversas paragens de táxi e principais pólos da centralidade, são, de facto, uma das causas imediatas que justificam a notável ausência de transportes públicos que tem criado inúmeras dificuldades para quem precisa se locomover diariamente.

Segundo uma constatação feita por este semanário, entre os mais afectados está a classe estudantil, sobretudo aqueles que residem em zonas periféricas e que, por via disso, são obrigados a gastar diariamente um montante de valor que não correspondente às suas realidades financeiras.

De acordo com Hélder Baptista, estudante, são tantas as dificuldades por que passam diariamente. "Principalmente na rota Viana/Kilamba"

Ali, segundo disse, quase não existe nenhum tipo de autocarro, embora a Macon seja a única operadora naquele troço. "No meu ponto de vista esta



operadora não consegue atender a demanda de todos que pretendem chegar ao Kilamba e vice-versa", explicou, para depois dizer que muitos estudantes e trabalhadores saem muito cedo de casa para honrar os seus compromissos, mas face aos problemas de transportes que enfrentam diariamente, "várias vezes perdemos provas e outros compromissos importantes!":

Por este facto, solicitou o aumento de autocarros por parte da Macon ou a entrada de outras operadoras naquela rota para facilitar a mobilidade dos cidadãos à centralidade e vice-versa.

Se para os transeuntes a de manada é pouca, para a Macon é o inverso. Quem defende esta posição é Cláudia Francisco, chefe de posto da Macon contactada pela nossa equipa a respeito.

Segundo disse, a empresa tem autocarros suficientes para atender a demanda, uma versão diferente relativamente a apresentada pelos cidadãos contactados.

"Não temos dificuldades relativamente aos serviços prestados pela nossa transportadora, embora nem sempre a 100 por cento devido a deficiência de outras operadoras com as quais partilhávamos o mesmo troço": explicou.

Em relação a centralidade do Kilamba, a responsável disse que não tem um número de autocarro definido e reconhece as dificuldades enfrentadas pelos cidadãos. Por este facto, pediu alguma compreensão dos cidadãos porque além da distancia é quase a única operadora naquele troço.

O jornal visão tentou contactar a principal transportadora pública, no caso, a TCUL, para os esclarecimentos que se impõem relativamente a isso. Mas a nossa equipa não foi bem sucedida, prometendo prestar tais informações nas próximas ocasiões.

De recordar que o número elevado de pessoas que vão a Centralidade do Kilamba deve-se as diversas categorias de escolas que ela alberga.

### 6.39 Estamos na fase em que não há fundos para fazer tudo

*Jornal Expansão*  
30 De Junho de 2017

Sente que a legislação fiscal ainda está incompleta?

A nível da organização Mundial do Comércio é recomendável que toda a legislação fiscal e comercial

seja revista de forma periódica, ou melhor de cinco em cinco anos ou de seis em seis anos. A justificação é dê que a legislação comercial tem que se adaptar e acompanhar algumas necessidades e desenvolvimento do sector da indústria. No sector hoteleiro, há três anos não havia o arrendamento das residências para acomodar turistas por períodos curtos. É uma modalidade nova. É um trabalho enorme para acompanhar essas mudanças. As empresas devem caminhar juntas, porque o que está em causa são os interesses de Angola. Digo que não pode ser apenas tarefa do Estado fazer tudo. O Estado deve fazer, sim, mas o sector privado também.

Não está a ser fácil passar a mensagem fiscal neste contexto macroeconómico?

O momento da economia angolana não é muito positivo e tem sido o refúgio de muitos empresários em não avançarem com o pagamento dos impostos. Foi a pensar na economia que a AGT desenvolve as campanhas de sensibilização nas empresas e pessoas singulares. O Ministério das Finanças está a trabalhar na divulgação sobre legislação fiscal. Reconhecemos que estamos numa fase em que não há fundos e meios para fazer tudo aquilo que tem a ver com a produção de informação.

Quais os sectores mais problemáticos?

Temos os sectores petrolífero, diamantífero, hoteleiro, industrial. São vários com os quais interagimos.

O mais informal é o comércio. O nosso objectivo é fazer com que haja preocupação dos empresários em procurar esclarecimentos.

Temos todo o interesse em trabalhar com as empresas para fazerem os seus próprios cálculos. A sociedade deve perceber que as regras são para serem cumpridas e todos temos que contribuir. Enquanto os contribuintes não entenderem isso, será mais fácil 'bater' no Estado de que este não está a fazer absolutamente nada.

### 6.40 “Existem empresários que pensam que não devem pagar impostos”

*Jornal Expansão*  
30 De Junho de 2017  
Texto: Martins Chambassuco e Lídia Onde

Em quase todos os países do mundo, a elevada carga fiscal é uma das principais reclamações de empresários para justificar dificuldades com o

pagamento de impostos. Em Angola será, também, certamente assim...

É normal que os empresários numa fase como a que vivemos hoje, em termos económicos não muito boa para os vários sectores de actividade, que tendo em conta todo o trabalho de reforma estrutural e fiscal feita pelo Executivo desde 2010, encare como difícil, sobretudo para aqueles que não estavam preparados ou mesmo organizados para o funcionamento do Estado. Isso vai exigir dos agentes económicos e empresários processos de aprendizagem e passar por vários estágios até perceberem que se trata de uma obrigatoriedade que se impõe. Infelizmente, alguns dos empresários continuaram e mantiveram-se nesta desorganização. Nós, como cidadãos, queremos que o nosso País se organize e funcione de facto. Aos empresários e contribuintes temos que exigir bons níveis de organização.

O que falta para que os contribuintes angolanos encarem o pagamento de impostos como algo que é obrigatório?

Há a tendência dos contribuintes atribuírem a responsabilidade ao Estado. Basta o Estado organizar-se e aparecem reclamações apontando dificuldades. Deve ser uma tarefa onde cada um reconhece as suas obrigações e deveres e trabalhar no sentido de facilitar o outro a fazer o seu trabalho. Tem que haver muito diálogo para entendermos as missões e tarefas uns dos outros. O mais importante é que haja compreensão das limitações. A AGT, como todos os organismos do Estado, tudo o que faz, está previsto na Lei. A legislação fiscal é nova e exige por parte dos empresários muito estudo e têm que aprender porque senão vamos continuar a assistir a reclamações. A AGT, mesmo não tendo a obrigação de ensinar a lei, porque o não conhecimento da lei não implica incumprimento, mesmo assim faz isso, apesar das dificuldades. Se não formos contactados pelos organismos dificilmente podemos dar o devido apoio. Apelamos sempre às associações empresariais para que se juntem e discutam de forma conjunta as suas necessidades e depois as abordarem connosco.

Está a dizer que a AGT tem dificuldade em passar a mensagem de forma isolada para as empresas?

É uma realidade, não podemos omitir. Quando temos associados empresariais já temos facilidades. Não é porque a AGT não comunique, mas é na realidade a melhor forma de transmitir e dar a conhecer a legislação fiscal angolana. Não é linguagem fácil, mas os empresários têm o dever de conhecer. Pedimos que empresários de outros sectores de actividade se organizem e promovam

fóruns de debate para a discussão de temas que têm a ver com o fisco. A aproximação das empresas à autoridade tributária permite que os homens de negócios percebam o real papel da AGT. Ainda existem muitas empresas que não cumprem com as suas obrigações e não têm nenhum cartão de contribuinte, falo do sector hoteleiro, industrial e até do comércio. Não é aceitável esse tipo de práticas e deveriam ser denunciadas. O que muitos não perceberam ainda é que toda a actividade que gera lucro tem que dar uma contribuição para os cofres do Estado. Muitas vezes o que se pensa e o que acontece não é a realidade.

Está a querer dizer que há um indicador elevado de fuga ao fisco na actividade empresarial?

Há sem sombras de dúvidas. O nível de informalidade da actividade empresarial é bastante alto e com isso existe fuga ao fisco propositada, 'ou melhor temos pessoas que querem mesmo fugir ao fisco e aqueles que acham que não têm a obrigação de pagar impostos. Para inverter este quadro, nós estamos constantemente a sensibilizar e a esclarecer que o pagamento do imposto não é milenar. Sempre foi um meio para equilibrar a balança de pagamentos do Estado. Não é novidade nenhuma, mas é verdade que ficámos um período longo de tempo sem que as pessoas fossem obrigadas ao pagamento dos impostos. E isso fez com que as pessoas perdessem a cultura do pagamento obrigatório dos impostos e temos também exemplos daqueles que sempre pagaram as suas contribuições.

E como têm sido tratados os faltosos?

Existem mecanismos legais para estes casos e aplicados os juros de mora. É preciso reconsciencializar as pessoas de que os impostos devem ser pagos. A dívida que o Estado tem com algumas empresas, o dinheiro vem de dos impostos. Trata-se de um circulo vicio, porque se não pagamos impostos, o Estado não pode pagar as dívidas e nem contratar novas obras. É preciso que as pessoas tenham relevância na tributação. E isso permite que os indicadores macroeconómicos melhorem, mas para tal precisamos estar mais organizados. E só assim teremos possibilidades e mais meios para satisfazer as necessidades de todos e o Estado cumprir com as suas obrigações de liquidar as dívidas lá onde existam. Reconheço que existem limitações, tanto da parte do Estado como dos próprios contribuintes.

Mas também o contexto macroeconómico do País estará a contribuir para essas limitações...

E um dos factores que muitos empresários alegam para faltar com as obrigações sobretudo a queda do volume de negócios. Mas aqui realço as limitações na lei. Durante muito tempo falou-se 'se o Estado deve porque não desconta directamente da dívida para pagar os impostos'? Mas na verdade não havia suporte legal para que fosse feito esse procedimento. E não havendo possibilidade, na legislação tributária, de substituir uma dívida do Estado com uma dívida fiscal, a AGT não tinha como autorizar. Toda a matéria fiscal é da competência da Assembleia Nacional. Quando falo do entendimento das limitações entre o Estado e os empresários, é de facto importante que os homens de negócios entendam que tudo o que o Estado faz tem que ter suporte legal e se assim não for, então temos irregularidades. Cabe entender as preocupações dos contribuintes para que possamos trabalhar em conjunto. É uma questão de falta de prática e de organização do sector privado que dá suporte aos empresários, neste caso os contabilistas. Não podemos agir como se nada estivesse a ser feito, até porque a Ordem dos Contabilistas tem feito um trabalho louvável e dedicado á formação, para os seus membros prestem um serviço melhor. O Estado está a fazer a sua parte e é importante que toda agente e dentro das empresas façam o seu trabalho. E digo que a AGT isoladamente não vai conseguir. Temos que defender os interesses do País. O que queremos para Angola, somos nós que temos que fazer.

#### 6.41 Falta de licença Do INACOM força Imogestin a adiar candidatura online

*Jornal Expansão*

*30 De Junho de 2017*

*Texto: Maurício Vieira Dias*

O desconhecimento da necessidade de obter uma licença para o envio de SMS do portal da Imogestin para os candidatos à aquisição de casas nas centralidades obrigou a imobiliária a adiar o processo de candidaturas por uma semana, soube o Expansão junto de fonte ligada ao processo,

A imobiliária que gere o processo de vendas das casas do Estado nas centralidades adiou para 6 de Julho o arranque do processo de candidaturas que estava "previsto para a última semana do corrente mês", porque desconhecia que era necessário solicitar autorização ao Instituto Angolano das Comunicações (INACOM) para legalizar o processo que envolve o portal das candidaturas, adiantou a fonte da imobiliária.

"É necessário o INACOM autorizar qualquer entidade que pretenda ter o serviço de SMS em massa", explicou a fonte. "Carecemos de uma licença do INACOM" que vai permitir, entretanto, que as pessoas, depois de enviarem as candidaturas na plataforma online da Imogestin, recebam automaticamente uma resposta por SMS no telefone dizendo que a candidatura foi enviada com sucesso, devendo cada candidato receber um número de envio, com o qual vão ser chamados de forma sequencial", sublinhou.

A fonte acrescentou: "Nós não dominávamos este requisito legal. O INACOM ainda não autorizou. Neste momento está no período de apreciação, por isso estamos a prever que o arranque das candidaturas vai começar dia 6 de Julho", esclareceu a fonte, garantindo, mais uma vez, que para a primeira fase, estarão disponíveis residências nas urbanizações de Capari (Berigo) e Km 44 (Luanda), com os preços por apartamento avaliados entre 3,504 milhões Kz e 5,810 milhões Kz, respectivamente, só para venda no regime livre.

No entanto, a direcção comercial da imobiliária justifica esta quinta-feira em comunicado, após questões colocadas pelo Expansão na quarta-feira, que o adiamento do processo está associado a "razões de natureza técnica".

"Os interessados na candidatura de habitações para as urbanizações do Capari e Km44 - L a fase, no segmento de venda ao público livre, deverão obter mais informações actualizadas no portal [www.imocandidaturas.co.ao](http://www.imocandidaturas.co.ao) assinala a nota da Imogestin.

A Imogestin tem disponíveis 33.916 residências em cinco províncias para comercializar este ano, menos 17% do que as 40.718 previstas inicialmente em sete regiões do País, calculou o Expansão com base em dados da imobiliária.

Quanto ao arranque do processo de vendas nas outras centralidades, o porta-voz da Imogestin, Mário Guerra, garantiu em conferência de imprensa, no dia 8 de Junho, que no terceiro trimestre do ano aquela instituição iria avançar as vendas em outros projectos habitacionais, localizados em Luanda, Benguela, Huíla e Namibe.

Os dados da Imogestin indicam que, na capital do País, estarão disponíveis, até ao terceiro trimestre de 2017, 12.412 residências em três projectos habitacionais, correspondente a 37% do total. Na província da Huíla estarão à venda 8.000 apartamentos, que correspondem a 24% do total do País.

Benguela, por sua vez, vai contar com 6.000 apartamentos distribuídos por três centralidades, equivalente a 18%, e Namibe vai contar com 4.000 habitações, representando 12%. O Bengo, finalmente, terá disponíveis 3.504 casas, correspondente a 9%.

Na urbanização de Capari, por exemplo, com preços mais baixos, onde um apartamento T3 está avaliado em 3,504 milhões Kz, só poderão candidatar-se cidadãos com rendimento mensal mínimo avaliado em 69.048 mil Kz, permitindo uma dedução mensal de 27.619 Kz para a liquidação do imobiliário durante 20 anos, sendo que a imobiliária determina que a taxa de esforço dos requerentes que se candidatem à aquisição de residências em projectos habitacionais do Estado esteja avaliada em 40% do ordenado mensal do candidato.

Já a centralidade do Zango O, que possui apartamento com preços mais altos, uma residência T4 está avaliado em 23,2 milhões Kz, com uma prestação mensal de 129 mil Kz.

Ao contrário do processo anterior, no actual não será exigido capital inicial nem pagamento de várias prestações à entrada. "Apenas será exigida a prestação mensal", informou o director financeiro da Imogestín, Pacílio Lucambani.

## 6.42 Imobiliária altera condições de venda no regime dirigido

*Jornal Expansão*  
30 De Junho de 2017

Depois de trabalhadores de diversas empresas privadas se manifestarem descontentes com as obrigações impostas na modalidade de 'venda ao público dirigido' das casas nas centralidades, como noticiou o Expansão na edição passada, a Imogestín mudou as condições de venda.

Os trabalhadores alegavam que este regime era discriminatório em benefício dos regimes de 'venda livre' e para a 'função pública', sendo que os dois últimos segmentos têm como período máximo para pagamento das casas 20 anos, em 240 prestações mensais, ou seja, muito mais tempo que o permitido no regime em causa.

Inicialmente, a venda no regime 'público dirigido', que correspondente a 30% das quotas das casas disponíveis, destinada somente a trabalhadores de empresas com mais de 1000 trabalhadores, os promitentes-compradores tinham que pagar a casa em cinco anos, com uma entrada inicial equivalente a

50% do valor da residência como condição para acesso ao imóvel.

Segundo garantiu uma fonte da imobiliária, as casas no regime público dirigido vão poder ser pagas até sete anos (84 meses), sendo que não será exigido às grandes empresas públicas e privadas o pagamento de 50% do montante geral da casa como condição para se ter acesso ao imóvel.

Neste regime, por exemplo, um empréstimo para aquisição de um apartamento T3 avaliado em 18,260 milhões Kz, no Zango O, exige do comprador 13.805 Kz por cada milhão Kz.

Além da 'venda ao público dirigido', a Imogestín tem definido outros dois regimes de vendas, nomeadamente para 'função pública', para os candidatos que trabalham nos organismos do Estado, em todas províncias e igualmente nos órgãos centrais, que deverão ser seleccionados e propostos à Imogestín para validação das suas candidaturas. Enquanto a 'venda ao público livre', é aquela em que o candidato, individualmente, se poderá inscrever no portal [www.imocandidaturas.co.ao](http://www.imocandidaturas.co.ao) com possibilidade de pagar a residência em 20 anos.

## 6.43 Retirados moradores de edifícios inseguros

*Jornal de Angola*  
30 De Junho de 2017

O Governo do Huambo trabalha na criação de condições de realojamento dos moradores dos edifícios da FAPA, Angotel e da Energia, na sede da província, por se encontrarem em elevado estado de degradação.

O facto foi tomado público ontem à imprensa pelo vice-governador para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas, Calunga Francisco Quissanga, que informou que decorrem trabalhos de cadastramento e de identificação dos ocupantes de apartamentos nesses edifícios públicos.

Calunga Francisco Quissanga explicou que a intenção do Governo visa melhorar as condições de habitacionais das famílias e do reforço da segurança, visto que os edifícios em causa apresentam avançado estado de degradação.

Calunga Francisco Quissanga disse que o realojamento obedece a diversas metodologias e, uma delas tem a ver com as famílias com rendimento financeiro aceitável, que têm facilidade de concorrer a uma das moradias nas centralidades construídas na província (Lossambo, Caála e Bailundo).



Em 2012, o Governo da Província do Huambo realojou, também pela mesma situação, perto de 120 moradores do prédio do Palmeira (demolido), para o bairro da Juventude, nas imediações da centralidade do Lossambo.

#### 6.44 Zaire terá duas centralidades

*Jornal O PAÍS*

*1 De Junho de 2017*

*Texto: Paulo Sérgio e Jacinto Figueiredo*

O Governo Provincial do Zaire, em parceria com a imobiliária Imogestín, procedeu ontem à consignação da obra de construção da primeira fase da centralidade de M'Banza Kongo, que será constituída por mil apartamentos e 81 estabelecimentos comerciais no total, à construtora Omatapalo.

A nova urbanização está a ser erguida na antiga pista de aviação da capital da província, situada no bairro 11 de Novembro, zona 6, numa área de 26 hectares.

No entanto, numa primeira fase serão construídos apenas 200 apartamentos do tipo T3, repartidos em 13 edifícios de quatro andares, bem como oito estabelecimentos comerciais, num período de dose meses.

Nesta fase não está prevista a construção de equipamentos sociais por existir nos arredores uma escola e um hospital com capacidade para suportar a demanda, bem como postos de polícia e de bombeiros.

Os futuros habitantes da centralidade M'Banza Congo vão ter ao seu dispor água canalizada, energia eléctrica, ruas asfaltadas, parques de estacionamento, espaços verdes e uma Estação de Tratamento de Resíduos.

O Presidente do Conselho de Administração (PCA) da Imogestín, Rui Cruz, pediu, na ocasião, a colaboração do governo local para assegurar que as infra-estruturas de apoio irão estar em condições, a fim de que se possa cumprir com o prazo estabelecido.

"Os moradores da cidade de M'Banza Congo poderão beneficiar desse projecto dentro do prazo previsto. Só está a ser possível implementá-la graças a um esforço grande que o Executivo fez para, numa altura difícil do ponto de vista financeiro, conseguir mobilizar junto do Sindicato Bancário, liderado pelo Banco BAI, o financiamento para a sua construção", declarou.

Rui Cruz rendeu ainda homenagem aos Ministérios das Finanças' Urbanismo e Habitação e ao Governo Provincial do Zaire pelo seu contributo para a obtenção do financiamento. Justificou' por outro lado, que contrataram a construtora Omatapalo pela seriedade e responsabilidade que tem na execução das obras e por apostarem também na mão-de-obra local.

Sem avançar mais dados sobre a segunda fase, manifestou o ensejo de continuar a contar com o apoio das autoridades locais para que, após a conclusão da primeira fase, possam dar sequência.

A segunda fase deste projecto contempla a construção de equipamentos sociais públicos como creches, escolas do primeiro e segundo nível, centros comunitário e de saúde, postos de polícia e de bombeiros, um edifício administrativo, parques urbanos e um conjunto de lotes para iniciativa privada.

Mário Guerra, assessor de comunicação e imagem da Imogestín, anunciou que essa consignação marca o lançamento de um projecto que abarca as sete províncias que ainda não foram contempladas com centralidades, designadamente Zaire, Cunene, Lunda-Sul, Malanje, Cuanza-Norte, Cunene e Cuando-Cubango.

Energia eléctrica e água garantida Antes de proceder ao lançamento da primeira pedra, Joanes André e Rui Cruz, visitaram a subestação de energia eléctrica, por ser uma das principais preocupações da imobiliária.

Da subestação do Kianganga partiu uma linha que está, neste momento, a 16 quilómetros da subestação do Lumbamba, localizada na cidade de M'Banza Congo, que carece apenas de alguns acertos.

Já a água será captada de um rio que passa a escassos metros do local, de onde já partiu uma tubagem que abastecerá a centralidade e os bairros adjacentes.

"Estamos a levar a cabo um projecto de recuperação das vias urbanas a nível da sede de M'Banza Congo e dos demais municípios da província do Zaire", frisou.

Joanes André declarou que além dessa centralidade, será erguida uma outra na sede do município do Soyo, pelo que solicitou "calma" aos municípios.

Por outro lado, sublinhou que apesar das dificuldades financeiras que o país enfrenta, provocadas pela queda do preço do barril de petróleo no mercado mundial, os diferentes organismos do Estado estão a cumprir com a orientação baixada pelo Chefe do Executivo, José Eduardo dos Santos, sobre a necessidade de resolver o problema da escassez de habitação.

"O Presidente José Eduardo dos Santos, no dia 22 de Agosto de 2012, na cidade do Soyo, falou sobre a habitação, entre outros aspectos que estão em curso no Zaire", recordou.

O governante contou que tem sido frequentemente abordado pelos jovens sobre esse problema, daí que estava radiante de alegria ao testemunhar a concretização de um sonho. Aclarou que o Executivo local está consciente das suas responsabilidades para com o projecto e irá continuar a colaborar.

Aproveitou a ocasião para pedir a compreensão dos ocupantes das residências que poderão, eventualmente, serem demolidas. "Como sempre fizemos aqui em M'Banza Congo, quando isso acontece, trasladamos essa família para outra habitação. Nunca houve um desalojamento fora desse contexto", garantiu.

Descreveu os municípios como sendo um "bom povo" por terem mantido a antiga pista aeronáutica desocupada) embora esteja num local estratégico da cidade.

## 6.45 Cabinda melhora gestão de terrenos urbanizados

*Jornal de Angola*

*25 De Junho de 2017*

*Texto: Leonor Mabilia*

A gestão de todos os terrenos infra-estruturados para comercialização à população interessada a construir moradias e/ou qualquer imóvel em Cabinda passa agora a ser da responsabilidade da Empresa de Gestão de Terrenos Infra-estruturados do Estado (EGTI).

A informação foi tomada pública na sexta-feira, na cidade de Cabinda, pelo presidente do Conselho de Administração da EGTI, Rodrigo dos Santos, no final de uma audiência com a governadora da província de Cabinda, Aldina da Lomba, depois da apresentação do objecto social da empresa e do seu projecto de gestão de terrenos, em todo o território nacional.

Rodrigo dos Santos afirmou que principal objectivo da empresa é fazer a gestão de todos os espaços (terrenos), que forem entregues pelo Estado para fins habitacionais, devidamente urbanizados, com a implantação de todas as infra-estruturas técnicas.

O secretário provincial do Ordenamento de Território, Urbanismo e Ambiente, Paulo Luvambano, considerou o projecto de gestão de

terrenos, que passa a ser agora da responsabilidade da EGTI, de extrema importância, já que vai permitir uma melhor urbanização das futuras zonas habitacionais, pressuposto que considera fundamental para um desenvolvimento urbanístico sustentável, quer do município sede de Cabinda, quer da província de um modo em geral.

### Projectos em curso

Segundo Paulo Luvambano, com surgimento da EGTI, os projectos enquadrados no Plano de Desenvolvimento da província de Cabinda (PDC), conhecerão rapidamente a sua implementação, visando o bem-estar dos seus habitantes.

Entre os projectos em curso na cidade de Cabinda, o secretário provincial do Ordenamento de Território, Urbanismo e Ambiente destacou as infra-estruturas integradas da cidade de Cabinda, a construção da nova sede política e administrativa da província, o comando da Polícia Nacional e das vias de acesso.

"AEGTI, de acordo com o seu estatuto, está creditada em promover loteamentos, infra-estruturação, construção e venda de terrenos", disse Paulo Luvambano, acrescentando que, no quadro das suas acções, vai ajudar o governo da província a desenvolver a região. Refira-se que a gestão de terrenos urbanizados em Cabinda era feita pela "PROFIURB", uma empresa privada que procedia à venda de terrenos com preços exorbitantes, situação muito reclamada pela população.

## 7. TERRA

### 7.1 "General Wala protege assassinos"

*Jornal Liberdade*  
2 De Junho de 2017

Os familiares das vítimas ocasionadas pelos militares do Posto de Comando Unificado da Região Militar de Luanda, acusam o Tenente-general Simão Carlito "Wala" de estar a encobrir os assassinos de António Rutino e de alguns recém-nascidos que foram mortos no momento das demolições ocorridas no município de Viana em Luanda

Ana Mendes

Os familiares afirmam também que o Tenente-general Simão Carlito "Wala" conhece bem quais são os principais e verdadeiros assassinos que têm estado constantemente a provocar mortes no Zango e em várias áreas da cidade capital.

Os mesmos consideram que a população tem sido sistematicamente maltratada e humilhada quando se trata de demolições das casas de pacatos cidadãos. "Os mais fortes querem a qualquer custo tirar os pertences dos fracos que somos nós, a população, e os órgãos de justiça que deveriam equilibrar esta realidade, também associam-se aos governantes", sustentou a fonte popular na circunscrição do Zango, palco dos acontecimentos mortíferos.

Os cidadãos apontam ainda que o general Simão Carlitos "Wala", comanda um grupo de exército cuja missão é defender os seus próprios interesses contra a população indefesa, usurpando os seus pertences, como as terras, a favor do general, que se serve das forças armadas do Comando Unificado.

Como prova disto, os familiares do adolescente Rufino, assassinado a tiro por elementos afectos ao Comando Unificado das Forças Armadas Angolanas, habilitadas para assecuramento das ditas "reservas fundiárias do Estado": sustentam que "o senhor Carlito Wala sabe quem matou o menino Rufino e os elementos que trabalhavam com as máquinas que esmagaram as cabeças dos recém-nascidos que dormiam enquanto as casas eram demolidas no município de Viana" observou. Por outro lado, este jornal contactou o advogado da família, Luís do Nascimento, mas até ao fecho desta edição não se recebeu qualquer informação e muitos menos as mensagens que lhe foram enviadas foram respondidas, redundando os nossos esforços em

fracasso.

O referido assassinato ocorreu no dia 6 de Agosto de 2016, quando o adolescente de 14 anos, de nome António Rufino, foi morto a tiro por militares, na onda de demolições ilegais perpetradas pelas forças do Estado angolano no Zango II, em Viana.

Na altura, a reacção popular à morte do Rufino foi imediata e contundente. O assassinato de um adolescente desarmado por militares fortemente armados, em plena luz do dia, gerou uma expressiva onda de repulsa na sociedade. Pessoas de diferentes extractos sociais, desconhecidas ou famosas, partilharam os seus sentimentos nas redes sociais e não só.

Hoje, já não se fala do Rufino, nem dos motivos que causaram o seu assassinato e muito menos da identidade de quem o matou, ou do desfecho deste crime que ficou impune.

A morte do jovem Rufino não foi um acontecimento isolado e muito menos aleatório. Foi sim a manifestação física de todo um modelo de governação que sistematicamente viola os direitos mais elementares da população angolana, principalmente dos mais desfavorecidos.

Segundo a SOS Habitat, organização não-governamental, mais de 337.212 pessoas já viram as suas casas destruídas pelo Estado nos últimos 15 anos de paz. A morte do António Rufino não foi a única: só no mesmo dia, morreu um bebé com o crânio esmagado por uma pá demolidora, enquanto duas pessoas idosas sofreram enfartes ao verem as suas casas demolidas.

Outras demolições, em outros bairros, têm provocado a morte de bebés, jovens, homens e mulheres. Há também relatos de violações de mulheres, espancamentos, agressões e todo o tipo de ameaças. Este relato aterrorizador em Angola espelha bem os horrores perpetrados pelo Estado angolano e seus representantes contra populares indefesos.

Em torno da valência da matéria e no princípio do contraditório, contactamos o General Carlito "Wala": que defendeu-se nos seguintes termos: "O caso está entregue à justiça e assim que for detectado o autor do disparo que vitimou o jovem Rufino, as entidades de direito vão apresentar o indivíduo publicamente, portanto vamos aguardar. Quanto aos militares que estavam escalados para trabalhar naquele dia, encontravam-se ali em serviço para manterem a ordem e para não deixar que o povo queimasse as máquinas": sublinhou o comandante da Região Militar Luanda, Carlito "Wala"

Por seu lado, uma fonte próxima ao Ministério da Defesa salientou que os militares que trabalharam no dia do assassinato do jovem António Rufino, encontram-se presos na província do Namibe (Tombwa). Questionado sobre o assunto, Wala disse que "os efectivos que estão presos na Comarca do Tombwa, são alguns militares que foram indiciados por prática indecorosa como o furto de alguns meios da população", rematou "Walá'.

## 7.2 A palavra de ordem é "demolir"

*Jornal Liberdade*

*9 De Junho de 2017*

Os homens vieram ao mundo para usarem as coisas e amarem-se uns aos outros. Mas eles amam as coisas e usam-se uns aos outros! Há quem diga sim, para logo depois dizeres não. Ora, o não só existe por causa do sim e o sim por causa do não. É como os números, disse um renomado pensador. O N° 1 só existe por causa do N° 2 e, este último, por causa do primeiro. É como na escola: o aluno só existe por causa do professor; sem professor pode existir alunos, mas de nada servirão; mas sem alunos, também os professores de nada servirão.

São leis naturais que o homem não pode alterar. Vem isto a propósito do que está a acontecer em Angola, principalmente na província de Luanda e arredores, onde população mais sofredora e pobre continua a sofrer todos os dias, maltratos pelos seus próprios compatriotas angolanos.

Estes, sem dó nem piedade, mandatados pelos governantes deste país, que em vez de servir o povo, servem-se do povo para satisfazer os seus desmedidos interesses, continuam a manchar as mãos com o sangue de inocentes, desde crianças a mulheres e idosos.

A palavra de ordem desses "governantes do demónio" é "demolir": Na calada da noite, quais marginais, como o são na realidade, invadem pacatos bairros e sem qualquer aviso destroem as casas dos populares. Até em bairros que já existem desde antes da independência, aldeias tradicionais onde jazem os restos mortais de antepassados de muitas famílias autóctones, são destruídas e os terrenos ocupados ao abrigo de pseudo-leis esta razão e de p seu das reservas fundiárias do Estado que só beneficiam os próprios mandatários e não servem os interesses das populações. Haja dó meus senhores. Há quarenta e tal anos a delapidar o erário público e ainda não chega?

Afinal onde pára o slogan "o MPLA é o Povo e o Povo é o MPLA"? Só serve para enganar os

angolanos e vocês os dirigentes, os mandões do MPLA sacrificar o povo? Isto mostra que estão conectados e a trabalhar com o demónio ou mesmo a produzir um novo demónio, criando regras de poder para governar as mentes e melhor reinar, desestabilizando, amaldiçoando, enganando, para encontrar o cume do poder.

Porém, tenham cuidado porque, todo aquele que violar ou praticar qualquer acto contra os direitos humanos, até as violações mais leves, serão julgados!

## 7.3 Demolições retiram votos ao MPLA

*Jornal Grandes Noticias*

*9 De Junho de 2017*

*Texto: Japer Kanambwa*

Os indivíduos agem, principalmente, durante a noite e vão passando a mensagem de que os cidadãos devem abandonar as suas residências o mais rápido possível, porque as mesmas serão demolidas brevemente, porque encontram-se num perímetro pertencente à Zona Económica Especial (ZEE). Para fazer jus às ameaças, vão descarregando junto das casas dos populares, alguns colectores e manilhas, fazendo crer que obras de grande vulto estarão para começar naquela área.

Os moradores, amedrontados, têm recorrido à administração local, municipal e ao Governo Provincial de Luanda, mas nada lhes tem sido dito. Muitos daqueles cidadãos já vivem ali há mais de 30 anos, eram terras de camponeses, que tiravam o seu sustento e o das suas famílias, das suas lavras.

Com a implementação do projecto Zango, que numa primeira fase serviu para albergar populações que viviam em condições de risco em vários pontos de Luanda, como a Boavista, muitos desses camponeses ficaram sem as suas terras. Alguns, em contrapartida, receberam casas e outros, ficaram eternamente a viver em tendas que, depois de apodreci das, deram lugar à casebres de lata.

Com o passar do tempo, porque era insuportável continuar a viver-se naquela situação miserável, já que as promessas nunca foram cumpridas para favorecer interesses escusos dos dirigentes que se encontravam à frente do projecto, entre outros, foi cedido espaços legalizados pela administração e, cada morador, foi construindo a sua casa consoante as suas possibilidades.

Alguns anos depois, começaram a surgir alegações de que aqueles terrenos foram ocupados ilegalmente



porque eram "reserva fundiária do Estado". De seguida, os terrenos já pertenciam ao perímetro do novo aeroporto de Luanda, em Bom Jesus.

Assim sendo, sem pré-aviso ou qualquer concertação com os moradores, na calada da madrugada, as pessoas ainda dormindo, eram surpreendidos por máquinas demolidoras devidamente escoltadas por elementos da Polícia e das Forças Armadas, fortemente armados, como se estivessem a tomar de assalto um quartel inimigo belicamente defendido. Em minutos, o que eram habitações, passavam a ser escombros, entre os gritos de aflição, choros e consternação dos proprietários.

As acções levadas a cabo em Viana, naquelas áreas dos Zangos, tiveram o seu auge em 2016 e, depois de alegadas mortes de bebés que terão morrido, diz-se que com o crânio esmagado, nos escombros das residências demolidas, dia 6 de Agosto, ocorreu a morte do Rufino, quando o adolescente de 14 anos, foi baleado pelos militares, que temiam a revolta da população que assistiam as suas casas a serem demolidas ilegalmente.

Esta situação, que fez correr rios de tinta a nível nacional e internacional, desvendando o verdadeiro carácter dos governantes angolanos que, sem dó nem piedade, atentam contra a vida do seu próprio povo, ainda não teve desfecho, pois espera-se pelo pronunciamento dos tribunais.

Neste momento, em que se aproximam as eleições gerais, previstas para o dia 23 de Agosto próximo, eis que aquelas pacatas gentes estão novamente na mira do "Kamartelo demolidor e assassino", a mando de quem se julga dono de tudo e de todos neste país. Depois de ter sido "reserva fundiária do Estado": "perímetro do novo aeroporto": agora já é a moribunda ZEE que diz que os terrenos lhe pertencem e os cidadãos, que estão legalizados pela administração, é que são os invasores.

Enquanto o MPLA espera revalidar os resultados dos pleitos anteriores, é bem verdade que, por causa de dirigentes seus e governantes gananciosos e mal - intencionados, autênticos lesa - Pátria, vai perder muitos dos seus eleitores.

Não se está a ver, um cidadão que tudo tem dado em prol do país e do partido que o governa, a ver a sua casa demolida sem razões palpáveis, a sua família ferida e morta, e continuar a nutrir simpatia pelo seu algoz e, ainda por cima, a votar nele.

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos e o sucessor escolhido por si, João Manuel Lourenço, devem tomar medidas drásticas imediatas contra

esses "abutres governantes" que, com as suas acções macabras, estão a manchar todo um processo.

Nesta ordem de ideias, José Eduardo dos Santos pode acabar por sair pela "porta pequena" e bastante manchado e, o seu sucessor, caso o MPLA ganhe as eleições, vai herdar toda essa sujidade que poderá ser muito difícil limpar.

#### Trajectória das demolições

A história das demolições e usurpação de terrenos das populações já data de alguns anos. Primeiro foram as lavras e pequenos aglomerados habitacionais como aldeias. Desde logo, os cidadãos condenaram os actos ilegais praticados pelos governantes angolanos contra os camponeses que consideraram violação à letra da Constituição da República, assim como uma violação aos direitos humanos.

Na altura, os camponeses foram unânimes nas suas declarações e apelaram para a reposição da legalidade das suas terras. A sociedade em geral, também manifestou o seu profundo descontentamento e inconformismo político, pelo facto dos governantes angolanos persistirem no abuso desmedido dos saques e extorsão das terras dos camponeses para satisfazerem os seus interesses pessoais e familiares em detrimento dos angolanos. Os cidadãos afirmam não ser justo um pequeno grupo de governantes usarem o poder para sacrificar a vida de milhares de pessoas, sobretudo deslocados de guerra, antigos combatentes, veteranos da pátria, viúvas e órfãos de guerra, que sobreviviam do fruto que o solo lhes oferecia para o sustento das suas famílias.

Os governantes angolanos continuam a cometer abusos e desrespeito à Constituição da República, assim como violam os direitos humanos de forma cruel e desumana.

Por causa do abuso do poder e da autoridade, arrogância e ambição desmedida dos governantes, pessoas continuam a pagar com as suas próprias vidas em defesa das suas terras e dos seus lares.

Segundo o artigo 14º da Constituição Angolana, "o Estado respeita e protege a propriedade privada das pessoas singulares ou colectivas e a livre iniciativa económica e empresarial exercida nos termos da Constituição e da lei". E assegura o reconhecimento das comunidades locais o acesso e o uso das terras, nos termos da lei, princípio plasmado no artigo 15º, ponto 2, da Constituição da República.

É uma autêntica violação dos direitos humanos o episódio criminoso que os angolanos e a comunidade internacional assistem em Angola. É preciso repor a

legalidade a favor dos que mais sofrem e nada têm. As eleições estão à porta e os políticos já correm atrás do voto do povo. Depois de eleito, a usufruir todas as benesses de deputado, governante ou outro dirigente, o povo já não serve, acaba por ser considerado como lixo. Por isso, os angolanos não devem dar o seu voto por dar, a toa, haja consciência e vote-se como tal.

#### 7.4 MP acusa Rafael Marques e o jornal 'O Crime' por injúrias e ultraje após queixa do PGR

*Jornal Visão*

*23 De Junho de 2017*

Em causa está uma notícia de Novembro de 2016, colocada no portal de investigação jornalística Maka Angola, com o título "Procurador-Geral da República envolvido em corrupção", que denunciava o negócio alegadamente ilícito realizado pelo Procurador João Maria de Sousa, envolvendo um terreno de três hectares em Porto Amboim, província do Cuanza Sul, para construção de condomínio residencial.

"Ao longo do exercício da função de Procurador-Geral da República, o general João Maria Moreira de Sousa tem demonstrado desrespeito pela Constituição, envolvendo-se numa série de negócios", refere a notícia de Rafael Marques, acrescentando que esse comportamento tem contado "com o apadrinhamento do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, que lhe apara o jogo".

"Aqui aplica o princípio informal e cardeal da corrupção institucional em Angola, segundo o qual uma mão lava outra", escreve ainda a acusação do MP, citando a notícia em causa.

Esta notícia deu origem a uma participação criminal contra o jornalista angolano e, refere igualmente a acusação do MP, no decurso das diligências realizadas foi possível apurar junto do departamento do Instituto Geográfico e Cadastral de Angola (IGCA) no Cuanza Sul, que o ofendido, o Procurador-Geral da República, "efectivamente requereu e lhe foi deferido o título de concessão do direito de superfície" do terreno em causa a 25 de Maio de 2011.

Contudo, "passado um ano, por falta de pagamento dos emolumentos, o contrato atrás referido deixou de ter validade, tendo deste modo o ofendido João Maria Moreira de Sousa perdido o título de concessão do direito de superfície a favor do Estado", diz a acusação.

A notícia em causa aludia a uma eventual violação do "princípio da dedicação exclusiva" estabelecido pela Constituição angolana e que impediria que os magistrados judiciais e do MP exerçam outras funções públicas ou privadas, exceto as de docência e de investigação científica de natureza jurídica.

"Como se vê na acusação, não conseguem desmentir que ele não comprou o tal terreno. O que dizem agora é que não pagou os emolumentos e portanto o terreno já não é dele. A notícia continua a ser válida" reagiu, à Lusa, o jornalista Rafael Marques.

A acusação, que visa ainda o director do jornal angolano "O Crime", Mariano Lourenço, que republicou a notícia em causa, refere a "violação" de princípios da "ética e da deontologia profissional", que se traduzem em "responsabilidade civil, disciplinar e/ou criminal":

"Levaram estes meses todos para apresentar este argumento, mas isso não altera absolutamente nada. O problema não é se ele continuava com o terreno ou não, o problema é que adquiriu o terreno de forma ilegal", acrescentou Rafael Marques.

São ambos visados num crime de injúrias contra a autoridade pública, ao abrigo do Código Penal, e outro de Ultraje ao órgão de soberania, pelas observações na mesma notícia ao Presidente da República, este previsto na Lei dos crimes contra a Segurança do Estado.

"Eu escrevi que o Presidente protege os corruptos. Não só reitero, como reafirmo que o Presidente é o padrinho da corrupção em Angola", acusou ainda Rafael Marques.

#### 7.5 PGR acusa Rafael Marques de crimes de injúrias e ultraje a órgão de soberania

*Jornal Manchete*

*23 De Junho de 2017*

*Texto: Lusa*

Em causa está uma notícia de Novembro de 2016, colocada no portal de investigação jornalística Maka Angola, com o título "Procurador-Geral da República envolvido em corrupção", que denunciava o negócio alegadamente ilícito realizado pelo Procurador João Maria de Sousa, envolvendo um terreno de três hectares em Porto Amboim, província do Cuanza Sul, para construção de condomínio residencial.

"Ao longo do exercício da função de Procurador-Geral da República, o general João Maria Moreira de

Sousa tem demonstrado desrespeito pela Constituição, envolvendo-se numa série de negócios", refere a notícia de Rafael Marques, acrescentando que esse comportamento tem contado "com o apadrinhamento do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, que lhe apara o jogo".

"Aqui aplica o princípio informal e cardeal da corrupção institucional em Angola, segundo o qual uma mão lava outra", escreve ainda a acusação do MP, citando a notícia em causa.

Esta notícia deu origem a uma participação criminal contra o jornalista angolano e, refere igualmente a acusação do MP, no decurso das diligências realizadas foi possível apurar junto do departamento do Instituto Geográfico e Cadastral de Angola (IGCA) no Cuanza Sul, que o ofendido, o Procurador-Geral da República, efectivamente requereu e lhe foi deferido o título de concessão do direito de superfície" do terreno em causa a 25 de Maio de 2011.

Contudo, "passado um ano, por falta de pagamento dos emolumentos, o contrato atrás referido deixou de ter validade, tendo deste modo o ofendido João Maria Moreira de Sousa perdido o título de concessão do direito de superfície a favor do Estado", diz a acusação.

A notícia em causa aludia a uma eventual violação do "princípio da dedicação exclusiva" estabelecido pela Constituição angolana e que impediria que os magistrados judiciais e do MP exerçam outras funções públicas ou privadas, exceto as de docência e de investigação científica de natureza jurídica.

"Como se vê na acusação, não conseguem desmentir que ele não comprou o tal terreno. O que dizem agora é que não pagou os emolumentos e portanto o terreno já não é dele. A notícia continua a ser válida", reagiu o jornalista Rafael Marques.

A acusação, que visa ainda o director do jornal angolano "O Crime", Mariano Lourenço, que republicou a notícia em causa, refere a "violação" de princípios da "ética e da deontologia profissional", que se traduzem em "responsabilidade civil, disciplinar e/ou criminal".

"Levaram estes meses todos para apresentar este argumento, mas isso não altera absolutamente nada. O problema não é se ele continuava com o terreno ou não, o problema é que adquiriu o terreno de forma ilegal", acrescentou Rafael Marques.

São ambos visados num crime de injúrias contra a autoridade pública, ao abrigo do Código Penal, e outro de Ultraje ao órgão de soberania, pelas observações na mesma notícia ao Presidente da

República, este previsto na Lei dos crimes contra a Segurança do Estado.

"Eu escrevi que o Presidente protege os corruptos. Não só reitero, como reafirmo que o Presidente é o padrinho da corrupção em Angola", acusou ainda Rafael Marques.

## 7.6 "Tarde ou cedo, são eles que acabarão na cadeia"

*Jornal Manchete*

*23 De Junho de 2017*

*Texto: DW Africa*

O jornalista angolano Rafael Marques conta em entrevista à DW África que recebeu esta terça-feira (20.06) uma acusação formal de crime contra a segurança do Estado por alegadas injúrias ao Presidente da República e ao Procurador-Geral da República. Em causa está um artigo publicado no portal Maka Angola, em Outubro, onde Marques denunciava negócios privados do Procurador João Maria de Sousa, em desrespeito da Constituição, com o consentimento do chefe de Estado, José Eduardo dos Santos.

Marques foi ouvido em Dezembro a propósito deste caso no Serviço de Investigação Criminal, em Luanda.

Mas, de lá para cá, a acusação terá mudado. A DW África tentou entrar em contacto com o Gabinete do Procurador João Maria de Sousa, sem sucesso.

DW África: Em que consta esta nova acusação?

Rafael Marques (RM): Ontem [20.06] recebi a acusação do Ministério Público segundo a qual cometi crime contra a segurança do Estado por supostas injúrias ao Presidente da República e ao Procurador-Geral da República. Isso tem a ver com um artigo publicado em Novembro de 2016 que denunciava uma compra de terreno pelo Procurador, enquanto exercia essas funções, para a construção de um condomínio residencial, embora o tenha comprado como terreno rural e pago por um preço rural. Referi ainda que, ao longo das suas funções, o Procurador tem-se envolvido numa série de negócios, inclusive como sócio-gerente, mas nada acontece porque é apadrinhado pelo Presidente, que lhe ampara o jogo, pois é o Presidente quem o nomeia e demite, e o chefe de Estado sempre ignorou as falcatruas do Procurador-Geral da República.

DW África: Na altura em que publicou o artigo, obteve uma reacção do Procurador?

RM: Enviei uma série de questões ao Procurador-Geral da República, tenho um documento assinado pela Procuradoria em como as recebeu, mas o Procurador nunca respondeu às perguntas que enviei.

DW África: Em que difere esta acusação que recebeu agora formalmente de uma outra, feita em Dezembro pelo Procurador, sobre este caso?

RM: Quando eu fui interrogado em Dezembro, o que vi lá era uma queixa por difamação. Nessa altura, a alusão era de que o Procurador não tinha terreno. Agora, já teria terreno mas não pagou os emolumentos. Isto é uma pouca-vergonha. Isto, vindo de um Procurador... não tenho palavras para descrever o estado da Justiça.

DW África: Ou seja, a acusação mudou nestes meses?

RM: Sim. [Em Dezembro] não respondi por acusação nenhuma de crimes contra a segurança do Estado. Agora, sou acusado disso por causa de um terreno. De facto, a criatividade destes indivíduos para a 'bandidagem' ultrapassa qualquer marca de bom senso.

DW África: Este caso vai agora para tribunal?

RM: Eu já fui notificado pelo tribunal, o que é também caricato. Quem me veio trazer a notificação foi o Tribunal Provincial de Luanda.

DW África: Já sabe quando será o julgamento ou quando será ouvido em tribunal?

RM: Estou à espera da marcação da data, e espero que o [Presidente] José Eduardo [dos Santos] também apareça lá para justificar como o injurei - e eu digo que ele é o padrinho da corrupção em Angola. Estão aí tantas provas que apresentei à Procuradoria-Geral da República e o que é que o Procurador-Geral faz? Engaveta-as todas.

DW África: Acha que esta acusação poderá ter alguma coisa a ver com uma decisão deste mês da Justiça portuguesa, que deu "luz verde" para investigar o crime de branqueamento de capitais, a propósito do caso "Tchizé" dos Santos, e depois de uma denúncia sua?

RM: Obviamente, esses indivíduos sonham, todos os dias, com uma estratégia qualquer ou conspiram uma forma de me silenciar. E aproveitam qualquer oportunidade que tenham para o fazer, e estão no seu direito: São bandidos, têm mesmo de agir assim. Mas eu também, como cidadão que defende a integridade e honestidade neste país, também tenho o direito de, todos os dias, descobrir as falcaturas, os saques que cometem, e denunciá-los. Agora, venham com

tribunais, com armas, com o que quiserem - de uma coisa podem ter a certeza: Tarde ou cedo, são eles que vão acabar na cadeia.

## 7.7 Cabinda melhora gestão de terrenos urbanizados

*Jornal de Angola*

*25 De Junho de 2017*

*Texto: Leonor Mabiala*

A gestão de todos os terrenos infra-estruturados para comercialização à população interessada a construir moradias e/ou qualquer imóvel em Cabinda passa agora a ser da responsabilidade da Empresa de Gestão de Terrenos Infra-estruturados do Estado (EGTI).

A informação foi tomada pública na sexta-feira, na cidade de Cabinda, pelo presidente do Conselho de Administração da EGTI, Rodrigo dos Santos, no final de uma audiência com a governadora da província de Cabinda, Aldina da Lomba, depois da apresentação do objecto social da empresa e do seu projecto de gestão de terrenos, em todo o território nacional.

Rodrigo dos Santos afirmou que principal objectivo da empresa é fazer a gestão de todos os espaços (terrenos), que forem entregues pelo Estado para fins habitacionais, devidamente urbanizados, com a implantação de todas as infra-estruturas técnicas.

O secretário provincial do Ordenamento de Território, Urbanismo e Ambiente, Paulo Luvambano, considerou o projecto de gestão de terrenos, que passa a ser agora da responsabilidade da EGTI, de extrema importância, já que vai permitir uma melhor urbanização das futuras zonas habitacionais, pressuposto que considera fundamental para um desenvolvimento urbanístico sustentável, quer do município sede de Cabinda, quer da província de um modo em geral.

Projectos em curso

Segundo Paulo Luvambano, com surgimento da EGTI, os projectos enquadrados no Plano de Desenvolvimento da província de Cabinda (PDC), conhecerão rapidamente a sua implementação, visando o bem-estar dos seus habitantes.

Entre os projectos em curso na cidade de Cabinda, o secretário provincial do Ordenamento de Território, Urbanismo e Ambiente destacou as infra-estruturas integradas da cidade de Cabinda, a construção da nova sede política e administrativa da província, o comando da Polícia Nacional e das vias de acesso.



"AEGTI, de acordo com o seu estatuto, está creditada em promover loteamentos, infra-estruturação, construção e venda de terrenos", disse Paulo Luvambano, acrescentando que, no quadro das suas acções, vai ajudar o governo da província a desenvolver a região. Refira-se que a gestão de terrenos urbanizados em Cabinda era feita pela "PROFIURB", uma empresa privada que procedia à venda de terrenos com preços exorbitantes, situação muito reclamada pela população.

## 7.8 Indemnizações e realojamentos travam projectos

*Jornal de Angola*  
26 De Junho de 2017

A crise financeira que abala o País obrigou a paralisação de obras em Luanda. Porém, de acordo com o Governador Provincial, estão a ser viabilizados os recursos para garantir a conclusão das mesmas.

Há, todavia, outros males.

"Um dos grandes problemas é o realojamento.

Há muitas indemnizações a fazer; bastante gente para realojar".

Ainda assim, Higino Carneiro não desarma: estas obras têm mesmo de ser concluídas.

Algumas delas fazem parte dos grandes eixos e servirão de suporte para o volume de tráfego a ser canalizado para o novo Aeroporto.

## 7.9 Moradores de Talatona acusam coordenador de ter vendido a sede da comissão

*Jornal O PAÍS*  
26 De Junho de 2017  
Texto: Alberto Bambi

Os membros da comissão de gestão a coordenação de oradores do bairro Talatona, município com o mesmo nome, em Luanda, acusam Jacinto Manuel "Ginga", então coordenador, de ter vendido a estrutura onde funcionava a comissão e, em substituição, ter arranjado outra, na zona.

"No primeiro trimestre deste ano, começamos a ouvir rumores dos vizinhos, alegando que a mesma Infra-estrutura, que fica aqui na rua do SIAC, estava vendida, então, para não ficarmos pelas especulações, convocamos o senhor Ginga a fim de explicar, ao

certo, o que se estava a passar", contou Bernardo Menezes, tendo revelado que o antigo coordenador afirmou categoricamente que havia vendido o espaço a 1S milhões de Kwanzas, sendo que havia adquirido já outro imóvel, no meio do bairro, a quatro milhões, onde o mesmo propunha que viesse a funcionar a nova direcção. Perante tal revelação que, segundo o membro da comissão de gestão entrevistado, foi feita na presença do administrador adjunto do Distrito Urbano do Talatona, Ivandro Lopes, a equipa vocacionada para a defesa dos interesses do bairro decidiu levar a informação ao conhecimento das administrações distrital e municipal e ao Comando da Polícia local, não tendo, até à data desta reportagem, obtido qualquer reacção destas entidades.

Aliás, na semana passada, alguns membros deste pelouro foram notificados pela Direcção Municipal de Investigação Criminal do Talatona, sem terem sido informados concretamente se haveriam de responder sobre a queixa apresentada por si ou sobre outro assunto.

Relativamente à venda da sede da comissão de moradores, Junqueira Dala Huló acrescentou que a cobiça pelo espaço vinha de há muito tempo, já que em 2009 houve tentativa por parte da antiga proprietária do terreno que, depois de ser desalojada e devidamente indemnizada pelo Estado ainda veio reclamar pela parcela, um assunto que se conseguiu ultrapassar, graças à pronta intervenção da polícia local.

Ainda no princípio deste ano, os moradores registaram que o mastro e a bandeira da estrutura onde funciona a coordenação do bairro estavam a ser retiradas por elementos estranhos, o que os levou a avisar os membros da comissão, que ligaram tal ocorrência a propaladas informações sobre uma casa, no interior do bairro, que estava a ser pintada com a mesma cor e com a designação escrita, Comissão de Moradores do Bairro Talatona, soube O PAÍS de seus interlocutores.

"Quando foi comprado o espaço ao lado da comissão, também já se registou a ocupação de parte do terreno da comissão, que depois viemos a saber, foi mesmo vendido pela liderança do coordenador Ginga, que, mais tarde tentou alegar que o terreno pertencia à sua suposta irmã", relatou Junqueira, tendo assegurado que não lhe espantou o desfecho que o então coordenador deu ao imóvel.

Questionados sobre a razão por que não tomaram providências se adivinhavam um desfecho em desfavor da causa pública, os membros da comissão alegaram que respeitaram a autoridade por algum tempo, mas quando viram a situação a chegar aos

extremos, reagiram de forma repreensiva, ao ponto de terem recebido as chaves da comissão de moradores ao coordenador Ginga e, conseqüentemente terem trocado a fechadura do imóvel.

## 7.10 Os desafios de Luanda são fáceis de identificar

*Jornal de Angola*

*26 De Junho de 2017*

*Texto: Caetano Júnior*

O Governador da Província de Luanda, Hígino Lopes Carneiro, completou, este mês de Junho, um ano e cinco meses no cargo, para o qual foi nomeado em Janeiro de 2016. É, como o assume, mais um desafio, entre muitos que enfrentou, enquanto militar ou político. Também se vê como um "cumpridor de missões", embora reconheça não ser fácil gerir a capital. Em entrevista ao Jornal Metropolitano Luanda, o governante responde, de frente e sem evasivas, a questões que vão dos critérios para a distribuição orçamental à falta de escolas e hospitais, de energia e água, de iluminação pública e até de espaços verdes. Também aponta causas para a paralisação de obras e de outros projectos, ao mesmo tempo que reconhece não terem feito tudo a que se propuseram, ele e sua equipa. No discurso, Hígino Lopes Carneiro revela sensibilidade para com as reclamações dos luandenses, as quais considera legítimas, e garante que tudo está a ser feito para reduzir os constrangimentos nos diferentes domínios. E se alguém pensou que lhe condicionaria a acção, o facto de ser, ao mesmo tempo, o mais alto responsável do MPLA em Luanda, pode desenganar-se: "É uma questão de conciliação".

Pergunta - Costuma dizer-se que Luanda é um desafio perante o qual muitos governadores claudicaram. Alguma vez ocorreu-lhe que podia fracassar, quando aceitou a empreitada? O que o terá impellido a abraçar a missão? O que pensou, logo à partida?

Resposta - Na verdade, nunca me neguei a enfrentar desafios. Luanda foi mais um dos muitos que, ao longo da minha vida militar e política, enfrentei. Reconheço, sem vaidade alguma, ser um cumpridor de missões. O Senhor Presidente da República convidou-me a assumir mais este cargo, em Dezembro de 2015, e, em Janeiro de 2016, estava a ser nomeado e a cumprir, com zelo e dedicação, as funções para as quais havia sido nomeado. É um cargo difícil de desempenhar. Luanda é a capital do nosso país; é, por excelência, o território mais povoado de Angola, apesar da sua pequenez

territorial. Compreendendo os desafios que se me colocavam, tratei de avaliar a situação, definir prioridades e constituir uma equipa que estivesse à altura dos desafios. Foi o que fiz e, como não podia deixar de ser, obtive o conforto que esperava do Senhor Presidente José Eduardo dos Santos.

P - Um ano e cinco meses depois de ser investido e de tomar contacto com a realidade de Luanda (afinal, é um homem de jornadas de campo), o que tem a dizer, em jeito de balanço?

R - O balanço é positivo. Não teremos, como poderéis compreender, feito tudo o que nos propusemos realizar. Confesso que não tem sido fácil. Mas estão aí os cidadãos para julgar e avaliar o nosso trabalho. Trabalhamos em equipa e assim continuaremos, se for o desejo do Titular do Poder Executivo.

P - Senhor Governador, da fatia do orçamento para Luanda, o que cabe a cada município e de que critério depende a distribuição desse valor?

R - O Orçamento da Província de Luanda é público. E consta do OGE-2017, aprovado pela Assembleia Nacional para o ano corrente. Nele, constam as despesas de funcionamento, de pessoal e as de investimento público.

Contudo, é importante destacar que o orçamento das Administrações Municipais é independente do Governo Provincial de Luanda. De igual modo, já acontece com os orçamentos das Administrações dos Distritos Urbanos. Os valores não são por aí além, mas são, na realidade, os possíveis.

Os critérios de atribuição orçamental dependem de diferentes factores: grandeza da circunscrição, população, desenvolvimento urbanístico, projectos aprovados e as receitas prováveis com que os próprios Municípios ou Distritos Urbanos contribuem para o Orçamento Geral do Estado. Hoje, com o acordo feito entre o GPL e o Ministério das Finanças, relativamente à retenção na fonte da receita comunitária, os Municípios e os Distritos Urbanos terão mais recursos fiscalizáveis e passarão, seguramente, a responder melhor pelas suas obrigações. Quando for resolvida a atribuição da receita consignada, melhor será ainda para as Administrações e para o próprio Governo Provincial.

P- Da cabimentação destinada à província, até que percentagem dos projectos é possível realizar?

R - O orçamento aprovado para a Província corresponde aos valores dos projectos inscritos para o ano de 2017. Teremos sempre presente o percentual de depreciação do kwanza. Ora, tendo em

conta que o orçamento é uma previsão, as dotações estarão sempre dependentes das disponibilidades do tesouro. A avaliação a fazer só poderá ter lugar no final do exercício económico.

P - Pode avançar-nos os principais projectos ou os projectos estruturantes de Luanda; dizer-nos em quanto tempo seriam consumados e quanto custariam?

R- Em Luanda, há inúmeros projectos em curso, de responsabilidade sectorial ou nacional, provincial e das próprias administrações. Os estruturantes são de nível nacional. Os seus custos e a própria complexidade dos mesmos transcendem, em muitos casos, as capacidades da Província. Os custos destes projectos são elevados e a competência da sua aprovação é do Titular do Poder Executivo. Dou alguns exemplos: o novo Aeroporto, as novas centralidades, a requalificação do Sambizanga e do Cazenga, as vias estruturantes do Cazenga, a Via Expressa Fidel Castro ou ainda a estrada Luanda - novo Aeroporto. Todos estes projectos têm custos elevados e levarão tempo a concluí-los. Os seus custos podem ser encontrados no OGE- 2017. Mas era preciso iniciá-los. Nos de nível local, os valores aprovados não são superiores a 32 mil milhões de Kwanzas. Os projectos inscritos para este ano devem ser concluídos durante o exercício económico, se não houver dificuldades de tesouraria.

Mas é importante destacar que tudo está a ser feito para resolver os problemas de saneamento básico, assegurar e melhorar a mobilidade urbana, possibilitar que os cidadãos desprovidos de habitação a obtenham, que haja oferta de emprego, que se promova o desenvolvimento urbanístico das cidades de Luanda, através da sua requalificação, para que estas se modernizem e se tornem referências positivas no nosso País.

P - Senhor Governador, quais são, na sua perspectiva, os principais problemas da província e que estratégia deve ser seguida para resolvê-los?

R - Os principais desafios para a Província são fáceis de identificar, mas superáveis a curto, médio e longo prazos. Os que à vista de toda a gente se destacam são: o abastecimento domiciliário da água potável, a energia eléctrica, o saneamento básico e as infra-estruturas rodoviárias, a mobilidade urbana e o combate à criminalidade. Muito se está a fazer nestes domínios. Os recursos disponíveis não resolvem tudo de uma vez. Os programas devem obedecer às disponibilidades. A estratégia está aprovada. Consta do PDN- Angola 2025, desdobrado em PDN -2013-2017, bem como no próprio PDP Luanda e também no Plano Director Geral Metropolitano de Luanda. Agora só temos de implementar.

P- Por onde passa o projecto para melhorar as condições de habitabilidade nos lugares mais inóspitos da província?

R- As condições de habitabilidade nos locais mais inóspitos da Província só serão superados, em primeiro lugar, com a construção das vias rodoviárias. É condição "sine qua non" para tudo.

P - Os luandenses queixam-se de inúmeros problemas. Da falta de água e luz ao deficiente saneamento básico. Haverá um horizonte temporal para o fim - ou eventual redução - de constrangimentos como estes?

R - As queixas são legítimas Mas tudo está a ser feito para reduzir as deficiências nestes domínios. Presentemente, está em execução o grande projecto de 700.000 ligações domiciliárias de água potável e de mais de 400.000, ligações domiciliárias de energia eléctrica. Tudo isto leva tempo e custa muito dinheiro. Dinheiro esse que o Tesouro Nacional disponibiliza em função da receita obtida. Luanda, por exemplo, necessita hoje mais de 1.3 Mgwts de energia. A oferta até agora rondará os 850 Mgwts. Estamos todos a acompanhar os esforços que foram e estão a ser realizados, com o aumento das capacidades energéticas da Barragem de Cambambe, da construção do Ciclo Combinado do Soyo e da construção da Barragem de Laúca. Tudo isso a funcionar resolverá as necessidades energéticas da Província. O passo posterior, e que já vem sendo dado, é o da electrificação e da ligação domiciliária. Por isso, é uma questão de tempo. Este ano ainda teremos mais energia e mais água potável.

P - Por exemplo, a questão das paragens fixas para táxis (Candongueiros) é outro problema. Estão a ser criadas algumas, fora do centro da cidade. Mas os taxistas querem-nas também na zona urbana. O que tem a dizer sobre o assunto? Afinal, é uma das razões para a ameaça de paralisação feita há meses, como forma de pressão?

R - Realmente, as reivindicações dos taxistas têm sentido. Começou-se a tratar das paragens na periferia, porquanto, no casco principal urbano, deviam circular os autocarros, cujas paragens existem. Com a escassez de autocarros, os táxis vêem-se obrigados a vir para os centros urbanos e nestas urbanizações não existem paragens para tantos táxis. Os táxis devem funcionar nas áreas a si atribuídas. O que não acontece. Ainda assim, o Governo Provincial, através do seu Gabinete Provincial de Transportes, Tráfego e Mobilidade Urbana, e o Comando da Polícia Nacional estão já a tratar de implementar a construção de novas paragens, para aliviar a pressão que existe e evitar ao máximo que

haja desconforto entre os operadores de táxis e os próprios passageiros.

P- A falta de transportes públicos é outro contratempo... Que iniciativas existem para a revitalização deste elemento do sector?

R - É um facto. Os que existem são manifestamente insuficientes. Para além da TCUL, que é estatal, existem mais cinco outras, que auxiliam Luanda. Luanda, como Província, cresceu demograficamente e, por este facto, o que hoje é colocado, como oferta, não responde à demanda. Auxiliam e até quase cumprem a missão fundamental os táxis azulinhos e axadrezados. Estão hoje licenciados mais de seis mil táxis, mas, na verdade, circula, seguramente, o triplo deste número. Fazem um trabalho extraordinário. Um trabalho de merecido reconhecimento. Precisamos, sim, de ordená-los, de modo a que não existam atropelos aos parâmetros e critérios de funcionamento estabelecidos. Ainda assim, é importante adiantar que estarão a chegar ao país mais autocarros. Precisamos de concluir o estudo, para ver se ainda é possível criarem-se linhas dedica das ao transporte público, de maneira a viabilizar a sua circulação, evitando os engarrafamentos e assegurando, a quem os utilize, a chegada rápida ao local de trabalho ou a casa.

P - Senhor Governador, escolas e hospitais continuam distantes de muitos cidadãos. Há zonas que sobrevivem com escolas e hospitais privados, sem as mínimas condições. Mortes e ensino deficiente são algumas das consequências. Que projectos tem o Governo da Província para contornar o problema?

R - É verdade o que pergunta. Contudo, devo dizer-lhe que a província conta, presentemente, com 869 Escolas Públicas, 1.250 Escolas participadas e 960 colégios privados. As Escolas públicas albergam 2.000.000 de alunos e as privadas 750.000 alunos. A província de Luanda possui 171 unidades hospitalares de diferentes níveis. As maiores carências, principalmente no domínio da saúde e da assistência médica e medicamentosa, estão mesmo no meio rural e nas áreas peri-urbanas. A área urbana está melhor coberta. Mas também vale a pena dizer que deve ser hoje a menos populosa. Temos, na actualidade, muitas escolas em construção e até hospitais e centros de saúde. Tão logo estes estejam concluídos e apetrechados, pô-les-emos à disposição dos cidadãos. Luanda, como cidade antiga, é onde se concentra o maior volume de equipamentos sociais da saúde. Daí que, quando surgem epidemias, observamos uma grande pressão sobre os hospitais. Os níveis primário e secundária são ainda insuficientes e o resultado foi o que se viveu no começo do ano de 2016. Esta

situação está já a mudar. Queremos mais estruturas de saúde e mais escolas. O OGE/2017 contempla recursos para continuar a construção das mesmas, sendo certo que pretendemos, até 2019, acabar com a existência de crianças fora do sistema de ensino por falta de escolas e aumentar, substancialmente, o atendimento médico e medicamentoso nas áreas mais deficientes.

P - O sector privado tem se revelado de grande ajuda... ?

R - O sector privado tem, de facto, prestado um grande serviço no domínio da Educação, incluindo as igrejas, que têm até, em alguns casos, colocado os seus templos ao serviço do ensino/educação.

P- Muitas obras foram interrompidas, devido à crise financeira. Algumas delas são, por exemplo, a 5ª, 6ª e 7ª Avenidas (Cazenga) ou a Ngola Kiluanje, fundamentais para a mobilidade nas respectivas áreas. Há perspectivas para a retoma dos trabalhos, pelo menos para breve?

R - Quanto a estas obras, por serem projectos estruturantes, são da responsabilidade do Ministério da Construção. Estão a ser viabilizados os recursos para garantir a sua conclusão. Um dos grandes problemas é o realojamento. Há muitas indemnizações a fazer, bastante gente para realojar. Tudo isso representa custos. Eles têm de existir para que as obras tenham, de facto, a sua conclusão. O mais importante a afirmar aqui é que estas obras têm mesmo de ser concluídas, porque fazem parte dos grandes eixos recomendados pelo PDGML e servirão de suporte para o volume de tráfego que será canalizado para o novo Aeroporto Internacional e vice-versa.

P- A ideia do trânsito irreversível na Deolinda Rodrigues mantém-se? Até que ponto vai tornar a circulação fluida na zona, uma vez que depende da funcionalidade das estradas secundárias e terciárias?

R - Esta ideia não foi abandonada. Há trabalhos que estão a ser feitos, para acomodar o trânsito, que será desviado em determinado período. Talvez não haja a necessidade de se definirem troços muito extensos. Ordenei que se fizessem experiências, em troços mais pequenos e naqueles pontos cujo estrangulamento seja mais acentuado. Nas avenidas, 21 de Janeiro e na Samba. Há pontos críticos que podem ser cuidados desde já. Apenas está ser organizada a logística para se poder promover a experiência desejada.

P - Luanda regista muitas mortes nas estradas, sendo uma das causas a fraca iluminação e sinalização e outra a existência de buracos. De que depende a



colocação de postos de iluminação e de iluminação nas zonas onde já existem postes e a reparação e limpeza das estradas? A via expresso, por exemplo, já esteve bem iluminada...

R - A iluminação pública constitui uma das principais preocupações do GPL. O "tapa buracos" é outro dos muitos casos. Há obras em curso na cidade. Ruas ficarão iluminadas com passeios e drenagem das águas pluviais. Já foram feitas mais 100 intervenções nas ruas e esse processo continua. Não vai parar, até que as intervenções passem a ser rotineiras. Um dos grandes problemas para a sua conclusão é o realojamento. Como já disse, há muitas indemnizações a fazer, bastante gente para realojar. O mais importante é que estas obras têm mesmo de ser concluídas. A via Fidel de Castro esteve, de facto, bem iluminada. Mas os meliantes, ladrões de cabos, fizeram com que hoje estejamos a viver esta falta de iluminação. Está a ser reposta. Estaremos mais vigilantes para evitar que se danifique o que com muito sacrifício se construiu e se colocou ao serviço dos cidadãos.

P - O deficiente serviço de recolha do lixo é outro problema, como o pudemos provar há alguns meses. Nesta altura, há bairros que não beneficiam deste serviço. Por outro lado, parece haver também carência de varredores. Que comentários pode fazer?

R - A recolha do lixo ainda é deficiente, mas o quadro de limpeza não é igual ao período que se viveu, quando o sistema antes implantado colapsou. O novo sistema é novo mesmo. Está a ser implantado de modo sustentado e gradual, de modo a que este seja mesmo abrangente. À medida que a situação do país se vai normalizando, novos serviços também deverão ser postos à disposição dos munícipes. A taxa do lixo é um destes casos. Pretendemos que haja participação de quem promove o surgimento do lixo. Até agora, o Governo vai assumindo, mas é chegado o momento dos munícipes contribuírem também. O processo começou e há já alguma contribuição. Não é ainda a esperada, mas haveremos de lá chegar.

P - Há fontes de arrecadação de receitas que o Governo nunca reclamou. De repente, o cidadão vê-se confrontado com o pagamento de taxas, como a do lixo. Por quê só agora?

R - O quadro económico e financeiro do país é outro. Se, até aqui, o Governo tudo quase assumiu, é chegada a hora de colocarmos ponto final.

P - Com o pagamento da taxa sobre a recolha do lixo, em quanto tempo o cidadão verá melhorado este serviço e terá a cidade livre dos amontoados?

R - Essa melhoria já é observada. Há muitas deficiências que resultam da falta de equipamentos para a recolha, varredura, lavagem e para depósito dos próprios resíduos. O país ainda não os possui e devem ser adquiridos no exterior, processo que está em curso. Até pneus não existem em quantidade para as viaturas. É preciso importar. Todo o lixo passivo já foi recolhido. Existem alguns aglomerados, mas que também estão a merecer tratamento pelas concessionárias.

P - Escasseiam zonas verdes. Mesmo na Marginal, a fatura verde que existia está a desaparecer, sem falar da zona verde do Alvalade, um projecto que, ao que parece, estagnou...

R - É verdade. Há muita falta de zonas verdes na Província. Mesmo as que existiam enfrentam dificuldades. Precisamos de muito mais zonas verdes, mas também precisamos de água para o efeito. Se não oferecemos água potável suficiente para os cidadãos, precisamos de ter presente como transportar a água bruta para os jardins. Desde Fevereiro, a Marginal passou a estar sob controlo do GPL. Estamos a trabalhar afincadamente para reverter o quadro e mantê-la como o cartão-de-visita da cidade capital - Luanda.

A zona verde do Alvalade está a ser intervencionada. É provável que a primeira área possa abrir ao público em breve. Mas é uma preocupação que está a ser acompanhada directamente pela Comissão Administrativa da Cidade de Luanda.

P - A situação da segurança parece ter melhorado, sobretudo nas áreas urbanas. Para quando um mais insistente relacionamento de proximidade entre a polícia e o cidadão?

R - É bom ouvir de vocês esta apreciação do desempenho da Polícia. Eles fazem o seu melhor. A sua função é mesmo a de garantir protecção e segurança às pessoas e aos seus bens. Estão realmente a desdobrar melhor os seus efectivos, de maneira a que possam estar mais próximos e presentes nas comunidades. Para além disto implicar efectivos, é preciso que haja o mínimo de infra-estruturas para acomodar as forças policiais. É preciso que haja também recursos para este fim. Há postos policiais em construção. À medida que eles forem sendo concluídos, teremos presença policial nestes locais, sem dúvida alguma. Assim, os cidadãos poderão facilmente recorrer à Polícia, quando dela necessitarem.

P - Senhor Governador, há prestadores de serviços que reclamam de facturas atrasadas, de gestões anteriores. Para quando a solução destes casos?

R - É verdade o que coloca. Mas o Ministério das Finanças tornou público que vai cuidar destes atrasados. Tudo o que sejam dívidas e que resultem de serviços prestados e que estavam cabimentados, o Ministério das Finanças apreciará e tomará decisões em conformidade.

## 7.11 Administração municipal desapropria lotes de terreno

*Jornal de Angola*

*14 De Junho de 2017*

Mais de 400 lotes de terreno para a auto-construção dirigi da na localidade do Quirima do Meio, município de Cazombo, a 18 quilómetros de Ndalatando, província do Cuanza Norte, serão desapropriados, ainda este ano, por abandono dos respectivos titulares, anunciou ontem o administrador-adjunto do município do Cazengo.

Adão António Malungo disse que os terrenos foram distribuídos em 2011, mas até ao momento os beneficiários não mostraram interesse em construir. Recordou que as parcelas foram preparadas num espaço de 50 hectares para a construção de residências, das quais apenas um cidadão edificou a sua casa, estado as demais zonas loteadas cobertas de capim, situação que está a criar embaraços ao processo de construção ordenada da região.

"Por esta razão, os actuais beneficiários vão perder os espaços, para que os terrenos sejam entregues a pessoas com vontade de construir", referiu, para acrescentar que as zonas loteadas constam do plano de expansão da cidade de Ndalatando, dada a inexistência de espaços para a construção no casco urbano. Todos os que receberam os lotes tinham aceitado as pré-condições.

"A cidade está rodeada de construções anárquicas que não dignificam nada a própria urbe e a orientação é que às áreas concebidas para a expansão da cidade, seja dado o devido aproveitamento", sublinhou.

### Jovens empreendedores

A administradora municipal de Quiculungo, província do Cuanza Norte, aconselhou no domingo, na localidade de Quisseque, os jovens a apostarem no empreendedorismo para a criação do seu próprio negócio e melhorarem o seu rendimento.

Ana Paula de Almeida fez tal pronunciamento durante um encontro que manteve com a população da referida aldeia e com jovens do Clube Desportivo Serra da Comba, vencedor da edição 2017 da fase provincial da Taça de Angola, enquadrado nas visitas

de constatação às distintas localidades da circunscrição.

Disse ser importante que a juventude aposte no empreendedorismo, dada a incapacidade do Governo em garantir emprego a todos os cidadãos.

A administradora municipal acrescentou que em nenhuma parte do mundo é possível tal acontecer, porém, o Governo angolano está preocupado com o índice de desemprego no seio da juventude, tendo orientado a obrigatoriedade dos madeireiros, que exploram na região, no sentido de instalarem serrações na municipalidade para empregar os jovens locais.

Ana Paula de Almeida aconselhou ainda os jovens do município a aproveitarem as oportunidades formativas disponíveis nas instituições de formação profissional existentes no município, visando a sua preparação para o mercado de trabalho.

A responsável lembrou que o município ganhou neste ano um Centro de Formação Profissional Feminino que, conjuntamente, com o pavilhão de artes e ofícios ministram cursos de corte e costura, culinária, pastelaria, agricultura, serralharia, electricidade de baixa tensão, informática, alvenaria e carpintaria, que podem servir de grande valia na preparação da juventude.

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS

### 8.1 Vala de drenagem a céu-aberto preocupa moradores

*Jornal Liberdade*

*30 De Junho de 2017*

*Texto: António João*

António Malalanza, de 47 anos de idade, munícipe do bairro Palanca, mostrou-se preocupado com o estado da vala, afirmando que a mesma tem sido fonte de doenças e periga muito a vida dos moradores que vivem perto da mesma.

"É fácil perceber que esta vala tem sido uma fonte de doenças, o pior é que muitas crianças tomam banho neste local: lamentou, acrescentando que "estamos no tempo seco e doenças como malária, paludismo e outras, reduzem substancialmente, mas esta vala é na verdade uma fonte perigosa de doenças e os órgãos competentes nada fazem, imagine em tempo de chuva?", interrogou.

Helena dos Santos, moradora do Anangola, também lamenta o estado da vala e a munícipe atesta que já teve os filhos doentes por causa das picadas dos mosquitos que, segundo ela, são provenientes da referida vala.

"Só devo lamentar e nada mais. Esta vala transmite-nos várias doenças e as autoridades nada fazem apesar das queixas. Só sabem começar as obras e nada de terminá-las": exclamou indignada. "As coisas erradas não são mostradas na televisão, nem são motivo de debates. As moscas e mosquito que saem desta vala pousam na comida dos moradores e picam às pessoas por culpa do governo que só sabem enganar a população. Começam uma obra e não terminam e isso já está a aborrecer muito", reiterou.

A mesma confirma ter ido várias vezes à administração do Kilamba Kiaxi para reclamar do saneamento básico mas, das vezes que teve a oportunidade de estar na administração, não foi bem recebida e quase que não foi ouvida.

Ariete de Assis, moradora do bairro Golf 1, diz que a referida vala tem provocado muitas mortes. A munícipe diz ter presenciado cenas inacreditáveis na vala porque, além das doenças e mortes, também tem sido aproveitada para os bandidos, no calar da noite, cometerem atrocidades.

"Aqui nesta vala não são só as doenças que nos preocupam, mas também as atrocidades que acontecem. Os delinquentes muitas vezes se escondem-se lá e chegam mesmo a jogar pessoas lá para dentro. A situação não está para menos. Já cheguei a presenciar uma cena muito triste de um bebé foi jogado na vala", assegurou.

Ariete de Assis afirma que isso só acontece por falta de saneamento na referida vala pois a mesma não foi coberta e isso acarreta grandes problemas de saúde.

#### Contraditório

O que tenho a dizer é que aquela vala que liga todos estes bairros é uma vala estruturante a nível da província de Luanda, se conhece bem a província de Luanda sabe que ela não passa só por estes bairros ela é a vala que liga o Cazenga, Cariango, que vai até a Samba, que liga o rio Cambambe então é mesmo o ciclo de drenagem, faz parte do sistema de macro-drenagem da província de Luanda.

De maneira que é uma vala que está a ser trabalhada, todos os trabalhos de saneamento básico são feito pela Unidade Técnica, a UTGSL, que é a Unidade Técnica de Saneamento de Luanda, de maneira que nós temos feito intervenções a nível do Kilamba Kiaxi em todas as ruas e nas valas que fazem a macro-drenagem e a macro-drenagem é responsabilidade mesmo do Governo Provincial, mais nós temos trabalhado de maneira que todo o escoamento seja feito da melhor maneira possível. A responsável do município de Kilamba Kiaxi, apelou aos munícipes de não deitarem lixo nas valas e sim nos contentores de lixo, pois além das doenças que a mesma causa, impedi a circulação da água, Albina Guilherme Luísa disse ainda que está em curso trabalhos de requalificação nas ruas do Palanca.

### 8.2 Registado mais de duzentos casos de cólera em Cabinda

*Jornal Liberdade*

*30 De Junho de 2017*

Os dados foram apresentados hoje, quarta-feira, nesta cidade, aos membros do governo pelo secretário provincial da Saúde, Paulo Alexandre Zengui, quando fazia a análise da situação epidemiológica da cólera na província.

O responsável elucidou que dos 14 óbitos apenas três são intra-hospitalares, enquanto os restantes são extra-hospitalares. Os bairros Lombo-Lombo, Liombe e Comandante Gika são os mais afectados. Por seu turno, a governadora da província de Cabinda, Aldina da Lomba Catembo, pediu aos membros do governo no sentido de reflectirem sobre a posição que cada um de deve tomar na prevenção desta doença.

### 8.3 Injustiça

*Jornal Liberdade*

*30 De Junho de 2017*

É frequente apontar dedos aos administradores municipais, por falta de saneamento nas valas de drenagem. Afinal a responsabilidade é do Governo Provincial de Luanda. Lamenta-se a degradação de muitas valas municipais que o Governo olha e não dá devido tratamento.

O general Higino Carneiro, governador de Luanda tem mesmo ignorado esta situação, a vala de drenagem do Cazenga Cariango, as valas no Rangel, Sambizanga, Cassequel e muitas outras, fora do controlo governamental.

Além das valas, o lixo continua ser um vizinho perigoso para as populações, mesmo pagando para não fazer parte da vida da população. O lixo tem sido um animal irrequieto ou há uma intenção dolos a por parte de quem governa?

### 8.4 A torneira do amor

*Novo Jornal*

*2 De Junho de 2017*

Nas metas do Executivo, há sem dúvidas um conjunto de obras que ficarão nos anais da história da engenharia de construção civil do país e que vão deixar muitos angolanos orgulhosos: pelo menos enquanto os benefícios durarem e não surgirem problemas de justificação dúbia.

Há, contudo, outras obras que não aquecem nem arrefecem a maioria dos angolanos, pois o impacto na sua qualidade de vida é muito reduzido ou quase nulo. No entanto, há sempre alguém que beneficie de uma determinada obra, seja ela uma pequena torneirinha num beco sem saída, seja um conjunto de torneirinhas na periferia da capital.

Um dos programas do Executivo que é bastante divulgado é o "Água para Todos", em que a água é levada aos beneficiários, na maior parte das vezes,

através de ligações domiciliare. Mas, como toda regra tem uma excepção, recentemente foi inaugurado um pequeno projecto que se enquadra mais no programa "Todos para a Água", já que umas torneiras foram inauguradas num beco para alimentar um sem-número de beneficiários. É uma espécie da réplica angolana do ditado "Se a montanha não vai a Maomé, vai Maomé à montanha".

Deste modo, em vez de a água parar às torneiras dos beneficiários, são estes que se deslocam para as parcas torneiras para obter o precioso líquido. Vai ser uma bela 'de uma confusão mas que para já vai deixar um sorriso nos lábios dos beneficiários, uma vez que se está a corrigir o que está mal.

Esta interessante iniciativa de proximidade com o cidadão motivou uns cálculos rápidos sobre os custos da obra e permitiu rapidamente chegar à conclusão que o acto de inauguração das torneirinhas especiais custou mais, financeiramente, do que a instalação das mesmas.

Para a inauguração, foram compradas pelo menos duas garrafas de vinho espumante (uma delas, coincidentemente, tinha um lacinho vermelho), uma larga comitiva encabeçada pelo chefe máximo da província deixou os seus gabinetes para estar presente nesta importantíssima actividade, existiram gastos com o combustível das viaturas da comitiva e houve um conjunto de outros gastos invisíveis resultantes da inauguração de uma obra desta envergadura, quiçá um almoço.

Na realidade, contanto alarido, estas não devem ser torneiras simples nem a actividade pode ser enquadrada numa fake news, pois aconteceu mesmo. Estas torneirinhas são tão reais que só podem ser especiais e devem possuir a capacidade dar oxigénio e de transmitir amor para manter o povo feliz.

Para além de jorrarem água potável, estas torneiras vão permitir aos angolanos melhorar o que está bem de modo a que continuem a tomar banho com a célebre técnica do "banho à macaco".

### 8.5 Município da Jamba com mais água potável

*Jornal de Angola*

*6 De Junho de 2017*

*Texto: Arão Mafitins*

O consumo de água potável vai, a partir do mês de Agosto, ser mais abrangente, na sequência das obras de reforço do sistema de abastecimento em curso na sede municipal da Jamba, província da Huíla.



As obras de reforço do sistema de abastecimento de água à sede municipal da Jamba começaram em Outubro do ano passado e terminam em Agosto próximo. As obras são financiadas pela linha de crédito da China e estão orçada em 20.211.370,18 dólares.

O administrador municipal da Jamba, Miguel Cassela, explicou que a rede de distribuição estende-se por 61.356,31 quilómetros e comportará 50 1 ligações domiciliárias e a instalação de 3.522 torneiras. Acrescentou que o projecto prevê no total 4.023 ligações.

Informou que as ligações domiciliárias e instalações nos quintais contemplam os bairros Antero, Lucunga A, B e C, Moro, Zona A, B, Kuandja A e B, Operário, Zona Académica, Santa Terezinha, Eyela, Tchiongo e Cacola.

O administrador municipal da Jamba esclareceu que, na sede municipal da Jamba, foram já realizadas, no quadro do "Programa Agua para todos", várias acções que beneficiam as famílias que vivem no centro da sede municipal da Jamba.

Disse que a rede já se expandiu por 54.012,67 quilómetros e por instalar estão previstos 7.803,86 quilómetros. O governador provincial da Huíla, João Marcelino Tyipingue, visitou as obras que estão a ser executadas pela empresa chinesa Sinomac e ficou satisfeito com a desenvolvimento dos trabalhos.

Miguel Cassela defendeu que, em conformidade como plano de acção para a implementação das acções do Executivo, impõe-se a necessidade da reparação das vias de comunicação no traçado Jamba-Tchamutete, Jamba-Vihongue, Jamba-Valódia, Jamba-Ndumba, Dongo-Ndjomba e Dongo-Mucuío, incluindo a construção de, pelo menos, oito pontões nas respectivas vias.

#### Acções de impacto social

A circulação do comboio, na linha entre o entrocamento-Tchamutete e Carvalhas-Jamba, a reparação de dois geradores, fontes de energia nas sedes comunais do Dongo e Cassinga/Tchamutete são outras acções que devem ser concretizadas.

A conclusão da construção de seis salas de aulas na comuna do Dongo, três no Vihongue, cinco na comuna de Tchamutete, assim como a conclusão de um posto de saúde e uma casa para os técnicos, nas localidades de Mupopo e Mutiapulo, são outras realizações em curso, que vão contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações.

Miguel Cassela referiu-se ainda à manutenção e reparação de pequenos sistemas de água avariados, bem como a rede de captação, tratamento e distribuição de água nas sedes comunais do Dongo e Cassinga/Tchamutete.

A conclusão das obras da segunda fase do sistema de captação, tratamento e distribuição de água na sede municipal da Jamba e o fornecimento de energia e água às populações são prioridades, bem como o fornecimento de seis juntas de tracção animal à comunidade. O administrador municipal da Jamba disse que do conjunto de acções acima referidas, apesar de alguma incerteza na homologação de despesas a favor dos fornecedores de bens e serviços, é possível, antes da data das eleições, inaugurar cinco salas de aulas em Tchamutete, com a ampliação da escola existente.

Está igualmente prevista a abertura de cinco casas evolutivas na povoação de Cassinga, um posto de saúde e uma casa para os técnicos no Mutiapulo, com uma de Cassinga, um posto de saúde e uma residência para os quadros, na aldeia do Mupopo, comunidade da Jamba, uma escola de três salas e uma habitação para os técnicos na aldeia do Vihongue, comuna sede, e quatro sistemas de água com painéis solares nas localidades de Thamutete, Mutiapulo, Mupopo e Ndumba.

O governador provincial da Huíla, João Marcelino Tyipingue, pediu à população a denunciar os cidadãos que tentarem vandalizar a tubagem.

Explicou que o trabalho em curso visa essencialmente o bem-estar local, não se admitindo que populares, ainda por identificar, destruam as infraestruturas em execução.

João Marcelino Tyipingue esclareceu que, no município da Jamba foram inauguradas várias obras de impacto social. O governador da Huíla salientou que o comboio já circula na Jamba e nos próximos tempos a locomotiva vai chegar à comuna de Tchamutete, para facilitar a circulação de pessoas e bens, sem constrangimentos.

Reconheceu que, além do trabalho feito, existem ainda outras acções por realizar e o Governo vai continuar a cumprir a sua missão de trabalhar em prol do bem-estar das populações.

## 8.6 Sector de Água regista saldo positivo a nível nacional

*Jornal O PAÍS*

*7 De Junho de 2017*

*Texto: Afrodite Zumba*

Em depoimento a OPAÍS, por ocasião do 7.º Conselho Consultivo do Ministério da Energia e Águas (MINEA) que decorre na cidade de Moçâmedes, no Namibe, o director Nacional do referido sector, Lucrécio Costa, afirmou que o grau de distribuição de água é satisfatório, na maior parte das cidades, pese embora se tenha registado algum déficite nas regiões de Mbanza Congo e Cabinda.

Segundo o responsável, para dar resposta a estas lacunas teve início recentemente a construção de novos sistemas de abastecimento de água que permitirá quintuplicar as capacidades de produção e fazer a densificação da rede de distribuição.

Nesta vertente, há também perspectiva de aumentar a capacidade de produção de modo que nas capitais das províncias cada habitante disponha de 90 a 100 litros /dia e nas sedes municipais no mínimo 80 litros.

No segmento das ligações domiciliárias, foram efectuadas cerca de 30 mil ligações na cidade do Sumbe, e 19 mil na zona peri-urbano da cidade do Huambo e, actualmente' acontecem mais seis mil ligações nç Luena.

A actual conjuntura económica que o país atravessa condicionou a execução de alguns projectos que estavam a ser desenvolvidos, nomeadamente a construção de novos sistemas de águas nas sedes municipais. "Pre vemos concluir ainda este ano o novo sistema de abastecimento na localidade da lamba", revelou o responsável.

A província do Namibe tem sido reflexo dos trabalhos desenvolvidos pelo sector. Em 2014 dispunha de apenas 6 mil ligações domiciliárias e actualmente estão registadas cerca de 2S mil ligações. A cidade tem um sistema integrado de captação e tratamento de água para consumo humano, bem como uma Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), que permite o reaproveitamento do precioso líquido para combate a incêndio e irrigação de campos.

Benguela factura 100 milhões de kwanzas/ mês

O Presidente do Conselho de Administração da Empresa de Águas e Saneamento de Benguela

revelou a OPAÍS que o actual quadro do sector das águas na província é positivo. A instituição tem o registo de 50 mil clientes e consegue gerar receitas para os cofres do Estado no valor de 100 milhões de kwanzas/mês.

A capacidade de distribuição de água na cidade é de 1,5 metros cúbicos por segundo e atende as cidades do litoral beneficiando cerca de 400 mil habitantes da zona Norte de Benguela e da região da Baía Farta.

De acordo com o responsável, antes da reabilitação da Estação de Tratamento de Águas de Benguela eram produzidos 1600 metros cúbicos/hora ao passo que hoje são produzidos 1900.

Cunene produz 12 milhões de metros cúbicos/dia

Já a província do Cunene tem uma cobertura assinalável a nível das vilas e cidades, como o caso de Xangongo que alcança 90 por cento e realiza cobranças no valor de 85 por cento, como revelou o PCA da Empresa de Águas na região, Pedro Cunha.

Diariamente são produzidos 12 milhões de metros cúbicos, que corresponde neste momento a metade da capacidade instalada. "Não é que estejamos a produzir a menos, estamos a produzir a água que satisfaz a população das cidades de Ondjiva e Xangongo", elucidou.

A província tem cerca de seis mil ligações domiciliárias e pretende-se atingir a meta de 200 mil por ano tendo em conta o crescimento urbanístico.

Relativamente à distribuição de água na região de Santa Clara, Pedro Cunha explicou que ela já dispõe do "líquido precioso", nomeadamente uma parte que vem da Namíbia e outra de Xangongo.

"Aguarda-se o término da construção da infraestrutura de Kalueke e Namacunde cujo projecto já se encontra no Tribunal de Contas", disse.

## 8.7 Activistas em liberdade após 45 dias de prisão

*Novo Jornal*

*9 De Junho de 2017*

Já se encontram em liberdade, desde quinta-feira, os sete activistas que tinham sido condenados sumariamente, no passado dia 19 de Abril, pelo Tribunal Municipal de Cacucaco a 45 dias de prisão, sob acusação de destruição de património público e desacato às autoridades.

A informação foi avançada, nesta quinta-feira, 8, por familiares dos activistas, que presenciaram a soltura de alguns dos activistas, que estavam repartidos entre as cadeias de Viana, Calomboloca e Kakila.

O prazo dos 45 dias de prisão efectiva teve o seu término no passado dia 31 de Maio. Os familiares afirmaram ao Novo Jornal que a soltura dos sete activistas só foi possível graças à intervenção do advogado do grupo dos sete, Luís Nascimento. "O advogado é que fez tudo para que os nossos filhos pudessem passar esta noite em casa. Só temos mesmo de agradecer a ele e à associação Open Society que pagou a multa aplicado pelo Tribunal, porque nós não temos condições", disse a mãe de um dos activistas.

O Novo Jornal contactou o porta-voz dos Serviços Penitenciários, Menezes Cassoma, que confirmou a soltura dos sete activistas.

Saliente-se que os activistas Adão Bunga "MC Life", David Saley, Paulo Mabilia "DMX", António Mabilia, Mário André e Nzunzi Zacarias foram detidos por reivindicar falta de energia eléctrica, água potável e emprego para os jovens.

A Polícia Nacional frustrou, no dia 20 de Maio, uma manifestação do Movimento Revolucionário que visava exigir a libertação dos sete jovens, que nesta quinta-feira foram postos em liberdade, após o cumprimento da pena de 45 dias de prisão efectiva a que tinham sido condenados. I.J.

## 8.8 EPAL-EP corta água em Luanda

*Jornal Liberdade*  
9 De Junho de 2017

A EPAL E.P., vem por meio deste Jornal, informar a População, Empresas e outras Entidades que, por força de problemas de ordem técnicos ocorridos na Central Termo Eléctrica do Kassaque (questão que está a ser solucionada pela empresa competente, com carácter de máxima urgência), haverá diminuição no Abastecimento de Água na capital do país. As razões são as seguintes:

Uma menor potência eléctrica produzida - menos energia disponível, não permite o funcionamento dos Grupos de Bombagem da EPAL na sua máxima capacidade, podendo inclusive provocar a paragem destes sistemas, São estas Bombas que garantem a pressão de água necessária em algumas das nossas principais Conduitas para assegurar o abastecimento contínuo a diversas áreas de Luanda.

As restrições no Abastecimento de Água serão sentidas com maior incidência nas seguintes Zonas: Viana, Projecto Nova Vida, Regedoria, Talatona, Camama, Benfica, Parte da zona da Maianga, Golf 1 e 2, Kilamba Kiaxi e Patriota,

A EPAL solicita a compreensão das populações para esta situação, lamentando desde já, todos os incómodos causados e assegurando que estamos a trabalhar com todas as Entidades Responsáveis envolvidas para normalizar esta situação, a qual se faz sentir desde o passado dia 4 de Junho.

## 8.9 Restrições no fornecimento em alguns bairros da capital

*Jornal de Angola*  
9 De Junho de 2017

A Empresa Pública de Água de Luanda (EPAL) está a fazer restrições no abastecimento de água potável em algumas zonas da província de Luanda, devido a problemas técnicos na Central Termoeléctrica do Kassaque.

Num comunicado, enviado ontem ao Jornal de Angola, a EPAL informa que os problemas técnicos não permitem o funcionamento dos grupos de bombagem da empresa na sua máxima capacidade e podem inclusive provocar a paragem dos equipamentos.

Os grupos de bombagem da Central Termoeléctrica do Kassaque, lê-se no documento, garantem a pressão de água necessária para assegurar o abastecimento contínuo às áreas actualmente com restrições em Luanda. Os problemas técnicos, registados desde 4 de Junho, estão na origem das restrições no fornecimento de água aos bairros Talatona, Regedoria, Camama, Benfica, parte da Maianga, Golfé I e II, Kilamba Kiaxi, Patriota e Viana.

### Ruptura causada por camião

Por outro lado, devido a uma ruptura numa conduta, provocada por um camião de urna empresa de recolha de lixo, no bairro Calemba II, nas imediações do supermercado Nosso Super, estão também com restrições no abastecimento a Urbanização Nova Vida e o bairro Soba Kapassa.

No documento, a Empresa Pública de Água de Luanda solicita a compreensão da população, lamenta pelos incómodos causados e assegura que os trabalhos estão a decorrer para a regularização do abastecimento a qualquer momento.

## 8.10 Escassez de água ameaça o mundo

*Jornal de Angola*

*10 De Junho de 2017*

*Texto: Osvaldo Gonçalves*

Há muito ouvimos dizer que, depois do petróleo, as guerras no mundo seriam por causa da água. Embora nos impressionasse a severidade dos desertos e nos preocupasse o avanço destes em várias regiões do Mundo, tocou-nos bem fundo o alerta do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) para o facto de cerca de 600 milhões de crianças, em todo o Mundo, viverem em zonas afectadas pela falta de água em 2040.

De acordo com a UNICEF, 36 países já vivem com níveis "extremamente altos" de "stress hídrico", ou seja, com recursos muito limitados de água potável. As regiões mais pobres serão as mais afectadas. Estão na base dessas horríveis previsões, as "temperaturas mais elevadas, o aumento do nível do mar, o aumento de inundações, as secas e o derretimento do gelo".

A crise "crescerá" se não se agir de imediato, afirmou Anthony Lake, director executivo da organização. As medidas imediatas devem ter como objectivo travar as alterações climáticas que pioram a situação.

Quase 663 milhões de pessoas vivem já sem acesso a toda a água de que precisam, sujeitas a doenças como a cólera. As crianças nas regiões afectadas pela seca passam mais de 200 milhões de horas por dia, no total, a acarretar água, em vez de estarem na escola. Meninas e mulheres são sujeitas a ataques durante esses percursos.

Estima-se que mais de 270 milhões de crianças vivam em zonas de cheias recorrentes, enquanto 60 milhões estão em zonas de seca.

A UNICEF exige aos governos que consigam fazer chegar água potável às crianças que mais dela precisam e tomem em consideração os riscos climáticos nas medidas sobre água e saneamento, investindo nas pessoas mais vulneráveis.

Outro alerta sério chegou de São Francisco, Califórnia (EUA). Especialistas referiram que o uso crescente de água doce na agricultura, na indústria e para o consumo humano pode esgotar os recursos hídricos subterrâneos em várias partes do mundo nas próximas décadas.

Índia, Argentina, Austrália, Califórnia e sul da Europa são algumas das zonas de risco apontadas durante a conferência anual da União Geofísica Americana.

"Embora muitos aquíferos permaneçam produtivos, a água subterrânea economicamente explorável já é ou se tomará inacessível num futuro próximo, especialmente em áreas irrigadas intensivamente nas regiões mais secas do mundo", disse pesquisador Inge de Graaf.

Nos próximos 34 anos, 1,8 mil milhões de pessoas em todo o mundo podem viver em áreas com os níveis de água subterrânea totalmente ou quase esgotados, devido ao bombeamento excessivo de aquíferos para consumo humano e para as culturas agrícolas, refere o estudo.

"Não sabemos quanta água há, quão rápidos estão esgotando os aquíferos, ou por quanto tempo poderemos usar esse recurso antes que ocorram efeitos devastadores, como a secagem de poços ou rios", disse De Graaf.

### Medidas urgentes

Mais de 1,8 mil milhões de pessoas no mundo ainda são servidas por fontes de água contaminada, estando, por isso, expostas ao risco de contracção de doenças como a cólera, a febre tifóide e a poliomielite. A água imprópria e as deficientes condições de saneamento e higiene são a causa de 842 mil mortes por dia no Mundo. O problema afecta mais de 10 por cento da população mundial, que causa a morte a 4.500 crianças por dia. África é o continente mais afectado.

O Conselho Mundial da Água (WWC, sigla em inglês) alerta aos governos que "o custo total da insegurança da água para a economia global é avaliado em 500 mil milhões de dólares."

Um dos objectivos da ONU é que todas as pessoas tenham acesso à água potável e saneamento até 2030. Nas contas do WWC, é necessário um investimento anual de cerca de 650 mil milhões de dólares, até 2030, para garantir a concretização das infra-estruturas necessárias para alcançar os níveis de segurança universal da água.

Assim, a WWC "encoraja os governos e os cidadãos a aumentar a segurança hídrica nos seus países, assim como prestar auxílio às nações com maiores dificuldades, nomeadamente na África Subsaariana e Ásia."



## Planos do Governo

Em Angola, o Censo Geral da População e Habitação, realizado em 2014, apurou que mais de metade dos cerca de 5,5 milhões de agregados familiares do país não tem acesso à água "apropriada" para beber. O levantamento define como água "apropriada para beber" a proveniente de fontes como torneiras ligadas à rede pública, chafarizes públicos, furos com bomba ou nascentes protegidas, incluindo-se neste grupo 43,6% dos agregados familiares.

Regista-se grande disparidade entre o meio urbano, com 57,2% (1,9 milhões de famílias), e o rural, com 22,4 % (484 mil famílias) que conseguem consumir água tida como segura. Ainda assim, a água da rede pública com torneira em casa apenas serve 17% dos 5.544.834 agregados familiares (num total de população superior a 25,7 milhões de habitantes, em Maio de 2014).

O Governo angolano tem adoptado um conjunto de medidas para promover a melhoria do acesso à água e a sua gestão adequada. O Ministério da Energia e Aguas considera que essa transformação vem sendo conseguida mediante a execução do programa de Governo para o sector das Aguas, que visa servir de forma regular e contínua a maior percentagem de população possível, com a progressiva elevação da qualidade do serviço, a um preço comportável e no âmbito de uma perspectiva ambientalmente sustentável.

O ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, disse que o seu pelouro leva a cabo, em simultâneo, três programas, sendo um para as capitais provinciais, avaliados em USD 4 mil milhões, denominado "Avultado", o segundo, destinado ao fornecimento de água a 132 sedes municipais, e o terceiro - Agua para Todos - dirigido essencialmente ao fornecimento do líquido às comunidades rurais.

O programa "Água para Todos" prevê beneficiar, até ao fim deste ano, cerca de 85 por cento da população rural com água potável.

O Plano Nacional da Agua visa dar maior aproveitamento ao potencial hídrico do país, que tem 47 bacias hidrográficas principais, distribuídas

Ministro da Energia e Águas João Borges por cinco vertentes (vertente atlântica' cujos rios desaguam no Oceano Atlânticoa41 por cento, vertente do Zaire, com 21 , vertente do Cubango, com 3,8 e outros).

Com um escoamento superficial anual de cerca de 140 quilómetro cúbicos, Angola explora apenas cinco por cento de todo o potencial hídrico que possui,

como referiu o ministro da Energia e Aguas, João Baptista Borges. O plano prevê investimentos públicos na ordem dos 110 mil milhões de dólares no sector até 2040. Vários dos projectos já estão em curso, como a construção e o reforço de potência nas barragens do rio Kwanza (Laúca e Cambambe).

## Desperdício de água

Apesar das dificuldades que vive para a obtenção e armazenagem da água, a população angolana residente nos centros urbanos mostra-se ainda um tantS' avessa a acatar os conselhos no sentido da preservação do líquido, assim como se registam graves anomalias nas redes de distribuição, que levam ao desperdício de enormes quantidades de água.

João Baptista Borges considera a racionalização do consumo de água potável de extrema importância. Uma das medidas para conter o volume de perdas da Empresa de Aguas de Luanda, que anda à volta dos 44 por cento em Luanda, é a instalação de 850 mil contadores pré-pagos na capital do país até 2020.

"Mesmo que tenhamos um dia estes projectos construí dos, temos de conseguir cada vez mais, por via da gestão da demanda da procura de água, fazer com que os clientes racionalizem o consumo de água e isso é obtido com a instalação dos contadores, com uma facturação regular e também com a introdução de preços que reflectam com os custos com o abastecimento de água", frisou.

## Poupar é preciso

O director nacional do sector, Lucrécio Costa, disse em Março à Angop que 60 por cento da água fornecida voltam ao meio hídrico na condição de água residual e defendeu que as pessoas devem ser educadas para o consumo regrado desde as primeiras idades.

Embora o país não esteja na chamada "linha de risco", num mundo em que a escassez de água pode ser a principal fonte de conflitos nas próximas décadas, o consumo racional deve ser uma cultura.

Muita água é desperdiçada de forma leviana e até mesmo criminosa. Um dos problemas que afectam o sector das Aguas em Angola é o garimpo. Não há números exactos, mas as perdas são enormes. Para desincentivar esta prática, o director nacional de Aguas, Lucrécio Costa, defendeu a alteração do regulamento de abastecimento de água por camiões cisternas.

"Temos de ter em conta que estes serviços têm uma componente pública. A água é levada a determinados pontos onde a rede convencional não chega. Estes

serviços têm de ser integrados como complemento aos que já existem, desde que os pontos de enchimento sejam os que legalmente foram estabelecidos. Quando assim não ocorre, significa que há prevaricação e aí tem de haver a actuação dos órgãos policiais e de Justiça", disse a propósito.

Lucrécio Costa lembrou, então, que a destruição de uma conduta, como tem sido recorrente, é um crime público e a população é chamada a colaborar, denunciando tais práticas. A UNICEF aconselha as pessoas que vivem em zonas com pouca água disponível a procurarem várias fontes de obter água e a armazenarem em segurança a que conseguem.

## 8.1.1 Desenvolvimento do sector das Águas recebe financiamento de USD 350 milhões

*Jornal O PAÍS*

*14 De Junho de 2017*

Um montante avaliado em USD 350 milhões será canalizado para cobertura do Projecto de Desenvolvimento Institucional do Sector das Águas em Angola (PDISAU), num financiamento da Agência Francesa para o Desenvolvimento em parceria com o Banco Mundial.

A informação consta nos Despachos Presidenciais n.ºs 124/17 e 125/17, de 9 de Junho, a que O PAÍS teve ontem acesso, e justifica-se "pelas boas relações entre Angola e a França no âmbito da cooperação bilateral, tendo em consideração o interesse demonstrado pelo Governo francês em apoiar o desenvolvimento económico e social de Angola".

No primeiro, é aprovado o acordo de financiamento a celebrar entre a República de Angola, representada pelo Ministério das Finanças, e a Agência Francesa para o Desenvolvimento, no valor global de USD 150 milhões, para a cobertura do projecto em causa com o Banco Mundial através do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (IBRD sigla em inglês).

No outro, o Chefe do Executivo aprova ainda um contrato de financiamento entre Angola e o Banco Mundial avaliado em USD 200 milhões, para cobertura do PDISAII com o financiamento da Agência Francesa para o Desenvolvimento.

A medida insere-se no âmbito da estratégia do Governo no que concerne à diversificação das fontes de financiamento para a prossecução de objectivos económicos e sociais de interesse público

indispensáveis ao desenvolvimento nacional, em particular dos programas de investimentos públicos e de outros programas e projectos de interesse nacional enquadrados no Plano Nacional de Desenvolvimento de Angola 2013/2017.

Neste contexto, o Ministério das Finanças é autorizado, com poderes de subdelegar, a assinar o referido acordo de financiamento e toda a documentação relacionada com o mesmo em nome e representação da República de Angola. Um outro despacho aprova a minuta do contrato de construção do Monumento ao Soldado Desconhecido a ser celebrado com a empresa OMATA- PALO - Engenharia e Construção, SA no valor total equivalente em kwanzas a USD 12 milhões e 834 mil dólares.

Aprovado ainda o contrato de fiscalização sobre a empreitada referida a ser celebrado com a empresa ADIMACU - Projecto, Consultoria e Supervisão de Obras no valor de 125 milhões e 608 mil kwanzas. Foi igualmente aprovado o contrato de coordenação da empreitada para a construção do monumento a ser celebrado com a empresa DAR - Angola Consultoria no valor de 53 milhões 906 mil kwanzas

O Ministério da Construção é autorizado com poderes de subdelegar, em representação do Estado angolano, a celebrar os referidos contratos.

## 8.1.2 Luanda melhora qualidade da água potável

*Jornal de Angola*

*15 De Junho de 2017*

*Texto: Victorino Joaquim*

A construção do Laboratório Central de Água, um projecto da Empresa Provincial de Águas de Luanda (EPAL), começou oficialmente ontem, em Talatona, no decurso de uma cerimónia que culminou com a consagração da empreitada à empresa Hagen-Angola.

O secretário de Estado das Águas, Luís Filipe, o vice-governador da província de Luanda para a Área Técnica e Infra-estruturas, Joaquim Malitche, e o director da Hagen-Angola, Joaquim Rocha, deram simbolicamente início às obras, quando cada um colocou um bloco no local onde vai ser erguido o Laboratório Central da EPAL, que, quando entrar em funcionamento, vai reforçar o controlo da qualidade da água consumida na província de Luanda.

O laboratório vai ser construído em 12 meses numa área de cinco mil metros quadrados, em cujo espaço vão ser erguidos dois edifícios, cada um com quatro

andares.

O edifício principal vai albergar as áreas técnicas e os laboratórios de microbiologia, metrologia, química inorgânica e orgânica, de investigação científica e um de águas residuais. O segundo edifício vai albergar as áreas administrativas, o anfiteatro, refeitório, biblioteca e instalações sanitárias. A construção do laboratório está avaliada em mais de 13 milhões de dólares.

O director do projecto, Lourenço Rosa, garantiu que os laboratórios vão estar apetrechados com equipamentos modernos, capazes de garantir o controlo de qualidade da água distribuída à província de Luanda, através dos sistemas de abastecimento de água para consumo humano.

Pela sua importância, disse o director do projecto, o Laboratório Central da EPAL vai melhorar a monitorização da qualidade de água fornecida à população, dar maior confiança aos resultados dos exames e manter intercâmbio com outros laboratórios dos países membros da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

O secretário de Estado das Águas, Luís Filipe, disse, na ocasião, que a construção do Laboratório Central é resultante de um Plano de Acção da EPAL e complementa o conjunto de investimentos levados a cabo pelo Executivo, que quer ver melhorado o acesso à água potável e garantir que a água chegue ao consumidor com a qualidade recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Nos últimos meses, a EPAL tem implementado vários projectos' com vista a garantir que a província de Luanda tenha água com qualidade e quantidade necessária, sendo, por esta razão, cada vez mais necessária a monitorização da qualidade da água, acentuou o secretário de Estado.

### 8.13 “Água para Todos”, atinge bons resultados

*Jornal Economia e Finanças*  
16 De Junho de 2017

A execução do Programa "Água para Todos" atingiu 67 por cento da população rural, segundo fez saber, recentemente, na cidade de Moçâmedes, província do Namibe, o ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges.

Ao falar no encerramento do VII Conselho Consultivo do sector, o ministro disse que o mesmo não foi concluído por razões de ordem financeira. Revelou que o programa prevê a conclusão do

sistema de abastecimento de água à cidade de Moçâmedes e Sumbe e o início de execução dos projectos de construção dos novos sistemas das cidades do Huambo, Malanje, Mbanza Congo, Cuito, Cabinda e Menongue.

"A conclusão das obras de construção dos sistemas municipais de Quibaxe, Calai, Cuito Cuanavale, Tômbwa, Bolongongo e Belize e o início da construção de novos sistemas em 27 outras sedes municipais, cuja conclusão deverá ocorrer a partir do final do próximo ano", disse.

#### Obras em execução

Para a província de Luanda, onde a escassez de água potável atinge níveis significativos, o ministro anunciou a conclusão da construção dos centros de distribuição do Marçal e Cazenga, assegurando desta forma a ampliação e operacionalidade das principais instalações existentes.

"Está em fase de conclusão o Projecto de expansão das ligações domiciliárias, cuja meta é atingir as 750 mil, e que tem permitido levar ao domicílio em muitos casos pela primeira vez, água potável", acrescentou.

Referiu que nos últimos meses, com a aprovação do Plano de Acção da EPAL, foi lançada a construção de um amplo pacote de projectos visando ampliar em pelo menos mais 500 mil metros cúbicos por dia, a disponibilidade de água potável, incluindo Estações de Captação e Tratamento, Centros de Distribuição e Adutoras.

"Continuamos a registar elevada preocupação com a manutenção e operacionalidade dos sistemas construídos, em particular nas zonas rurais e interior do país, onde urge que se assegure a necessária capacidade técnica e financeira", observou.

No domínio institucional, o sector vai registar a criação das empresas provinciais do Namibe, Moxico, Cabinda e Bengo, cujos Conselhos de Administração deverão ser empossados proximamente.

Pretende-se com a criação destas empresas, segundo o governante, urna crescente capacidade técnica e operacional para prestar um serviço de qualidade aceitável e, ao mesmo tempo, um incremento das receitas provenientes das cobranças, capazes de suportar os custos de exploração no dia-a-dia.

#### Projectos ambiciosos

No âmbito do Plano Nacional de Águas, que vai até 2040, João Baptista Borges sublinhou a conclusão da recuperação das barragens da Matala e do Calueque,

no rio Cunene, que permitirá ampliar a capacidade de regulação dessa importante bacia, embora restem ainda obras complementares por executar, para atender as necessidades de irrigação nas margens desta importante bacia.

A reposição da rede hidrométrica nacional é outra vertente do investimento em curso, que permitirá recolher os registos do comportamento das bacias hidrográficas nacionais, tão importante no planeamento e gestão dos nossos recursos hídricos.

"Estamos preocupados com a disponibilidade de recursos humanos e sua capacitação, e nesta senda, foi concluída a construção do primeiro centro de formação no domínio das águas, (O centro de Onga Zanga) sendo agora importante que se criem as condições para o seu pleno funcionamento", finalizou.

Mais electricidade

Quanto ao sector eléctrico, o ministro afirmou que a conclusão da construção da segunda central de Cambambe e o seu sistema de transporte associado, bem como a continuidade de execução dos principais projectos estruturantes, com entrada em operação no decurso do II semestre, permitirão o aumento da produção.

"Em complemento à execução de tais projectos, foi construído um extenso corredor de alta tensão entre Luanda e o Soyo, que já permitiu fazer chegar energia aos municípios do Soyo, Nzeto e que no próximo mês chegará a Mbanza Congo", disse o ministro.

A partir do final de 2018, acrescentou, o corredor em construção, entre Laúca, Waco Kungo e Huambo, que interligará assim os sistemas Norte e Centro potenciará a electrificação das províncias do Cuanza Sul e Huambo.

"Como resultado da ainda significativa capacidade de produção térmica instalada (cerca de 40 por cento do total), e dos elevados custos de manutenção da mesma, aliados a uma degradação da situação financeira das empresas do sector, tem sido desafiante a tarefa de manter as centrais térmicas em funcionamento, assim como assumir os compromissos contratuais com os diferentes prestadores de serviço", acrescentou.

Relativamente ao alargamento da matriz energética, disse que tem desenvolvido acções de coordenação de um programa de cooperação com a Agência Internacional de Energia Atómica - AIEA, com projectos em que intervêm outros sectores, como os ministérios da Saúde, da Ciência e Tecnologia, da Agricultura e da Defesa.

Para o efeito, foi criada recentemente a comissão multisectorial encarregue de projectar o desenvolvimento do país até ao horizonte i050, da qual faz parte o Ministério da Energia e Águas.

A elaboração de tal estratégia de desenvolvimento afigura-se de grande importância na perspectiva de uma gestão e aproveitamento sustentável de todos os recursos energéticos primários, bem como hídricos, de que o país dispõe, na perspectiva de uma completa universalização do acesso aos mesmos.

Para os próximos anos, a produção de energia deverá ser globalmente elevada, em todo o país, não só com a conclusão dos dois grandes projectos estruturantes no domínio hídrico e gás natural, bem como com o reforço de capacidade de geração térmica no Huambo e Cuito, Lubango, Namibe, Benguela, Luena e Saurimo.

## 8.14 EPAL controla qualidade

*Jornal Economia e Finanças*

*16 De Junho de 2017*

*Texto: António Eugénio*

O secretário de Estado para as Águas, Luís Filipe, procedeu, na passada quinta-feira, em Luanda, o lançamento da primeira pedra para a construção de um laboratório central de referência, capaz de garantir o controlo da qualidade da água de consumo humano, bem como o controlo dos efluentes resultantes das águas residuais e de processos de tratamento,

O empreendimento ligado à Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) será construído pela empreiteira Hagen-Angola, que já recebeu do Governo angolano 15 por cento do valor global da obra, avaliado em 13.752-199,35 dólares norte-americanos, cuja obra terá uma duração de um ano. A fiscalização do edifício estará a cargo da empresa Vaf Lda, para garantir o cumprimento das cláusulas constantes no contrato para a construção.

O edifício de quatro andares será erguido no município de Talatona, e terá uma área química inorgânica, orgânica, microbiologia, metrologia, investigação científica e laboratório para águas residuais.

A infra-estrutura possuirá também um auditório, refeitório, cafetaria, biblioteca, instalações sanitárias, assim como outros compartimentos sirvam para garantir uma qualidade de trabalho eficaz.

O projecto vai proporcionar cerca de 100 empregos directos, e vai permitir monitorar a qualidade da água



desde o manancial, a cadeia de tratamento, rede de distribuição, assim como a água dos reservatórios.

Consta também, a correcção de eventuais problemas ligados ao processo de tratamento, garantir que tanto a água produzida, distribuída e armazenada esteja de acordo com as normas da Organização Mundial da Saúde (OMS).

### 8.15 Água e energia eléctrica chegam aos bairros

*Jornal O PAIS*

*17 De Junho de 2017*

A jovem Ariete Caldeira, moradora do bairro do Chingo, contou que deixou de acarretar água em fontanários há seis meses pelo facto de a sua residência ser uma das abrangidas no projecto de ligações domiciliárias. "O fornecimento de energia e a água estão um mimo, mas o mesmo não digo do processo de recolha do lixo e do estado das vias", frisou.

Teresa Bernardo, residente nesta cidade há oito anos, também disse não ter motivos de reclamações quanto à qualidade dos serviços de energia e água. À semelhança da sua colega, apelou ao governo provincial no sentido de atender as preocupações acima mencionadas.

Já o cidadão Domingos Cahanda, 72 anos, antigo funcionário da empresa Lourenço Empreiteiro, que fez o troço Quibala - Rio Keve em 1963, lamentou o estado actual em que se encontra a cidade.

Disse não conseguir compreender como é que a estrada que ajudou a construir foi reparada apenas na primeiramente da década de 2000 e as estradas feitas muito pouca durabilidade.

"Há cerca de dois anos e meio, eu acompanhei o trabalho de reabilitação da estrada 14 de Abril. O lençol freático levou até um impermeado de plástico, mas não sei como voltou a degradar-se tão rápido", disse incrédulo.

### 8.16 Centro de tratamento de água é inaugurado no Sumbe

*Jornal de Angola*

*17 De Junho de 2017*

*Texto: Josina De Carvalho*

Um centro de captação, tratamento e distribuição de água foi Inaugurado ontem, na cidade do Sumbe, província do Cuanza Sul, para beneficiar 174.600 pessoas, a partir de uma rede de distribuição de 120 quilómetros.

Inaugurado pelo ministro da Defesa Nacional, que está desde ontem na província, o centro permitiu a realização de seis mil ligações e o abastecimento de água a 221 fontanários.

João Lourenço visitou o centro, situado à margem do Rio Calundo, e recebeu informações sobre o funcionamento do sistema instalado.

"A água é vida, mas temos de garantir água com qualidade desejada à nossa população", disse o ministro da Defesa Nacional. O Executivo pretende concluir, nos próximos anos, todos os projectos estruturantes de captação e distribuição de água, além de construir e reabilitar barragens com elevada capacidade de armazenamento que permitam regularizar os caudais afluentes para benefício dos utilizadores e, também, para irrigação e pecuária.

O director provincial de Energia e Aguas do Cuanza Sul, Eusébio Kaquinda, explicou que antes da construção do centro, a água não podia ser distribuída com a qualidade, nem regularidade aceitáveis, porque a capacidade de abastecimento era apenas de 200 metros cúbicos hora. Hoje, com a entrada em funcionamento do centro, a capacidade passou a 775 metros cúbicos por hora, permitindo abastecimento com regularidade.

O centro tem dois reservatórios, nomeadamente o da Santa Terezina e o do Chingo. O primeiro, fornece água para os bairros do centro urbano da cidade, nomeadamente o Calundo, Américo Boavida, Kissala 1 e 2.

Assaca 1 e 2, Pedra I e 2, que antes nunca tiveram água. O segundo reservatório abastece os bairros da Salinas, Alto Chingo, Lunda 1 e 2, e a urbanização E 15.

Depois de captada do Rio Calundo, a água bruta é direccionada para um tanque, ao associada a duas pequenas centrais de bombagem. As duas linhas de tratamento, uma de estilo convencional e outra compactada compõem uma Estação de Tratamento (ETA). Recentemente, o ministro da Energia e Aguas anunciou o início da execução dos projectos de construção dos novos sistemas das cidades do Huambo, Malanje, Mbanza Kongo, Cuito, Cabinda e Menongue.

Depois do sistema de abastecimento de água às cidades de Moçâmedes e do Sumbe já inaugurados, para o final do próximo ano ficam concluídos os sistemas municipais de Quibaxe, Calai, Cuito Cuanavale, Tômbwa, Bolongongo e Belize e o início da construção de novos sistemas em 27 outras sedes municipais. "

O ministro da Energia e Aguas garantiu igualmente a continuidade da execução do programa "Água para Todos" que atinge actualmente 67 por cento da população rural. Para a província de Luanda, onde a escassez de água potável atinge níveis significativos, João Baptista Borges anunciou a conclusão da construção dos centros de distribuição do Marçal e do Cazenga, assegurando desta forma a ampliação e a operacionalidade das principais instalações existentes. "Está em fase de conclusão o projecto de expansão das ligações domiciliárias, cuja meta é atingir as 750 mil e que tem permitido levar água potável ao domicílio, em muitos casos pela primeira vez", acrescentou.

No âmbito do Plano Nacional de Águas, que vai até 2040, João Baptista Borges sublinhou a conclusão da recuperação das barragens da Matala e do Calueque, no rio Cunene, que vai permitir ampliar a capacidade de regulação dessa importante bacia, embora restem ainda obras complementares por executar para atender as necessidades de irrigação nas margens desta bacia. A reposição da rede nacional é outra vertente do investimento em curso, que permitirá recolher os registos das bacias hidrográficas.

## 8.17 Dezenas de novos pontos de água em Caluquembe

*Jornal de Angola*

*17 De Junho de 2017*

*Texto: Arão Martins*

Um total de 33 pontos de água está a ser construídos em toda a extensão do município de Caluquembe, na província da Huíla, num financiamento do Fundo Soberano Angolano, revelou ontem, ao Jornal de Angola, o administrador local, José Arão Nataniel.

O administrador municipal de Caluquembe disse que a acção está a ser realizada em parceria com as autoridades locais e a organização não governamental "People in Need".

Avançou que, entre 2012 e 2016, no quadro da implementação dos programas virados ao bem-estar da população, foi construída na sede de Caluquembe uma estação de tratamento de água.

José Arão Nataniel considerou que a aprovação superior do contrato das obras, para a construção do novo sistema de abastecimento de água à sede municipal de Caluquembe, a partir do rio Qué, é um ganho que vai permitir aumentar o abastecimento à população e contribuir para a diminuição de doenças originadas pelo consumo do produto não tratado.

A construção de pontos de água nas localidades de Mumue, Cussesse, Gando, Vila Branca, Cahãla, Chaunje, Cacomba, mercado municipal da Alemanha, Lomba, Vatuco, embala Unhangui, Campuena e no bairro 25 de Abril foi considerada outros ganhos.

As principais ruas da sede municipal de Caluquembe foram asfaltadas e a construção e apetrechamento do Hospital Matemo Infantil da Alemanha, um bairro que fica nos arredores da sede comunal, foram também realçadas.

O arranque das obras de construção dos novos edifícios das administrações Municipal de Caluquembe e Comunal de Calepi, de seis casas evolutivas no sector do Vatuco e a abertura das salas de extensão do Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED) são outras acções de destaque. José Arão Nataniel destacou ainda a construção de quatro escolas de seis salas cada, nos sectores do Gando e de Campwena (comuna da Negola), de Chaunj e e Cuilo (comuna de Calepi) e de Vissapayela.

Salientou ainda que foram adquiridas três ambulâncias, sendo uma para cada comuna, e construídas 26 residências no bairro Cachicacala, no âmbito dos 200 fogos habitacionais por município. O administrador municipal avançou ainda que foi montado o sistema de iluminação pública no bairro da Etonga, construídos o posto de emissão de bilhetes de Identidade, a Loja dos Registos e a Conservatória do Registo Civil e Serviço de Notariado, empreendimentos que dinamizaram a atribuição da identidade dos cidadãos locais. O administrador José Arão Nataniel destacou ainda a construção de um ginásio na sede municipal de Caluquembe, que permite fazer a manutenção do corpo humano, com a prática de actividades físicas. A

reabilitação do parque infantil é igualmente outro ganho do município.

Estudar melhor

O responsável municipal de Caluquembe disse ainda que a montagem do sistema de iluminação pública a nível da sede municipal e na avenida do bairro 4 de Fevereiro, bem como a construção da Escola de Formação de Professores são outros ganhos. Quanto ao último empreendimento, revelou que permite que mais de 5.000 jovens estudem anualmente.

O responsável destacou ainda a criação, por decreto executivo conjunto dos ministérios da Educação e da Administração do Território, do Magistério Primário da Missão Católica de Santiago.

Também por decreto executivo conjunto dos referidos ministérios foi possível criar o Instituto Politécnico de Caluquembe "Dr. Alfredo Bemer", muito concorrido pela juventude. Destaque também para a criação da Escola Técnica de Saúde de Caluquembe.

O município assistiu igualmente à terraplanagem e à construção de pontes hidráulicas na estrada que liga a sede municipal à comuna do Calepi, assim como a construção da ponte sobre o rio Cussuca e da reabilitação de quatro residências a nível do mesmo sector.

## 8.18 Empresas das águas mais controladas

*Jornal de Angola*  
18 De Março de 2017

O Instituto Regulador dos Serviços de Eletricidade e de Água (IRSEA) pretende ter o controlo de todas as empresas das águas existentes nos pais. Para o efeito, o instituto vai exigir o cumprimento do tarifário estabelecido, disse ontem, em Luanda, o eu presidente do Concelho de Administração.

Luís Mourão, que prestou a informação durante uma palestra subordinada ao tema.

"O perfil do trabalhador na regulação", disse que, das 11 empresas das águas já criadas em todo o país, a instituição reguladora tem apenas o domínio de três, designadamente a EPAL (Luanda), do Lobito e a de Benguela.

"As empresas das águas estão a surgir e, para termos este domínio, temos que nos pegar naquilo que é o tarifário que elas têm que aplicar a partir do momento

que reconhecem as tarifas que estão homologada pelo regulador.

Daí, as coisas mudam completamente e começam a olhar o regulador de uma forma diferente", precisou. Luís Mourão disse, por outro lado, que a instituição que dirige tem uma tarefa árdua para cumprir e desenvolver, por isso necessita de ter em mãos a parte reguladora das águas com a elaboração de regulamentos complementares que não existem.

O responsável informou que existe um único regulamento que é o de abastecimento da água potável e saneamento das águas residuais, mas é tã virado para critérios e regras que devem respeitadas.

"Temos de criar regulamentos virados para questões regulatórias, porque é uma tarefa que teremos de cumprir, face ao apoio financeiro do Banco Mundial, mas teremos de respeitar as regras desta instituição mundial", salientou.

O presidente do Conselho de Administração do IRSEA disse que, com este apoio, deve dar-se maior atenção ao sector das Águas, mas se vai ser possível com a colaboração de todos os trabalhadores.

Criação do IRSEA, que sucede o IRSE, ré ulta das transformações orgânicas e institucionais em curso no sector da Energia e Águas. O IRSEA está vocacionado para a regulação do abastecimento e saneamento das águas residuais. Luís Mourão Garcês da Silva admitiu melhorias no sector elétrico no capítulo de regulação, comparativamente ao sector das águas e considerou fundamental a continuação do trabalho.

O gestor referiu que uma das prioridades da instituição é garantir um clima de confiança para investimento e proporcionar condições para que o mercado de eletricidade e de água seja competitivo e se desenvolve com o equilíbrio.

"A na actividade, enquanto entidade reguladora assenta na transparência, credibilidade, profissionalismo e eficiência sem pôr em causa o bom funcionamento dos operadores, bem como a segurança na prestação dos serviços em benefício dos consumidores e da sociedade em geral", sublinhou.

Já a oradora Filomena da Silva, do Departamento Comercial Tarifas e Preços, precisou que a área que representa está vocacionada para o tratamento de dados técnicos, patrimoniais, materiais e financeiro dos estudos de viabilidade, dos balanços anuais e das informações obrigatórias.

António Silva, que apresentou o tema "regulação técnica e da qualidade de serviços de eletricidade",

descreveu a competências do departamento e as actividades realizadas no domínio de qualidade da prestação de serviços, operação e operacionalização de sistemas, gestão de banco de dados e domínio do atendimento às reclamações.

O chefe de Departamento Técnico Jurídico, Marino Bulles, teve a missão de tratar o tema sobre "o técnico regulador e regulação legal" no qual falou sobre a regulação, o perfil do técnico superior de regulação e do técnico de regulação legal.

## 8.19 Bairros de Belas voltam a ter água

*Jornal de Angola*

*22 De Junho de 2017*

A EPAL anunciou ontem, num comunicado, que superou a avaria no grupo de geradores eléctricos de apoio ao Centro de Distribuição de Água do Benfica 11, que levou à suspensão por alguns dias do abastecimento de água em algumas zonas do município de Belas. Trata-se de um equipamento considerado essencial para assegurar a circulação de água nas condutas principais e na rede em geral do município de Belas. O comunicado informa que o corte temporário no abastecimento de água abrangeu a Zona Verde 1 e 2, parte do Cabolombo, parte do Patriota, bairros Kifica, Clemência, Salina, Honga e Bié, no município de Belas.

## 8.20 Bairros periféricos com mais água potável

*Jornal de Angola*

*22 De Junho de 2017*

*Texto: Kapalo Manuel*

O abastecimento de água potável à população dos bairros Santa Rosa, Popular e Bombas, no Luena, província do Moxico, está a ser reforçado, segundo o engenheiro hidráulico Ricardo Mbuembo Kuza, da Direcção Provincial da Energia e Águas.

Ricardo Mbuembo Kuza disse ontem ao Jornal de Angola que a população deixou de percorrer longas distâncias em busca de água, na sequência dos trabalhos que estão a ser executados, no âmbito do programa "Água para todos".

O programa do Governo Provincial do Moxico, acrescentou, prevê o reforço do abastecimento de água a todos os bairros periféricos da cidade da Luena, com a montagem de trinta e um chafarizes

nos bairros Sangondo, Kapango, Lavoco, Zorró e 4 de Fevereiro.

O projecto prevê também ligações domiciliárias nos bairros Social da Juventude, Sinai Velho, Sinai Novo, Santa Rosa, Passa Fome, Popular, Bomba e no centro da cidade do Luena, por serem zonas urbanizadas.

Segundo Ricardo Mbuembo Kuza, os trabalhos de escavação e colocação de condutas de distribuição de água, realizados pela empresa Sinohidro, TSE y ETA - Empresa de Tratamento de Aguas - está quase a terminar. "Estamos a ensaiar, desde o passado dia 1, as ligações domiciliárias colocadas nos bairros Popular, Zorró e Bomba, para de seguida passarmos aos bairros Passa Fome e Sinai Velho", sublinhou Ricardo Mbuembo Kuza.

Quanto ao abastecimento do casco urbano da cidade do Luena, Ricardo Mbuembo Kuza referiu que está a ser feito por etapas e que uma equipa da empresa TSE, instalada no centro da cidade, está a fazer ligações domiciliárias.

O engenheiro Ricardo Mbuembo Kuza garantiu que para o Bairro Social, no Calunjinji, e outras zonas da cidade do Luena, além das ligações domiciliárias, vão ser feitos trabalhos de ampliação dos sistemas de abastecimento de água. O projecto do Governo Provincial do Moxico que visa reforçar o abastecimento de água à população contemplou também a construção de um tanque de 5.500 metros cúbicos e de uma torre de 450, que armazenam água suficiente para abastecer toda a cidade do Luena.

"Neste momento, não é possível abastecer água 24/24 horas, estamos a trabalhar para ver se ligamos o sistema a partir das cinco da manhã até às 17 horas", disse Ricardo Mbuembo Kuza, que lamentou o comportamento de alguns moradores dos bairros Zorró e 4 de Fevereiro, que estão a vandalizar as condutas de água, prejudicando a empresa e a população.

O Governo da Província do Moxico, garantiu, já criou uma comissão para a localização dos indivíduos que vandalizam as condutas de água, para se responsabilizarem pelos danos que têm causado.

Euclídia Cecília Isaac, moradora do bairro Santa Rosa, manifestou-se satisfeita com os trabalhos que estão a ser executados, que já fizeram com que muitos munícipes deixassem de percorrer longas distância e/ou gastassem muito dinheiro para conseguir água, para o consumo diário.

"Esperamos que o Governo da província continue com estes programas, que ajudam a resolver muitos



problemas e a melhorar as condições de vida da população".

## 8.21 Ganhos estão à vista

*Jornal Manchete*

*23 De Junho de 2017*

De acordo com o governador Paulo Pombolo, que falou aos jornalistas, neste terça-feira, sobre o desenvolvimento económico e social do Uíge, na primeira etapa, já concluída, foram feitas 9 mil ligações domiciliárias, devendo serem feitas, igualmente outras 9 mil na segunda fase. O projecto está direccionado para os bairros da periferia, num total de 23 zonas.

Segundo o responsável, foi aumentada a capacidade de produção de água através do melhoramento da fonte de captação. Igualmente, foi aumentada a capacidade de armazenamento do precioso líquido. A cidade do Uíge conta hoje com uma estação de tratamento de água com melhores condições que antes. Para gerir o sector foi criada uma empresa de águas e saneamento do Uíge. "É com essa empresa que estamos a contar na gestão desse programa, de água para todos", disse Pombolo.

Ainda sobre este sector, foi iniciado a implementação dos projectos municipais de abastecimento de água em cerca de três municípios. Trata-se de um programa ministerial cuja execução é faseada. Neste momento estão a beneficiar do programa os municípios do Maquela do Zombo, Amboila e Milunga. "Temos a plena certeza que na sequência outros municípios serão contemplados", acre di ta o governador, alertando que isso não significa que a nível dos municípios não haja pequenos sistemas de abastecimento de água através de iniciativas lideradas pelas administrações municipais, com o apoio do governo provincial. "Os projectos do ministério são de grande dimensão que vão permitir que os municípios tenham água até na periferia", disse o interlocutor.

No que respeita a energia esclareceu que até 2012 Uíge era abastecida por uma central térmica que tinha apenas 6 mil kva, traduzindo-se em cinco geradores, sendo quatro de 1000 kz e um de 2000, o que era um abastecimento com alguma deficiência.

"No dia 10 de Dezembro de 2010, o actual ministro da Energia e Águas, hoje titular da pasta esteve aqui nos dar uma boa notícia de que nesse dia se inauguraria a linha de transportação de energia de Capanda para o Uíge e a partir desta data o abastecimento de energia na província melhorou significativamente. Podemos ter alguns problemas na

linha, tendo em conta a distância e constrangimentos climatéricos próprio da região, mas a verdade é que houve evolução em termos de abastecimento de energia, comparado com os anos passados".

De realçar que a energia de Capanda só atende três municípios do Uíge, nomeadamente, o próprio Uíge, Negage e Maquela do Zombo. No que tange as infra-estruturas, entre 2012 e 2013, foi implementado um projecto liderado pelo governo provincial, de saneamento básico da cidade permitindo hoje que mesmo que caiam chuvas intensas a cidade do Uíge não concentre águas, pelo menos no casco urbano.

Produção agrícola a todo o terreno

A província do Uíge produz 300 mil toneladas de produtos diversos por ano, sendo que à maioria é consumido localmente, devido à falta de mercado para vender o excedente.

Segundo o governador provincial, que falou aos jornalistas neste terça-feira, sobre o desenvolvimento económico e social do Uíge, o seu pelouro vai continuar a apoiar os camponeses e agricultores através de créditos bancários, assim como formar técnicos capazes de ajudar no avanço dos programas. "Devemos potenciar o Instituto Médio de Agronomia, assim como a Universidade Kimpa Vita, pois, a agricultura continuará a ser o nosso potencial.

Neste sector, outra grande aposta consiste na realização da bolsa do café. "A direcção do INCA através da direcção provincial da Agricultura que preparem convenientemente a bolsa do café, colocando no espaço as quantidades representativas da nossa produção".

## 8.22 Quando a EPAL vai meter água na Fubu e no Soba Kapassa?

*Jornal O PAÍS*

*24 De Junho de 2017*

*Texto: João Dário*

Caro Director

As minhas felicitações pelo produto que sabiamente tem dirigido, indo sempre ao encontro das grandes makas que afligem os cidadãos desta grande urbe.

Gostava de roubar -lhes um pouco do vosso espaço privilegiado para os eleitores manifestarem as suas quezílias e questiúnculas do dia-a-dia, umas vezes narrando situações bizarras ou desconfortáveis da vida nesta que já se diz cidade cosmopolita e outras relatando factos merecedores de exaltação.

Caro director, a EPAL deve ter dos mais interventivos gabinetes de comunicação e imagem que, quase em tempo real, está sempre disponível para atender as reclamações e mesmo até resolver avarias que lhes são reportadas, aliando-se aos poderosos meios radiofónicos para credibilizar a sua gestão.

Até aí muito bem. Apoiado. Mas no dobrar da página já não o é. E gostava de pedir ao sempre solícito Senhor Domingos

Paciência que vá aos microfones das rádios, em que tem tempo de antena cativo, esclarecer de uma vez por todas, as razões que estão na origem da falta de água nos bairros mencionados no título desta carta.

É que, segundo consta, os habitantes da Fubu têm os tubos dentro dos quintais antes das eleições passadas, se me não engano, mas até agora em nenhum quintal jorra água desses tubos. Sabe-se haver aumentos de capacidades de produção de água e melhoramento da sua qualidade e outros considerandos bonitos. Afinal essa banga não se reflecte na torneira do cidadão deste bairro porque?

Quando ao Soba Kapassa, a rede foi distribuída no ano passado, lá para os meados, mas até agora também não sai água das tubagens. Para não me adiantar, qual adivinho, quero só saber se estes moradores também levarão um lustro para verem r:1 molhar os quintais como os outros da Fubu que até agora lerpam.

Senhor Paciência, sabe onde fica a raiva toda dessas gentes?

No facto de serem obrigadas a comprar água de camiões-cisternas que tiram água de condutas que atravessam esses bairros de lês-a-lês.

## 8.23 Rede de distribuição com obras avançadas

*Jornal de Angola*

*29 De Junho de 2017*

*Texto: Domingos Mucuta*

As obras de melhoramento do sistema de abastecimento de água potável no município da Cacula, iniciadas em Agosto do ano passado, no âmbito do Projecto Horizonte 2036, estão avançadas e já na fase final, constatou o governador provincial da Huíla João Marcelino Tyipingue.

O novo sistema de captação e abastecimento de água potável do mais recente município da província da Huíla, avaliado em 14,3 milhões de dólares, beneficia

mais de dez mil pessoas residentes da sede da localidade, abastecidas actualmente com restrições.

Os trabalhos em curso abrangem a instalação de condutas de 355 milímetros, reservatórios, redes de distribuição de cerca de 37 quilómetros de extensão, execução de 439 ligações domiciliárias e 578 torneiras em quintais, além de oito chafarizes de duas e quatro bicas. O sistema, que tem como fonte de captação o rio Ecamba, vai bombear 95 metros cúbicos de água por hora. As obras incluem a estação de tratamento, reservatórios de betão com 400 metros cúbicos, condutas adutoras e um depósito de 15 metros, com 25 metros cúbicos de capacidade.

O projecto prevê a construção de sistemas de captação de água com painel solar, interligado com a rede de distribuição do município, para aumentar a capacidade, sobretudo no período de cacimbo, em que o caudal do rio baixa consideravelmente.

A administradora municipal de Cacula, Cármen Duarte, disse que o projecto beneficia as populações e é resultado da autonomia administrativa e financeira.

## 8.24 Água no Cazenga: Centro é inaugurado

*Jornal de Angola*

*30 De Junho de 2017*

O Centro de Distribuição do Cazenga, cujas obras de reabilitação e ampliação já estão concluídas, é inaugurado hoje, de acordo com um documento da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) enviado ontem ao Jornal de Angola. Ainda hoje, lê-se no comunicado, a EPAL formaliza a entrega de 50.386 ligações domiciliárias no município do Cazenga, um dos mais populosos da província de Luanda. A cerimónia de inauguração vai ter a presença do presidente do Conselho de Administração da EPAL, Leonídio de Ceita. No local, vai ser feita a apresentação do projecto de reabilitação e ampliação da capacidade de reserva de água do Centro.

## 8.25 Elisal promete melhorar os serviços

*Jornal de Angola*

*4 De Junho de 2017*

A empresa pública de limpeza e saneamento de Luanda (Elisal) pretende melhorar os serviços no

município do Cazenga, área destinada ' à sua actividade.

Na cerimónia de apresentação dos membros da direcção da empresa empossados no mês passado, o presidente do Conselho de Administração da Elisal, Manuel Caterça, disse que o objectivo é servir os habitantes do Cazenga, através de uma gestão integral de resíduos sólidos com custos sustentáveis.

Para a valorização e tratamento de resíduos sólidos e redução do impacto ambiental, a Elisal conta envolver trabalhadores, a sociedade civil e as entidades empresariais.

A empresa pretende também implementar infra-estruturas e processos adequados de limpeza, recolha, tratamento, valorização e deposição final de resíduos sólidos, que contribuam para a melhoria da qualidade de vida.

Manuel Caterça afirmou que "a Elisal tem de se organizar para ser uma empresa líder" e exemplar.

O presidente do Conselho de Administração da Elisal promete criar mecanismos para a satisfação dos trabalhadores, por lidarem diariamente com os resíduos sólidos, mas também dos habitantes, no respeito pelo meio ambiente e com uma conduta que reflecta os mais altos padrões de ética.

Manuel Caterça anunciou a melhoria das condições dos trabalhadores nos domínios da saúde, alimentação e formação académica e profissional.

O presidente do Conselho de Administração defendeu a necessidade de tornar a Elisal numa empresa competitiva. "Não podemos esquecer que o crescimento de uma empresa depende da capacidade e competência dos seus trabalhadores", disse.

Manuel Caterça lembrou que o Conselho de Administração tem obrigações e deveres com os trabalhadores e estes também têm deveres e obrigações com a empresa. O responsável máximo da Elisal valorizou os trabalhadores, referindo que a gestão dos recursos humanos é uma área importante para qualquer organização.

Por isso, "temos de criar condições para que o trabalhador seja reconhecido pelo que realiza, que se sinta valorizado pelo seu desempenho e competência". Também destacou a importância da profissionalização dos funcionários da ELISAL.

O líder da comissão sindical da Elisal, Carlos Marcos António, defendeu a implementação urgente do plano de carreiras.

O sindicalista pediu aos trabalhadores que se empenhem para o engrandecimento da empresa e o aumento da produção e da produtividade no trabalho.

## 8.26 Muito dinheiro no pagamento do lixo

*Jornal O PAÍS*

*8 De Junho de 2017*

*Miguel António Gungo*

Caro director do Jornal O PAÍS, obrigado pela oportunidade que tem dado a todos os cidadãos angolanos de manifestarem livremente as suas opiniões e, por esta via, contribuirem para se identificar os problemas e, resolvê-los.

Hoje quero voltar a falar da questão do lixo, cujos critérios de pagamento ainda estão muito distante de colher a simpatia de todos nós.

Sou morador do Talatona, o bairro situado entre as bombas de combustível dos Mirantes e o condomínio dos Cajueiros. Porque cá, segundo os nossos coordenadores do bairro, existem mais de cinco mil casas, entre grandes vivendas, prédios e outras de apenas um quarto e sala.

Partindo deste pressuposto, pode-se compreender que há moradores de diferentes estratos social, cuja base salarial também é diferente. Entretanto, todos são obrigados a pagar pela mesma factura, ou seja, 2500 Kz da taxa de lixo.

Sou daqueles que continuam a achar que se está a cometer muita injustiça. Como é que um professor primário paga a mesma taxa de luz com um general? Digo isso porque os meus pais são simples professores do ensino primário, aqueles que têm por missão ensinar o ABC às nossas crianças e sei que o salário que auferem é do conhecimento público.

Se pegar numa máquina calculadora irá perceber que 5000 casas a pagar 2500 Kz quase contribuem para os cofres com 12.500.000 Kz( dose milhões e quinhentos mil kz), mas o trabalho que nos é fornecido ainda deixa muito a desejar.

Temos contentares apenas nas ruas principais e fazemos grandes distâncias para depositar os resíduos no local certo.

Sei que esta realidade é a de muitos bairros e considero injusto que se cobre valores tão avultados para um trabalho que não é bem prestado. Senhor director, com todo respeito que tenho pelas nossas autoridades, quero terminar esta minha

mensagem com a posição de um prelado católico que, assim como eu, considera injustos os critérios e valores aplicados na cobrança: "Não façam do lixo um novo petróleo".

## 8.27 Precisamos arrecadar mais receitas para melhorar a gestão

*Jornal O PAIS*

*8 De Junho de 2016*

*Texto: Miguel Kitari*

Tal como os outros municípios da província, Benguela tem uma importância estratégica, ainda assim, a sua contribuição económica fica muito além daquilo que já deu em tempos idos. Que Benguela teremos nos próximos tempos?

Uma Benguela de futuro no contexto das demais cidades de Angola. E para isso acontecer, temos de olhar para os investimentos que vão permitir que essa urbe cumpra com as suas funções básicas, dando respostas aos problemas nos domínios da educação da saúde, juventude, saneamento básico, fornecimento de água e de luz. São esses factores que constituem o pano de fundo de atracção para que os grandes investimentos sejam direccionados para a nossa cidade. ""

Isso para nós assume capital importância, pois queremos dar resposta aos desafios que temos, sobretudo para a juventude. E a questão do emprego é fundamental. Para gerarmos postos de trabalho, precisamos de uma forte parceria com o sector privado que é muito importante na geração de emprego. Está claro que o Estado, por via do concurso público, vai absorvendo alguma massa humana, mas temos que trabalhar no fomento das micro, pequenas e médias empresas, no sentido de alargarmos a base de empregabilidade do município, dando maior conforto à comunidade, assim como permitirá um maior movimento monetário na cidade. Deste modo, vamos arrecadar cada vez mais impostos na forma do IRT. Assim teremos outras bases para financiar projectos prioritários ao nível local, caminhando para aquilo que já vai acontecendo um pouco em Luanda, que é a desconcentração financeira.

Graças a Deus, o nosso município tem bons níveis de arrecadação fiscal, mas precisávamos mais, para melhorarmos a nossa gestão.

Se pudéssemos fazer uso desse valor seria uma mais-valia.

Já que falou de desconcentração financeira. Luanda acabou de implementar a taxa de lixo, para que os cidadãos participem. Será uma medida boa para Benguela?

Creio que sim. A problemática da gestão do saneamento básico e do meio é uma questão pontual nos dias actuais. E, claro está, os custos operacionais para que as cidades mantenham níveis de higienização e urbanidade aceitáveis e que permitam reduzir doenças e outras endemias obriga-nos a um esforço financeiro enorme. À semelhança daquilo que acontece pelo mundo e já é prática em Angola, nós, em Benguela, teremos também que aplicar essas taxas no domínio do saneamento básico. Já temos vindo a fazer uma abordagem profunda sobre a matéria. Das auscultações que temos feito percebemos que há disponibilidade da população. No entanto, precisamos definir melhor os critérios, concretamente, como e onde devem ser canalizados esses valores na forma de depósito, como é que eles depois se convertem na forma directa e objectiva para os executores (empresas e administrações) .

Creio que dentro de pouco tempo, Benguela terá uma abordagem muito mais alargada sobre este assunto e encontrar nesta forma de participação do cidadão, a forma de minorar os gastos do Estado com o saneamento básico.

A taxa de desemprego, em Benguela, é alta. No entanto, falou na necessidade do fomento das micro, pequenas e médias empresas.

Ao nível municipal, qual é a estratégia para que mais jovens possam estar empregados?

Temos uma estrutura de base que permite alavancar o sentido empreendedor e despertar, cada vez mais, o auto emprego no seio dos jovens, das mulheres e por aí fora. Temos, no município de Benguela, alguns centros de emprego que têm estado a ministrar matérias sobre o Empreendedorismo. Nestes centros têm sido ministrados cursos que, permitem formando, depois de terminar processo formativo, possa imediatamente inserir-se no mercado de trabalho. Refiro-me aos cursos de construção civil, electricidade, mecânica auto, serrallharia e outros. Este esforço é combinado com o esforço que o Estado está a fazer por via do Balcão Único do Empreendedor (BUE), facilitando a constituição de empresas de forma rápida, com custos muito reduzidos para formalizar a actividade comercial das pessoas. E depois temos os CLES que funcionam como incubadoras de negócio, onde as pessoas, além da formação, aproveitam desenvolver a estrutura na forma de um plano de investimento. Muitos ainda beneficiam de acompanhamento no momento de implementação do negócio. Precisamos de sair da



mera perspectiva do negócio, visando a formalização da própria actividade, mas para tal, temos de saber o básico, sobretudo no que se refere às obrigações com o Estado e assim elevarmos a nossa base, tributária. Todavia, vamos sentindo um desapertar no seio da juventude. Hoje o empreendedorismo é já uma cadeira lectiva, mas temos de estimular também o saber fazer: O saber fazer pode potenciar as pessoas para que dêem largas aos seus pensamentos e transformá-los numa actividade de rendimento capaz de sustentar as famílias.

No quadro do Programa de Investimentos Públicos (PIP), quais são as prioridades para o município de Benguela?

Queremos ter uma Benguela como um espaço urbano com sentido integrador. Para que tenhamos esse espaço, temos que fazer investimentos. Por exemplo, o turismo' para que continue a ser forte no município temos de melhorar as nossas infra-estruturas. O município de Benguela está ao nível do mar, sendo afectado fortemente pelas chuvas. Por isso, temos que fazer investimentos na melhoria da drenagem das águas pluviais.

Como deve saber, é uma actividade que muitas vezes nem está adstrita ao Governo provincial, mas ao nível central. Quando assim acontecer e os investimentos que fizemos nas praças, calçadas e noutros locais públicos, teremos a oportunidade de investir mais. noutros sectores e teremos uma cidade em crescimento. Assim teremos uma Benguela boa para se viver. Não menos importante, são os investimentos no sector da energia eléctrica, que pode alavancar toda actividade económica. Sabe que o custo com a energia, de forma transversal, acaba por elevar o preço de quase todos os produtos. O défice que existe hoje, em termos de energia, faz com que os operadores económicos tenham que trabalhar com fontes alternativas' elevando os custos das suas actividades. Tudo isso numa fase em que há défice nos combustíveis, fazendo com que os investimentos na energia sejam prioritários. Só vamos mexer um pouco mais com anos a economia se nos abirmos mais. Temos de ir buscar empresas na Europa, na Ásia, na América. E os angolanos conseguem. Recentemente, muita gente viajava para Dubai, China e outros países, em busca de produtos para comercializar aqui no país. Porque não estabelecer parcerias com fornecedores locais e passarmos a representá-los aqui? Penso que seria uma óptima ideia.

O município de Benguela é muito procurado em determinados períodos do ano em razão da sua vertente turística. No entanto, há momentos em que os hotéis, resorts e outros registam uma taxa de

ocupação muito baixa. Como assegurar uma taxa alta durante o ano?

Entendemos que temos de continuar a promover, durante o ano civil, um conjunto de iniciativas que possam trazer cada vez mais gente a Benguela. Durante a passagem de ano, Benguela recebe largas centenas de pessoas de vários pontos do país, nomeadamente, Luanda, Huambo, Bié, Cuanza-Sul, Huíla, Namibe e até mesmo do Cunene. Há também gente que vem do exterior. Além disso, estamos a fidelizar o nosso Carnaval para fazer dele uma marca para que seja um bom postal de visitas. "O Maio é Benguela", foi criado exactamente na perspectiva do fomento do turismo, para que num período de 70 dias (antes e durante as festas da cidade) possamos ter Benguela altamente movimentada, com um conjunto de actividades atractivas. Temos Sol, Mar, belas praias e uma estrutura arquitectónica única da cidade de Benguela. Temos um museu que encerra em si história sobre o tráfico negreiro, o cais que simbolizava o tráfico, a Igreja do Pópulo, que completou 400 anos em Maio. Além disso, importa dizer que a taxa de ocupação de Quinta-feira a Domingo é sempre média alta. Enfim, precisamos de complementar todo este esforço com infra-estruturas e preços mais competitivos. Mas, só teremos preços competitivos se melhorarmos o fornecimento de energia e água, para que o turista não perca o prazer. Todavia, estão a ser feitos vários investimentos nestes dois sectores que são fundamentais para a economia.

## 8.28 ENDE arrecada em média 2 milhões kz/dia com taxa de lixo

*Jornal A República*

*09 De Junho de 2017*

*Fonte: VE*

A Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE) está a arrecadar, em média, mais de dois milhões de kwanzas por dia com a cobrança da taxa do lixo, na centralidade do Kilamba, revelou, ao VE, fonte da empresa. Os actuais resultados, segundo a fonte, são decorrentes de dívidas acumuladas por parte dos moradores, referentes a Fevereiro, Março e Abril, cujos valores passaram a ser cobrados, de uma só vez, desde o mês passado. A medida, que começou a vigorar em Fevereiro, não tinha sido, até então, extensiva à centralidade do Kilamba, devido a questões técnicas, segundo as informações oficiais. Entretanto, a activação do processo gerou uma série de protestos por parte dos moradores face à exigência de terem de pagar o acumulado de três meses,

vetando-se a compra de recargas de electricidade aos 'incumpridores'.

A ENDE possui, em Luanda, 500 mil clientes cadastrados no sistema da também chamada Taxa de Serviço de Limpeza (TSL). No sistema antigo, a empresa emitia apenas 50 mil facturas por dia, mas o processo de facturação chegava a durar 12 dias. O VE tentou apurar o valor total da arrecadação da taxa do lixo, em Luanda, no entanto, sem sucesso, face à recusa do governo da província em comentar o assunto.

Posicionamento idêntico teve o responsável do gabinete de comunicação institucional e marketing e publicidade da ENDE, Pedro Bila, empresa a qual foi atribuída a responsabilidade de cobrar a taxa de lixo juntamente com a factura de electricidade.

## 8.29 ELISAL acusada de efectuar despedimentos injustos

*Jornal O PAÍS*

*14 De Junho de 2017*

*Texto: Domingos Bento*

Um grupo de trabalhadores está a acusar a direcção da Empresa de Saneamento e Limpeza de Luanda (ELISAL), na pessoa do seu coordenador, Manuel Caterça, de efectuar uma vaga de despedimentos injustos, sem contudo avançar com os reais motivos deste procedimento.

De acordo com o grupo, os despedimentos ocorreram depois da realização de uma greve generalizada, em Março último, em que estiveram envolvidos cerca de 50 trabalhadores que exigiam o pagamento dos salários em atraso. No entanto, depois deste acto, a empresa resolveu expulsar Domingos Lando Miguel, Maurício Tavares e Luís Armindo por serem conotados como os mentores da greve.

Antes da expulsão, os funcionários contaram que não receberam nenhuma comunicação prévia, nem foram sequer indemnizados.

Luís Armindo, um dos demitidos, disse que durante esse tempo têm vindo a buscar satisfação junto da empresa sobre os reais motivos dos despedimentos, mas a entidade empregadora recusa-se a atendê-los, tendo para o efeito instruído os guardas e alguns agentes da Polícia a interditar o acesso do grupo despedido ao interior da empresa.

No entanto, para Luís Armindo, a atitude "musculada" dos responsáveis da ELISAL está a pôr os trabalhadores numa situação difícil, já

que não encontram espaço para tentarem um diálogo e repor a legalidade. Em busca de solução, o grupo disse já ter recorrido ao tribunal de Luanda, mas o processo até ao momento não anda.

"Se fomos desempregados por fazermos' parte da greve, então que despedissem toda a gente. Não é possível que num grupo de 50 trabalhadores envolvidos na greve apenas três pessoas são demitidas. É uma autêntica injustiça", frisou.

De acordo ainda com Luís Armindo, esta não é a primeira vez que a empresa se mostra injusta com o grupo de trabalhadores expulsos. Estes, conforme explicou, já foram muitas vezes acusados de práticas falsas. "Eu próprio já fui acusado de ter furtado coisas na empresa. Mas quando foram buscar a verdade descobriram que as acusações eram falsas. É sempre assim. Somos constantemente alvos de acusações. Inclusive já fui preso de forma injusta".

Por seu lado, Maurício Tavares disse que no dia da greve encontrava-se de repouso médico. E que não sabia que os colegas haviam efectuado uma paralisação generalizada. Mas ainda assim foi igualmente expulso sem receber nenhuma indemnização.

"Foi a empresa que me dispensou porque estava doente. Quando regresssei fui surpreendido com uma nota na vitrina a dizer que eu tinha sido despedido, mas a empresa não avançou com nenhum motivo que levou a esta situação.

Quando tentei saber sobre as motivações, a directora dos recursos humanos obrigou-me a assinar uma carta sem antes eu ler. Recusei e expulsaram-me da empresa", atestou.

Sem alternativas, os trabalhadores exigem justiça e que a legalidade seja reposta porque, conforme explicaram, já tentaram várias vias de negociação junto da entidade empregadora, mas esta recusa-se a ouvi-los.

Uma medida justa

Contactado pelo OPAÍS, Manuel Caterça, coordenador da comissão de gestão da EUSAL, disse, sem avançar muitos detalhes, que a situação dos trabalhadores em causa é do seu conhecimento e que a rescisão dos contratos dos mesmos foi um procedimento justo à luz dos interesses da empresa.

Segundo o responsável, a EUSAL é dirigida por pessoas de bem e que não efectua qualquer procedimento arbitrário no exercício da sua actividade.

"Então pensamos que foi uma medida justa que a empresa tomou. Se os cidadãos já fizeram recurso à direcção da empresa e ao tribunal e não houve solução é porque a responsabilidade é deles. Fora isso, não temos absolutamente nada a comentar", explicou.

Já Henrique António, presidente da Comissão Sindical, fez saber que os funcionários foram despedidos por desobediência. Conforme explicou, depois da greve, a empresa convocou uma reunião com todos os trabalhadores, mas os três demitidos não compareceram, nem justificaram as ausências. "Logo, chegou-se à conclusão de que eles foram os agitadores da greve. E a empresa achou por bem rescindir os contratos. Mas o ponto fulcral foi mesmo questões de desobediência"

### 8.30 ENDE exige pagamento da taxa do lixo

*Jornal Folha8*

*17 De Junho de 2017*

*Texto: Idalina Diavita*

A empresa angolana de Distribuição de Energia Eléctrica (ENDE), desde o início do mês em curso que está obrigar a população fazer o emolumento da taxa de recolha do lixo. As facturas juntam o consumo de electricidade e o custo do lixo. Actos deste género têm criado muitos constrangimentos aos clientes.

Não vou pagar nenhuma taxa de lixo. Não tenho condições para tal. Antes de criar modelos, o governo deveria 'fazer um balanço de quantos jovens desempregados existem em Angola', desabafou o cidadão Simão Beto irritado com a situação.

Por sua vez, Ana Gomes, moradora do Bairro Popular, mostrou-se insatisfeita com atitude da ENDE:

"Fui obrigada a pagar 6000 Kwanzas dos quatro meses cobrados pela ENDE, referentes à taxa do lixo. Cada mês paguei 1500 Kwanzas, a funcionária que me atendeu disse que não poderia activar o pagamento da energia sem antes ter pago o valor do lixo",

João Beto; residente no Bairro Rocha, lamenta o facto de que a ENDE não tenha comunicado aos clientes a cobrança da taxa do lixo dos meses ele Janeiro a Abril elo corrente ano.

E complicado o que a ENDE está a fazer com os consumidores, não temos dinheiro para pagar o que

eles estão a pedir, fui pagar a energia deste mês e fiquei surpreendido porque eles exigiram que eu pagasse o custo do lixo de Janeiro até a data presente", esclareceu.

O presidente da Associação Angolana de Defesa dos Direitos dos Consumidores (AADDJC), Diógenes de Oliveira, diz que a cobrança feita pela ENDE é ilegal e não pode ser exigida; aos cidadãos.

"A Lei n. 15/03, de 22 de Julho, diz que o contrato que o cliente da ENDE tem é simplesmente de fornecimento de energia, por isso não se pode condicionar a prestação de serviço por falta de pagamento da taxa do lixo", explicou, acrescentando que a este estratagem se atribui o nome de "venda casada".

"Mesmo estando perante um Decreto-Presidencial, disposição que deu asas a tal cobrança, ainda assim tal acto é ilegal. O que foi contratado pelo consumidor com a ENDE era simplesmente o fornecimento de energia eléctrica e nada mais", garante.

G F8 contactou o director gabinete de comunicação e marketing e relações institucionais da ENDE, Pedro Bila, que alegou que não deve dar nenhuma informação sobre o assunto.

"Não; o da nossa autoria responder por este assunto. O Governo Provincial de Luanda tem um gabinete que deve responder por isso. A ENDE apenas cumpre ordens", afirmou.

De relembrar que os valores aprovados foram de 2 500 kwanzas para os bairros de Alvalade, Mártires do Kifangondo, Chicala, Cassenda, Iº de Maio, Maianga, Samba, Bairro Azul, Praia do Bispo, Mutamba. Coqueiro, Marginal de Luanda, Maculusso, Cruzeiro, Bairro Militar, Comandante Valódia, Bairro Operário, São Paulo, Combatentes, Vila Alice, Nelito Soares, Bairro Popular, Terra Nova, Benfica, Zona do Patriota, Futungo, Morro Bento, Urbanização Nova Vida, Vida Pacífica e as Central idades do Kilamba e Sequele.

Já nos municípios de Cazenga, Viam, Cacucaco e Belas passaram a ser cobrados na factura da electricidade 1500 kwanzas, Enquanto que nos municípios de Quiçama e Icolo e Bengo serão arrecadados 500 kwanzas.

Para as micro-empresas, o imposto sobre os serviços de limpeza e saneamento, está afixada em 12500 kwanzas, a pequenas empresas, institutos e estabelecimentos públicos 18.000 Kz e as médias empresas está reservada uma taxa de 40. 250 KZ.

Por cada unidade imobiliária, a taxa cobrada é de 3 500 kz, paga pela administração de cada condomínio, independentemente da circunscrição administrativa em que está localizada. Às grandes empresas está apontada a taxa máxima de 164 mil kwanzas.

### 8.31 A tarifa do lixo e da energia estão a dificultar a nossa vida

*Jornal Visão*

*23 De Junho de 2017*

*Texto: Domingos Miguel*

Segundo constatou este jornal, a aprovação da tal lei caiu como um balde de água fria aos moradores do bairro Kala-Wenda, no município do Cazenga.

Ali, o preço oficial da tarifa do lixo é de 1.500.00kz, ao passo que o da energia ronda aproximadamente à 3.500.00kz mensal.

De acordo com moradores, a maior preocupação prende-se na situação económica dos moradores do bairro acima referido, muitos dos quais, de baixa renda, bem como o alto custo das tarifas em causa.

Outra questão levantada por alguns munícipes, deste município que em tempos idos já foi considerado o mais populoso de Luanda, é a fixação da tarifa de energia, "porque nós que usamos o sistema pós pago, temos constatado alguma oscilação no pagamento mensal da energia", explicaram, realçando que num mês, por exemplo, podem pagar 2.300,00kz e noutro 3.000,00kz, o que para muitos é um valor muito alto.

Para Wedino André Mbala, a tarifa da energia seria no mínimo de 1.500.00kz mensal, uma vez que, "Angola também é um dos maiores produtores de energia em África", e para a tarifa do lixo, o valor mínimo adiantado por ele seria 500.00kz e não os 1.500.00kz actuais.

"Tenho a certeza que ao pagar estes valores o Estado não sairia a perder, porque o lixo depois de recolhido é reaproveitado para transformações de outras matérias-primas", explicou, para depois dizer que, em muitas áreas, mesmo sem a recolha a ser efectuada pela Elisal, os moradores são obrigados a pagar.

As tarifas são pagas em separado

Relativamente ao pagamento, em simultâneo, das tarifas de energia e do lixo, tem havido muitas complicações, tanto para os moradores, como para os próprios funcionários das agências de energia distribuídos um pouco pelos bairros.

Alguns moradores, por exemplo, afirmam que ao pagar a tarifa da energia, estarás automaticamente a pagar também a tarifa do lixo em função dos valores altos que lhes são cobrados na altura do pagamento da energia eléctrica.

Para perceber melhor esta questão, o Jornal Visão ouviu Aires Daniel, recepcionista de uma agência de distribuição de energia da ENDE (Empresa Nacional de Distribuição Eléctrica) que esclareceu o seguinte:

"As tarifas da energia é da inteira responsabilidade do Ministério da Energia e Águas e as tarifas do lixo é tutelada pelo Governo Provincial de Luanda", disse, acrescentando que o único ponto que converge é o facto das tarifas serem ambas pagas nas instalações agências da ENDE nos bairros de Luanda.

### 8.32 Cacuo com saneamento básico a bom rumo

*Jornal Grandes Notícias*

*23 De Junho de 2017*

*Texto: Inácio Cândido*

O director municipal do ambiente e resíduos sólidos, Martinho de Brito Gerónimo, em entrevista a este jornal, informou-nos que o saneamento básico a nível do Município de Cacuo está aceitável e tem sido uma das maiores preocupações do administrador Carlos Alberto Cavuquila que tem orientado em

primeira mão o que são os pontos críticos de saneamento fundamental na sua área de jurisdição que são os aprofundamentos de valas de drenagens, gestão de resíduos sólidos, a manutenção das vias secundárias e terciárias a onde os munícipes têm tido grandes dificuldades de acessos. Para a realização destes serviços o Município de Cacuo conta com quatro empresas como A BEL, UTGSL, Rota Ambiental e a UTECOM todas elas são empresas estatais.

Martinho de Brito Gerónimo, acrescentou que todas as manhas, tem reunido com os directores das empresas que na qual colabora no sentido de manter a municipalidade limpo para traçarem metas e locais de trabalho e a concessionária num futuro próximo vai procurar colocar também algumas empresas privadas para ajudar a manter o Município de Cacuo mais lindo e belo.

Por outro lado, o director frisou ainda que as igrejas que também estão localizadas na Municipalidade de Cacuo não ficam de fora porque todos os finais de semanas procuram sempre um local para fazerem a limpeza e que agora isso virou uma moda dos



religiosos daquela circo inscrição. Os militantes do partido MPLA, a JMPLA e algumas pessoas singulares também têm vedado esforço na limpeza a nível da Orla Marítima e nas pedonais (pontes aéreas) que existem tem todo o município mais ao norte de Luanda.

O responsável disse ainda que estão a levar acabo um programa que já vem desde o ano passado para acabar com todas as valas que estão assoreadas e deixa-las limpa sem lixo e sem-terra para permitir os escoamentos das águas. A UTGSL e a unidade comunitária são empresas vocacionadas para fazerem as limpezas das valas de drenagens na Cidade de Luanda.

Só para ilustrar, a título de exemplo' são necessários cerca de meia centena de veículos entre camiões colectores compactadores, políguindastes, camiões rol, camiões tipo multibine, camiões com rampa e grua, camiões de varredura, pás carregadoras duplas, tractores, carrinhas pick-up, autocarros, centenas de contentores de variados tamanhos' dentre outros, disse o director. Martinho de Brito Gerónimo, fez saber ainda, que as operadoras estão encarregues da varredura manual de centenas de quilómetros de ruas e calçadas, varredura mecânica, lavagem mecânica de ruas, varredura de feiras e locais de eventos, recolha dirigi da, limpeza de praias e capina. Por enquanto o essencial é afastar o lixo das zonas residenciais, processá-los em local apropriado e garantir salubridade às comunidades.

Posteriormente terão de ser equacionadas outras soluções, como a reciclagem, o combate do excessivo recurso ao plástico e às embalagens de cartão, entre outras acções.

O administrador municipal Carlos Albento Cavuquila nas suas visitas de campo tem feito lembrar a população e sensibiliza -las no sentido de colaborarem mais no brilho da municipalidade, desde logo, a cumprirem com os horários de deposições dos lixos, que são das seis as oito horas da manhã, e nunca depositarem os lixos no chão e se não houver contento r devem colocarem os sacos mesmo ao lado das estradas, mas num saco para facilitar a sua recolha por parte das operadoras pertences ao município de Cacucaco, desabafou o director.

### 8.33 Municípes do Rangel agastados com a administração local

*Jornal Liberdade*

*23 De Junho de 2017*

*Texto: António João*

Os municípes do distrito urbano do Rangel estão agastados com a sua administração por falta de saneamento básico, valas de drenagem e, em alguns pontos, falta de iluminação, o que deixa os moradores bastante aborrecidos. Os cidadãos esperam pela resolução urgente destes problemas ou haverá um abaixo-assinado contra o administrador Francisco Manuel Domingos

Segundo Adão Pedro José, mais conhecido como "Mais Velho Adão", morador do mesmo distrito (Rangel), há mais de quarenta anos, a população há muito que espera, por parte da administração, uma clarificação sobre os projectos que têm para o distrito e quais as razões que os levam a não resolver os problemas básicos da população. "Rangel é um bairro antigo.

Daqui já saíram grandes dirigentes deste país, mas é um distrito que tem duas caras: por fora mostra-se jovem, mas por dentro já é um velho que anda com bengala. Se olhar-se para esta rua (Ngongo), perceberão o que estou a falar; uma rua sem vala, sem pelo menos estar nivelada. Sai um administrador, entra outro e nada muda, este é o nosso Rangel, bairro acabado"; lamentou.

O "Mais Velho Adão" lamentou também o facto de ainda existir muitas casas de madeira na sua jurisdição que, mesmo estando em tempo seco, as ruas estão sempre alagadas e as senhoras vendem alimentos perto do lixo. "Falo em velhice do Rangel por várias razões: aqui nós ainda temos muitas casas de madeira, se houver um incêndio queima tudo, até as pessoas", alertou.

"Queremos ver o nosso distrito muito bem em termos de infraestruturas, boas estradas e muito mais", apelou.

Ainda na rua do Ngongo, encontramos a senhora Luzia de Assis Amaral, de 69 anos de idade. A anciã informou que a população tem feito limpeza, mas sem apoio da administração. "A administração deveria fazer muito mais para o município, nós estamos muito mal, veja-se que estamos em bom tempo, mas as ruas estão todas alagadas, eles vivem em apartamentos climatizados e só andam em sítios asfaltados, não conhecem bem a realidade do Rangel", afirmou.

A anciã disse ainda que nem tudo está mal no Rangel, houve diminuição significativa no que concerne a bandidagem por causa da energia eléctrica. "Não podemos apontar apenas o dedo às coisas negativas, mas igualmente às positivas. Melhorou muito a questão da bandidagem, a energia é aquela, vai sempre, mas também vem. O Rangel de hoje nunca se equipara com o de antigamente, que dava muito gosto", salientou.

Contactado o administrador do distrito do Rangel, Francisco Naval, o mesmo disse que "há falta de meios para a reabilitação das ruas como tractores, caterpilares, lixadeiras, furadeiras e muito mais"; justificou.

O responsável do distrito aconselha os munícipes a aguardarem, enquanto se está a fazer obras numa rua. "As outras devem aguardar, pois a reabilitação é feita paulatinamente e não simultaneamente". O mesmo apela à calma e colaboração de todos os munícipes para melhor co-habitação.

### 8.34 ENDE procura resgatar dívida junto de clientes

*Jornal de Angola*  
27 De Junho de 2017

A representação da Empresa de Distribuição de Electricidade (ENDE) na província da Huíla quer resgatar uma dívida de quatro mil milhões de kwanzas contraída por vários clientes, para poder realizar os planos de expansão que traçou.

A empresa informou que sector empresarial é o maior devedor, com um valor estimado de três mil milhões de kwanzas, seguido pelo particular, que conta perto de 70 mil clientes, dos quais 21 mil já inseridos no sistema pré-pago, na cidade do Lubango.

A ENDE está instalada na província da Huíla há cerca de um ano, altura em que começou a tarefa de recuperação da dívida, dando aos clientes as melhores modalidades de pagamento, nomeadamente a de prestações, que está a ser amplamente abraçada.

Para o sistema pós-pago, os clientes estão a pagar 50 por cento da dívida e o restante passou para as várias prestações, com prazos acordados, enquanto o pré-pago desconta, automaticamente, 35 por cento do valor de cada recarga a efectuar.

O director provincial da ENDE, Francisco José Fernando, disse à Angop que; apesar da dívida, a ENDE vai trabalhar próximo dos consumidores' evitando o recurso à interrupção no fornecimento do produto. Para concretizar tal propósito, a ENDE

desenvolve um amplo plano e permanente trabalho de sensibilização e de educação da população.

A ENDE na Huíla distribui a clientes dos municípios sede da Humpata, Quipungo, Chibia e Matala a electricidade produzida pela Barragem Hidroeléctrica da Matala, que possui dois grupos geradores energia de 27,2 megawatts cada, e por duas centrais térmicas localizadas no município do Lubango, que gera, cada uma, 40 megawatts.

## 9. GÉNERO E VIOLENCIA

### 9.1 Marginais aterrorizam bairro Ramiros

*Jornal O PÍS*

*6 De Junho de 2017*

*Texto: Milton Manaça*

Cinco residências foram assaltadas na mesma noite no último fim-de-semana, no distrito urbano do Ramiros, sendo que numa delas resultou no ferimento grave do jovem Gildo Carlos Gonçalves, 21 anos, que foi baleado num dos membros inferiores quando tentava impedir que os marginais levassem os haveres de casa.

Gildo Gonçalves ficou com a bala encravada no interior do seu corpo impedindo-o de se locomover, enquanto os seus familiares eram aterrorizados pelos marginais. "O Gildo ficou lá fora com um deles que desmontava a placa do carro, enquanto as minhas filhas, meu marido e eu, lutávamos com os outros aqui dentro", explicou Maria Gonçalves, mãe do jovem, acrescentando que é a segunda vez em dois meses que a sua casa é assaltada por homens armados. Maria Gonçalves referiu a OPAÍS que o principal objectivo da quadrilha era levar a placa de uma viatura Land Cruiser Prado do casal. Todavia, acabaram por levar também 300 mil Kwanzas do salário do meu marido, mais 20 mil da contribuição dos fiéis da Igreja Católica eram para a construção do centro paroquial.

Os marginais drogaram os cinco cães de casa para que não reagissem no acto do assalto. O grupo de vizinhos que foi em busca de ajuda policial, alertados pelo esposo de Maria Conceição, encontraram apenas dois agentes que lhes informaram que não podiam abandonar o posto. Na mesma noite, outras quatro residências foram assaltadas, tendo numa delas sido vítima um cidadão de nacionalidade maliana.

Administrador solicita calma Contactado, o administrador do distrito, Miguel de Almeida, disse que estão em curso estratégias junto do comando da Polícia local para combater a tendência da criminalidade e pediu calma à população. Miguel de Almeida disse que face a falta de patrulhamento e a suposta exiguidade de agentes no posto, só a Polícia poderá reagir, tendo acrescentado que o crescimento da população, decorrente da nova divisão administrativa, levará a Polícia rever a sua actuação.

"Não vamos divulgar a estratégia para não despertá-los. A Polícia não pode prever quando o meliante vai atacar, mas estamos atentos à situação", garantiu.

### 9.2 Ministro do Interior decreta combate contra especulações

*Novo Jornal*

*9 De Julho de 2017*

O ministro do Interior, Ângelo de Barros Veiga Tavares, exortou os efectivos do seu pelouro a prestarem à população informações pontuais e credíveis, por forma a evitar-se especulações nas redes sociais.

Ângelo Veiga Tavares fez este apelo durante a cerimónia de apresentação do Plano de Comunicação do Governo, evento que serviu, de igual modo, para o lançamento do primeiro Conselho Consultivo Alargado do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa do Ministério do Interior (MININT) realizado esta semana, em Luanda.

"Deveremos ser nos os primeiros a prestar as informações ao público para, assim, evitarmos algumas especulações, informar primeiro e com verdade na perspectiva de as informações secundárias e sem verdade não vingarem ou serem bastante difundidas. Não se pode dirigir qualquer instituição sem nenhuma capacidade adequada de comunicar ou interagirmos melhor com o nosso destinatário, que é a população", notou. A governante considerou existir um crescimento considerável das tecnologias da informação, contestou, porém, o uso inadequado das mesmas que, segundo afirmou, tem sido a causa de conflitos dentro das organizações. "Hoje, felizmente, as tecnologias de informação cresceram, mas têm sido utilizadas de forma inadequada, dividindo às vezes as pessoas e criando conflitos dentro das organizações, por isso é preciso estarmos atentos a esta série de situações que se vive", disse o ministro que também sublinhou a necessidade de se reforçar tal medida em ano de eleições,

"Estamos num momento particular da história do país, dentro de pouco tempo, iremos realizar as eleições gerais. Por isso, achamos bastante oportuno reforçarmos a capacidade dos nossos quadros a distintos níveis, no sentido de sabermos comunicar. Nós, ministério do Interior, temos uma responsabilidade muito grande sobre os nossos ombros de assegurar o processo eleitoral e iremos fazê-lo com todo o afinco", concluiu o ministro. A.P.

### 9.3 Mais de 10 mil armas de fogo recolhidas na Huíla transformadas em enxadas

*Jornal O PAÍS*

*14 De Junho de 2017*

*Texto: João Katombela*

A comissão Provincial Para o Desarmamento da População Civil procedeu ontem, Terça-feira, na cidade do Lubango, província da Huíla, a destruição de um total de onze mil e 965 armas de fogo de diversos calibres entregues voluntariamente pela população, no âmbito do Programa de Desarmamento populacional iniciado em 2008.

Os destroços deste material bélico, de acordo com o segundo comandante provincial para a Segurança e Protecção, vai ser transportado para a capital do país, onde, numa siderurgia, vai ser transformado em instrumentos agrícolas como enxadas e catanas.

Durante o acto de destruição do referido material bélico, realizado pelo Comando Provincial da Polícia Nacional, em parceria com a organização não governamental "Halo Trust", o segundo comandante Provincial para a Intervenção e Protecção, subcomissário Lino Gonçalves de Matos, disse que foram recolhidas, só neste trimestre, cerca de 36 mil munições.

No mesmo tempo de entrega voluntária, acrescentou o responsável que foram recebidos, pelo Comando Provincial da Polícia Nacional, mais de 20 mil carregadores e vários engenhos

explosivos. "De 2008 a Maio deste ano foram recolhidas cerca de 10.010 armas de calibres diversos, 20.049 carregadores, 36.096 munições, 881 explosivos diversos. Nos dias 8,9 e 10 de Junho, foram recolhidas pela Polícia 165 armas de calibres diversos, 3.149 carregadores, 4.227 munições e 1.188 explosivos diversos, que hoje estão a ser destruídos e cujos destroços serão levados para Luanda, a uma siderurgia, para serem transformados em utensílios de trabalho no campo.

Por outro lado, o subcomissário sublinhou a necessidade de os cidadãos que ainda possuem armas de fogo na província da Huíla continuarem a optar pela entrega voluntária, com vista a se criar um clima de paz e tranquilidade, tendo em conta o actual momento político que o país está a viver.

Lino Gomes explicou que, apesar dos esforços da Polícia Nacional, em desarmar a população' ainda existem pessoas que possuem, de forma ilegal, armas

de fogo, o que tem causado um crescente número de homicídios com recurso a elas.

O oficial superior da Polícia na Huíla lembrou que a posse ilegal de armas de fogo constitui crime punível pelo Código Penal angolano.

Para se evitar a mão pesada da lei, o interlocutor aconselha a todos a pautarem-se por uma conduta de paz, através da entrega voluntária das armas de fogo nas diversas esquadras da cidade, comandos municipais e às autoridades tradicionais, tendo louvado todos os cidadãos que colaboraram para o sucesso da actividade.

### 9.4 Marginais patrulham Cacucaco enquanto a Polícia dorme

*Jornal Liberdade*

*23 De Junho de 2017*

*Texto: Escrivão José*

O cidadão Pedro dos Santos, morador do bairro Pedreira, entre outros munícipes de Cacucaco, recentemente foram encontrados cinco jovens mortos no bairro Pedreira e até agora a Polícia Nacional não descobriu os assassinos. "Pensamos que este será mais um caso como tantos outros que temos assistido aqui no nosso município", referiram. Já Bernardo Francisco, morador do bairro Paraíso, salientou que na referida área os marginais substituem a Polícia no calar da noite. "Nós vivemos aqui momentos de terror, os agentes da Polícia só estão preocupados em prender os jovens que prestam serviço de moto-táxi para extorquirem valores e deixam o povo ao Deus dará", afirmou.

Numa ronda efectuada pelo Jornal Liberdade no município de Cacucaco, os moradores afirmaram que o sentimento naquela circunscrição é de medo e pânico quando a noite chega, porque não se sabe quando é que alguém será a próxima vítima dos "homens do alheio", porque até em plena luz do dia assaltam.

Já o morador do bairro Boa Esperança, Lando Kiala, que já caiu nas mãos dos marginais, disse: "Eu fui assaltado em plena luz do dia na Vila de Cacucaco por baixo da ponte. Os marginais vieram de moto, colocaram-me, receberam o computador e foram embora normalmente. Portanto, em termos de segurança aqui não temos, porque os agentes da Polícia Nacional estão desorientados".

Jovem encontrado morto no Malueca



Nesta última terça-feira, 20 do corrente mês, foi encontrado morto no bairro Malueca, no município de Cacuaco, mais um jovem que aparentemente tinha, em vida, 25 anos de idade.

Segundo os moradores daquela área, o mesmo não vivia ali e foi no calar da noite que ouviram tiros. "Quando acordamos encontramos muito sangue espalhado na rua e metros depois vimos o cadáver no chão"; contaram. "Gostaríamos de pedir ao comandante provincial de Luanda a fortificar a patrulha nos bairros da preferia, porque nós não estamos a dormir por causa dos delinquentes": apelou Domingas Pascoal.

Desconhecidos matam polícias

Foi neste município que três agentes da Polícia Nacional foram mortos por elementos não identificados, no município de Cacuaco, bairro do Paraíso. Os três agentes, Finda Pedro João, Augusto Gomes Neto e Dário dos Santos Faria, estavam de serviço na zona.

Os moradores do bairro relataram que começaram a ouvir disparas por volta das 2h00 da madrugada. "Não vimos nada, nem sabemos explicar o que aconteceu. Ouvimos apenas os tiros, mas muitos tiros mesmo. Nem desconfiávamos que tinham atacado a esquadra da Polícia. Nunca ouvi assim tantos tiros"; contou uma mulher, de 28 anos. Na zona, a população mostrava-se indignada com o bárbaro homicídio. Todos se perguntavam quem é que teria cometido o crime. Mas, a verdade é que até agora não há rasto de quem provocou a morte dos três agentes da Polícia Nacional à queima-roupa. No local, eram visíveis as condições precárias em que os agentes trabalhavam.

## 9.5 Medo e clima de insegurança dominam bairro da pedreira

*Novo Jornal*

*23 De Junho de 2017*

*Texto: Isabel João e Osmar Edgar*

O bairro da pedreira está localizado no município de Cacuaco, a cerca de 18 quilómetros a norte do centro da cidade de Luanda, com uma população aproximada em 882.398 habitantes, de acordo com o portal oficial do município de Cacuaco. O bairro cresce em extensão e, ao mesmo tempo, o índice de criminalidade vai aumentando, com episódios diários de violência.

Eram 9h00 da manhã, quando a equipa de reportagem do Novo Jornal se dirigiu à zona da

Pedreira, no município de Cacuaco. A mesma área em que, na passada quinta-feira, foram mortos cinco jovens, com idades compreendidas entre os 15 e 27 anos, por elementos até hoje desconhecidos pelas autoridades policiais.

As vias, cujos buracos obrigaram a equipa de reportagem a grandes 'ginásticas', denunciam o estado do bairro no que diz respeito a acessos, embora fosse possível ver homens e máquinas a trabalhar para a melhoria deste quadro. A moradora Jeny, de 21 anos e grávida de cinco meses, foi quem nos serviu de guia, e, ao longo do passeio, foi-nos mostrando a localidade e as poucas infra-estruturas que lá existem.

Pelas ruas, é possível notar o medo e a tentativa de promover a segurança: casas com cobertura, janelas e portas gradeadas. "Tornou-se comum ouvir as pessoas comentarem sobre roubos de carros, violações, mortes e assaltos às poucas cantinas que aqui existem", conta a moradora Esperança António, de 50 anos idade.

A já antiga moradora da Pedreira lamentou a crescente onda de criminalidade a que se assiste no bairro. "Eu fico muito triste com as coisas que acontecem. O bairro já foi muito tranquilo, mas hoje há muitas mães que choram, muita violência, muita desintegração de família", disse, descontente.

O aposentado José da Silva compartilha o mesmo medo, e quase não sai de casa, principalmente à noite. "Antigamente ainda saía à noite para ir à igreja voltava, agora já não vou porque já fui assaltado duas vezes no regresso. A minha casa também já foi alvo de assaltos, e aqui, quando um marginal é apanhado, é espancado", conta.

De acordo com o morador, os crimes ocorrem a qualquer hora do dia, seja em casas e seja em cantinas, fazendo com que muitas famílias se sintam desprotegidas e à mercê da violência.

José deseja ver mais segurança, mas "a polícia só aparece quando o pior já aconteceu", segundo conta, no entanto não a culpa "porque a polícia, num bairro onde não há vias em condições, não tem como actuar". Além disso, o mais-velho defende que "o governo tem de olhar mais para a periferia" porque, explica, "aqui não temos nada: não há água potável, luz eléctrica, centros médicos nem escola".

Alunos estudam em sala de chapa

A reportagem do Novo Jornal apurou, no local, que no bairro da pedreira apenas existem duas escolas públicas. Uma é a escola n.º 4095, edificada pelo Fundo de Apoio Social, com cinco salas de aula; a outra é a n.º 4038, com três salas de aula, uma das

quais de chapa, onde se encontravam alguns alunos a estudar.

No bairro, de acordo com os moradores, não existem hospitais nem centros médicos, e a única unidade hospitalar a que podem recorrer em caso de doença é o Hospital Municipal de Cacuaco, que fica distante do bairro.

Jeny, que foi estudante da escola nº 4038 lamentou o facto de, na província de Luanda, ainda existirem crianças a estudar naquelas condições. "É inacreditável que, em pleno século XXI, na capital do país, ainda existam crianças a estudar numa sala de aulas de chapa.

Nós, os angolanos, somos pacíficos, por isso que o governo brinca com o povo". As duas escolas que existem no bairro leccionam da 1ª à 6ª classe em dois períodos, manhã e tarde.

#### Condições sodas na origem de crimes

A falta de energia eléctrica também tem preocupado os moradores, que afirmam que a rede existente no bairro é privada. O contrato custa 50 mil kwanzas e a mensalidade fica por três mil.

No bairro também não existe água canalizada e a água que os moradores consomem é proveniente de chafarizes. Um bidão de água custa 10 kwanzas.

Os moradores acreditam que um dos motivos que estão na origem dos crimes num dos bairros mais violentos de Cacuaco tem a ver com factores sociais.

"Por exemplo, nós tivemos nos últimos meses assaltos constantes às cantinas, que levaram ao encerramento de muitas delas", comentam. Um dos homicídios mais violentos registados no bairro resultou na morte recente de cinco jovens por elementos desconhecidos e mascarados. Segundo familiares, os assassinatos ocorreram por volta das 4h00 e terminaram por volta das 5h30.

Alguns familiares das vítimas acusam elementos da investigação criminal de Cacuaco de serem os responsáveis pelas mortes. O crime ocorreu na passada quinta-feira, dia 16 de Junho.

O município de Cacuaco possui três comunas, comuna Sede, Kikolo e Funda e tem 52 Bairros. Em face das denúncias dos moradores, o Novo Jornal tentou contactar o administrador municipal de Cacuaco, Alberto Cavukila, mas sem sucesso.

#### Vala do Cavukila

Os moradores dizem que o nome da vala surgiu há dois anos, depois das chuvas e das várias tentativas, sem sucesso, para contactar o administrador para acudir à situação. Em tempo de chuva, a situação obriga os populares sempre a passarem a noite ao relento no outro lado da vala.

Laurinda Cardoso, de 46 anos, disse que nome surgiu porque morreram muitas pessoas na vala e o administrador municipal tinha conhecimento e nada fazia para resolver o problema. "A população insistiu muito e ele não queria fazer nem dizia nada; zangámo-nos e achámos melhor chamar à vala o nome dele. O próprio administrador tem conhecimento porque numa das actividades do partido ele falou sobre a vala do Cavukila".

Outro morador, Bernardo Rangel, de 45 anos, que vive no bairro há mais de seis anos, também confirmou o nome da vala.

Recorde-se que no início do próximo mês o candidato do MPLA às presidenciais, João Lourenço, será apresentado aos munícipes de Cacuaco.

## 9.6 Assaltos causam insegurança aos moradores de Viana

*Jornal Visão*

*30 De Junho de 2017*

*Texto: Domingos Miguel*

Segundo apurou o jornal Visão muitas vezes a população tem feito o papel da Polícia, criando grupos de moradores interligados por via telefónica que, em caso de assalto, comunicam-se e em conjunto saem para auto defenderem-se. No entanto para alguns, isto seria responsabilidade da Polícia Nacional, que, segundo disseram, "balda-se no patrulhamento"

As vítimas, nota-se, são na maior parte das vezes, quitandeiras, Maria Chivianga, de 32 anos, confessou já ter sido vítima de vários assaltos e afirmou que na área onde vive, Rua Brasileira "há muita delinquência. Muitas vezes somos obrigados a desfazermo-nos muito cedo das vendas por causa dos bandidos", frisou.

Manuel Augusto, moto-taxista e também morador de Viana adiantou, por seu turno, que o estado de delinquência naquela circunscrição é alarmante. "Na semana passada duas motorizadas foram assaltadas em plena via pública", denunciou, acusando, tal como outros munícipes, que não sente a presença dos agentes da farda azul em caso de assalto.

Raquel André, estudante e moradora daquele que é considerado o bairro mais perigoso de Viana, há mais de 8 anos, contou ao jornal *Visão*, que estuda no centro da cidade e, por via disso, tem de sair as 5 horas, para apanhar o autocarro.

Ao que disse, já foi vítima de dois assaltos mesmo defronte a sua residência. "Aqui o bairro é muito perigoso e os marginais actuam a luz do dia e mesmo na calada da noite", sustentou, apelando a uma maior intervenção da Polícia, pois ao continuar a assim, o único mecanismo usado por ela é pedir a protecção de Deus.

Jornal contactou uma fonte ligada a Polícia naquela circunscrição e, segundo disse, a Polícia tudo tem feito para manter a tranquilidade da população, "temos feito patrulhamento, sobretudo de madrugada: explicou, apelo de seguida aos moradores para ficarem descansados pois o município não foi esquecido.

De acordo com a fonte que vimos citando, a maior dificuldade que encontram no exercício das suas actividades prende-se com o facto da população ainda não ter a cultura de denúncia, "e isso, de certa forma, dificulta a nossa chegada no local do crime e, muitas vezes deter os meliantes em flagrante delito!":

## 10. AMBIENTE

### 10.1 Administradora do Milunga devasta florestas

*Jornal Liberdade*

*9 De Junho de 2017*

*Texto: Albino Sampaio*

Os dados, vindos do município do Milunga, antiga Santa Cruz, a respeito da administradora em causa, são bastante desfavoráveis, atendendo os projectos que supostamente trarão muitos benefícios às populações e que são traçados pelo seu Executivo.

De acordo com as nossas fontes, neste preciso momento, a governadora está apenas virada para a devastação de terrenos bem como persegue tudo e qualquer um que se manifeste contrário às suas posições.

Provas disto mesmo, liderou, no ano passado, a lista de maior incómodo, na comuna de Macocola, onde exonerou um soba no bairro de Químuloambo que dista cerca de cinco quilómetros da sede comunal de Macocola.

O principal serviço da sua administração é intimidar as pessoas, sobretudo aquelas mais propensas causar reivindicações contras as suas acções administrativas e, sendo assim, procura sempre motivos para entrar em conflito com as mesmas figuras. Nesta altura, Delfina Henriques tem estado a favorecer empresas estrangeiras para a exploração e comercialização de madeira, extraída nas fazendas dos munícipes, sem que haja qualquer benefício para os proprietários.

Alguns representantes de partidos na oposição existentes no município, revelaram também que têm sido alvos sistemáticos das perseguições da administradora municipal do Milunga, Delfina Henriques, razão que faz com que não consigam instalar-se nas comunidades.

Acrescentam ainda as mesmas fontes que, actualmente, apenas a UNITA, instalou a sua sede na comuna de Macocola, por causa da determinação do seu secretário para mobilização periférica, Olavo Castigo que, por sinal, é parente da administradora. As fontes admitem que a dinâmica empreendida pelo referido dirigente do Galo Negro naquela parcela das terras do Bago Vermelho, deixou transparecer que existe uma luta titânica para a UNITA impor-se.

Tal como denunciou a população, que sendo os dois responsáveis do MPLA e UNITA aparentados, o

assunto transitou para reuniões familiares, com os devidos apelos para que cada um faça apenas o seu trabalho sem violência. Contudo, um dia destes, no calar da noite, Delfina Henriques mobilizou um grupo de jovens afectos à JMPLA que destruíram o comité municipal da UNITA, construído no desvio de Milunga.

Consta que organizações como a CASA-CE, FNLA e PRS não conseguem espaço. Mas a Convergência Ampla de Salvação de Angola (CASA-CE), depois de um aturado esforço conseguiu uma presença reduzida, admitindo que apenas o MPLA e a UNITA disputarão os votos do território nas eleições de 23 de Agosto do corrente ano.

No princípio do contraditório, fizemos de tudo um pouco para ouvir a administradora municipal do Milunga, Delfina Henriques. Porém nem atendeu as nossas chamadas e muito menos retomou as mensagens por nós enviadas. Nos próximos capítulos, prometemos retomar estas informações a partir do município em referência.

### 10.2 População de zonas costeiras aumenta o nível de poluição

*Jornal de Angola*

*9 De Junho de 2017*

A bióloga Carmem Santos alertou, na quarta-feira, em Luanda, que 80 por cento da poluição marinha têm a sua origem fora dos mares e a situação pode piorar nos próximos anos.

Carmem Santos, que falava à Angop por ocasião do 8 de Junho, Dia Mundial dos Oceanos, salientou que a situação pode piorar devido ao facto de haver um aumento exponencial da população mundial a viver perto do litoral.

A especialista em Biologia declarou que os oceanos estão actualmente ameaçados, não só através da pressão excessiva que é exercida pela pesca como também por outros fenómenos, como a destruição do habitat, a poluição e o aquecimento global.

A captura e a destruição de ninhos para o consumo de ovos e a comercialização de derivados de espécies marinhas colocam em risco o ecossistema marinho, acentuou a bióloga, apontando a incidência da luz artificial nas áreas de desova, situação que provoca a desorientação dos animais, e a expansão urbana como outros aspectos que perigam o ecossistema marinho.

Mais de 70 por cento dos peixes são pescados em excesso no Mundo, afirmou a bióloga, exemplificando que as reservas de atum, bacalhau e



peixe-espada foram reduzidas em 90 por cento no último século.

Carmem Santos adiantou que o tráfego marítimo desregrado, a poluição das praias com lixo urbano e industrial, derrame de petróleo, ruídos e vibrações resultantes da exploração petrolífera são ainda outros elementos que perigam as espécies marinhas e danificam os oceanos, afectando o ambiente de uma forma geral.

A pesca desenfreada, com redes de arrasto, o despejo de lixo tóxico, a matança, a exploração dos mamíferos marinhos, o aumento da temperatura e do nível dos mares, a acidificação dos oceanos, provocada pelas alterações climáticas, fazem também parte do rol de factores que comprometem continuamente ecossistema marinho.

A também professora universitária frisou que a efeméride mundial representa uma oportunidade para o Mundo reflectir sobre os desafios destinados ao aumento da protecção da vida marinha.

A Organização das Nações Unidas realiza, em Nova Iorque, a primeira Conferência Internacional sobre os Oceanos. Aberta na segunda-feira, o encontro termina hoje com um apelo à necessidade do reforço da protecção dos oceanos.

A organização mundial alertou há dias que o momento de agir é agora porque, dentro de trinta anos, a quantidade de plásticos nos oceanos vai ser igual à de peixes.

### 10.3 Administração põe fim ao abate anárquico

*Jornal de Angola*  
11 De Junho de 2017

A colocação de sistema de alarme contra incêndios e câmaras de videovigilância e o aumento do número de fiscais puseram fim, há já dois anos, à produção de carvão e ao abate indiscriminado de árvores no Parque Nacional do Bicuar, localizado na província da Huíla.

A garantia foi dada sexta-feira à Angop, na cidade do Lubango, pelo administrador da reserva natural, José Kandungo, que disse haver uma fiscalização permanente, com recurso à tecnologia e à presença humana, que tem mantido o controlo sobretudo das principais áreas do parque.

José Kandungo disse que existe um projecto de repovoamento de espécies de plantas que, se for aprovado, vai ser uma mais-valia. Contactos têm sido

estabelecidos com o Instituto de Desenvolvimento Florestal (ID F), com vista à aquisição de plantas para a materialização do projecto.

O administrador do Parque Nacional do Bicuar informou que, no âmbito do conhecido protocolo de cooperação com a Fundação Pantera, da Zâmbia, vai ser realizado um estudo científico para a catalogação das espécies animais e vegetais existentes na reserva natural.

O parque do Bicuar, criado em 1938 inicialmente como reserva de caça, foi elevado a parque nacional em Dezembro de 1964 e está situado nos municípios de Quiungo, Matala, Chibia e Gambos, ocupando uma extensão de 7.900 quilómetros quadrados.

Cientistas estrangeiros

Uma equipa de cientistas da National Geographic Society está, desde quinta-feira, no município do Cuvango, província da Huíla, para estudar a fauna e a flora da região, sendo a segunda presença em Angola em menos de três anos.

A equipa, integrada por 99 cientistas, está a dar, no município do Cuvango, continuidade ao trabalho que desenvolveu na província do Cuando Cubango. Na sexta-feira, os cientistas foram recebidos pelas autoridades municipais do Cuvango, em cujo encontro Steve Boyes, líder da equipa, disse que a National Geographic Society regressa a Angola para dar continuidade aos estudos realizados no Cuando Cubango.

O cientista explicou que o município do Cuvango foi escolhido por ter chegado ao conhecimento da National Geographic Society de que a localidade, banhada pelo rio Cubango, tem uma riqueza faunística e vegetal extraordinária, pelo que deve ser bem estudada e catalogada.

"Temos necessidade de fazer um trabalho árduo e mostrar ao mundo quantas espécies existem em Angola", acentuou Steve Boyes.

Para esta segunda expedição a Angola, os cientistas vão trabalhar com as comunidades e explorar o rio Cubango até à província do Cuando Cubango, onde estiveram há cerca de três anos. "Esperamos encontrar uma diversidade de animais e de plantas que o mundo da ciência ainda desconhece e lançar assim o desenvolvimento sustentável em Angola, com o sector do Turismo à frente de um processo que possa ajudar o Governo a diversificar a economia", salientou Steve Boyes, que não revelou o período de permanência na sua segunda presença em Angola.

Na reunião, o administrador municipal do Cuvango, Miguel Luís, manifestou a sua satisfação com a presença dos cientistas no Cuvango, uma realidade que vai seguramente atrair para o município investidores e amantes do turismo internacional.

#### Eucaliptos testados

Um total de 4.941 eucaliptos melhorados, provenientes da África do Sul, está a ser submetido a testes, desde finais do ano passado, nas províncias do Huambo e Benguela. Os eucaliptos vão ser utilizados em programas de repovoamento florestal, informou sexta-feira o director da empresa Estrela da Floresta. Domingos Ndedica disse à Angop que a Estrela da Floresta foi contratada pelo Fundo Soberano para gerir os polígonos exóticos das províncias de Benguela, Huambo e Huíla.

Os testes de adaptação das árvores ao clima das províncias do Huambo e Benguela decorrem dentro do programado, assegurou Domingos Ndedica. O responsável da empresa acentuou que estão a ser testados 12 espécies diferentes de eucalipto.

No final dos testes, vão ser seleccionadas as espécies que se adaptarem rapidamente às condições climáticas e que servem para ser fonte de produção de madeira em grande escala, num curto espaço de tempo. Domingos Ndedica disse que as 4.941 árvores de eucalipto melhorado estão plantadas nos polígonos florestais da Catumbela, província de Benguela, Cuima e Sanguengue, província do Huambo.

Até ao ano 2023, a empresa Estrela da Floresta pretende repovoar quatro mil hectares, nas províncias do Huambo, Huíla e Benguela, onde gere 148 mil hectares de florestas exóticas.

## 10.4 Alterações climáticas são sentidas no país

*Jornal de Angola*

*15 De Junho de 2017*

*Texto: Manuel Gomes*

Angola representa somente 0,17 por cento das emissões de gases com efeito de estufa. Contudo os efeitos das alterações climáticas já são sentidos no país de muitas formas, que são evidenciadas pelo agravamento e encurtamento dos ciclos de seca e alta precipitação, que colocam em risco a agricultura, infra-estruturas sociais e económicas e o aumento da incidência de várias endemias.

Em entrevista ao Jornal de Angola, o ambientalista e director, executivo da Fundação Kissama: Vladimir Russo, defende que a redução da emissão de gases de efeito de estufa, da produção energética actualmente muito dependente de centrais térmicas e geradores individuais, a criação de um programa de reflorestação sério e uma gestão sustentável dos recursos florestais pode também permitir ao país demonstrar, nesta área, exemplos práticos de defesa contra as alterações climáticas.

Jornal de Angola - Qual o diagnóstico que faz do estado ambiental em Angola?

Vladimir Russo - Angola continua a ser um país com uma rica biodiversidade, particularmente a nível da flora e dos seus recursos hídricos, mas que se encontra ainda refém de um planeamento inadequado que resulta numa degradação ambiental acentuada, particularmente nas zonas urbanas. E uma Angola cujo diagnóstico ambiental demonstra potencialidades e também fragilidades e cujo desenvolvimento deve estar assente nos princípios do desenvolvimento sustentável de forma a garantir a gestão sustentável dos seus recursos.

Jornal de Angola - Como Angola pode tornar-se um exemplo para o Mundo no combate às alterações climáticas?

Vladimir Russo - Uma das principais formas está relacionada com a redução da emissão de gases de efeito de estufa, da produção energética actualmente muito dependente de centrais térmicas e geradores individuais. Uma matriz energética mais limpa com fontes hídricas e solares, a curto prazo, poderá transformar Angola num exemplo na região. Por outro lado, um programa de reflorestação sério e uma gestão sustentável dos recursos florestais pode também permitir ao país demonstrar, nesta área, exemplos práticos de mitigação às alterações climáticas. Mas para que isso aconteça há uma premente necessidade de se formarem recursos humanos.

Jornal de Angola - Como tornar os problemas ambientais numa preocupação de todos e cada um?

Vladimir Russo - Deve haver uma maior responsabilização de cada cidadão, conforme estabelecido na nossa Constituição, que indica que todo o cidadão tem o dever de defender e preservar o ambiente.

Aqui, os programas de educação e sensibilização ambiental jogam um papel importante como forma de alertarem as pessoas ligação entre ambiente e qualidade de vida.

E preciso que tais programas sejam contínuos e contextualmente relevantes para cada cidadão. Esta contextualização é feita com base na prática e na experiência de recursos humanos responsáveis para a sua implementação.

Jornal de Angola - Que consequências existem para o ambiente resultantes do desordenado crescimento urbano e demográfico?

Vladimir Russo - Há duas principais consequências. A primeira, é a degradação do meio e da qualidade de vida das pessoas como resultado do aumento de resíduos sólidos e efluentes líquidos não tratados e remoção dos elementos arbóreos importantes para a manutenção da salubridade do meio. Outra consequência é a delapidação dos recursos naturais associada a uma pressão sobre o meio, que também resulta na degradação do mesmo, com consequências negativas para a saúde das populações.

Jornal de Angola - O nível de consciência em Angola sobre a preservação ambiental já é satisfatório?

Vladimir Russo - Tem estado a reduzir a cada ano, muito por culpa das dificuldades que as pessoas atravessam, pois é reconhecido que a pobreza é uma das principais causas da degradação ambiental. A ausência de programas contínuos de educação ambiental, a elevada dependência dos recursos naturais para a sobrevivência das populações e a deficiente fiscalização são algumas das razões do baixo nível de consciência ambiental.

Jornal de Angola - Como pode haver uma diminuição do número -de pessoas afectadas por doenças causadas por problemas ambientais?

Vladimir Russo - Grande parte dos problemas de saúde causados por problemas ambientais podem ser prevenidos e evitados se existir uma gestão ambiental adequada. Havendo um gestão correcta dos resíduos sólidos e dos efluentes, uma exploração equilibrada dos recursos naturais, a realização de estudos de impacto ambiental e a implementação das suas medidas de mitigação, vai resultar numa melhor protecção da qualidade de vida das pessoas. A fiscalização das actividades com impactos sobre o ambiente e sobre a qualidade de vida das pessoas é também uma forma de minimizar as questões de saúde causadas por problemas ambientais.

Jornal de Angola - A arborização das cidades angolanas adequa-se aos padrões modernos? O que deve ser corrigido?

Vladimir Russo - A arborização das cidades de Angola está longe dos padrões modernos, pelo contrário.

Primeiro, porque há mais corte e remoção de vegetação do que plantação e arborização. Para corrigir este problema, primeiro, deverão ser seguidos, critérios e boas práticas de arborização para as áreas urbanas, que incluem, tal como previsto no Plano Director-Geral Metropolitano de Luanda

(PDGML), cerca de 0,6 hectares de área verde para cada 1.000 habitantes. Depois, é necessário que a arborização seja feita com espécies adequadas ao local, seja ela rua, jardim, etc. Por último, deve haver uma manutenção adequada dos espaços verdes.

Jornal de Angola - Que grandes erros podem ter sido cometidos no período colonial em relação à arborização das cidades angolanas?

Vladimir Russo - O grande erro está relacionado com os tempos modernos em alguns países africanos: a expansão urbana. Houve necessidade, primeiro, de estabelecer as vilas e depois consolidar as cidades e isto foi feito aos poucos, desbravando áreas verdes. Todavia, há mais de 100 anos já havia planificação e a cidade não cresceu torta e sem regras e o resultado disso foram os inúmeros espaços verdes que herdámos no período pré - Independência e que, infelizmente, não tivemos a capacidade de os manter intactos. Exemplos disso são a floresta da Ilha de Luanda, a zona verde do Alvalade e muitos largos que deram lugar a parques de estacionamento e edifícios, principalmente em Luanda.

Jornal de Angola - Sendo a natureza um bem colectivo, como o Estado garante o direito um ambiente ecologicamente equilibrado?

Vladimir Russo - Assim está definido no artigo 39.0 da nossa Constituição que passo a citar: "O Estado adopta as medidas necessárias à protecção do ambiente e das espécies da flora e da fauna em todo o território nacional ( ... ) no quadro de um desenvolvimento sustentável e do respeito pelos direitos das gerações futuras e da preservação das diferentes espécies."

Jornal de Angola - Qual a importância da reciclagem para o ambiente?

Vladimir Russo - O processo de reciclagem permite que os resíduos sólidos, normalmente considerados como lixo, passem a ser considerados como matéria-prima, permitindo, primeiro, reduzir a pressão sobre os recursos e depois trazer uma série de benefícios relacionados com a criação de postos de trabalho para pessoas com menos qualificações, redução da importação de matéria-prima e geração de riqueza. Já existem alguns exemplos de sucesso no país cujos

resultados poderão ser maximizados quando a indústria tiver acesso à energia e água da rede.

Jornal de Angola - Como pode país tirar proveito económico desenvolvendo uma indústria de reciclagem forte?

Vladimir Russo - Este proveito deve começar primeiro pelo acesso à água da rede e energia eléctrica sem recurso a geradores. Depois, o Executivo deverá criar um conjunto de incentivos fiscais para quem está interessado em investir na área de reciclagem, da reutilização de resíduos e da produção energética tendo como fonte os resíduos orgânicos.

Jornal de Angola - Para si, é curial a imposição de uma taxa ecológica aos proprietários de viaturas devido à emissão de gases poluentes?

Vladimir Russo - Não, pois não há alternativas de transportes públicos acessíveis e eficientes. Por exemplo, já há bastantes críticas sobre a "taxa de circulação" pois não é visível a melhoria do estado das vias. O mesmo irá acontecer com a "taxa de saneamento", pois as pessoas vão começar a pagar e os serviços poderão não melhorar de forma imediata. Não se devem criar taxas quando não há alternativas, sob pena de apenas agravar a situação.

Jornal de Angola - Há um vazio legislativo em relação à necessidade de responsabilização de empresas que provocam danos ao ambiente, entre as quais do sector petrolífero?

Vladimir Russo - Não existe nenhuma vazio legislativo, pelo contrário, temos legislação suficiente avulsa e no sector do ambiente para punir administrativa e criminalmente quem atentar contra o ambiente. Não tem havido casos de punição exemplar, não obstante existir uma série de casos claros de poluição do meio ambiente. A grande debilidade está na aplicação da lei e na ausência de aplicação da componente criminal, isto é, a aplicação de penas que levem à cadeia quem prevarica o ambiente.

Jornal de Angola - Qual é o nível de engajamento de Angola na campanha promovida pelas Nações Unidas contra a poluição dos oceanos provocada pelo consumo de plástico?

Vladimir Russo - Praticamente nulo. Não são desenvolvidas acções concretas, particularmente as pró-activas. Estamos quase sempre a reagir aos problemas, tentando soluções rápidas, mas sem uma visão de longo prazo. Falou-se, por exemplo, da cobrança dos sacos de plástico por parte das grandes superfícies, mas o passo de aprovação de legislação não foi dado. E com isso temos plásticos em todo o

lado que acabam no oceano, no entupimento das sarjetas, na morte de aves e tartarugas marinhas.

Jornal de Angola - Qual é o índice de desflorestação em Angola? É preocupante?

Vladimir Russo - Não existem dados concretos, apesar de haver alguns indicadores obtidos através do inventário florestal realizado pelo Ministério da Agricultura. Do meu ponto de vista, analisando o que tem acontecido um pouco por toda a Angola em termos de exploração florestal, expansão urbana e agrícola e queimadas, parece-me que existe uma elevada pressão sobre os recursos florestais. Isto é agravado pela pouca expressividade das acções de reflorestação e pelas necessidades energéticas das populações rurais em termos de consumo de lenha e fabrico de carvão.

Jornal de Angola - Como desencorajar a prática tradicional do corte de árvores de forma indiscriminada para a produção de lenha e de uso do fogo para transformar terrenos florestais em terrenos agrícolas ou pastagens, entre outros?

Vladimir Russo - Para as comunidades rurais é necessário sensibilização e formação, assim como alternativas à lenha, nomeadamente fogareiros melhorados, fogareiros solares ou provimento de gás butano, aonde for possível. Para os grandes projectos agro-pecuários, de corte de vegetação e serrações ou quaisquer outros com impacto significativo sobre as florestas, deverão ser elaborados estudos de impacto ambiental, cujas medidas de mitigação deverão contar acções reflorestação e de recuperação de áreas degradadas.

## 10.5 Desertificação custa milhões de kwanzas

*Jornal Economia e Finanças*

*23 De Junho de 2016*

*Texto: Tatiana Marta e Adolfo*

*Mundombe*

O país perdeu 268 milhões de kwanzas desde 2016 até a presente data, em função do corte ilegal de árvores para uso diverso, nos polígonos florestais do Huambo, Huíla e Benguela, disse, recentemente, a directora provincial do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente, Ana Paula de Carvalho, no acto da apresentação do projecto de recuperação de florestas exóticas, pela empresa "Estrela das florestas"; no município da Caála, província do Huambo.



Salientou que, de Janeiro a Março deste ano foram plantadas 35 mil árvores de espécies diversas, com vista a repovoar os espaços vazios e a recuperar muitas das que se encontram em risco de extinção na província, no sentido de se prestar maior atenção ao meio ambiente.

"Estamos num bom caminho, mas devemos continuar a prestar muita atenção aos problemas ambientais, e acredito, que com os esforços do Governo podemos fazer muito e melhor para o bem das nossas populações e tornar o Huambo numa província ecológica", enfatizou.

O coordenador do projecto "Estrela das florestas" para as províncias do Huambo, Huíla e Benguela, Domingos Afonso" disse que foram cadastradas 12 empresas para operar numa área de 148 hectares nos polígonos exóticos destas três províncias, e a partir de Outubro, o Executivo angolano vai repovoar 200 hectares de florestas nestas regiões, que vai permitir a criação de 10 mil postos de trabalho.

O programa do Executivo reserva ainda novos investimentos em novas plantações florestais, com envolvimento das populações para alavancar este sector económico sustentável, mas ainda pouco reconhecido no país.

A ambientalista Sofia Santa reconheceu que nos últimos tempos tem havido envolvimento, ainda que tímido, da população, na preservação do meio ambiente, e acredita que com um pouco mais de esforço pode ser melhorado.

"As comunidades devem empenhar-se mais, participando em campanhas de plantação de árvores, limpeza, protecção dos espaços verdes, dentre outras", sublinhou a ambientalista.

Aponta o melhoramento das vias e da iluminação pública, mudança da imagem das estufas-frias e a plantação de novos polígonos florestais como essenciais para o bem-estar das populações.

#### Combate à desflorestação

Um total de 200 plantas das espécies de eucalipto, cedro, pinheiro, casuarinas, acácias rubras foram plantadas nos arredores da cidade do Huambo para manter o bom ambiente, repor as cortinas contra os ventos e salvaguardar a natureza, em campanha organizada pela esposa do governador provincial, João Baptista Kussumua, lida Kussumua.

A primeira-dama da província disse que em algumas artérias da cidade onde no passado haviam sido plantadas algumas espécies de árvores para

ornamentação foram vandalizadas, e há toda a necessidade de se restituir estas espécies.

A esposa do governador ressaltou a necessidade de se incutir nas crianças, jovens e adultos a educação sobre o meio ambiente e a cultura de cuidar as plantas e reconheceu a participação e contribuição dos munícipes nas campanhas de combate ao lixo.

Campanha de sensibilização Por seu turno, os fiéis da Igreja Adventista do 7º dia, em parceria com a Direcção Provincial do Ambiente promoveram também uma campanha de sensibilização sobre a importância da preservação do ambiente.

Durante a campanha, foram distribuídos alguns folhetos com informações sobre a preservação do ambiente e o cuidado a ter para se evitar doenças.

## 10.6 FAO apoia inventário florestal

*Jornal Economia e Finanças*

*23 De Junho de 2017*

*Texto: António Eugénio*

A organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) manem ajuda a Angola na realização do primeiro inventário florestal nacional e disponibilizou na primeira fase, ao Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) através do Ministério da Agricultura um apoio de mais de dois milhões de dólares.

Segundo um documento que o JE teve acesso, numa primeira fase que dura cinco anos ajudou a recolher 199 amostras, das 589 previstas o que permitirá que Angola conheça às reais potências florestais, face aos incêndios e abates indiscriminados desta riqueza.

A FAO considera promissor o trabalho até agora realizado e perspectiva continuar na operacionalização dos dados obtidos nas três fases do inventário e partilhá-los com outros parceiros e doadores de Angola, para aumentar a mobilização de financiamentos sustentáveis na área florestal.

Dados do Instituto de Desenvolvimento Florestal, indicam que como resultado da operação foram determinados mais 600 milhões de hectares de cobertura florestal e catalogadas 800 áreas das quais apenas 80 estão a ser exploradas com uma taxa anual de desflorestação abaixo dos 10 por cento.

A média de desflorestação na visão das autoridades deve pelo menos baixar na ordem de 8.2 por cento anual. Um factor que inibe o risco de extinção de algumas espécies de madeira.

O inventário tem como objectivo providenciar informações quantitativas e qualitativas sobre os recursos florestais. Angola passa a integrar o primeiro grupo piloto' dos países africanos com uma base de dados sólida fiável e com metodologias avaliadas pela FAO, que permitem consolidar e elucidar as directrizes ou políticas florestais, com maior relevância para a gestão agrícola até 2025.

#### Indicadores

De forma sustentável, o país pode produzir, anualmente, cerca de 360 mil metros cúbicos de madeira, contra os 200 mil de outros anos, revelam dados do IDF, dando garantia de maior controlo da exploração.

Contudo, aponta que a produção da madeira está muito aquém da capacidade permissível, e refere que, para a sustentabilidade, vai reforçar maior atenção aos exploradores, industriais e isolados.

A primeira fase do inventário florestal nacional, teve início em 2008, e contou com o envolvimento de 112 técnicos, 97 dos quais do IDF, 15 de outras instituições, oito especialistas internacionais da FAO de Roma-Itália e três consultores do Centro de Treinamento e Desenvolvimento de Projectos (CTPD) para a cooperação Sul.

As 199 unidades de amostra foram recolhidas em mais de 100 municípios do território nacional. A madeira é mais explorada nas províncias do Uíge, Cabinda, Moxico e Cuando Cubango.

## 10.7 Milhões de cidadão sensibilizados

*Jornal de Angola*

*17 De Junho de 2017*

*Texto: Edna Dala*

Angola aumentou gradualmente as suas zonas de conservação ambiental de seis para 13 por cento e está a criar condições para que as áreas desflorestadas sejam recuperadas, garantiu, o director nacional do Ambiente, Nascimento Soares.

Esse aumento deveu-se em grande medida a um intenso trabalho de educação ambiental que permitiu sensibilizar mais de nove milhões de pessoas desde 2008 sobre os cuidados a ter na preservação do meio ambiente, um número que Nascimento Soares considera ser "bastante bom" tendo em conta o Censo Geral da População e Habitação realizado em 2014.

"A educação ambiental é um processo de aquisição de informação e conhecimento que visa despertar a

mudança de atitude, tomada de decisão e a criação de aptidões para termos pessoas sensibilizadas e educadas dispostas a mudar em prol do ambiente", explicou.

A educação ambiental das pessoas tem sido um aspecto que tem merecido atenção especial do Executivo angolano que quer criar uma sociedade que possa estar preparada e pronta para enfrentar os problemas ambientais do seu tempo. "Para termos uma Angola segura, é fundamental as acções contínuas de educação e sensibilização ambiental", sublinhou.

O director nacional do Ambiente frisou que a responsabilidade pela preservação do meio ambiente não deve ser apenas do cidadão comum, mas de todos os membros da sociedade. Nascimento Soares apontou a poluição como um dos grandes problemas que o país enfrenta. "Angola, à semelhança de outros países, tem estado a se industrializar e com isso surgem alguns problemas como é caso dos veículos em grande número, fábricas que produzem uma série de gases que poluem a atmosfera e muitos deles causam problemas graves ao ambiente e, consequentemente, à saúde", disse.

Entre as principais questões que perigam a vida dos cidadãos, o director nacional do Ambiente apontou o grande índice de desflorestação, mas, em contrapartida, disse, existe um trabalho árduo a ser feito para o aumento das áreas de conservação, garantindo deste modo melhor qualidade de vida.

"A desflorestação, a perda da biodiversidade e a produção excessiva de resíduos estão implicados de forma directa na qualidade de vida dos angolanos. Para além disso, agrega-se também a gestão inadequada dos resíduos como um dos principais factores que colocam em risco a saúde e a qualidade de vida das populações", disse.

Nascimento Soares apontou igualmente o crescimento urbano com um dos factores da desflorestação.

Lembrou que Luanda foi concebida para albergar apenas 550 mil habitantes, mas hoje acolhe cerca de 7 milhões, o que alterou gradualmente a sua estrutura urbana.

#### Doenças ambientais

Com um ambiente sem qualidade, maiores são os riscos de as pessoas contrair várias enfermidades e é por isso que o país tem registado casos de doenças como a febre-amarela, malária, doenças respiratórias agudas, diarreicas agudas e a cólera.

Neste momento, lembrou, o Ministério do Ambiente está a trabalhar numa campanha denominada "Educar na prevenção para garantir a sustentabilidade", com o objectivo de sensibilizar as pessoas que vivem em zonas críticas para a observância de boas práticas de higiene e de saneamento.

O Ministério do Ambiente; através da Unidade Técnica e Saneamento

Ambiental, com o apoio da União Europeia, trabalhou, entre 2008 e 2014, num programa denominado "Saneamento Total" que visou educar e sensibilizar as pessoas que residem nas zonas periurbanas e rurais na observância de boas práticas de higiene e criação de condições para a construção de latrinas, evitando a defecação ao ar livre.

"Muitas acções estão a ser desenvolvidas para garantir melhor qualidade de vida da população", disse, acrescentando que o Ministério do Ambiente está a estudar estratégias para a reutilização, aproveitamento e tratamento especial das águas residuais no sentido de evitar doenças para as pessoas.

Nascimento Soares disse que o uso adequado e sustentável dos recursos naturais carece de um trabalho mais profundo, defendendo mais uma vez a necessidade de educar-se a população, os órgãos locais, os governos, empresas e outras instituições ligadas a este tipo de actividade.

Neste sentido, foi aprovado, em 2012, por Decreto Presidencial o Plano Estratégico de Gestão dos Resíduos Sólidos e Urbanos (PES-GRUS) que visa a gestão, reaproveitamento e valorização dos resíduos. "O PESGRUS é uma ferramenta muito importante que conseguiu na base dos seus eixos específicos delinear as estratégias que devem ser utilizadas para a resolução do problema da gestão dos resíduos em Angola", explicou.

O documento já está a ser implementado e na fase de descentralização com os planos provinciais e gestão de resíduos (PAPGRUS) que estão a ser elaborados por todas as províncias no sentido de criar-se mecanismos mais eficazes para a gestão de resíduos. "Estes dois documentos são bastantes importantes e podem servir de regulador da base dos planos estratégicos e da valorização dos resíduos. Um dos grandes objectivos destes instrumentos legais é reduzir o encargo do Estado na gestão dos resíduos, que é bastante oneroso", sublinhou.

Indústria de reciclagem

Nascimento Soares defende uma maior promoção de empresas e indústrias de reciclagem com vista a

garantir melhor qualidade de vida para população, criação de postos de trabalho e redução do excesso de resíduos que se produz a nível das comunidades.

"A indústria da reciclagem requer muitos incentivos, como à isenção de impostos por tempo indeterminado, a identificação das matérias-primas e seu tratamento", afirmou, acrescentando que existe um plano estratégico que já prevê o surgimento de iniciativas privadas.

"Não existe ainda fábrica de reciclagem no país, mas apenas de transformação. Já se faz sentir, em menor escala, a reciclagem do alumínio e do plástico", esclareceu, sublinhando ser vantajoso para a indústria de bebidas a reciclagem desse material no país, uma vez que tem fácil acesso à matéria-prima para o seu produto.

O director nacional do Ambiente lembrou que o Executivo está a criar as condições para implementar de forma efectiva a indústria de reciclagem em Angola.

Neste sentido, defendeu igualmente a criação de mais aterros sanitários, fábricas incineradoras e de reciclagem para valorização dos resíduos, para a produção de energia e fertilizantes que podem ajudar na agricultura. "A nível das políticas da qualidade ambiental, é preciso que se crie também estratégias mais complementares para se regular a questão dos ruídos, a poluição do ar, dos solos e trabalhar mais com a legislação, processo este que está a ser desenvolvido para dar respostas a estes grandes desafios", disse.

Alterações climáticas

A seca e a desertificação têm afectado boa parte das localidades do sul país, como o Namibe, Cunene e Benguela, um problema que tem merecido atenção especial do Executivo que traçou estratégias para mitigar as consequências das alterações climáticas.

"A zona sul do país tem estado a vivenciar episódios de secas prolongadas e, às vezes, de chuvas e tudo isso tem como base um problema global com implicações a nível nacional."

O director lembrou que Angola conta com um plano nacional de adaptação às alterações climáticas, um documento já divulgado, que conta com uma série de estratégias que responderão cabalmente às questões do clima no país. "O plano acarreta muitos custos e precisamos buscar parcerias nacionais e internacionais no sentido de se fazer face a este problema", frisou.

Cerca de 660 milhões de pessoas são afectadas por alterações climáticas, por isso o director nacional do Ambiente diz que, face a situação actual, esse número pode vir a aumentar nos próximos anos, caso não se tome as medidas necessárias.

Para além do plano nacional de adaptação às alterações climáticas, existem outros instrumentos que estão a ser adequados de acordo com as recomendações saídas da conferência anual das partes.

Nascimento Soares disse que as recomendações da conferência têm grande importância por reflectirem o protocolo de Kyoto e o Acordo de Paris, que vários Estados, incluindo Angola, ratificaram. "Angola tem estado a cumprir com a implementação de programas específicos para a redução do impacto das alterações climáticas a nível local e também incentivar para que maiores intervenientes se possam envolver na problemática, sobretudo os países mais poluídos como é o caso dos Estados Unidos da América e a China que são apontados como países com um índice de desenvolvimento bastante elevado e com uma implicação muito grande na emissão de gases", disse.

#### Apelo das Nações Unidas

O director nacional considerou positivo o nível de engajamento de Angola na campanha promovida pelas Nações Unidas contra a poluição dos oceanos, provocada pelo consumo de plástico.

Frisou que o Executivo se preocupa com as questões ambientais, mas há necessidade de fazer-se um trabalho profundo. Relativamente a esta campanha, Angola aderiu e tudo está a ser feito relativamente a questões legislativas e à operacionalização destes processos.

A campanha está a ser desenvolvida a nível dos ministérios das Pescas e do Ambiente e existem programas muito específicos no que concerne à questão da preservação dos oceanos.

Nascimento Soares disse que é necessário que cada um seja educado a colaborar para que Angola seja um país cada vez mais puro e sustentável. "Quando vemos que já não há caça furtiva tal como se faz em Angola, já não se deposita resíduos de forma desordenada, porque, quando falamos em educação ambiental, podemos trazer exemplos como as novas centralidades em que já existem estruturas concebidas mas com os contentores vazios e as pessoas colocam o lixo no chão, isso não é uma questão de falta de conhecimento, mas sim de falta de educação ambiental", afirmou.

## 10.8 Mais de um milhão afeitados pela seca

*Jornal de Angola*

*28 De Junho de 2017*

Nos últimos cinco anos, a seca afectou mais de um milhão de angolanos, sendo as províncias da Huíla, Cunene e Namibe as mais atingidas por fenómeno que constitui no país um ciclo de impacto recorrente.

Os dados foram avançados ontem pelo secretário de Estado do Ministério do Interior, Eugénio Laborinho, na abertura do seminário sobre o quadro de recuperação da seca no sul do país.

Segundo o governante angolano, essas províncias foram afectadas por um longo período, que levou o Executivo, com a participação de parceiros nacionais e internacionais, a realizar uma operação extensa de apoio à população, no sentido de enfrentar e recuperar dos efeitos negativos causados pela seca.

O secretário de Estado do Ministério do Interior sublinhou que o impacto maior da seca esteve concentrado nas comunidades mais vulneráveis "que têm maior fragilidade em geral, assim como menores níveis de resiliência."

"Uma vez que processo de resposta e atenção primária terminou, o maior desafio que enfrentam estas comunidades é o da recuperação, consubstanciado, não só, na reposição dos danos, mas na mudança necessária para evitar que o ciclo vicioso de exposição/impacto e assistência, que enfrentam todos os anos, seja convertido no reforço das condições de vida das populações, das infra-estruturas e do território em geral", disse Laborinho.

O A preparação de um quadro de recuperação, que seja resistente a novos períodos e de seca, é a "alta prioridade", acrescentou.

Eugénio Laborinho disse que Cunene este ano sofreu pouco com as consequências das alterações climáticas, resultado da formação dada à população mais vulnerável de "como se resolver o problema no tempo seco e no tempo das cheias."



## 10.9 Seca afecta mais de 1 milhão de pessoas

*Jornal O PAÍS*

*28 De Junho de 2017*

*Texto: Neusa Filipe*

O Relatório de Avaliação das necessidades pós-desastres elaborado pelo Executivo angolano apontou que mais de um milhão de pessoas foram afectadas pela seca nas províncias da Huíla, do Cunene e do Namibe, causando danos directos avaliados em 48,5 mil milhões de kwanzas e perdas no valor de 74,1 mil milhões de kwanzas.

Os dados foram revelados, ontem em Luanda, pelo secretário de Estado do Interior, Eugénio Laborinho, quando falava à margem do workshop sobre o quadro de recuperação à seca no Sul do país, realizado pelo Ministério do Interior.

O referido relatório elaborado com o apoio do PNUD, do Banco Mundial e da União Europeia aponta ainda que a província do Cunene como sendo a mais afectada, apresentando um quadro cíclico e requerendo maior apoio, uma vez que as complicações climáticas têm maior incidência nesta província.

Eugénio Laborinho avançou que o impacto esteve concentrado nas comunidades mais vulneráveis e que têm maior fragilidade em geral assim como menores níveis de resiliência.

Terminado o processo de resposta e atenção primária, o responsável afirmou que o maior desafio que enfrentam estas comunidades é o da recuperação, consubstanciado não só na reposição dos danos, mas na mudança necessária com vista a se evitar que o ciclo vicioso de exposição ou de impacto e assistência que enfrentam todos os anos, seja convertido no reforço das condições de vida das populações, das infra-estruturas e do território em geral.

"A elaboração de um quadro de recuperação resiliente, tal como está estabelecido no nosso plano nacional de recuperação, contingência, respostas e recuperação, é de uma alta prioridade", disse.

O quadro em questão, tal como informou o secretário, deverá ser elaborado como resultado dos trabalhos do workshop em curso, tornando-se no principal instrumento que vai permitir identificar as acções prioritárias, as fontes de financiamento e as entidades responsáveis pela sua implementação e seguimento.

Neste sentido, a Comissão Nacional de Protecção Civil reafirmou o seu compromisso de coordenação e articulação, conforme está estabelecido na Lei de Bases da Protecção Civil, ao passo que, os Ministérios de Planeamento e Desenvolvimento Territorial e o das Finanças assumem a co-liderança necessária para fazer desta estratégia uma realidade.

Eugénio Laborinho salientou que o Executivo angolano tem como objectivo estratégico, a longo prazo, consolidar os progressos nacionais alcançados, integrar na estratégia de desenvolvimento nacional e redução do risco de desastres, investindo, de forma activa, nas estratégias de construção de resiliência como instrumento e abordagem estrutural para o crescimento sustentável, harmonioso e inclusivo da sociedade.

"O Executivo angolano tem estado a desenvolver muitos esforços no sentido de poder minimizar os efeitos devastadores do fenómeno 'El Niño', no Sul do país", disse ainda Eugénio Laborinho, acrescentando que no ano em curso, a província do Cunene sofreu menos, graças aos avanços que já foram dados, sobretudo na formação do pessoal.

"Apesar de algumas dificuldades financeiras que temos encontrado, conseguimos dar grandes avanços no apoio logístico das famílias" garantiu.

## 10.10 Prevenir efeitos da seca

*Jornal de Angola*

*29 De Junho de 2017*

A falta de chuvas não deveria ser sinónimo de emergência e, no entanto, são muito poucos os Estados que apostam no planeamento para se adiantar à seca e evitar os seus piores efeitos, ao invés de pôr os tradicionais remédios.

Apenas 17 países têm planos nacionais para enfrentar esse fenómeno baseando-se no princípio da redução do risco da seca, destacou Daniel Tsegai, especialista da Convenção das Nações Unidas de Luta contra a Desertificação (UNCCD, na sigla em inglês).

"Há outros que alegam que têm esses planos, mas tentam somente responder às emergências ou coordenar -se na recuperação, sem um planeamento prévio", disse Tsegai.

Para o especialista, não é suficiente ter boas estações meteorológicas, já que deve-se analisar também o risco e determinar quem são vulneráveis à escassez prolongada de água e por que o são em função dos grupos de população ou a origem geográfica.

Especialistas de todo o mundo encontraram-se na semana passada em Roma para abordar esse problema e evitar que se transforme em fonte de fome, pobreza e tensões sociais.

Por sua culpa, todo o ano se perdem 12 milhões de hectares, uma área onde poderiam ser cultivadas 20 milhões de toneladas de grão, segundo a Organização da ONU para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

Ainda que o seu impacto seja sofrido mais por alguns países do que por outros, nem os mais desenvolvidos se salvam, como quando em 2014 uma seca na Califórnia (Estados Unidos) afectou cerca de 400 mil trabalhadores do campo e causou perdas no valor de 2,2 mil milhões de dólares.

EUA e Austrália foram os primeiros, segundo Tsegai, a mudar de atitude e a tomarem-se "proactivos" por meio dos seus planos nacionais. "Não se trata de uma crise, senão de um risco, e, se você pensa assim, faz política e a seca não o apanha de surpresa", ressaltou Tsegai.

Um dos que se somaram a essa tendência é o México, que desde 2013 conta com um programa contra um fenómeno que já lhe deu muito desgosto.

Horácio Rubio, da Comissão Nacional da Água, explicou que o seu governo tomou medidas de prevenção e combate a partir do monitoramento das condições climáticas' o que lhes permite prever as chuvas ou a sua ausência.

Também avaliam os riscos analisando, por exemplo, 24 factores sócio-económico e ambientais, para determinar o grau de vulnerabilidade das comunidades, e dão informação aos agricultores para que se preparem com tempo.

Tsegai insiste em apelar e informar os sectores sociais e unir os países de cada região para que estudem entre eles e revejam as suas respostas. Um incentivo para mudar a dinâmica seguida por outros governos.

Como a Etiópia, que em 2016 destinou 800 milhões de dólares para "manter com vida a população" comprando alimentos do exterior, segundo o especialista da ONU, que sustenta que essa quantidade podia ter sido investida antes para aumentar a resistência em relação à seca desse ano e dos seguintes.

As tecnologias existem: sensores remotos, variedades de cultivos mais resistentes ou seguros agrícolas são algumas delas, ainda que falte conectá-las com os produtores locais.

O Programa Mundial de Alimentos (PMA) das Nações Unidas está a trabalhar para impulsionar melhores práticas agrícolas, diversificar a economia no campo e facilitar o crédito na gestão prudente dos riscos, segundo o seu especialista Jyothi Bylappa.

O director -geral do Instituto do Sahel, Sibiri Ouedraogo, destaca o comité permanente de luta contra a desertificação como um instrumento de solidariedade na região, além de outros projectos de recuperação de terras degradadas, gestão da água e mudança climática.

## 10.11 Ministro propõe 29 de Junho como Dia Nacional das Florestas

*Jornal O PAÍS*

*30 De Junho de 2017*

*Texto: Iracelma Kaliengue*

O ministro da Agricultura, Marcos Nhunga, propôs ontem, em Luanda, a fixação do 29 de Junho, como Dia Nacional das Florestas, visando promover os produtos florestais e a sua inclusão no mercado nacional e internacional.

No seu discurso, Marcos Nhunga fez uma incursão sobre a importância das florestas e afirmou que as mesmas garantem o vital equilíbrio ecológico e, por este facto, são importantes para a qualidade de vida das populações.

Disse ainda ser intenção do colóquio que as florestas sejam vistas e absorvidas como recursos estratégicos para o país, no quadro dos princípios de uma gestão sustentável no seu uso.

Reiterou a necessidade de se manter o equilíbrio da biodiversidade das florestas de forma responsável, para garantir produtividade e capacidade de regeneração e vitalidade do seu potencial com vista a desempenharem no presente e no futuro condições ecológicas, sociais, culturais e económicas relevantes ao nível local e global sem prejuízo para outros ecossistemas.

Marcos Nhunga disse, na ocasião, que o fórum acontece no quadro da reconstrução, desenvolvimento integrado para a criação de empregos e combate à pobreza.

Decorrida sob o lema: "Contribuição das Florestas no Desenvolvimento Sustentável de Angola - Desafios e Oportunidades", a actividade foi uma iniciativa deste departamento governamental' em parceria com o das Finanças e apoio da Casa Militar do Presidente da República.

Visou sensibilizar e incentivar as instituições financeiras públicas e privadas sobre as necessidades de financiar projectos de investimento neste sector.

Por seu turno, o chefe da Casa Civil do Presidente da República, Manuel da Cruz Neto, afirmou que a protecção constitucional dada às florestas e ao ambiente se torna mais necessária, tendo em conta o crescimento populacional e à exploração comercial da madeira de forma descontrolada ao mesmo tempo que acontece o desmatamento pelo corte ou pelas queimadas para transformação das florestas em terrenos agrícolas.

A conferência analisou entre outros temas, a indústria florestal/desafios e oportunidades, o mercado nacional de madeiras e seus derivados, medidas para melhorar a gestão dos recursos florestais, as plantações florestais privadas, oportunidade de negócio e o regime cambial para o novo quadro de exportações.

Participam do encontro instituições públicas nacionais e internacionais, associações e grupos empresariais, autoridades tradicionais e universidades.

Angola produz mais de 150 metros cúbicos de madeira

O primeiro inventário nacional de florestal apresenta um potencial avaliado em 69 milhões de hectares que corresponde a 55,6% da superfície territorial angolana a uma produção real de cerca de 150 a 160 mil metros cúbicos de madeira, uma produção que se encontra abaixo de 50 por cento do que é explorável e à capacidade de corte ou volume máximo do que pode ser explorado em torno de 360 mil metros cúbicos anuais.

Estudos produzidos recentemente pelo Banco Mundial garantem que os recursos florestais contribuem para os cofres do Estado com cerca de USD 200 milhões por ano.

## 10.12 Seca provocou prejuízos acima dos 700 milhões USD em cinco anos

*Jornal Expansão*

*30 De Junho de 2017*

*Texto: N.M.E. I Lusa*

A seca afectou, nos últimos cinco anos, mais de um milhão de angolanos e, só entre 2015 e 2016, causou danos directos acima de 290 milhões USD, bem como perdas de um valor aproximado de 440 milhões USD.

De acordo com o secretário de Estado do Ministério do Interior, Eugénio Laborinho, as províncias da Huíla, Cunene e Namibe como as mais afectadas por este fenómeno, que constitui em Angola um ciclo de impacto recorrente. '

Segundo o governante, essas províncias foram afectadas por um longo período, que levou o executivo, com a participação de parceiros nacionais e internacionais, a realizar uma operação extensa de apoio às populações, no sentido de enfrentarem e se recuperarem dos efeitos negativos causados pela seca. A preparação de um quadro de recuperação, que seja resistente a novos períodos de seca, é a "alta prioridade", acrescentou.

Eugénio Laborinho referiu que a província do Cunene este ano sofreu pouco com as consequências das alterações climáticas, resultado da formação dada às populações mais vulneráveis de "como se resolver o problema no tempo seco e no tempo das cheias".

Segundo Janet Fernandes, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em Nova Iorque, as autoridades angolanas solicitaram um apoio para facilitar a cooperação com o Banco Mundial e a União Europeia.

Em Maio de 2016, Angola solicitou assistência técnica ao PNUD para realizar uma avaliação das necessidades pós-desastre nas províncias prioritárias do Cunene, Huíla e Namibe, todas no sul do país.

Segundo Janet Fernandes, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), "o que conseguimos através deste relatório foi identificar quais as comunidades mais afectadas nas três províncias 'e vimos que o Cunene é a mais afectadas e requer muito apoio", disse Janet Fernandes.

Nesta segunda fase, informou, Angola solicitou ajuda na planificação de um quadro de recuperação, que visa identificar as prioridades, para um apoio imediato das comunidades mais afectadas. Segundo Janet Fernandes, através deste exercício será elaborado um plano de acção concreto, com acções imediatas, a médio e longo prazo.

## 11. MIGRAÇÃO

## 12. EXPLORAÇÃO MINEIRA

### 12.1 Catoca contribuiu em 2016 com 86% da produção diamantífera nacional

*Jornal O PAÍS*

*4 De Maio de 2017*

*Texto: José Dias e Carlos Moco*

Do total de E milhões E 662 mil quilates de diamantes produzidos no país em 2016, a Sociedade Mineira de Catoca foi responsável por uma contribuição de 7,2 milhões perfazendo uma quota de 86%.

Em dinheiro, esta cifra é equivalente a USD 593,6 milhões, que representa 60,3% dos USD 988 milhões 355 mil de receitas diamantíferas arrecadas pelo país.

O director geral da empresa, Sergei Amelin disse Sábado último, em conferência de imprensa, por ocasião do 27 de Abril, Dia do Mineiro angolano, que, em 2016, Catoca atingiu lucros líquidos na ordem dos USD 134 milhões, mais de 100% da previsão que situava-se em USD 131 milhões.

A empresa que, em 2015, atingiu os USD 117 milhões, prevê este ano (2017) facturar USD 140 milhões.

Uma outra aposta, segundo Sergei Amelin tem a ver com a redução dos custos operacionais em cerca de 10% este ano.

Em 2016, a empresa tratou igualmente de 10 milhões e meio de toneladas de minérios dos quais resultaram 7,2 milhões de quilates de diamantes.

A empresa também deu início às actividades no jazigo CAT 42 e às prospecções geológicas no projecto Luachi, cujos indicadores disse serem optimistas.

No resultado das actividades desenvolvidas nas novas minas, a empresa contratou praticamente quase 200 novos trabalhadores.

De acordo com Sergei Amelin, apesar de todas as dificuldades relacionadas com o aumento do preço do combustível e da carga tributária registou-se o aumento dos preços de todos os artigos no país, foi possível atingir todas as metas preconizadas.

Disse que com o aumento do imposto industrial de 6,5%, em 2015, para 16%, em 2016, a empresa pagou cerca de USD 10 milhões em tributos.

Para tal, a empresa modernizou a sua central de tratamento mineiro com a aquisição de um novo sistema de gestão de frotas Wenko de origem canadiana substituindo o anterior Smartmine, brasileira.

"Vamos continuar a luta para a redução dos custos operacionais. As centrais de tratamento foram modernizadas e estamos a trabalhar e a recuperar diamantes", frisou.

Investimento na modernização da central de tratamento para redução de custos Rómulo Mucase, chefe do sector de planeamento mineiro de Catoca, explicou as vantagens do novo sistema praticado na sala de controlo das operações mineiras.

Para si, o sistema Wenko de gestão de frotas, ainda em fase experimental, desde Abril de 2016, cuja aquisição orçou em USD 5 milhões, oferece várias vantagens do ponto de vista da optimização e gestão dos processos operacionais.

"Nós temos alguma experiência na utilização de sistemas similares, usamos desde 2003 um outro sistema denominado Smartmine, de origem brasileira, que está em fase de descontinuidade. A Wenko vem agregar valores porque na sua plataforma de funcionalidades tem algumas mais valias em relação à anterior", rematou.

Acrescentou que o sistema foi adquirido com vista a proporcionar mais optimização, reduzir o consumo de combustível, melhorar a gestão e a utilização da frota de equipamentos e buscar um custo operacional mais baixo.

Apontou como principais valias diferenciais em relação ao anterior sistema, a introdução do módulo de optimização, uma funcionalidade que permite a redução dos tempos de carregamento, transporte e ociosidade dos equipamentos.

Tem igualmente uma componente focada na manutenção que permite uma intervenção proactiva dos equipamentos em termos de manutenção.

"Por exemplo, ela não espera que o equipamento avarie para se fazer a intervenção. Tão logo o equipamento gerir sinais de que uma das funções mecânicas ' está comprometida, com níveis que demandem uma intervenção' o sistema gera um alarme e a intervenção é feita na hora, de forma proactiva", frisou



Com a função de controlar o nível de combustível, o sistema faz a leitura dos níveis de combustível em cada um dos equipamentos.

"Abastecer a máquina já não passa a ser segundo a vontade do operador como antes. Hoje, o sistema é que indica que o equipamento X precisa de abastecimento em função do nível de combustível que tiver no depósito", asseverou.

Segundo Rómulo Mucase, o retorno do investimento está estimado em um ano garantido com um aumento da produtividade em 3%.

"Estamos a utilizar o sistema em fase experimental desde Janeiro e já alcançámos um incremento da produtividade na ordem dos 5,5 por cento", acentuou.

A Sociedade Mineira de Catoca Lda é uma empresa angolana de prospecção, exploração, recuperação e comercialização de diamantes' constituída pela Endiama (Angola), Alrosa (Rússia) LLV (China) e Odebrecht (Brasil). Emprega cerca de 1979 trabalhadores nacionais.

## 12.2 Pólo de Desenvolvimento Mineiro vai reduzir as assimetrias regionais

*Jornal Economia e Fianças*  
*Maio de 2017*

O secretário de Estado para o sector das Minas, Miguel, Paulino de Almeida, garantiu recentemente, em Luanda, que a criação dos Pólos de Desenvolvimento Mineiro (PDM) vão contribuir na redução das assimetrias regionais.

Durante a sua dissertação no sexto Conselho Consultivo do sector diamantífero, o Secretário de Estado fez saber que o Pólos de Desenvolvimento do Sector Mineiro têm previstas, entre outras prioridades, a criação de grandes reservas provadas de diamantes, a redução das assimetrias regionais, bem como a geração de sinergias para obtenção de vantagens competitivas no sector.

Para o secretário de Estado, o Pólo de Desenvolvimento Mineiro vai privilegiar o reconhecimento e prospecção de depósitos aluvionares e kimberlitos, além da elaboração de mapas geológicos do potencial diamantífero do país, bem como a exploração de depósitos aluvionares e kimberlitos, aliados à criação de condições e incentivos para a capacitação de parcerias.

Estado actual

No domínio da prospecção, o governante sublinhou que actualmente o sector conta com o concurso da consultora Russa Alrosa, que se ocupa ao estudo geológico e mapeamento do sector com realce para as zonas de Luangue (Lunda Norte) e Luaxe (Lunda Sul).

Já na prospecção secundária, a diamantífera angolana conta com parceria de várias empresas nacionais e estrangeiras.

A Endiama Mining participa do capital social das sociedades mineiras na exploração de Kimberlitos e Aluviões. Já como operadora do sector actua nos projectos de Cambange.

Localização

Quanto à localização, o consultor do Ministério de Geologia e Minas, Paulo Niva Tanganha, sublinhou que estão identificados três Pólos de Desenvolvimento Mineiro, nomeadamente, o Projecto de Exploração de Fosfato nas províncias de Cabinda e Zaire, o de exploração de Ferro nas províncias do Cuando Cubango, Huíla e Cuanza Norte, bem como os projectos de exploração de rochas ornamentais nas províncias da Huíla, Namibe e Cuanza Sul.

De acordo com o responsável, a sua implementação passa fundamentalmente por seis fases principais, nomeadamente, a criação das condições básicas, formalização, atracão de operadores, criação de capital de conhecimento, maturidade, declínio e renovação. Quanto aos modelos de financiamento, sublinhou que pode ser por via da parceria público-privada.

Segundo avançou, o Pólo de Desenvolvimento (PD) consiste na concentração física e sectorial de empresas em diferentes sectores da cadeia de valor e actividades de suporte e outras instituições interligadas e cooperantes, centros de formação e unidades de pesquisa e desenvolvimento, a partir das quais são, geradas sinergias e aumentos de eficiência, com base em projectos assentes em inovação e colaboração entre diferentes empresas, visando obter vantagem competitiva regional na área de actuação:

Dados saídos do Conselho Consultivo dão conta que os Planos de Desenvolvimento vão ser alocados nos arredores da cidade de Saurimo, no raio de influência do Kimberlito de Luele, concessão do Luaxe. Já o segundo está previsto para a Vila do Cafunfo devido ao potencial dos Projectos do Cuango, Lulo Luminar e Centenas de Kimberlitos.

## Factores de sucesso

O consultor do Ministério, Paulo Tangonha, ressaltou a mão-de-obra qualificada, a criação de infra-estruturas, integração dos trabalhadores nos projectos comunitários, fomento da agricultura; prioridade às compras locais e incentivo à abertura de instituições bancárias, além da definição de regras e criação de condições legais para a atracção de investimentos. Por sua vez, o director-geral do Cinfotec, Gilberto Figueira, aproveitou a ocasião para explicar que a sua instituição pode formar quadros do sector de minas.

## 12.3 Produção diamantífera supera as expectativas

*Jornal Economia e Finanças*

*5 De Maio de 2017*

*Texto: André Sibi*

O sector diamantífero o produziu, no exercício de 2016, uma' receita bruta estimada em 108 mil milhões de quilates de diamante, o equivalente, aproximadamente, a mil milhões de dólares norte-americanos. A informação foi avançada pelo secretário de Estado da Geologia e Minas.

Miguel Bondo Júnior, que falava durante o sexto Conselho Consultivo' do Ministério de Geologia e Minas, que visou analisar a implementação da Estratégia do Executivo para o sector da Geologia e Minas, disse que deste valor 9,021 mil quilates de diamante representam o volume de diamantes produzidos e comercializados durante o ano passado.

Sobre o preço do diamante, durante este período, disse ter rondado os 120 dólares por quilate e gerou receitas fiscais orçados em 77 milhões de dólares. O sector industrial foi responsável pela produção de mais de oito milhões de quilates de diamantes, ao passo que a produção artesanal ultrapassou os 35-8 mil de quilates de diamantes.

Entre os principais destinos do, diamante produzido em Angola, o governante indicou países como Emiratos Árabes, Unidos, Israel, Bélgica e Suíça.

O quadro comparativo mostra que em 2016'a produção diamantífera, em toda extensão do território nacional, registou uma ligeira descida em relação ao mesmo período em 2015, altura em que se cifrou nos 1182 quilates ano. Com este indicador, as receitas registaram uma descida de nove por cento, o que reduziu, igualmente, as receitas brutas em iguais percentagens.

## Metas

Para 2017, a meta do sector é reforçar a parceria estratégica entre a diamantífera nacional e a homóloga Russa AIrosa, no âmbito das actividades de Prospecção. Por outro, interpretar os dados a éofísicos, geofísicos e terrestres, bem como as sondagens.

Além disso, consta igualmente, das perspectivas do sector o tratamento destas mostras de grande volume com destaque para o Kimberlito de Luaxe, bem como o lançamento das actividades' do kimberlito de CAT E42, sem deixar de parte o arranque do projecto Cangandala e início das actividades de produção no projectos Furicauma e Cacama ambos na Lunda Norte.

Comparado à mina mãe, em exploração há cerca de 20 anos, CAT 42 é uma espécie de filho, por existir" muita diferença com a "mina mãe".

A entrada em funcionamento, do CAT-E42 pode gerar receitas, brutas de aproximadamente 200 milhões de dólares, nos próximos quatro anos, altura prevista para o início da exploração do projecto Luaxe, situado há cerca de 40 quilómetros, cujo kimberlito é "considerado o terceiro maior a nível do mundo" a nova mina de Catoca

"agrega valores" no volume de produção e garantia de reserva de diamantes. Prova a determinação da empresa em prol da "minimização de custos para maximizar lucros".

A criação de pressupostos que viabilizaram o arranque hoje, da mina foi um processo faseado. Iniciou a partir de 2015, a recolha e tratamento de "amostras de grande volume" e outros parâmetros técnicos.

### Produção artesanal

Dados postos a circular durante a preleção indicam que o país conta com 60 cooperativas diamantíferas, que criaram mais de três mil postos de trabalho, dos quais 29 cooperativas em funcionamento efectivo, 11 em fase de implantação e mobilização e 20 em processo de criação.

Até à presente data, estão identificados 10 projectos mineiros em prospecção e 15, em fase de exploração. A província da Lunda Norte continua a liderar a lista de concessões diamantíferas à disposição dos investidores com um total de 54, seguido pela Lunda Sul com 33 concessões, ao paço que a província de Malanje, conta com 27 ~ Bié detém 25, concessões diamantíferas,." A província de Moxico surge com 19 concessões, Uíge 10, Cuando Cubango com oito,

Huíla e Cuanza Sul com sete concessões, respectivamente.

Seguem-se as províncias de Huambo, Zaire e Cunene com duas concessões ao passo que a província do Namibe aparece na cauda com uma concessão diamantífera.

## 12.4 Rochas ornamentais aumentam receitas fiscais na ordem dos 65,08%

*Jornal O PAÍS*

*09 De Maio de 2017*

*Texto: Borges Figueira*

A Produção de Rochas ornamentais nas pedreiras das províncias do Cuanza-Sul e da Huíla registou um crescimento nas receitas fiscais na ordem dos 65,08% durante o mês de Março, correspondentes a mais de USD um milhão' assinala o Ministério da Geologia e Minas.

Segundo o documento, o subsector das rochas ornamentais (granitos, mármore, xisto quartzitos e calcário), com uma produção de 4 mil e 165 metros cúbicos, correspondentes a 740 blocos, em 13 pedreiras, das 21 activas na região, nas quais participam 12 empresas especializadas no subsector é o que mais produziu.

No período em análise, a região da Huíla manteve a liderança na produção de rochas ornamentais em Angola, com uma contribuição de 74%, seguindo-se a do Cuanza-Sul com 25% e o Namibe com 01%.

No que concerne à exportação, o sub-sector atingiu uma cifra de 5 mil e 924 metros cúbicos, permitindo-lhe arrecadar USD um milhão e 666.452, receita superior à exportação efectuada no mês de Fevereiro do ano em curso que foi de 3 mil metros cúbicos, o que representa USD 679.389, um aumento do volume na ordem de 81,55%, e em valor de 145,29%. De acordo com informação a que OPAÍS' teve acesso, o Ministério da Geologia e Minas refere ainda que durante o período homologado de 2016, em que a exportação em volume foi de 475 metros cúbicos, com um montante de USD 95.979, registou um aumento de 1.636% em valor.

Países como a Espanha importaram de Angola 92,14%, China 3,70%, Índia 1,98% e Namíbia três por cento, sendo assim os principais destinos das rochas ornamentais produzidas em Angola. Durante o primeiro trimestre do ano em curso foram exportados 13 mil e 922 metros cúbicos de rochas ornamentais, tendo permitido a arrecadação de USD 3 milhões e 620. 456.

A comercialização interna foi de 370 metros cúbicos e permitiu a arrecadação de 6 milhões e 578.728 Kwanzas. Durante o mês de Fevereiro de 2017, foram produzidos 13 mil e 441 metros cúbicos de granitos, mármore, xisto quartzitos e calcários.

As empresas que operam no subsector das rochas ornamentais empregam actualmente 809 trabalhadores, 707 dos quais são nacionais (87%) e 102 expatriados (13%), os funcionários expatriados exercem essencialmente as funções de encarregado geral ou de director técnico.

A província da Huíla detém 60% de empregos gerados, seguida pelo Namibe com 28%, o Zaire com 11% e o Cuanza-Sul com 1%.

## 12.5 Parceira russa nas minas

*Jornal Economia e Finanças*

*12 Maio de 2017*

A AIrosa vai manter os projectos para Angola, apesar do actual contexto económico adverso, conforme garantiu esta semana, em Luanda, o presidente da multinacional russa de diamantes, Sergei Ivanov, realçando que os investimentos de mais de mil milhões de dólares anunciados, em 2015, pelo antigo responsável máximo da empresa vão ser concretizados em breve.

Em declarações à imprensa no final do encontro com o Vice-Presidente da República, Manuel Vicente, Sergei Ivanov anunciou que decorrem os estudos técnicos e de viabilidade económica do maior projecto diamantífero em Angola, o Luachi, em parceria com a estatal Endiama.

Sergei Ivanov veio a Angola para discutir com as autoridades a aplicação dos investimentos e redefinir a arquitectura de alguns projectos para um melhor enquadramento ao panorama económico actual.

O presidente da AIrosa falou também dos investimentos em Catoca, que se tornaram ao longo dos anos auto-suficientes, pelos resultados positivos e, também, pela solidez com que se apresenta.

"Catoca já não precisa de novos investimentos", disse Sergei Ivanov, para acrescentar que todos os investimentos vão ser direccionados para outros projectos diamantíferos, com realce para o do Luachi.

A AIrosa e a Endiama são parceiras e accionistas estratégicas no projecto Catoca.

O gestor explicou que os projectos em causa entram em operação entre 2018 e 2019. Por enquanto,

decorrem os estudos técnicos e avaliações económicas dos mesmos.

"Só depois deste processo, já em curso, é que vamos investir na produção", assegurou.

Visão das empresas

As empresas de exploração diamantífera angolana Endiama e a russa Alrosa anunciaram esta semana, em Luanda, a realização de estudos para a promoção de investimento adicionais à exploração de kimberlitos em Angola.

Dados disponibilizados dão conta que o negócio com Angola prospera e os dados indicam que 2016 foi melhor que o ano anterior pelos lucros líquidos de 137 milhões de dólares, bem como pela qualidade dos diamantes extraídos.

Por esta razão, Sergei Ivanov disse acreditar que no ano de 2017 poderá verificar-se uma melhoria no que toca à receitas em termos de divisas resultantes da venda de diamantes, em função da conjuntura económica que é mais favorável

O presidente do Conselho de Administração da Endiama, Carlos Sumbula, afirmou que as perspectivas de investimento, em parceria com a maior companhia diamantífera do mundo, são boas, mas que estão ainda por se determinar os montantes pelo facto de isso depender dos resultados dos estudos técnicos e económicos em curso.

Apontou, a título de exemplo, o projecto Luachi onde decorre a amostragem de "grande volume" para que seja feito o estudo de viabilidade técnico e económica e o projecto de prospecção do Kimangue, onde, com helicópteros a baixa altitude, decorre levantamento aéreo magnético para descobrir mais kimberlitos.

Carlos Sumbula reafirmou que os trabalhos na mina do Luachi, tida como uma das maiores comparada até ao de Catoca, decorrem de acordo com a programação e pode ser aberta em finais de 2018 ou princípios de 2019.

Declarou, por outro lado, que a Endiama continua a manter compromissos sociais, e actualmente, apoia, na Lunda Norte, o Governo na assistência às populações locais e aos refugiados vindos da vizinha República Democrática do Congo, em alimentos, chapas de zinco, e outros bens.

A Alrosa é um grupo russo de empresas de mineração de diamantes, tida como o maior empresa do ramo no mundo. Está envolvida na exploração, mineração, fabricação e venda de diamantes. Detém

95 por cento da produção nacional e 28 da extracção mundial de diamantes. Possui a maior reserva mundial de diamantes em bruto, suficientes para pelo menos mais 18 anos de produção.

Produção diamantífera

A produção de diamantes no país poderá aumentar de nove para 13,8 milhões de quilates/ano, no período 2017-2022, no quadro do desenvolvimento e modernização da indústria extractiva, com base no programa de Governo do MPLA para os próximos cinco anos, apresentado esta semana em Luanda.

De acordo com o programa, o partido garante adoptar medidas de política para o aumento da produção de rochas ornamentais de 59,8 para 104,6 mil metros cúbicos/ano.

Para o ciclo governativo 2017-2022, o programa prevê igualmente o arranque do projecto de produção de ferro gusa com 420 mil toneladas/ano.

Nesta período, inicia também o projecto de exploração de mineiro de ferro, com uma produção de 1,7 milhões de toneladas/ano, ouro com 25,6 mil onças/ano e o fosfato com 1,3 milhões de toneladas/ano.

## 12.6 Cooperativas exploram diamantes

*Jornal de Angola*

*15 De Maio de 2017*

*Texto: Carlos Paulino*

Um total de trinta cooperativas foram autorizadas pelo Governo do Cuando Cubango a exercerem a actividade de prospecção, exploração artesanal e semi-industrial de diamantes no município de Mavinga, a 400 quilómetros da cidade de Menongue, capital da província.

O director provincial da Indústria, Geologia e Minas disse que o Governo autorizou igualmente quatro empresas para exercerem o mesmo tipo de actividade no município do Cuchi.

Bento Xavier explicou que, neste momento, as 30 cooperativas de Mavinga estão na posse das respectivas cartas conforto, um documento que é homologado pelo governador da província e que lhes permite exercer os trabalhos de exploração, enquanto se aguarda pela versão final de toda a documentação junto do Ministério da Geologia e Minas.

O responsável disse que este mecanismo (criação de cooperativas) está ajudar a acelerar o combate à



exploração ilegal de diamantes no município de Mavinga, onde, recentemente, uma operação policial desmantelou centenas de garimpeiros da República Democrática do Congo (RDC), que se dedicavam ao exercício da actividade sem qualquer autorização.

O director acrescentou que a Direcção Provincial da Indústria, Geologia e Minas foi orientada a Partir do Ministério de tutela, a ceder os espaços às cooperativas devidamente legalizadas, como forma de contrapor o garimpo ilegal.

Para ele, a criação de cooperativas traz grandes benefícios à província, no que à arrecadação de receitas diz respeito para a construção de escolas, postos de saúde, habitação social, entre outras infra-estruturas sociais, que vão melhorar as condições de vida das populações das localidades em que estiverem a trabalhar.

Bento Xavier destacou que outro ganho será o aumento das receitas para os cofres do Estado, criação de muitos postos de trabalho e o repovoamento dos municípios de Mavinga e do Cuchi.

Os resultados preliminares das pesquisas realizadas na província no quadro do Plano Nacional de Geologia (Planageo) são animadores, pois, "o Cuando Cubango possui grandes jazidas de Kimberlitos nas zonas de Mavinga e outros recursos minerais, como ouro, cobre, petróleo e ferro em diferentes pontos da província", referiu.

O responsável lembrou que a grande aposta do Ministério da Geologia e Minas é fazer com que o sector mineiro seja alternativa do petróleo que trazia as divisas no país. Com base nos recursos minerais identificados na província, vão surgir grandes empresas multinacionais e internacionais para a sua exploração. "Nós precisamos de grandes empresas, que possam investir na província e, por este facto, é necessário estarmos abertos a qualquer iniciativa empresarial, seja nacional ou estrangeira que querem explorar os recursos minerais de modo a que o país possa voltar a ter divisas para a implementação de grandes projectos sociais", disse. Bento Xavier ressaltou Que numa altura em que todos os angolanos estão a sentir os efeitos da crise económica, devido sobretudo à escassez de divisas no país, é necessário que as empresas nacionais criem parcerias com empresários estrangeiros, para que o dólar volte a entrar em grande quantidade em Angola.

Informações não confirmadas dão conta da existência de garimpo de exploração de ouro e cobre em alguns municípios da província do Cuando Cubango, algo

que Bento Xavier promete investigar nos próximos dias, com vista a pôr fim a um fenómeno que acarreta muitas consequências para a economia do país e da província em particular.

Neste momento, o Ministério da Geologia e Minas já está a trabalhar na elaboração de um diploma para a criação de reservas de recursos minerais, para que possam ser explorados de forma racional e beneficiar também as próximas gerações.

## 12.7 Venda de diamantes rende mais de USD 250 milhões a Angola

*Jornal O PAÍS*  
15 De Maio de 2017

De acordo com dados compilados pela Angop com base nos relatórios de venda de diamantes publicados pelo Ministério das Finanças, neste período foram também arrecadados para os cofres do Estado, 4 biliões, 188 milhões, 755 mil e 73 kwanzas, através do imposto industrial e pagamento dos Royalties.

O valor pago em média por cada quilate de diamante foi de USD 113.43 (Janeiro), 111,87 (Fevereiro) e USD 123 (Março).

Em comparação com o período homólogo de 2016, observa-se uma redução nas vendas de 25 mil e 992 quilates de diamantes, uma vez que naquele período foram vendidos 2 milhões, 183 mil e 148 quilates. Em termos de arrecadação de receitas para os cofres do Estado, de igual modo, nota-se a redução de USD 33 milhões, 617 mil e 862.

No primeiro trimestre de 2016, foram arrecadados para os cofres do Estado, USD 284 milhões, 75 mil e 129, de acordo com dados compilados.

Naquele período, o valor pago em média por cada quilate de diamante foi de USD 116,95 (Janeiro), 158,52 (Fevereiro) e USD 119,73 (Março).

O sector diamantífero no país produziu em 2016,9 milhões e 21 mil quilates de diamantes, ultrapassando a meta preconizada pelo Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial, fixada em 9 milhões de quilates.

Importa referir que o Programa de Governo do MPLA 2017/2022, caso ganhe as eleições de 23 de Agosto, prevê aumentar a produção de diamantes no país de 9 milhões de quilates para 13,8 milhões de quilates por ano, no quadro do Desenvolvimento e modernização da indústria extractiva.

## 12.8 Produção de Diamantes em Março resulta em USD 90 milhões

*Jornal O PAÍS*

*18 De Maio de 2017*

*Texto: Borges Figueira*

A produção total de diamantes durante o mês de Março do ano em curso, cuja cifra foi de 719 mil e 719,96 quilates, permitiu a arrecadação de uma receita bruta de USD 88 milhões e 578 mil e 256,93, o que representa um preço médio de USD 123,07 por quilate, avançou o Ministério da Geologia e Minas, em comunicado, nesta Segunda-feira, em Luanda.

De acordo com o mesmo documento, durante o período em análise registou-se uma produção industrial de 714.735,97 quilates, que resultou na arrecadação de uma receita bruta de USD 87 milhões e 245 mil 974,54, ao preço médio de USD 122,07 por quilate. Comparativamente com o mês de Fevereiro de 2017, cuja produção foi de 765 mil e 538,38 quilates, no valor de USD 83 milhões e 936 mil 202,94, ao preço médio de USD 109,64 por quilate, onde se registou uma redução de cerca 6,64%, e um aumento no valor de 3,94% no mês seguinte (Março).

Segundo ainda a nota de imprensa, a redução deve-se ao facto da produção de Catoca ter registado uma diminuição na ordem dos 9,67% da sua produção em relação ao mês anterior, motivada pela qualidade das pedras de diamantes provenientes dos projectos Camutue, Lulo, Somiluana e Luminas.

A produção industrial de diamantes teve proveniência de nove minas das doze em exploração, sendo as minas de Catoca (620.463,20 quilates), Cuango (32.058,38 quilates), Chitotolo (19.110,20 quilates), Somiluana (13.349,46 quilates), Calonda (8.818,99 ) Camutue (7.886,97), Luo (6.687,56), Luminas (4.809,22) e Lulo (2.945,86).

o que concerne à produção artesanal, registou-se quatro mil e 983,99 quilates no total e uma receita bruta de comercializada no valor de USD um milhão e 332 mil 282,39, ao preço médio da produção artesanal de USD 267,31 por quilate, comparativamente com as compras registadas no mês de Fevereiro, cuja cifra foi de 30 mil e 514,67 quilates, no valor de USD cinco milhões e 119 e mil 900,14, ao preço médio de USD 167,78 por quilate, registou-se uma redução no volume de 83,67% e em valor de 73,98%.

A participação de apenas uma operadora, a escassez de divisas no mercado está na origem desta redução,

no que concerne a compra de diamantes e consequente diminuição das receitas provenientes deste segmento do mercado de diamantes, para além de continuar a observar-se um escoamento ilícito do produto principalmente pelas fronteiras com a Republica Democrática do congo

## 12.9 Comissão multisectorial analisa reassentamento

*Jornal de Angola*

*21 De Maio de 2017*

*Texto: Isidoro Samutula*

O ministro da Assistência e Reinserção Social, Gonçalves Muandumba, esteve durante dois dias na província da Lunda Norte, para analisar com os organismos do sistema das Nações Unidas a execução imediata de tarefas que visam a transferência e reassentamento dos refugiados da República Democrática do Congo (RDC) dos centros de acolhimento provisórios para o município do Lóvuva, onde se pretende construir um acampamento definitivo, com capacidade para acolher 30 mil pessoas.

O comunicado final do encontro entre a Comissão Multisectorial do Governo central encabeçada pelo ministro da Assistência e Reinserção Social e os organismos do sistema das Nações Unidas indica que as partes definiram as tarefas imediatas que devem começar a ser realizadas nos próximos dias. O documento determina que o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), a UNICEF, JRS e Caritas vão trabalhar na desmatização, instalação das tendas, latrinas e abertura de furos de água no novo acampamento de refugiados.

O Governo Provincial da Lunda Norte, por sua vez, deve criar mecanismos para transferir, de forma ordeira, os refugiados dos centros provisórios do Mussungue e Cacanda para o centro de acolhimento do Lóvuva. O ACNUR e o Governo angolano, refere ainda o documento, devem garantir o fornecimento de bens alimentares e não alimentares, transportes pesados, ligeiros e Caminhões cisternas e encorajar as autoridades da RDC a criar centros de acolhimento para os deslocados nas províncias sem conflitos, para acolher os refugiados que se encontram na Lunda Norte.

De acordo com o entendimento alcançado no Dundo, a garantia da assistência médica e medicamentosa aos refugiados é da responsabilidade dos Médicos Sem Fronteiras, UNICEF, ACNUR, OMS e o Governo angolano.

A oficial de ligação do ACNUR, PierringiAtchakeAwlara, disse ser necessário agir de forma concreta e imediata relativamente as tarefas a serem feitas, para que a comunidade internacional não responsabilize nenhum dos envolvidos no processo. Pierringi Awlara, considerou o documento de atribuição de tarefas como um instrumento de trabalho que coloca as fundações da colaboração e cooperação de todos os agentes envolvidos no processo.

O ACNUR pediu ao Executivo angolano para continuar o "bom trabalho" que tem vindo a desenvolver para a salvaguarda da imagem do país perante a comunidade internacional. Quando um cidadão decide fugir para outro país, referiu PierringiAwlara, ninguém o deve impedir, por se tratar de uma questão de vida ou morte.

Pierringi Awlara defendeu que as autoridades angolanas mantenham aberta a fronteira com a República Democrática do Congo, para salvar vidas. "É desumano ver crianças inocentes com os membros amputados", referiu a oficial de ligação do ACNUR, que se sentiu comovida com uma criança recolhida na fronteira com ferimentos graves.

Pelas informações que o ACNUR detém a partir da RDC, ainda muitos refugiados vão chegar à Lunda Norte nos próximos tempos.

Um outro membro do ACNUR ligado à assistência regional da África Austral, Adan Ilmi, reconheceu que a resposta do Governo angolano foi muito rápida.

Adan Ilmi afirmou que a área do Lóvua, identificada de forma conjunta e com certificação dos serviços de desminagem, é um lugar que reúne consenso, mas precisa de um grande investimento para que se possam criar as condições necessárias para acolher os refugiados. "O lugar está identificado. Precisamos de levantar a bandeira para conseguirmos recursos financeiros", defendeu Adanllmi, anunciando a colocação de meios técnicos a partir da próxima semana para que as obras do novo centro possam arrancar.

Mais refugiados atualmente, o número dos refugiados da RDC na Lunda Norte aproxima-se dos 25 mil. Mas as Nações Unidas dizem que enquanto a situação de conflito naquele país vizinho se mantiver, o número vai aumentar substancialmente. Isso vai precisar de muita energia e colaboração da comunidade internacional para garantir os apoios necessários.

Para fazer frente a este desafio, o ministro angolano da Assistência e Reinserção Social destacou o

empenho dos diferentes actores neste processo e defendeu que se continue a coordenar as tarefas entre as autoridades do Governo angolano e o sistema das Nações Unidas, para garantir uma assistência adequada aos refugiados da República Democrática do Congo.

Gonçalves Muandumba disse que a preocupação com os refugiados tem mobilizado o país e levou a constituição da comissão interministerial com vista a dar respostas imediatas ao problema e acompanhar a situação que se verifica na província da Lunda Norte.

O ministro realçou o comprometimento das organizações internacionais que intervêm neste processo para encontrar soluções que garantam a transferência dos refugiados para instalações de acolhimento definitivas, com melhores condições de acomodação.

Integraram a delegação multissetorial que visto u a província da Lunda Norte os secretários de Estado do Interior, Assistência e Reinserção Social, da Agricultura, Saúde, Administração do Território, e das Relações Exteriores.

Durante dois dias, a delegação e representantes dos organismos do sistema das Nações Unidas visitaram o posto fronteiriço do Txissanda, os centros de acolhimento de Mussungue e Cacanda e o hospital David Bernardino, na centralidade do Mussungue.

## 12.10 Endiama e Alrosa assinam contrato para investimento na mina do Luaxe

*Jornal O PAIS*  
24 De Maio de 2017

Fruto do novo acordo de aproximação entre Angola e a Rússia, a exploração diamantífera na mina do Luaxe vai ganhar outro impulso nos próximos tempos.

O documento foi assinado pelo presidente do conselho de administração da Endiama, Carlos Sumbula, e pelo director da Alrosa, Sergey Ivanov, na presença do vice-primeiro ministro da Federação da Rússia, Yuri Trutnev, que se encontra em visita de trabalho ao país. Ainda no âmbito da viabilização do projecto do Luaxe, os signatários assinaram também a Escritura Pública de constituição da Sociedade Mineira do Luaxe e o Memorando de Entendimento entre a Endiama e a Alrosa.

Em declarações à imprensa, Carlos Sumbula informou que o valor do investimento vai depender

do estudo de viabilidade técnico-económico do projecto, que está a ser realizado, para depois se mobilizarem os financiamentos para montagem da central de tratamento.

Nesta perspectiva, salientou que, após o estudo estar concluído, se passasse à fase de mobilização de financiamento no mercado aberto.

"Fizemos com que Catoca seja parceira do Luaxe, com a ajuda da AIrosa e o Banco VTB, o que vai permitir a busca de financiamento no mercado aberto", disse.

Relativamente ao Memorando de Entendimento, referiu que o mesmo consiste em implementar acções no domínio da prospecção e do levantamento aeromagnético com helicópteros.

Porseuturno, Sergeylvanov realçou que, em cumprimento das orientações do Presidente da República de Angola e do governo da Rússia, estão a ser realizados trabalhos intensivos relativamente ao reforço de cooperação entre os dois países.

"Posso garantir aos nossos parceiros que vamos reforçar a cooperação na área produtiva, fazendo recurso às indústrias russas com tecnologia que podem ser implementadas no solo angolano com vista ao aumento - de postos de trabalho e receitas fiscais", disse.

Luaxe, que se situa na província da Lunda Sul, é considerado um dos maiores kimberlitos de Angola e dista a cerca de r 20 quilómetros da mina de Catoca, sendo esta a quarta maior do mundo.

O Luaxe é uma concessão mineira que contará com a participação das empresas Endiama E.P e AIrosa ambas com a quota de 8 % cada, Catoca com 50,5 %, Artcon com 23,3%, Makakuima com 5,2% e Kollur com 5%. Luaxe é um kimberlito superior a Catoca, que vai duplicar a produção de oito para dezasseis milhões de quilates por ano, gerando cerca de 2 mil postos de trabalho. A mina de Luaxe poderá ter um tempo útil de vida de 40 anos. Com uma produção anual de 8 milhões de quilates, poderá também dobrar a facturação anual, que ronda actualmente USD 1.000 milhões.